

U N I V E R S I D A D E D O M I N H O



21.1
2007

REVISTA DO
CENTRO DE ESTUDOS HUMANÍSTICOS

DIACRÍTICA

(N.º 21 • 1 – 2007)

Série CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

DIRECÇÃO

MARIA EDUARDA KEATING
ANA GABRIELA MACEDO

COORDENADORA

MARIA ALDINA MARQUES

COMISSÃO REDACTORIAL

ÁLVARO IRIARTE SANROMÁN
JOSÉ TEIXEIRA
MARIA ALDINA MARQUES
MARIA DO PILAR BARBOSA

COMISSÃO CIENTÍFICA

ÁLVARO IRIARTE (U. Minho), AMADEU TORRES (UCP), ANTÓNIO MIRANDA (U. Aveiro), BRIAN HEAD (U. Minho), DIETER MESSNER (U. Salzburgo), EDUARDO PAIVA RAPOSO (U. da Califórnia), ERWIN KOLLER (U. Minho), FERNANDA BACELAR (Centro de Linguística da U. de Lisboa), HANS SCHEMANN (U. Minho), ISABEL ERMIDA (U. Minho), IVO CASTRO (U. Lisboa), JOAQUIM FONSECA (U. Porto), JORGE MORAIS BARBOSA (U. Coimbra), JOSÉ LUÍS CIFUENTES HONRUBIA (U. Alicante), JOSÉ LUÍS RODRIGUES (U. Santiago de Compostela), JOSÉ TEIXEIRA (U. Minho), MARIA ALDINA MARQUES (U. Minho), MARY KATO (U. Campinas), PILAR BARBOSA (U. Minho), SÓNIA FROTA (U. de Lisboa)

PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA
FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

Os artigos propostos para publicação devem ser enviados ao Coordenador.
Não são devolvidos os originais dos artigos não publicados.

DEPOSITÁRIO:

LIVRARIA MINHO
LARGO DA SENHORA-A-BRANCA, 66
4710-443 BRAGA
TEL. 253271152 • FAX 253267001

CAPA: LUÍS CRISTÓVAM

ISSN 0807-8967

DEPÓSITO LEGAL N.º 18084/87

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

OFICINAS GRÁFICAS DE BARBOSA & XAVIER, LIMITADA
RUA GABRIEL PEREIRA DE CASTRO, 31 A e C — 4700-385 BRAGA
TELEFONES 253263063/253618916 • FAX 253615350
E-MAIL: barbosa.xavier@sapo.pt

ÍNDICE

ALGUNS ASPECTOS DA LÍNGUA PORTUGUESA SEISCENTISTA NA ESCRITA DO P.^e ANTÓNIO VIEIRA	
Ana Paula Banza	5
DESAMBIGUADOR DE HOMÓGRAFOS HETERÓFONOS PARA SISTEMAS DE CONVERSÃO TEXTO-FALA EM PORTUGUÊS	
Daniela Braga e Maria Aldina Marques	25
A METÁFORA NO DISCURSO RELIGIOSO CATÓLICO DE ÍNDOLE POPULAR	
Carmen Costa	51
O TEMPO E O RISO: REFLEXÕES DIACRÓNICAS SOBRE O CÓMICO DE LINGUAGEM	
Isabel Ermida	77
<i>LANGUAGE ATTRITION</i>: UMA SINOPSE DAS PRINCIPAIS QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO	
Cristina Maria Moreira Flores	107
COMENTÁRIO JORNALÍSTICO POLÍTICO: INTERPRETAÇÃO DE OUTROS DISCURSOS E ARGUMENTAÇÃO	
Maria Aldina Marques	127
PARA A CARACTERIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DAS DESCRIÇÕES DEMONSTRATIVAS ANAFÓRICAS EM PORTUGUÊS EUROPEU: OS USOS EM CONTEXTO NARRATIVO	
Iris Susana Pires Pereira	143

UM ESTUDO ACÚSTICO DAS VOGAIS MADEIRENSES /a/, /i/ e /u/	
Helena Rebelo e Tiago Freitas	167
AS METÁFORAS (VERBO-)PICTÓRICAS NA PUBLICIDADE	
Fernanda Soares	177
METONÍMIAS E METÁFORAS NO PROCESSO DE REFERÊNCIA POR ALCUNHAS DO NORTE DE PORTUGAL	
José Teixeira	207
A VARIAÇÃO ENTRE PROPOSIÇÕES ADVERBIAIS INFINITIVAS E CONJUNTIVAS: SUBJECTIFICAÇÃO E ESPAÇOS MENTAIS	
Rainer Vesterinen	241
RECENSÕES	275

Alguns aspectos da Língua Portuguesa seiscentista na escrita do P.^e António Vieira

ANA PAULA BANZA
(Universidade de Évora)
anabanza@uevora.pt

Abstract

The present paper focuses on the linguistic aspects of P.^e António Vieira's writing at the phonetic, phonological, morphological, syntactical and lexical levels, with the purpose of giving clues to the characterization of the sixteenth Portuguese. The corpus used is the *Representação dos motivos que tive para me parecerem prováveis as Proposições de que tratava* (1665/1666), balanced with the data from the first volume of *Sermões* (1679-1748).

Keywords: Vieira, Português Clássico, Linguística, *Representação*, *Sermões*.

Palavras-chave: Vieira, Português Clássico, Linguística, *Representação*, *Sermões*.

Apesar da escassez de estudos, repetidamente lastimada pelos especialistas da história da língua portuguesa, sobre o português clássico (sécs. XVI-XVIII), a análise, empreendida por vários autores¹, de documentação literária e não literária e dos textos metalinguísticos da época, em conjunto com os dados dos dialectos mais arcaizantes do Português actual, tem permitido caracterizar este período como uma fase de relativa estabilização linguística, em que a língua portuguesa se aproxima já bastante da sua forma actual, facto a que não será alheia a codificação a que começa, nesta época, a ser sujeita.

¹ A obra de Serafim da Silva Neto, cuja primeira edição data de 1957, e a de Paul Teysier, que veio a lume em 1980, destacam-se entre os estudos clássicos e mais abrangentes. Dos estudos mais recentes, veja-se, a título de exemplo, Maia: 2005.

No entanto, e apesar da relativa «modernidade» que estes textos apresentam aos olhos do historiador da língua, há aspectos relevantes, nomeadamente aos níveis fonético-fonológico, morfo-sintáctico e lexical, que afastam significativamente esta fase da língua portuguesa do português moderno (a partir do séc. XVIII) e que constituem, provavelmente, a mais relevante causa do estranhamento e da dificuldade que os alunos experimentam quando confrontados com autores como Camões ou Vieira, cuja recepção é actualmente dificultada pela barreira histórica, mas também pela barreira linguística.

No presente artigo, procura-se avaliar quais os aspectos em que a escrita de Vieira reflecte ainda a persistência de formas antigas, um estágio de concorrência entre formas antigas e formas modernas ou a prevalência das formas modernas. Para o efeito, consideram-se as obras do Padre António Vieira sobre as quais temos vindo a trabalhar: a *Representação dos motivos que tive para me parecerem prováveis as Proposições de que tratava*, autógrafo de Vieira de testemunho duplo (1665/1666), que tomamos como base da presente análise, e os *Sermões* (1679-1748), cuja edição crítica em curso² toma em consideração as três reimpressões conhecidas da *Editio Princeps*, nomeadamente o volume primeiro (1679), já no prelo, que é usado como contraponto às informações obtidas na *Representação*, procurando, assim, despistar eventuais fenómenos que possam ser estilísticos e não propriamente linguísticos. Assim, o estudo em causa não pretende ser exaustivo, mas apenas fornecer pistas, a confirmar em trabalhos de maior fôlego.

Não restam dúvidas de que Vieira é um dos representantes máximos do período clássico da língua portuguesa, tomado, aliás, como modelo por inúmeros gramáticos, ortografistas e dicionaristas. Além disso, sendo um autor literário, é importante ter em conta que, se, por um lado, é verdade que foi tomado como modelo, não o é menos que, por outro, ele próprio deve a sua formação a determinados modelos vigentes na época. A sua formação ortográfica insere-se no chamado «período etimológico»³, influenciado essencialmente pelas propostas de ortografistas como Duarte Nunes de Leão (1576), Magalhães Gândavo (1574), Álvaro Ferreira de Vera (1631) ou Amaro de Robo-

² A edição em curso é da autoria de Arnaldo Espírito Santo (Coord.), Cristina Pimentel e Ana Paula Banza.

³ Williams, 1991: 40.

redo (1615)⁴; já mais afastado das de João de Barros e mais ainda das de Fernão de Oliveira⁵. No entanto, como nota Tavani, é característica, em todo este período e até ao princípio do século XX, a «tendência dos escritores para forjar ortografias individuais...»⁶; e Vieira é, felizmente para o linguista, um bom exemplo disso. A iniciação de Vieira aos problemas gramaticais e estilísticos, feita no Brasil, entre os Jesuítas, terá provavelmente seguido o percurso normal na época, que passava, logo depois das primeiras letras, pelo estudo da gramática latina e, só depois, pela transposição dos conhecimentos adquiridos para a língua portuguesa; o que naturalmente conduziu a uma ortografia de estrutura etimologista, de acordo com a tendência dominante na época. Não esqueçamos porém que, apesar da crescente codificação da língua, estamos ainda numa época em que a irregularidade gráfica está longe de ser uma característica das classes pouco escolarizadas, encontrando-se nos grandes autores, como Vieira, e nos próprios Gramáticos.

Vejamos, então, quais os aspectos em que a escrita de Vieira nos pode trazer pistas sobre o estado da evolução da língua portuguesa na segunda metade do século XVII.

1. Aspectos fonético-fonológicos

Passando em revista os principais traços caracterizadores do português clássico, destacam-se:

Vocalismo:

- a) o vocalismo tónico mantém-se idêntico ao do português antigo e médio (sécs. XIII-XVI), com apenas sete elementos, uma vez que /a/ existia ainda apenas como variante contextual de /a/;
- b) o vocalismo átono pré-tónico consistia num sistema de oito elementos, uma vez que /ə/ é uma inovação do séc. XVIII;
- c) o vocalismo átono final era um sistema de três elementos: /i/, /a/ e /u/.

⁴ As *Regras da Ortografia da Linguagem Portuguesa* encontram-se hoje, como se sabe, perdidas, só se conhecendo a variante reelaborada de 1738, razão pela qual não é possível qualquer referência às ideias de Roboredo em matéria de ortografia.

⁵ Não consideramos, no que respeita à formação ortográfica de Vieira, as obras de Bento Pereira, 1666, e de João Franco Barreto, 1671, que, embora ainda contemporâneas de Vieira, já não terão podido afectá-lo nos seus comportamentos gráficos, então já desde há muito adquiridos.

⁶ Tavani, 1987: 201.

Consonantismo:

- a) o sistema de sibilantes continuava um percurso de simplificação iniciado muito cedo mas de longuíssimo período de implantação e não apresentava ainda, em posição implosiva, uma articulação palatal;
- b) a africada /tπ/ mantinha-se ainda em oposição a /π/.

Entre os fenómenos que se pensa que terão ocorrido entre os séculos XVI e XVIII, e que, como tal, poderão ser visíveis, ou não, no Português seiscentista, de que a prosa vieiriana é exemplo relevante, destacam-se:

Vocalismo:

- a) a monotongação do ditongo /ow/;
- b) a monotongação do ditongo /ej/;
- c) a elevação das vogais átonas médias e baixas em posição pré-tónica medial.

Consonantismo:

- a) a palatalização de /s/ e /z/ em posição implosiva;
- b) o desaparecimento da oposição fonológica entre /tπ/ e /π/, supondo uma prévia simplificação da primeira.

De acordo com o nosso propósito de avaliar o grau de «modernidade» da escrita de Vieira, centrar-nos-emos neste último grupo de fenómenos, comumente considerados como concluídos no início da fase moderna do Português (séc. XVIII).

No que respeita ao vocalismo, é possível encontrar na escrita de Vieira alguns indícios de que os fenómenos de monotongação do ditongo /ow/ e de elevação das vogais átonas médias e baixas em posição pré-tónica medial estariam já em curso. A monotongação de /ej/, sendo um fenómeno muito meridional, nunca atingiu a região de Lisboa e não poderia, portanto, manifestar-se num autor como Vieira.

Assim, e ainda que não de forma muito visível, é possível encontrar em Vieira indícios que apontam para a monotongação de /ow/, em formas como *locura*, mas a manutenção do ditongo é sistemática nos casos em que ele é etimológico, em formas como *cousa*.

É também possível encontrar algumas formas que poderão já atestar a elevação das vogais átonas médias e baixas em posição pré-tónica medial, como *estabelicido* ou *testimunho*. Importa notar,

porém, neste caso, que os potenciais exemplos encontrados são todos de formas em que o *i* é etimológico e, por outro lado, as formas com elevação da vogal átona pré-tónica medial são comuns, ainda actualmente, a nível popular, em casos como «cigueira», «alifante», etc., pelo que estes exemplos não podem considerar-se conclusivos.

No que respeita ao consonantismo, revela-se improdutivo a procura de indícios dos fenómenos de palatalização de /s/ e /z/ em posição implosiva e de desaparecimento da oposição fonológica entre /tπ/ e /π/ na escrita de Vieira, ao contrário do que acontece, por exemplo, com a simplificação do sistema de sibilantes, abundantemente documentada em múltiplos casos de confusão gráfica entre as sibilantes ápico-alveolares e as pré-dorso-dentais: *prezentes, cortezia, redusido*, etc.

No que respeita à palatalização das sibilantes em posição implosiva, Maia⁷ apresenta importantes indícios, que os dados recolhidos por Banza⁸ parecem corroborar, de que este poderá ter sido um fenómeno com início precoce na língua portuguesa, apresentando manifestações, ainda que esporádicas, desde os primeiros textos conhecidos; o que contraria a posição mais seguida nesta questão, que, baseando-se sobretudo nos dados do Português do Brasil, apresenta este fenómeno como muito tardio: sécs. XV-XVI, segundo Teyssier⁹, posterior ao séc. XVI, segundo Révah¹⁰, de finais do séc. XVII, segundo Celso Cunha¹¹ e do primeiro terço do séc. XVIII, segundo Neto¹². De certo, porém, apenas se conhece o testemunho tardio de Verney (1949: I, 77-78)¹³, e, de facto, não se encontram, nos textos de Vieira agora analisados, cronologicamente situados na segunda metade do séc. XVII, vestígios deste fenómeno, o que parece apoiar as datações mais tardias de Cunha e Neto.

Algo de semelhante se verifica em relação ao desaparecimento da oposição fonológica entre /tπ/ e /π/. Neste caso, embora Teyssier date taxativamente o fenómeno do séc. XVII e o encontre atestado em textos dessa época¹⁴, os textos agora analisados não permitem apoiar esta datação, uma vez que não se encontram em Vieira quaisquer confusões entre <ch> e <x>.

⁷ 1986: 461-462.

⁸ 1992: 94, 97-98 e 105.

⁹ 1987: 55

¹⁰ 1958: 390.

¹¹ 1974: 335.

¹² 1992: 566.

¹³ A primeira edição data de 1746.

¹⁴ 1987: 53-54.

2. Aspectos morfo-sintácticos

No que respeita aos aspectos morfo-sintácticos, destacamos alguns que surgem como marcadores de uma transição da fase clássica para a fase moderna da língua portuguesa. Trata-se de fenómenos que só se terão consumado já no séc. XVIII, ou mesmo mais tarde, pelo que os textos de seiscentos representam uma fase de transição, mais ou menos marcada.

2.1. Presença do artigo definido antes de pronome possessivo

Tal como faz notar Clarinda Maia¹⁵, o uso de artigo definido antes de possessivo é já maioritário na escrita de Vieira, corroborando uma tendência crescente para o seu uso registada desde o século XVI, embora a construção sem artigo não possa ainda, de forma alguma considerar-se residual. Uma análise quantitativa efectuada por amostragem na *Representação* aponta para percentagens muito próximas das registadas por Maia nos sermões analisados¹⁶: cerca de 60% de construções com uso de artigo, face a cerca de 40% de construções sem uso do artigo. Não parece, no entanto, haver qualquer relação sistemática entre a presença ou ausência do artigo e o possessivo ou o tipo de construção sintáctica em causa.

Vejam-se apenas alguns exemplos:

a) construções com uso de artigo definido antes de possessivo:

...se explicam e declaram **no seu** próprio e nativo sentido... R1:4

Valença, **no seu** *Analisi de Fide*... R1:11

...**aos dous seus** primeiros filhos... R1:12

...**o teu** Deus é o verdadeiro... R1:170

Sairá do meu coser... R1:208

...se Deus me pedira **o meu** voto... R1:307

Porque **o meu** intento...não era dizer... R1:342

...o modo e formalidade **do meu** inferir... R1:342

...**o meu** amor, quando menos, se consolava... R1:346

...seguindo as pisadas **do teu** rebanho... R2:178

...para que **o meu** jardim derrame... R2:218

...opinião nem era necessário **ao meu** intento... R2:633

...em que **o meu** intento somente era... R2:635

¹⁵ 2005: 131-140.

¹⁶ Cf. supra nota 15.

...conformar com o dito **meu** intento... R2:635

...o **meu** intento não foi... R2:636

b) *construções sem uso de artigo definido antes de possessivo:*

...desta disposição de **meu** ânimo... R1:1

...a sujeição, rendimento, e obediência, que professo e devo à Igreja e **seus** ministros... R1:1

...tomado com **seu** autor... R1:3

...ou probabilidade natural de **seus** próprios fundamentos... R1:3

...por mãos de **seu** Confessor... R1:5

...Só apontarei **seus** nomes... R1:12

...o primeiro luto de **seu** pai... R1:12

...restituído a **seu** lugar... R1:13

...e o mesmo entendeu **seu** marido Manué... R1:14.

2.2. *Formas verbais de irrealidade*

De acordo com Bechara, é só na «fase hodierna» da língua portuguesa (a partir do séc. XVIII) que se verifica o «desaparecimento do mais-que-perfeito simples do indicativo no período hipotético, em proveito de outras formas e o aparecimento do mais-que-perfeito do subjuntivo na oração subordinada iniciada por *se*»¹⁷, passando a verificar-se também o uso do imperfeito do conjuntivo nessa posição. Na oração principal, o uso actual privilegia o futuro do pretérito, sendo comum, na oralidade e em registos informais, o imperfeito, enquanto no português antigo e médio se encontrava também o mais-que-perfeito simples do indicativo, surgindo progressivamente outras possibilidades, que já encontramos em Vieira: imperfeito e presente do indicativo e futuro do pretérito.

Na prosa de Vieira, como também nota Clarinda Maia¹⁸, são ainda muito frequentes as formas verbais em *-ara*, *-era* e *-ira*, do mais-que-perfeito do indicativo, em construções condicionais expressando irrealidade. No entanto, são vários os esquemas das relações temporais possíveis nestas construções, que vão desde a conjugação de duas formas no mais-que-perfeito do indicativo, à conjugação da forma do mais-que-perfeito do indicativo, na oração subordinada, com outros tempos verbais na oração subordinante, sendo o primeiro dos esque-

¹⁷ Bechara, 1991: 75.

¹⁸ 2005: 140-143.

mas referidos uma das marcas mais arcaizantes da prosa vieiriana, visto ser este um dos traços morfo-sintácticos mais relevantes do português antigo e médio.

Vejamos alguns exemplos:

a) mais-que-perfeito do indicativo + mais-que-perfeito do indicativo:

...se **houvera** outra prova, **pudera-se provar** a verdade da Profecia antes do efeito, e se não **bastara** esta prova, **pudera-se negar** depois dele. R1: 32

...se o **houvera**, nem Deus, naquele caso, **deixara** de o dar a Jonas, nem Jonas de o procurar e aplicar... R1:35

Se a conclusão deste argumento **fora** eficaz, **bastara** ele para tirar do mundo a autoridade de todos os livros que desde seu princípio até hoje se escreveram... R1:125

E se esta fé moral e humana se **negara** e **tirara** do mundo, **perecera** totalmente o testemunho das antigas memórias e não se **tivera** por verdade mais que o que se vê. R1:125

Quando a dita menor se não **provara** especulativamente...**bastara** para se provar praticamente... R1:149

...se nas inteligências que teve **recorrera** aos fantasmas, **soubera** que estava em corpo, e não **dissera**: sive in corpore... R1:213

Se Deus **pusera** em votos a eleição da Pedra fundamental da sua Igreja, pode ser que muito poucos **apontaram** a S. Pedro... R1:307

...se nas obras de Bandarra **houvera** falsa doutrina, não é possível que **tiveram** nem **conservaram** cópias... R1:336

b) mais-que-perfeito do indicativo + imperfeito do indicativo:

Mas, quando os Autores das ditas regras e documentos não **disseram** nem **confessaram** tão claramente esta debilidade, e incerteza de seus efeitos; **bastava** só a evidência da Razão para o persuadir e convencer... R1:44

...**bastava** o mesmo exemplo e estilo para ser ùa Lei tácita (quando a não **houvera** expressa)... R1:71

...ainda que hoje **constara** e se **provara** por outra via que não eram os ditos versos de Bandarra, não se **tirava** com isto a probabilidade... R1:134

...se os sobreditos Teólogos e mestres de Teologia e lentes da Sagrada Escritura **interpretaram** Isaías ou Daniel, **bastavam** somente dous deles (e um se fosse famigerado) para fazer opinião provavel... R1:151

...quando Bandarra por si mesmo não **tivera** desprezadores e inimigos, **bastavam** os do seu comentador. R1:160

...se não **entendera** o que dizia, como **havia de alegar** nem combinar os textos... R1:208

Se este pobre homem não **nacera** em Portugal, é certo que seu nome e seus escritos **havia** de ser de nós mais venerados. R1:241

...quando os Padres e Expositores não **tiveram** inculcado esta regra e praxi dos antigos Profetas, **bastavam** para a ensinar... R1:252

Se de Lázaro...**estivera profetizado**...bem se **seguia** que aquele Lázaro... R1:280

...também esta explicação (posto que menos natural) **podia** ter seu lugar, se não **repugnara** aos textos das mesmas predicções... R1:288

...se um Homem **afirmara** que tinha visões e revelações...que juízo se **havia de fazer** da verdade de suas revelações? R1:47

...ainda que em Bandarra se **admitira** toda a culpa que se **pudera** suspeitar, primeiramente **podia** emendar-se dela... R1:244

...quando no Bandarra se não **achara** expressa a dita maravilha, nem por isso **havia** bastante razão para se duvidar... R1:311

...era o mesmo que se eu **dissera**... R1:315

c) mais-que-perfeito do indicativo + presente do indicativo:

E quando isto não **fora** assi ou não **bastara**, **responde-se**, 2.º, que as chamadas Profecias de Bandarra... R1:230/31

Se Deus **pusera** em votos a eleição da Pedra fundamental da sua Igreja, **pode** ser que... R1:307

...se Deus me **pedira** o meu voto, **pode** ser que também o não **dera**... R1:307

E ainda que ninguém **explicara** assi o dito texto, **bastava** ser matéria tópica... R1:340

...quando as ditas *Trovas* não **tiveram** a aprovação referida, ainda no tal caso se não **pode** dizer... R1:344

d) mais-que-perfeito do indicativo + futuro do pretérito simples:

Este argumento, quando **provara** algũa cousa, **seria** somente naqueles versos... R1:185

...se **houvera** outro meio...tão verificadas e certificadas **ficariam**... R1:36.

e) imperfeito do conjuntivo + futuro do pretérito simples, imperfeito e presente do indicativo ou pretérito perfeito composto:

...se **achassem** nele todos estes defeitos... que juízo se **havia de fazer** da verdade de suas revelações? R1:47

..ainda que Deus **mandasse** que as Profecias do Profeta... não se **infere** daí... R1:60

...e dizem que, se Deus **houvera de fazer** milagre em algum dos Reis passados e elegê-lo para a empresa de Jerusalém, que **tem havido** outros Reis em Portugal sobre quem esta eleição assentasse melhor. R1:306

...se nunca os **dominasse e possuísse** todos juntamente, nunca se **podia** verificar que tivera e lograra a inteira posse da sua herança... R2:122
 ...quando **sujeitasse e sopeasse** uns, outros se **rebelariam e levantariam** contra ele... R2:131

...ainda que algum desses **dominasse** a Europa e o mundo, nem por isso **havia de mudar** os tempos... R2:204

...se os **Judeus deixassem** a Deus, Deus os **lançaria** de suas terras e os **dividiria e espalharia** por todas as nações do mundo... R2:314

...os não **havia de extinguir**, ainda que por seus pecados os **levasse** de suas terras às mais remotas e inimigas do mundo. R2:351

...ainda no caso em que **fosse** menos provavel, e se **representasse** nela algum inconveniente ou dureza, se **devia** aplicar o zelo... R2:411

...se os homens a **guardassem**, a **havia de haver**. R2:498

...quando os **houvesse**, não **era** possível atravessar-se... R2:14

...bem **podiam** ter a mesma e maior grandeza se se **estendessem** por outras Províncias... R2:41

...se os outros impérios **tivessem** ainda lugar na terra, não **podia** o que vinha de novo enchê-la... R2:118

...se algum outro reino ou reinos, no mesmo tempo, **houvessem de ter** parte ou partes da mesma grandeza, bem se **segue** que se lhe não dava toda... R2:120

Da análise efectuada, ainda que não exaustiva, resulta a conclusão de que o mais-que-perfeito do indicativo é ainda muito frequente nas orações subordinadas de construções condicionais expressando irrealidade (alíneas a) a d)), sendo já mais raro nas orações subordinantes, onde predominam outros tempos verbais, com destaque para o imperfeito do indicativo. O esquema moderno com imperfeito do conjuntivo na oração subordinada (alínea e)), é já muito visível, mas ainda não se verifica, de facto, a ocorrência de formas do mais-que-perfeito do conjuntivo, o que permite corroborar as afirmações de Bechara supra citadas.

2.3. Utilização de «cujo» como predicativo

Em relação aos valores assumidos por «cujo», Clarinda Maia¹⁹ verifica, nos sermões por ela analisados, casos de uso semelhante ao actual, como adjunto adnominal (pronomes relativos ou possessivos), a par de um uso predicativo, característico do português antigo e médio

¹⁹ 2005: 144-145.

e que viria a ser eliminado na fase moderna da língua portuguesa. Não faz, porém (embora mencione a sua necessidade), qualquer observação de natureza quantitativa, que revele se, de facto, o uso predicativo estaria já em declínio acentuado na segunda metade do século XVII, como faz prever a datação que tem sido apontada para a referida alteração funcional de «cujo», ou se, pelo contrário, o uso antigo pode ainda ser considerado corrente.

Assim, optou-se, neste caso, pela realização de um levantamento exaustivo das ocorrências de «cujo» na *Representação*, utilizando os sermões analisados em regime de amostragem, como contraponto das informações recolhidas. Os resultados são elucidativos, não deixando margem para dúvidas quanto à natureza já residual do uso predicativo de «cujo», o que permite apoiar as afirmações de que esta função terá deixado de existir até ao séc. XVIII, já não se documentando na fase moderna da língua.

Vejamos, então, na íntegra, os dados da *Representação*, que os *Sermões* não infirmam:

a) *uso actual, com função de pronome relativo ou possessivo:*

...o mesmo Eclesiástico (**cujo** nome até agora não consta qual fosse)...

R1:18

...aquela **cujo** efeito ainda se não tem cumprido... R1:36

...ministros eclesiásticos, a **cujo** officio pertence o dito exame... R1:42

...e opinião dos sebastianistas, a **cujo** propósito não fazia aquele nome...

R1:87

...Marquês de Montalvão, **cujos** filhos se passaram a Castela... R1:93

...semelhantes predições **cuja** significação é tão clara, e cujo efeito foi tão conforme... R1:137

...Esdras, **cujos** Livros... R1:198

...cláusula nem ápice **cujos** mistérios... R1:208

...outra, **cujo** cumprimento se visse e experimentasse... R1:254

...em **cujo** tempo... R1:287

...sobre **cujos** merecimentos... R1:311

...antes do Emperador Constantino, em **cujo** tempo começou a Igreja a gozar a primeira paz... R2:36

...muitos Padres, **cujos** lugares recolheu diligentemente Velasquez... R2:102

...em tal forma que não haja terra habitada no mundo **cujos** habitadores e seus Príncipes o não conheçam... R2:114

...a um filho de **cujo** valor e obediência tivesse grande confiança... R2:130

...os do Povo Gentílico, **cujos** lugares significou Cristo que se haviam de trocar... R2:189

- ...na paixão de Cristo (**cujos** passos, não só foram cumprimento das profecias... R2:221
- ...Ezequiel, **cujos** textos se verão adiante... R2:231
- ...os dezesseis Profetas **cujos** livros temos na *Escritura*... R2:232
- ...*Epistola ad Romanos*, **cujo** texto quero referir... R2:233
- ...do género humano, **cujo** último e consumado despacho... R2:264
- ...Rusticano, nas suas *Profecias recopiladas*, **cujo** livro acima citamos... R2:281
- ...aos antigos, **cujos** comentários dou por prova... R2:304
- ...seu filho Roboão, em **cujo** tempo... R2:344
- ...em primeiro lugar pelo reino dos dez tribos, **cujo** desterro foi também primeiro... R2:362
- ...e da Casa de David, **cujo** neto era El Rei Roboão, em **cujo** tempo se dividiram os dous reinos... R2:369
- E esta é a Etiópia, de **cujos** rios... R2:374
- ...Seja o último texto o de S. Lucas, no capítulo 1.º, para **cujo** cumprimento é necessário... R2:377
- ...pela multidão da gente que os obedece, de **cujo** número dizem cousas estranhas os autores acima citados... R2:389
- ...a mesma terra, **cujo** desterro e perda era a última e maior de todas as penas... R2:404
- ...nem nenhum serviço à sua Igreja, **cujo** maior brasão é a mesma verdade... R2:415
- ...aquelas celebradíssimas palavras, **cujo** inteiro e plenário sentido... R2:418
- ...do sangue de Cristo, a **cujo** superabundantíssimo preço... R2:465
- ...em sua Igreja, **cujo** arquétipo... R2:470
- ...Trinta e duas opiniões...entre **cujos** autores é Lactâncio... R2:509
- ...Deus, **cujos** juízos são incompreensíveis... R2:511
- ...da mesma América, **cujos** fins últimos se ignoram... R2:554
- ...a de Lutero, **cujos** estragos... R2:568
- ...Portugal, **cujo** sítio, lugar... R2:589
- ...Artaxerses (a **cujo** zelo... R2:610
- ...o hábito que professo, **cujo** descrédito... R2:648

b) uso predicativo:

- ...aquele riquíssimo e soberano Senhor **cujos** são os tesouros... R1:179
- ...os quais, perguntados por Cristo que opinião tinham do Messias e **cujo** filho havia de ser.. R2:396
- ...isto é, aquele Rei **cujo** é e a quem pertence o dito Império... R2:588

Num total de 45 ocorrências de «cujo», 42 (93,3%) são representativas do uso actual, enquanto apenas 3 (6,6%) ilustram a permanência, no final do séc. XVII, do antigo uso predicativo.

2.4. Utilização da forma feminina do adjectivo «comum»

É sabido que «o adjectivo *comum* formou um feminino *comua*, que foi usado até o século XVIII...»²⁰, pelo que será de esperar que este surja já em percentagem reduzida na escrita de Vieira, em finais do séc. XVII. De facto, a análise do uso destas formas na escrita de Vieira revela que a forma actual, uniforme, surge já a qualificar também nomes femininos, surgindo a forma feminina do adjectivo, hoje desusada, apenas num número claramente minoritário de casos. Vale a pena observar na íntegra os dados da *Representação*, confirmados pelos *Sermões*.

a) uso da forma feminina do adjectivo comum:

- ...conclusão, que é **comüa**... R1:207
- ...a terceira [cousa], posto que não seja tão **comüa**... R1:227
- Esta conclusão é **comüa**... R1:249
- ...por opinião **comüa**... R1:294
- ...a maior deste argumento, ainda que seja **comüa**... R1:302
- ...as razões ou considerações...e outras são **comüas**... R2:12
- ...opiniões **comüas**... R2:13
- ...opinião não **comüa**... R2:22
- ...há-de ser mui **comüa** entre todos a observância da lei divina... R2:416

b) uso actual do adjectivo comum:

- A Maior é **comum**... R1:39
- ...é doutrina **comum**... R1:53
- A razão **comum**... R1:66
- A frasi **comum**... R1:106
- ...aprovação **comum**... R1:134
- ...voz **comum**... R1:149
- ...a autoridade pública, **comum**... R1:149
- ...**comum** sentença... R1:161
- É suposição **comum**... R1:166
- ...é **comum** sentença... R1:178
- ...üa resolução **comum**... R1:180
- ...é **comum** sentença... R1:205
- ...a utilidade **comum**... R1:206
- ...a opinião **comum**... R1:221
- ...opinião **comum**... R1:242
- ...é **comum** sentença... R1:244

²⁰ Williams, 1991: 137.

- ...a doutrina **comum**... R1:309
 ...Praxi **comum** da Igreja... R1:344
 ...autoridade **comum**... R1:346
 ...esta sentença não seja ²¹ **comum**... R2:10
 A opinião **comum**... R2:14
 ...é sentença **comum**... R2:15
 ...a sentença **comum**... R2:16
 ...é sentença **comum**... R2:28
 ...a opinião **comum**... R2:36
 Esta conclusão é...**comum**... R2:45
 ...nesta exposição porque é **comum**... R2:46
 ...esta exposição, como as referidas, é **comum**... R2:48
 ...e linguagem esta muito **comum**... R2:50
 ...resolução **comum**... R2:61
 Esta doutrina é **comum**... R2:66
 ...como é **comum** exposição... R2:166
 ...em sentença **comum**... R2:171
 ...esta opinião e exposição é **comum**... R2:174
 ...daquela opinião **comum**... R2:205
 ...a doutrina **comum**... R2:304
 ...é sentença **comum**... R2:338
 ...a opinião **comum**... R2:353
 ...posto que fosse tão **comum** então a dita sentença... R2:408
 ...conforme a sentença **comum**... R2:409
 ...a doutrina **comum**... R2:410
 ...é sentença **comum**... R2:458
 ...a mais **comum** opinião... R2:466
 ...na opinião **comum**... R2:468
 ...é **comum** opinião... R2:474
 A 2.^a e mais **comum** opinião... R2:475
 ...esta 2.^a e **comum** opinião... R2:475
 ...a segunda [opinião]como mais **comum**... R2:480
 ...suposição **comum**... R2:497
 ...frasi **comum**... R2:520
 ...a frasi **comum**... R2:521
 A 1.^a e mais **comum** opinião... R2:529
 ...a mesma opinião mais **comum**... R2:529
 ...a persuasão **comum**... R2:530
 ...a comum **opinião**... R2:531

²¹ esta sentença não seja comum] No manuscrito da Biblioteca Nacional *esta sentença da conversão universal do mundo não é comua*. Note-se, neste caso, a substituição da forma feminina que surge no manuscrito de rascunho pela forma moderna na versão final; o que parece indicar que a forma moderna seria já a preferida.

- ...à opinião **comum**... R2:536
 ...é sentença **comum**... R2:537
 ...com a **comum** opinião... R2:543
 ...era sentença **comum**... R2:547
 A exposição mais **comum** e recebida... R2:566
 ...a opinião **comum**... R2:575
 ...a **comum** opinião... R2:581
 ...opinião **comum**... R2:595
 E esta exposição é a **comum**... R2:611
 ...a qual doutrina e praxi (que é **comum** da Igreja... R2:615
 Toda esta doutrina é **comum**... R2:617
 ...com a **comum** [opinião]... R2:627
 ...a opinião...é a **comum**... R2:639
 ...a doutrina **comum**... R2:643
 ...a doutrina **comum**... R2:644
 É esta sentença a **comum**... R2:645

Num total de 80 ocorrências do adjetivo *comum*, apenas 9 (11,2%) apresentam a antiga forma feminina, registando-se já nos restantes 71 casos (88,7%) a forma moderna, uniforme, o que permite afirmar que a forma feminina estaria já em claro declínio. Em apoio desta conclusão vem o facto particularmente interessante de Vieira chegar mesmo a substituir a forma antiga pela moderna na cópia a limpo²².

3. Aspectos lexicais

No domínio do léxico, aponta-se normalmente como principal característica do «período clássico», particularmente na língua literária, a «latinização» ou «relatinização» do léxico, sob a influência do movimento humanista seu contemporâneo, contrastando com a «vernaculidade» característica ainda no século XV.

A escrita de Vieira não permite, no entanto, confirmar este princípio de forma absoluta, constatando-se, a par de uma tendência claramente etimologista a nível gráfico, em alguns casos com reflexos a nível fonético-fonológico e/ou morfológico, uma também assinalável preferência por formas vernáculas, por vezes já em desuso na época, mas vivas ainda a nível popular e regional, algumas das quais chegaram até à actualidade.

²² Cf. supra nota 21.

A explicação para tal facto, que opõe Vieira a Camões, por exemplo, deve procurar-se, não na formação de Vieira, naturalmente, a qual, como acima referimos, era de base latina, mas no tipo de obra em causa. Em Camões, em particular nos *Lusíadas*, estamos perante um poema épico, ao qual convinha um estilo elevado; em Vieira, estamos perante textos com uma finalidade essencialmente pedagógica, que justifica o seguimento da conhecida máxima de S. Agostinho: «melius est ut reprehendant nos grammatici quam non intelligant populi»²³.

Assim, encontra-se em Vieira, nos *Sermões* como na *Representação*, um grande número de formas latinizantes, a par de outras vernáculas e/ou arcaicas. Vejamos apenas, a título de exemplo, alguns casos de cada tipo:

a) *formas latinas ou latinizantes:*

O uso de grafias latinas ou latinizantes é uma marca característica da escrita de Vieira, que se coaduna com a sua formação clássica e com o «espírito ortográfico» da época. No entanto, em muitos casos, estas grafias não teriam correspondência fonético-fonológica. É o caso de formas como *redempção*, *redemptor* ou *delicto*, em que a alternância com as formas modernas autoriza a pensar que os grupos consonânticos em causa seriam meramente gráficos, mas não necessariamente o de *augmento*, por exemplo, onde a sistematicidade da grafia aconselha prudência na sua interpretação, ou ainda o curioso caso da alternância vocálica, também sistemática, entre *princepe* e *principes*, que reflecte a existente no Latim *Princeps* (sing.) / *Principes* (plur.) e que poderia, também neste caso, não ser meramente gráfica.

Diferentes destes são os casos de formas etimológicas que acabariam por ser substituídas a partir do período clássico, mas em que a forma moderna ainda não surge em Vieira, quer porque, de facto, ela ainda não estivesse disponível no seu tempo, quer porque, coexistindo ambas, Vieira opta pela forma antiga. É o caso de *aniilar*, por *aniquilar*, *leixando-o*, por *deixando-o*, *consumem*, por *consomem*, *herença*, por *herança*, *deidades* por *divindades*²⁴ ou *portavil* por *portátil*.

Finalmente, importa destacar o uso muito frequente de latinismos

²³ *Enarrationes in Psalmos*, 138: 20.

²⁴ Do lat. *deitas -atis*, «divindade» ou «natureza divina». A forma «divindade», que, em latim, tinha um significado mais alargado, que incluía o de «deidade», era usada no português antigo para a segunda acepção, usando-se «deidade» para a primeira. Posteriormente, «deidade» caiu em desuso passando «divindade» a cobrir as duas acepções.

e de expressões latinas como *dextra, felice, concordantia, sed sic est, non plus ultra*, etc.

b) *formas vernáculas:*

Entre estas, destacam-se formas populares resultantes de fenómenos de assimilação – em casos como *Salamão*, por *Salomão*, *somana*²⁵ por *semana*, *devação* por *devoção* ou *dezesseis*, por *dezasseis* – e de dissimilação, bastante mais frequentes – *menhã*, por *manhã*, *véspera*, por *véspera*, *rezão*, por *razão* ou *ventagens*, por *vantagens*. Algumas destas formas ainda subsistem actualmente em registos populares e/ou dialectais.

Um segundo grupo engloba formas que sofreram evoluções regulares, ao longo da história da língua portuguesa, que conduziram a alterações, a nível fonético-fonológico e/ou morfológico, e que, na fase clássica da língua, foram relatinizadas. Nestes casos, verifica-se na escrita de Vieira a opção exclusiva ou maioritária pela forma regularmente evoluída, em detrimento das formas relatinizadas. Vejam-se, a título de exemplo, formas como *sustancia*, por *substância*, *bautismo*, por *baptismo*, *exceição* por *excepção*²⁶, *emprender* por *emprender* ou *aprensões*, por *aprensões*.

Finalmente, importa destacar o uso de formas arcaicas e/ou populares, já na época de Vieira, como *vodas*, por *bodas*²⁷, *estória*, por *história*, *destorços* por *destroços* ou *Ingreses* por *Inglese*.

4. Conclusões

²⁵ O <0>, não etimológico (< lat. *septimana*), corresponde a uma evolução por assimilação de [e] pré tónico do lat. vulg. à labial, neste caso [m], comum a nível dialectal. Cf. *Revista Lusitana*, XXVII: 103-104.

²⁶ «Exceição» e «excepção», terão coincidido no uso comum durante todo o período clássico. Em Vieira, no entanto, documenta-se o uso exclusivo da forma antiga, com semivocalização do primeiro elemento do grupo consonântico, no caso do nome, mas não no caso de formas verbais e adverbiais, como «exceptuando», «excepto», «exceptos», «exceptuados», «excepta», «exceptua», «exceptas».

²⁷ O «v» inicial nesta forma é o resultado directo da evolução regular de *u* latino em posição inicial: *uotum* > *votum* (neste caso no plural: *uota* > *vota*) por consonantização de *u-*, e não coloca qualquer problema. No entanto, em alguns casos, como o presente, o *v-* sofreu ainda um desenvolvimento posterior para *b-* (cf. Williams, ob. cit., § 61,4, A), de mais difícil e não consensual explicação. Na época de Vieira, a forma com *-v* era já um arcaísmo, permanecendo na língua como forma popular, o que, aliás, acontece até hoje a nível regional (cf. Neto, ob. cit.: 506).

Concluindo a breve análise que nos propusemos do estado de alguns aspectos considerados centrais para o conhecimento da língua portuguesa seiscentista, através da obra de um dos seus representantes máximos, é possível retirar algumas conclusões, ainda que apenas indicativas, que se espera possam ser confirmadas em estudos próximos sobre outros autores e textos, literários e não literários:

4.1. O domínio fonético-fonológico é, sem dúvida, aquele em que os dados se revelam mais escassos e menos seguros, o que se explica por ser Vieira um autor literário, com uma sólida formação clássica, o que não permite esperar «deslizes», semelhantes aos que se podem encontrar em textos produzidos por mãos menos expertas.

Mesmo nos casos em que algumas formas parecem documentar os fenómenos estudados, o que só acontece no domínio do vocalismo, verifica-se sempre a possibilidade de estas serem etimológicas e não o resultado desses fenómenos. Exceptuam-se alguns casos, como o de *locura*, que, por ser de origem obscura, não latina, pode considerar-se uma atestação segura da monotongação de /ow/.

No domínio do consonantismo, a ausência de confusões gráficas indicativas dos fenómenos analisados pode ser entendida como manifestação da tendência etimologista de Vieira ou como indicativa de que os fenómenos em causa não teriam ainda o grau de difusão suficiente para transparecerem no registo escrito. Esta segunda interpretação é corroborada pelo facto de, no caso da simplificação do sistema de sibilantes, fenómeno muito mais antigo, a escrita de Vieira denotar as típicas confusões de <c, ç> com <ss> e de <z> com <s>.

4.2. No que toca aos aspectos morfo-sintácticos analisados, verifica-se que, em três dos quatro aspectos abordados, a escrita de Vieira revela já o predomínio das formas modernas, confirmando uma alternância entre os dois usos nesta época e o progressivo desaparecimento das formas antigas até ao séc. XVIII.

A construção de estruturas condicionais expressando irreabilidade pode ser considerada uma excepção a esta tendência, uma vez que as construções modernas, posto que já muito visíveis, ainda não são maioritárias e, em alguns casos (mais-que-perfeito do conjuntivo + futuro do pretérito), nem ainda documentadas.

4.3. Finalmente, quanto ao léxico, e como não poderia deixar de

ser, é muito clara em Vieira a influência do Latim, ao contrário de outras que também caracterizam o período clássico mas que não têm expressão significativa em Vieira: castelhano, línguas orientais, africanas e brasileiras.

Mais do que a presença frequente de palavras e expressões latinas, é sobretudo a ortografia «etimológica» que causa estranheza ao leitor mais desprevenido. A este nível, porém, é fundamental ter em conta que, em grande parte dos casos, esta ortografia não reflectiria uma pronúncia equivalente, sendo, no entanto, de admitir que, em casos de sistematicidade absoluta, tais grafias pudessem corresponder a pronúncias também elas latinizantes.

Ainda assim, não é desprecienda em Vieira a frequência de formas vernáculas / vulgares, que conferem um colorido muito particular à prosa Vieiriana.

Bibliografia

- BANZA, Ana Paula. 1992. *A Linguagem dos Documentos em Português da Chancelaria de D. Afonso III*. Dissertação de Mestrado policopiada. Lisboa.
- BANZA, Ana Paula. No prelo. *A Representação dos motivos que tive para me parecerem prováveis as proposições de que tratava*. Lisboa: IN-CM.
- BECHARA, Evanildo. 1991. «As fases da língua portuguesa escrita». *Actes du XVIIIe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*, III. (pp. 68-76).
- CUNHA, Celso. 1974. «Le polymorphisme du Portugais du Brésil et ses causes: le cas du /s/implosif». *Cultura Neolatina*, XXXIV, 3-4. (pp. 327-335).
- DIAS, Augusto Epiphânio da Silva. 1970. *Syntaxe histórica portuguesa*. Lisboa.
- ESPÍRITO SANTO, Arnaldo, PIMENTEL, Cristina, e BANZA, Ana Paula (eds.). No prelo. *Sermões*, de Padre António Vieira, I. Lisboa: IN-CM.
- MAIA, Clarinda de Azevedo. 1986. *História do Galego-Português, Estado Linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI* (com referência à situação do galego moderno). Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- MAIA, Clarinda de Azevedo. 2005. «Alguns aspectos da língua portuguesa nos Sermões do P.^o António Vieira». In GIL, Alberto e Thielemann. (orgs.). *Die Rhetorik António Vieiras* (Akten der Sektion «António Vieira und die portugiesische Rhetorik» des 17. Jahrhunderts» beim V. Deutschen Lusitanistentag, Rostock [25-28 September 2003]). Bonn: Romanistischer Verlag. (pp. 125-149).
- NETO, Serafim da Silva. 1992. *História da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro/

Lisboa: DinaLivro / Presença.

- RÉVAH, I. S. 1958. «L'évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XVI^e siècle à nos jours». *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*. Rio de Janeiro. (pp. 387-399).
- TAVANI, Giuseppe. 1987. «Antecedentes históricos: a ortografia da língua portuguesa». In CASTRO, Ivo, DUARTE, Inês e LEIRIA, Isabel. (orgs.). *A Demanda da Ortografia portuguesa* (Comentário do Acordo Ortográfico de 1986 e subsídios para a compreensão da questão que se lhe seguiu). Lisboa: João Sá da Costa. (pp. 201-203).
- TEYSSIER, Paul. 1987. *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.
- VERDELHO, Evelina. 1996. «Sobre a língua portuguesa do séc. XVII. Estudos realizados e trabalhos em curso». *Actas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Braga – Guimarães, II. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística. (pp. 325-339).
- VERNEY, Luís António. 1949. *Verdadeiro método de estudar*. Lisboa: Sá da Costa.
- WILLIAMS, Edwin B. 1991. *Do Latim ao Português*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Desambiguador de Homógrafos Heterófonos para Sistemas de Conversão Texto-Fala em Português

DANIELA BRAGA

MARIA ALDINA MARQUES

(Microsoft Language Development Center (MLDC),
Universidade do Minho)

i-dbraga@microsoft.com, mamarques@ilch.uminho.pt

Abstract

In this paper, a tool for homograph disambiguation in Portuguese Text-to-Speech (TTS) is proposed. This tool works with a part-of-speech parser, used to disambiguate homographs that belong to different parts-of-speech, and a semantic analyzer, used to disambiguate homographs which belong to the same part-of-speech.

This linguistically rule-based methodology will be soon adapted to Brazilian Portuguese, since it involves very little changes. In future work, it is our goal to apply it to other Iberian Languages, such as Galician, Catalan and Mirandese.

The proposed algorithms are meant to solve a significant part of homograph ambiguity in European Portuguese (82 pairs of homographs so far). This system is ready to be integrated in a Letter-to-Sound converter. The algorithms were trained with three different corpora (CETEMPúblico, COMPARA and EUROPARL-Opus) and tested with Natura-Diário do Minho corpus. The obtained experimental results gave rise to 96.9% of accuracy rate.

This paper is structured as following: in section 1, an introduction and state-of-the-art is done; in section 2, the architecture of the homograph disambiguation system in articulation with a TTS system is described; in section 3, the methodology used in the construction of homograph disambiguation algorithms is explained; in section 4, test results are shown and discussed; in section 5, main conclusions and future work are presented.

Palavras-chave: Síntese de Voz, Conversão Texto-Fala, Text-to-Speech, homógrafos heterófonos, desambiguação, análise morfossintática, análise semântica.

1. Caracterização do Problema e Estado da Arte

Tal está, morta, a pálida donzela,
Secas do rosto as rosas e perdida
A branca e viva cor, co a doce vida.

(Camões, *Os Lusíadas*, III, 134)

Este breve excerto saído do trágico episódio do assassinio de Inês de Castro, lapidarmente imortalizado por Camões, contém duas palavras, <secas> e <cor>, cuja decisão de pronúncia depende do conhecimento morfossintáctico e semântico respectivamente. Sem essa informação, nem o falante nem um sintetizador de fala poderá decidir se deve ler a palavra com vogal tónica aberta ou fechada.

A ambiguidade dos homógrafos heterófonos, exemplificada em pares do tipo <o acerto> [e]¹ e <eu acerto> [E]; <o almoço> [o] e <eu almoço> [O], ou <eu/ele fora> [o] e <lá fora> [O], representa um problema de difícil resolução nos sistemas de conversão Texto-Fala, sendo responsável por uma considerável taxa de erro.

O que acontece é que a transcrição ortográfica automática, independentemente da abordagem que esteja a ser utilizada, produz erros, já que gera apenas um output (um fone) para cada input (grafema ou conjunto de grafemas), embora, no caso dos homógrafos, devesse ser capaz de escolher entre dois outputs, consoante o contexto morfossintáctico ou semântico do homógrafo em causa.

O problema da desambiguação de homógrafos é realmente complexo porque depende de informação morfossintáctica na maior parte dos casos. Nos pares <o gosto>[o] / <eu gosto>[O], a diferença de timbre da vogal tónica correlaciona-se com o facto de as palavras pertencerem à classe gramatical de nome e verbo, respectivamente.

Por vezes, a desambiguação de homógrafos só pode ser feita com recurso a informação semântica (entre palavras da mesma categoria gramatical como <sede> [e] / <sede>[E] ou <besta>[e] / <besta>[E]), sendo esta considerada de mais alto nível e de mais difícil implementação computacional. No excerto seguinte (in Huang et al., 2001: 724), saído de uma das obras mais reputadas da actualidade na área do

¹ A transcrição fonética usada neste trabalho segue o alfabeto SAMPA (Computer Readable Phonetic Alphabet) para Português (disponível em: <http://www.phon.ucl.ac.uk/home/sampa/portug.htm>), acrescido da extensão [l*] para representar a lateral velarizada em situação implosiva presente na palavra <mal>.

processamento da fala, os autores mostram precisamente que a classificação morfossintáctica da palavra nem sempre é suficiente para determinar a leitura do homógrafo, mesmo para os próprios falantes:

«Homograph variation can often be solved on POS² (grammatical) category. Examples include *object*, *minute*, *bow*, *bass*, *absent*, etc. Unfortunately, correct determination of POS (whether by parsing system or statistical methods) is not always sufficient to resolve pronunciation alternatives. For example, simply knowing that the form *bow* is a noun does not allow us to distinguish the pronunciation appropriate for the instrument of archery from that for the front part of a boat. Even more subtle is the pronunciation of *read* in “If you read the book he’ll be angry”. Without contextual clues, even human readers cannot resolve the pronunciation of *read* from the given sentence alone» (Huang et al., 2001: 724).

Ora, enquanto este tipo de conhecimento linguístico vai sendo adquirido e interiorizado pelo ser humano de forma mais ou menos desorganizada desde a infância, através de um processo psico-cognitivo muito complexo, o mesmo não acontece com o computador, que necessita de uma metodologia de aprendizagem muito controlada e estruturada.

A dificuldade inerente a este problema parece explicar a escassez de trabalhos publicados sobre o assunto.

O trabalho de referência sobre a questão da desambiguação de homógrafos em sistemas de TTS é da autoria de David Yarowsky (1996), a partir do qual o autor estabelece uma tipologia de pares de homógrafos para o Inglês, enuncia as várias técnicas tradicionalmente utilizadas para resolver a questão da desambiguação de homógrafos (N-Gram taggers, classificadores Bayesianos e árvores de decisão) e propõe um algoritmo híbrido, que combina o melhor dos três paradigmas previamente descritos.

Dos principais artigos publicados sobre a problemática da desambiguação de homógrafos no Português aplicada a sistemas TTS, destacam-se as propostas de Ribeiro et al. (2002, 2003) para o PE, Seara et al. (2001, 2002) e Barbosa et al. (2003) e Ferrari et al. (2003) para o PB.

Os trabalhos de Ribeiro et al. (2002, 2003) não se debruçam especificamente sobre o problema da desambiguação de homógrafos, mas

² POS (Part-of-Speech), também usado por Lyons (1977) equivale a «categoria gramatical» ou «categoria morfológica» da palavra ou ainda «partes do discurso», na Gramática Tradicional.

antes sobre a influência da informação morfossintáctica no melhor desempenho dos sistemas de TTS e, particularmente na desambiguação de homógrafos heterófonos. No trabalho de 2002, Ribeiro et al. comparam dois analisadores morfológicos, um que segue uma abordagem probabilística e outro que segue uma abordagem híbrida (probabilística e por regras linguísticas). Os resultados parecem mostrar um melhor desempenho global da abordagem híbrida. Apresenta-se ainda uma tabela com uma tipologia de ambiguidades morfossintácticas que influenciam o módulo de análise fonética, ou seja, o conversor grafema-fonema. No entanto, nenhum caso classificado de ambiguidade é acompanhado de exemplos, pelo que não se percebe quando se trata de ambiguidade morfossintáctica decorrente da homonímia, ou ambiguidade morfossintáctica decorrente da homografia heterófona. A actualização do mesmo trabalho publicada em 2003 vem precisamente corroborar que a desambiguação morfossintáctica analisada é, essencialmente, a desambiguação de palavras homónimas, o que tem pouco impacto ao nível dos módulos de conversão grafema-fone dos sistemas de TTS, visto não ter consequências na articulação da palavra. Este trabalho mostra, no entanto, o impacto que a resolução de ambiguidade morfossintáctica pode ter ao nível do módulo de geração prosódica, ao ser capaz de distinguir palavras conteúdo e palavras função, com impacto no foco da frase, e ao possibilitar a delimitação dos grupos prosódicos.

Ferrari et al. (2003) propõem uma metodologia linguística, assente na Gramática Cognitiva, para solucionar a questão da variação fonética dos homógrafos heterófonos, com base na análise de corpora. A análise centra-se na identificação e programação das construções sintácticas vizinhas esperadas, partindo apenas da análise do contexto:

«Since the nouns [sedi] and [sEdi] can take part in noun phrases, prepositional phrases or verb phrases, the analysis focused on different types of constructional schemas that are relevant for the distinction between them» (Ferrari et al., 2003).

Esta abordagem permite efectuar desambiguação não só morfosintáctica como semântica. Contudo, revela-se pouco económica, dado necessitar de um estudo de ocorrências contextuais análogo para cada par de homógrafos heterófonos, o que não contribui para a desejável programação otimizada dos algoritmos que devem compor o módulo de conversão grafema-fone.

Nos trabalhos de Seara et al. (2001, 2002), desenvolve-se, através de uma abordagem linguística, um *parser* ou analisador morfossintático com vista a resolver a questão da alternância vocálica existente em formas nominais e verbais. Trata-se de um trabalho muito interessante e importante para a resolução da ambiguidade presente em alguns tipos de homógrafos heterófonos, por um lado, e de resolução da alternância vocálica ao longo da flexão verbal, como em <eu *meto*>[e] / <ele *mete*>[E]. No entanto, este trabalho não abrange os casos em que a desambiguação de homógrafos heterófonos se estabelece semanticamente. No presente trabalho, fizemos uma re-estruturação da tipologia enunciada em Seara et al. (2001, 2002), adaptando-a apenas a casos de homografia heterófona e aumentando a cobertura dos pares de homógrafos, através da integração da análise semântica.

2. Arquitectura do Sistema

O desambiguador de homógrafos heterófonos constitui uma componente do módulo de Análise e Transcrição Fonética (vide Figura 1), articulando-se directamente com o Conversor Grafema-Fone³. Esta componente insere-se na parte que se designa por *front-end* ou pré-processamento do texto e faz a conversão do texto em etiquetas fonéticas, as quais são seguidamente interpretadas pelo motor de síntese ou *back-end*. Uma base de dados de voz ou *voice font*, foneticamente etiquetada, fornece os sons da língua, fones, difones ou outras unidades, que o motor de síntese transforma e faz corresponder às etiquetas fonéticas, gerando assim voz sintética.

Porém, cada uma das componentes que fazem parte dos módulos do sistema constitui uma ferramenta complexa, que funciona quer individualmente, quer articuladamente com os outros módulos do sistema.

Na Figura 2, que passaremos a descrever, pode ver-se a estrutura do Desambiguador de Homógrafos Heterófonos. O Desambiguador pode ser encarado como uma parte do Analisador Morfológico. Na verdade, o seu funcionamento está dependente da análise morfossintática, como ilustra a Figura 2, por ser necessário indentificar as categorias gramaticais das palavras que ocorrem à esquerda e à direita do homógrafo em análise.

³ Também designado por Conversor LTS (Letter-to-Sound) ou G2P (Grapheme-to-phone/me).

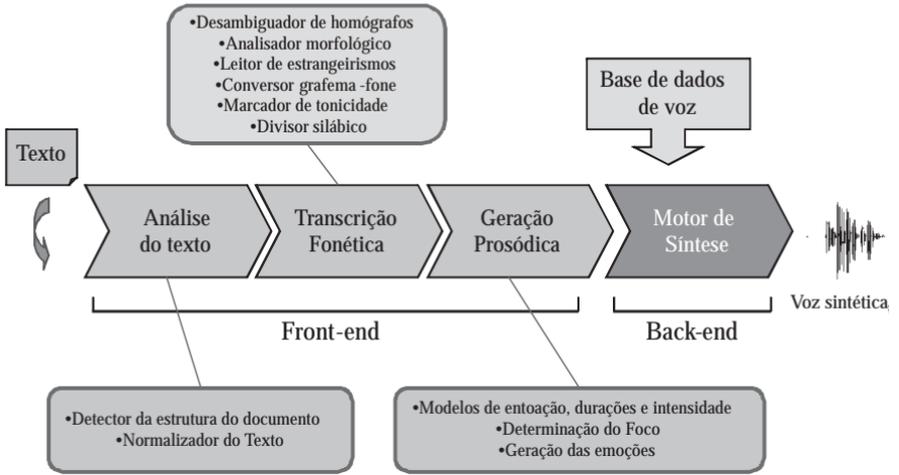


Figura 1: Esquema da arquitectura de um sistema de conversão Texto-Fala.

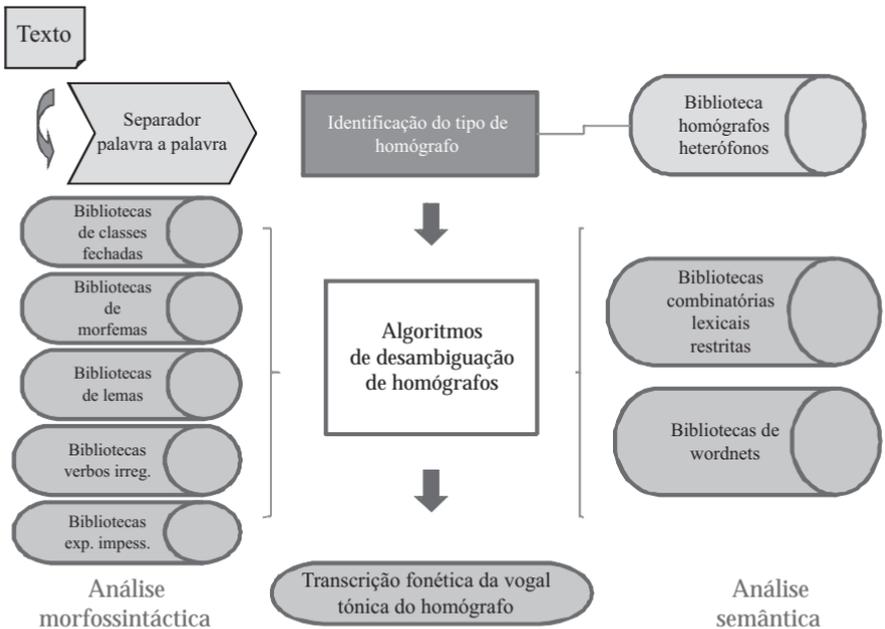


Figura 2: Arquitectura do Desambiguador de Homógrafos Heterófonos.

A partir da observação da Figura 2, pode ver-se que o input do sistema é o texto que é separado palavra a palavra. A seguir, um algoritmo de busca encarrega-se de verificar se existem homógrafos no texto de entrada e de identificar o seu tipo, através da consulta à biblioteca de homógrafos heterófonos. Estão até ao momento identificados 21 tipos de homógrafos, que são apresentados no ponto 3, o que faz com que haja 21 outputs possíveis nesta fase do sistema.

O passo seguinte consiste em fazer passar o homógrafo em questão pelo algoritmo de desambiguação que lhe foi atribuído. Estes algoritmos consistem em árvores de decisão que formulam várias perguntas relativas ao contexto morfosintático do homógrafo e que, com base nas respostas, permitem decidir a sua pronúncia, como será descrito no ponto 3. Para determinar a categoria gramatical das palavras vizinhas, o sistema consulta o Analisador Morfosintático, que é constituído por várias bibliotecas e por regras morfosintáticas que permitem gerar a classificação gramatical.

Fazem parte do Analisador Morfológico as seguintes bibliotecas:

1. **Biblioteca das classes fechadas**, ou seja, as categorias gramaticais cujos itens lexicais existem em número finito e que dificilmente admitem formação de novas palavras. Nestas bibliotecas não se incluíram as palavras que apresentam homonímia gramatical, como por exemplo <o>, <a>, <os>, <as>, <muito>, <pouco>, <tanto>, <que>, <quem>, <onde>, entre outras. Desta biblioteca foram consideradas as seguintes classes:
 - a. preposições (PREP)
 - b. advérbios (ADV) e advérbios de quantidade (ADV_Q)
 - c. contracções de preposição com determinante/pronome (CONT)
 - d. conjunções subordinativas (C_S) e locuções conjuncionais subordinativas (Loc_S)
 - e. conjunções coordenativas (C_C) e locuções conjuncionais coordenativas (Loc_C)
 - f. determinantes artigos indefinidos (ART_IND)
 - g. pronomes e determinantes demonstrativos (DEM)
 - h. pronomes e determinantes possessivos (POSS)
 - i. pronomes e determinantes indefinidos (IND)
 - j. pronomes e determinantes interrogativos (INT)
 - k. numerais (NUM)

- l. pronomes pessoais sujeito (P_PES_SU) e pronomes pessoais objecto (P_PES_O_1)⁴, (P_PES_O_2)⁵, (P_PES_O_3)⁶
- m. pronomes relativos (P_REL)
- n. interjeições (INTJ)

2. **Biblioteca de afixos**⁷, constituída pelas seguintes sub-classes:

- a. Sufixos Nominais (Des_N), Adjectivais (Des_Adj) e Adverbiais (Des_Adv)
- b. Sufixos verbais (Des_V)
- c. Prefixos portugueses (Pref_PT)
- d. Radicais gregos e latinos (R_GL)

3. **Bibliotecas de verbos irregulares**, contendo as formas dos principais verbos irregulares.

4. **Biblioteca de expressões impessoais** (Exp_Imp), contendo expressões constituídas por verbo ser na 3.^a pessoa seguido de adjectivo (ex.: <é importante>). Estas expressões regem orações completivas integrantes ou infinitivas, permitindo assim prever a sua sintaxe.

5. **Biblioteca de lemas**⁸, constituída pelo dicionário Jspell⁹ para o Português, com cerca de 34000 palavras, anotado morfolo-

⁴ Pronomes pessoais objecto que não sofram processos de assimilação resultantes da co-articulação com formas verbais (ex.: <me>, <te>, <se>, <lhe>...).

⁵ Pronomes pessoais objecto na terceira pessoa que sofrem assimilação no contacto com formas verbais com <-r>, <-s>, e <-z> em situação implosiva (ex.: <vou comprá-lo>).

⁶ Pronomes pessoais objecto na terceira pessoa que sofrem assimilação no contacto com formas verbais com nasal ou ditongo em situação implosiva (ex.: compram-no).

⁷ Entendemos o conceito de afixo como constituinte morfológico que se associa ao radical e tema, os constituintes básicos da palavra, segundo uma perspectiva inovadora da Teoria X-Barra aplicada à Morfologia do Português por Alina Villalva: «No Português, os afixos disponíveis são prefixos, quando ocorrem na periferia esquerda da forma de base (...), e sufixos, quando se encontram à direita da forma de base» (in Mateus, et al. 2003: 941).

⁸ Segundo Iriarte (2001: 30) «O lema (entrada ou vedeta) poderá ser qualquer palavra, conjunto de palavras, signo, letra, conjunto de letras ou signos que encabeçam um artigo de dicionário, enciclopédia, índice, ficha, etc., e que é objecto de definição, explicação, tratamento enciclopédico ou, no caso dos dicionários bilingues, do qual se fornece um equivalente noutra língua (...). Neste sentido, o lema pode corresponder a

camente, que resultou do projecto Natura, ainda em curso¹⁰, levado a cabo por investigadores do pólo de Braga da Linguatca¹¹, José João Almeida, Alberto Simões e Rui Vilela.

Contam-se entre as principais fontes para a constituição das bibliotecas de classes fechadas e morfemas as obras de Cunha & Cintra (1992), Estrela et al. (2004) e Bergström et al. (1997). As bibliotecas de verbos irregulares partiram da lista de verbos irregulares disponível no pacote Jspell, estando em processo de ampliação manual com apoio bibliográfico (Nogueira, 1994).

A identificação do homógrafo faz-se através da consulta à **Biblioteca de homógrafos**, que ainda está em fase de expansão. Esta biblioteca contém 82 lemas com a informação do tipo de homógrafo a que pertencem, a que corresponde um algoritmo de decisão. Se a palavra em questão estiver na lista de homógrafos, é encaminhada para o seu respectivo algoritmo de decisão.

A análise morfossintáctica ocorre sempre que os homógrafos pertençam a classes gramaticais distintas. Neste caso, consultam-se as bibliotecas da Figura 2 que são responsáveis pela análise morfossintáctica do texto.

Mas sempre que os pares de homógrafos pertençam à mesma categoria gramatical, a análise morfológica dá lugar à análise semân-

uma palavra (ex.: *hierro*), uma sigla (ex.: *DNI*) ou um sintagma (ex.: *caminho de ferro*) (Iriarte, 2001: 300). Na nossa biblioteca corresponde apenas a palavras.

⁹ Sobre o Jspell: «O Jspell é um analisador morfológico *open source* para sistemas baseados em UNIX, baseado no Ispell, que permite mediante diversos tipos de interface analisar morfológicamente ou corrigir a ortografia de um texto. Está orientado para o processamento de textos/palavras da língua portuguesa. (...) O Jspell está disponível para língua portuguesa, inglesa, e latim, sob a licença GNU GPL2. Os dicionários não pretendem cobrir 'todo' o vocabulário existente, apenas as formas mais frequentes. As palavras cuja terminologia é demasiado específica e raras, não são incluídas no dicionário. (...) O dicionário para o Português (1995), morfológicamente anotado, foi construído a partir da extração de palavras de material académico da Universidade do Minho, como teses de Doutoramento e Mestrado, corpora jornalístico Português de Portugal disponível publicamente, listas de nomes públicas, e diverso material livre de direitos de autor. Numa segunda fase, modificações individuais consoante o critério dos autores, recurso à consulta de proutários, dicionários de definições, lista de frequências, sugestões de utilizadores, cruzamento e validação de palavras com a colaboração de entidades externas» (in: <http://linguateca.di.uminho.pt/jspell/jsolhelp.pl>).

¹⁰ Disponível para download em: <http://natura.di.uminho.pt/wiki/index.cgi?jspell>.

¹¹ Para mais informação sobre o pólo de Braga da Linguatca, consultar <http://linguateca.di.uminho.pt/>.

tica, operada pela consulta das bibliotecas de combinatórias lexicais restritas¹² e as bibliotecas de *Wordnets*, cujo funcionamento será descrito no ponto 3.

As bibliotecas de combinatórias lexicais restritas abrangem, segundo a designação de Iriarte (2001), os frasesmas completos (ou expressões idiomáticas)¹³ (ex.: «cor de burro quando fogue»), os semi-frasesmas (ou colocações)¹⁴ (ex.: «pregar um susto») e os quase-frasesmas¹⁵ (ex.: «boca do lobo»). Destas bibliotecas constam ainda os provérbios (ex.: «Gato escaldado de água fria tem medo»). Estas bibliotecas foram construídas, para cada par de homógrafo, a partir da análise de vários corpora electrónicos, designadamente o corpus jornalístico do CETEM-Público¹⁶, o COMPARA¹⁷ (corpus paralelo em Português e em Inglês constituído por textos literários e suas tra-

¹² A combinatória lexical restrita é uma unidade pluriverbal em que os seus elementos se combinam para produzir um determinado sentido e que, se forem truncadas ou um dos seus elementos substituídos, se torna agramatical. Iriarte, a propósito dos sintagmas «mudança radical», «dar um passeio» e «leite gordo», explica: «É evidente que este tipo de combinações lexicais não são totalmente livres, como fica evidenciado pelos casos agramaticais que acompanham cada exemplo (*fazer um passeio, etc.). Estamos perante casos de combinatória lexical restrita (as chamadas colocações) (...)» (Iriarte: 2001: 139).

¹³ Segundo Iriarte (2001: 174): «Uma expressão idiomática ou frasesma completo AB ('ser o braço direito de') é uma combinação de dois ou mais lexemas A (braço) e B (direito), cujo significante é a soma regular dos significantes dos lexemas constituintes /A+B/ (braço+direito), mas cujo significado não é a esperada união regular de A e B (...), mas um significado diferente 'C' ('[ser o] auxiliar principal' ou 'principal colaborador') que não inclui nem 'A' nem 'B'».

¹⁴ Ainda segundo o mesmo autor: «(...) uma colocação, ou semi-frasesma, AB é uma combinação de dois ou mais lexemas A e B, cujo significante é a soma regular dos dois significantes dos lexemas constituintes /A + B/, e cujo significado 'X' inclui o significado do lexema A mais um significado 'C' ('X'=A+C) , de tal maneira que o lexema B que exprime 'C' não é seleccionado livremente. Numa colocação, pensemos, por exemplo, em ódio mortal, um dos seus constituintes, A (ódio), é seleccionado pelo falante por causa do seu significado, que é conservado intacto; mas o segundo elemento constituinte B (mortal), significa 'C' ('intenso'), diferente de 'B' (que causa ou pode causar a morte). Fora da colocação AB, B (mortal) não seria usado para exprimir C ('intenso') (...)» (Iriarte, 2001: 176).

¹⁵ Os quase frasesmas «são frasesmas em que, para além de se conservarem os sentidos dos lexemas que os constituem, acrescenta-se um novo sentido que não é dedutível da simples soma dos sentidos dos lexemas constituintes (...). São exemplos de quase-frasesmas, tecto falso (...), onde para além dos sentidos 'tecto' e 'falso' temos também o sentido 'para isolar acústica e termicamente' (...)» (Iriarte, 2001: 181-182).

¹⁶ Disponível em: <http://www.linguateca.pt/>.

¹⁷ Disponível em: <http://www.linguateca.pt/COMPARA/BuscaSimples.html>

duções) e o EUROPARL – Opus¹⁸ (constituído por transcrições dos debates do parlamento europeu; corpus alinhado para 12 línguas).

As bibliotecas de Wordnets¹⁹, obtidas pelo mesmo processo que as anteriores, procuram reunir palavras semanticamente relacionadas previsíveis de co-ocorrerem com a palavra a que se ligam. A cada homógrafo com a mesma categoria gramatical são-lhe associadas uma biblioteca de combinatórias lexicais restritas e uma Wordnet.

3. Algoritmos de Desambiguação de Homógrafos Heterófonos

3.1. Metodologia

Este trabalho foi iniciado com uma recolha exaustiva de pares de homógrafos em todas as fontes bibliográficas encontradas, desde gramáticas prescritivas a prontuários, visto que o bom desempenho do nosso desambiguador depende da presença do homógrafo em análise na nossa biblioteca de homógrafos. No entanto, neste tipo de bibliografia, os homógrafos são tratados sempre da mesma forma e usando sempre os mesmos exemplos clássicos. A nossa lista foi assim sendo ampliada através de sucessivos testes ao conversor grafema-fone (Braga et al., 2006), ainda em desenvolvimento, que nos permitiram identificar os actuais 82 homógrafos²⁰ que compõem a nossa lista até à data de redacção do presente trabalho.

¹⁸ Disponível em: <http://logos.uio.no/cgi-bin/opus/opuscqp.pl?corpus=EUROPARL;lang=pt>

¹⁹ O conceito de Wordnet surgiu da designação de uma base de dados de palavras, construída para o Inglês sob direcção de George A. Miller, constituída por palavras (nomes, verbos, adjectivos, advérbios) agrupadas por relações semânticas de base cognitiva, cada uma expressando um conceito. Cada palavra cria uma rede de outras palavras e conceitos, através da qual é possível navegar. Trata-se de um recurso muito útil para o processamento da linguagem natural. A Wordnet é open source e está disponível em: <http://wordnet.princeton.edu/>. Está em curso o projecto de criação de uma Wordnet para o Português, no Centro de Linguística de Lisboa (<http://www.clul.ul.pt/clg/projectos/WordNet.PT-I.html>), mas com resultados ainda não disponibilizados.

²⁰ Segue-se a lista obtida até à redacção deste trabalho, ordenada alfabeticamente: aborto, aceno, acerto, acordo, adorno, almoço, apelo, aperto, apreço, arrepelo, arrojo, arrote, besta, boto, cerca, choco, choro, colher, começo, concerto, conserto, consolo, contorno, cor, coro, corte, desemprego, despojo, desses, deste, destes, destroço, emprego, encosto, erro, esforço, espeto, este, estorvo, folgo, fora, forma, gelo, golo, gosto, governo, interesse, interesses, jogo, leste, lobo, logro, medo, meta, modelo, molho, namoro, olho, pegada, peso, piloto, pregar, reforço, rego, remo, rogo, rola, rolo, seco, sede, selo, sobre, soco, sopro, suborno, termos, testo, toco, topo, torno, troco, troço.

A fase seguinte consistiu na organização dos homógrafos por tipos, de acordo com a natureza da sua oposição e com a alternância fonética que continha. A cada tipo fez-se corresponder um algoritmo de decisão. A nível da implementação, verificou-se que os algoritmos podiam ser agrupados em menos tipos, uma vez que o conjunto de perguntas era o mesmo, por exemplo, para homógrafos que pertencessem à mesma categoria gramatical, mudando apenas a saída fonética, tal como acontece com os algoritmos 1 e 2. São também muito semelhantes os algoritmos cuja saída é verbo, sendo que a única alteração se verifica em pequenos detalhes, consoante o homógrafo é uma forma verbal na 1.^a ou na 3.^a pessoas do Presente do Indicativo (ex.: <gosto> e <rola>).

Seguidamente, procedeu-se à elaboração de regras sintácticas de desambiguação de homógrafos. Este processo foi acompanhado de buscas electrónicas em corpora, no sentido de validar e consolidar as nossas intuições linguísticas.

Usaram-se o CETEM-Público (corpus jornalístico), o COMPARA (corpus literário) e do EUROPARTL-Opus (corpus de debate parlamentar). Esta diversidade de corpora pareceu-nos importante para encontrar mais concordâncias em contexto e contextos mais diversificados decorrentes dos diferentes tipos de texto. Cada homógrafo foi inserido no sistema de busca disponibilizado. O sistema apresentou, em seguida, o número e as ocorrências da palavra em contexto, permitindo assim confirmar regras e verificar mais casos.

Finalmente, os algoritmos foram implementados e o seu desempenho foi testado, como se descreverá no ponto 4.

3.2. Tipologia de homógrafos heterófonos

Nas tabelas 1 e 2 que se seguem, apresentam-se as tipologias de homógrafos consideradas.

Na tabela 1, estão listados os homógrafos cuja desambiguação se estabelece pela identificação da categoria gramatical da palavra.

Os tipos 1 e 2 são os que encerram maior número de pares, uma vez que, em Português, a maior parte dos homógrafos ocorre em oposições de Nome masculino singular *versus* Verbo na primeira pessoa gramatical do Presente do Indicativo. Do total de 82 pares de homógrafos, 54 pertencem aos tipos 1 e 2, ou seja, 66% do total de homógrafos. Estes dois primeiros tipos apresentam algoritmos de desambiguação iguais, diferindo apenas na saída fonética.

A oposição gramatical mais produtiva é, assim, a que opõe Nome a Verbo, presente também nos tipos 3, 4, 8, 12, 13 e 14, embora os dois últimos apresentem uma alternância tripartida, uma vez que o homógrafo pode desempenhar três funções gramaticais.

Do ponto de vista da alternância vocálica, as oposições mais produtivas são as que se estabelecem ao nível da vogal do radical, opondo sistematicamente as vogais orais semi-fechadas [e] e [o] às vogais orais semi-abertas [E] e [O], respectivamente.

De salientar, é o facto de nos Nomes as vogais do radical serem frequentemente semi-fechadas, ao passo que nas formas verbais elas se tornam invariavelmente semi-abertas.

O tipo 13 é um caso particularmente complexo de desambiguação, porque necessita de análise semântica para a oposição <forma> [o] e <forma> [O], que se trata da mesma categoria gramatical, e de análise morfológica para distinguir estas palavras da correspondente forma flexionada do verbo na terceira pessoa do singular do Presente do Indicativo. Como se pode depreender da análise da Tabela 1, outras oposições gramaticais (tipos 5, 6, 9, 11) e vocálicas (tipo 12) são possíveis também.

É ainda de destacar o facto de os homógrafos de tipo 12 não apresentarem alternância na vogal tónica, mas sim na vogal pré-tónica.

A Tabela 2 exhibe os pares de homógrafos cuja desambiguação se estabelece por critérios semânticos, recorrendo portanto a bibliotecas de combinatórias lexicais restritas e bibliotecas de Wordnets, que foram constituídas através da análise dos corpora supra mencionados.

A oposição gramatical é essencialmente estabelecida entre Nomes com significados diferentes (excepto no tipo 21, que opõe Verbo a Verbo), ao passo que a alternância vocálica ocorre sistematicamente entre as vogais orais semi-fechadas [e] e [o] e as vogais orais semi-abertas [E] e [O], respectivamente. Seja como for, a estratégia de análise semântica foi também utilizada para auxiliar na desambiguação de homógrafos de tipo 6, 13 e 14, uma vez que a análise morfossintáctica se revelou insuficiente.

A desambiguação semântica é feita caso a caso, uma vez que a cada par de homógrafos corresponde um algoritmo de decisão separado.

Tipo	Categoria gramatical da oposição	Exemplo	Alternância vocálica da oposição
1	Nome (masc. sing.)/Verbo (1ª p.s. Pres. Ind.)	O <u>er</u> ro foi corrigido. Eu <u>er</u> ro muito.	[e] Nome/[E] Verbo
2	Nome (masc. sing.)/Verbo (1ª p.s. Pres. Ind.)	Tens um <u>o</u> lho vermelho. Eu <u>o</u> lho para ele muitas vezes.	[o] Nome/[O] Verbo
3	Nome (fem. sing.)/Verbo (3ª p.s. Pres. Ind.)	Vi uma <u>o</u> la branca. A <u>o</u> la <u>o</u> la.	[o] Nome/[O] Verbo
4	Verbo/Nome	Vou <u>o</u> lher morangos. Falta-me uma <u>o</u> lher.	[e] Verbo/[E] Nome
5	Contração/Verbo	Quero um <u>o</u> desses. Se tu me <u>o</u> desses um beijo...	[e] Contração/[E] Verbo
6	Verbo/Advérbio	Antes ele <u>o</u> ra médico. Lá <u>o</u> ra está frio.	[o] Verbo/[O] Advérbio
7	Adj. ou Nome/Verbo (1ª p.s. Pres. Ind.)	O <u>o</u> pão está <u>o</u> co. Eu <u>o</u> <u>o</u> co a roupa no estendal.	[e] Adj., N/[E] Verbo
8	Adj. ou Nome/Verbo (1ª p.s. Pres. Ind.)	Tem o pé <u>o</u> co? ²¹ Eu <u>o</u> co sal nos bolos.	[o] Adj., N/[O] Verbo
9	Demonstrativo/Nome ou Adj.	Este <u>o</u> carro é meu. Norte, sul, <u>o</u> este, oeste.	[e] Dem./[E] Adj., N
10	Verbo/Adj. ou Nome	<u>o</u> este o anúncio? Fica <u>o</u> virado a <u>o</u> este.	[e] Verbo/[E] Adj., N
11	Preposição/Verbo	Falou <u>o</u> bre a vida. Espero que não <u>o</u> bre.	[o] Prep./[O] Verbo
12	Verbo ou Adj./Nome	Foi <u>o</u> conversa <u>o</u> gada. Vi <u>o</u> <u>o</u> gadas de dinossauros.	[@] Verbo/[E] Nome
13	Nome/Nome/Verbo	Tira o bolo da <u>o</u> ma. Essa <u>o</u> ma é circular. Ele <u>o</u> ma os alunos.	[o] Nome/[O] Nome/[O] Verbo
14	Prep./Nome/Verbo	Vi <u>o</u> cerca de dois lobos. A <u>o</u> cerca é de madeira. Ele <u>o</u> cerca o castelo.	[e] Prep./[e] Nome/[E] Verbo

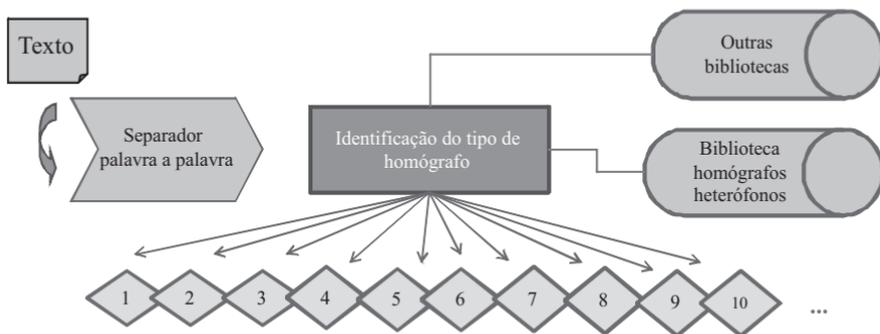
Tabela 1: Tipos de homógrafos pertencentes a classes morfossintáticas diferentes.

²¹ <boto> tem mais significados, embora pouco usuais. <boto> /O/ é s.m. em Portugal, como regionalismo de Trás-os-Montes, significando «borracha»; é s.m. /o/, dando nome a um tipo de cetáceos da família dos «delfínídeos». Em Bras./Gir. significa «coisa volumosa». Também como s.m. /o/ é um sacerdote do hinduísmo (in Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa).

Tipo	Categoria gramatical da oposição	Exemplo	Alternância vocálica da oposição
15	Nome/Nome	A <u>b</u> esta foi abatida. Manejava bem a <u>b</u> esta.	[e] Nome/ [E] Nome
16	Nome/Nome	Tinha muita <u>s</u> ede. A <u>s</u> ede da ONU...	[e] Nome/ [E] Nome
17	Nome/Nome	Tem <u>m</u> edo de voar. Os <u>m</u> edos são um povo.	[e] Nome/ [E] Nome
18	Nome/Nome/Verbo	Há café na <u>t</u> ermos. É bom <u>t</u> ermos saúde.	[e] Nome/ [E] Nome/ [E]Verbo
19	Nome/Nome	O tecido perdeu a <u>c</u> or. Sei isso de <u>c</u> or e salteado.	[o] Nome/ [O] Nome
20	Nome/Nome	O <u>l</u> obo é um animal. Tem lesões no <u>l</u> obo occipital.	[o] Nome/ [O] Nome
21	Verbo/Verbo	Vou <u>p</u> regar um prego. Vai <u>p</u> regar aos peixinhos.	[@] Verbo/ [E] Verbo

Tabela 2: Pares de homógrafos com a mesma classe morfossintáctica.

3.3. Algoritmos de desambiguação



Algoritmos de desambiguação de homógrafos

Figura 3: Funcionamento do Desambiguador de Homógrafos Heterófonos.

Após a separação do texto em palavras estar efectuada, o desambiguador começa por buscar candidatos a homógrafos por consulta à sua biblioteca de homógrafos. Se o sistema identificar uma dada palavra como homógrafo, procede à identificação do tipo a que pertence, para em seguida lhe associar um dado algoritmo que permitirá prever o output fonético (*vide* Figura 3).

Na Tabela 3, apresentam-se os símbolos usados na representação gráfica dos algoritmos, bem como o seu significado.

Por limitações de espaço, apresentamos apenas alguns algoritmos para ilustrar o funcionamento da nossa metodologia.

Símbolo	Significado
P-1, P-2, P-3	última, penúltima e antepenúltima palavras, respectivamente
P+1, P+2, P+3	primeira, segunda e terceira palavras seguintes, respectivamente
F-1, F-2, F-3	última, penúltima e antepenúltima frases, respectivamente
F0	a própria frase
F+1, F+2, F+3	primeira, segunda e terceira frases seguintes, respectivamente
DEM	pronome ou determinante demonstrativo
IND	pronome ou determinante indefinido
INT	pronome ou determinante interrogativo
POSS	pronome ou determinante possessivo
ART_IND	artigo indefinido
P_REL	pronome relativo
PREP	preposição
CONT	contração da preposição com determinante
P_PES_S, P_PES_O	pronome pessoal sujeito, pronome pessoal objecto
CONJ_S, CONJ_C	conjunção subordinada, conjunção coordenada
Loc_S, Loc_C	locações conjuncionais subordinativa e coordenativa
ADV, ADV_Q	advérbio, advérbio de quantidade
NUM	numeral
DIG	dígito
INTJ	interjeição
Des_V	desinência ou sufixo verbal
PART	participio
Des_N	desinência ou sufixo nominal
Des_Adj	desinência ou sufixo adjectival
Des_Adv	desinência ou sufixo adverbial
Pref_PT	prefixo português
R_GL	radical grego ou latino
ends by	que termine por
P_M	palavra ou expressão começada por maiúscula
+	seguido de
,	ou
or	condição alternativa
and	condição aditiva

Tabela 3: Simbologia usada nos algoritmos.

Após a identificação do homógrafo com o seu tipo, o sistema submete-o a várias perguntas relativas às palavras que com ele co-ocorrem à esquerda e à direita.

Seguimos duas estratégias no desenho dos nossos algoritmos. Nuns casos, no primeiro losango, surge uma bateria de perguntas com o objectivo de conduzir à saída mais provável após análise dos corpora. Se a resposta for negativa, então passa-se para o segundo losango, contendo as perguntas que conduzirão à saída estatisticamente menos provável. São exemplos deste funcionamento, os algoritmos 1, 3, 14, 16 ou 21 (*vide* Figuras 4, 5, 8, 9, 10).

Em outros casos, há apenas uma bateria de perguntas com duas saídas, caso a resposta seja afirmativa ou negativa. A resposta positiva corresponde à saída menos provável. Se a resposta for negativa, obtemos a saída mais provável. São exemplos deste funcionamento, os algoritmos de tipo 5 e 7 (*vide* Figuras 6 e 7). Muitos outros contextos estarão em falta, certamente. No entanto, o desenho dos algoritmos baseou-se nos tipos de ocorrências encontradas nos corpora disponíveis, assegurando pelo menos os contextos estatisticamente mais representativos.

Apesar da eficácia dos algoritmos, ainda há casos de ambiguidade lexical que nem por análise semântica são facilmente resolúveis, como neste excerto em que ocorre um homógrafo de tipo 2:

«Depois, se tal palavra tem algum sentido aplicada a um quebrantamento que não durou mais que uns instantes, e já naquele estado de meia vigília que vai preparando o despertar, considerou seriamente que não estava bem manter-se numa tal indecisão, **acordo, não acordo, acordo, não acordo**, sempre chega uma altura em que não há outro remédio que arriscar.»

(COMPARA, PPJSA1 (116)).

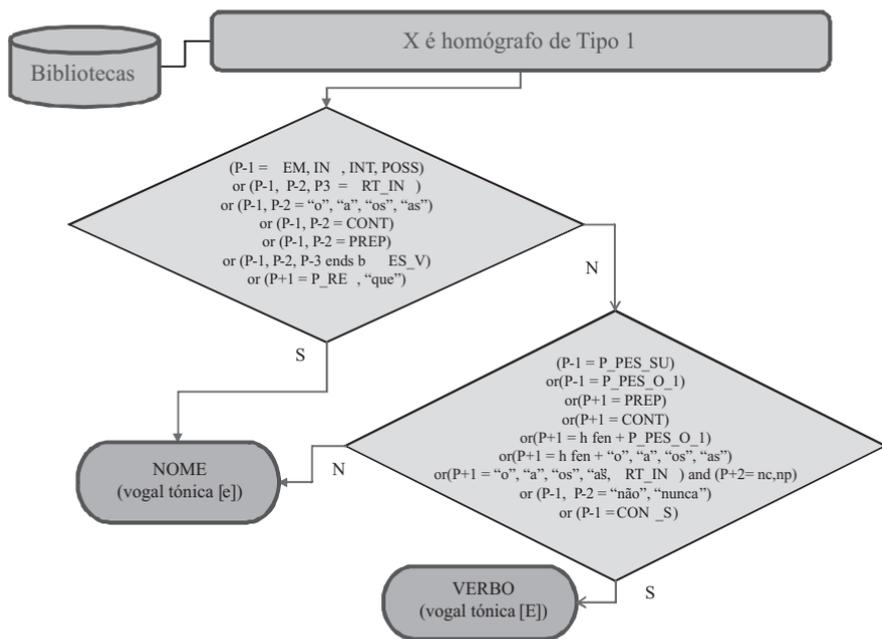


Figura 4: Algoritmo de desambiguação de homógrafos de tipo 1 (ex: 'apelo').

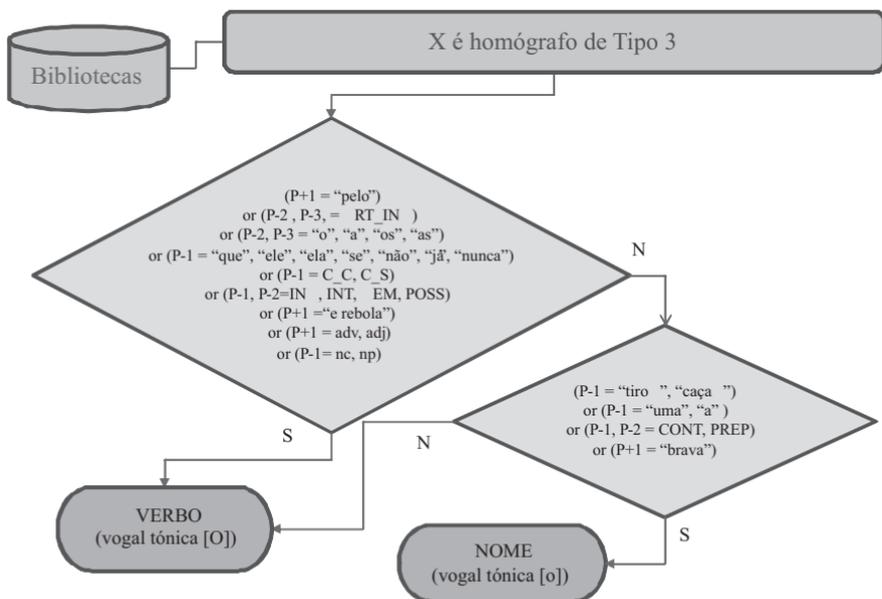


Figura 5: Algoritmo de desambiguação de homógrafos de tipo 3 ('rola').

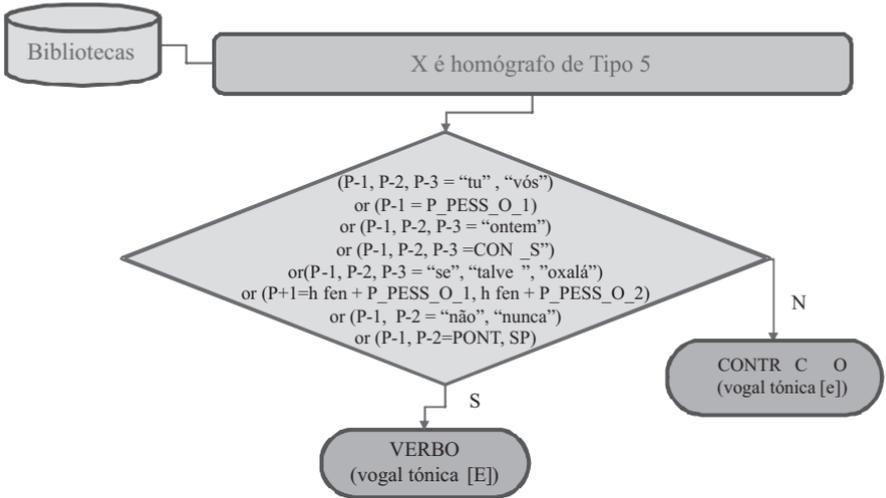


Figura 6: Algoritmo de desambiguação de homógrafos de tipo 5 (ex.'deste').

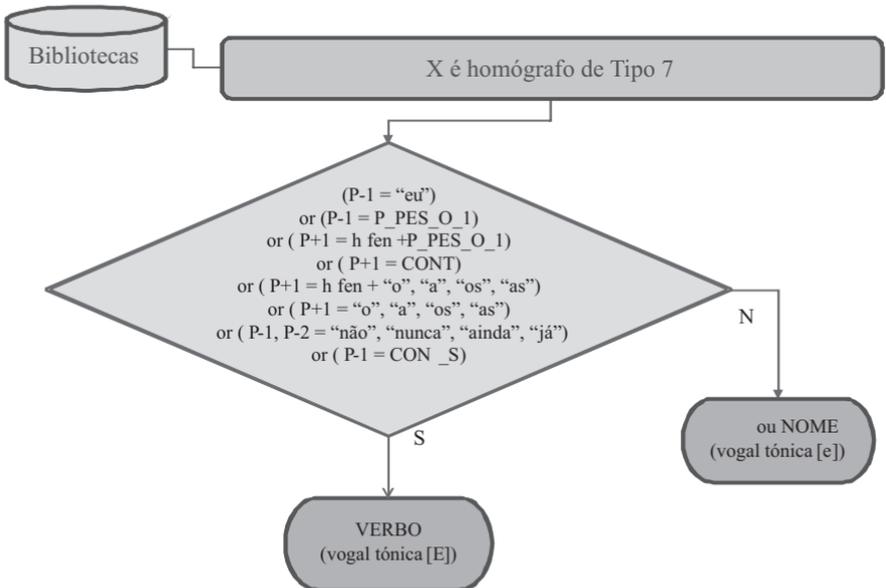


Figura 7: Algoritmo de desambiguação de homógrafos de tipo 7 (seco).

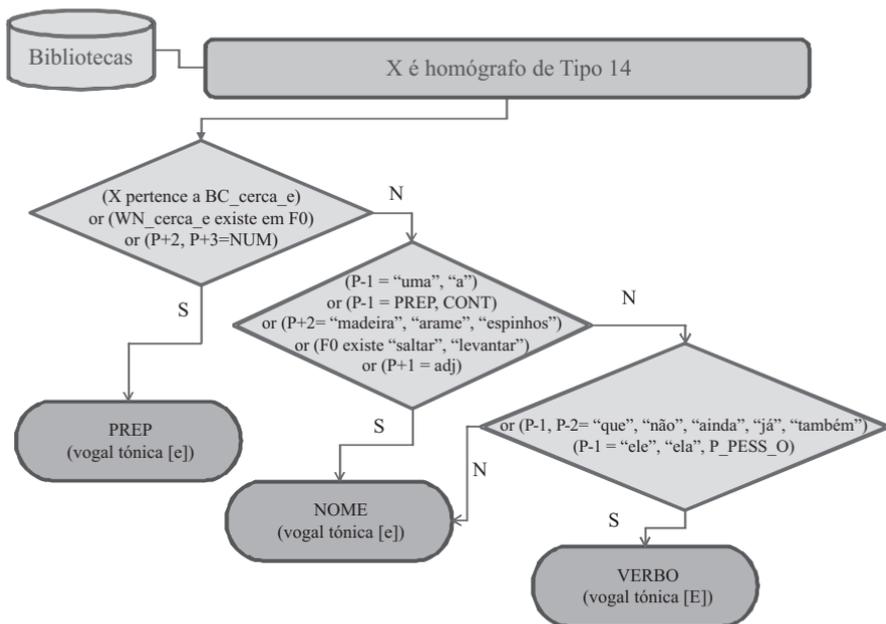


Figura 8: Algoritmo de desambiguação de homógrafos de tipo 14 ('cerca').

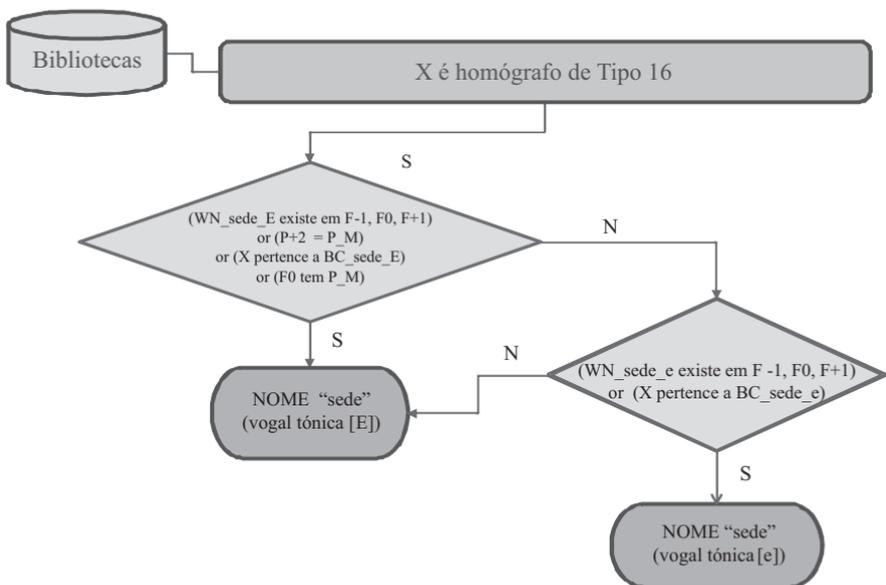


Figura 9: Algoritmo de desambiguação de homógrafos de tipo 16 ('sede').

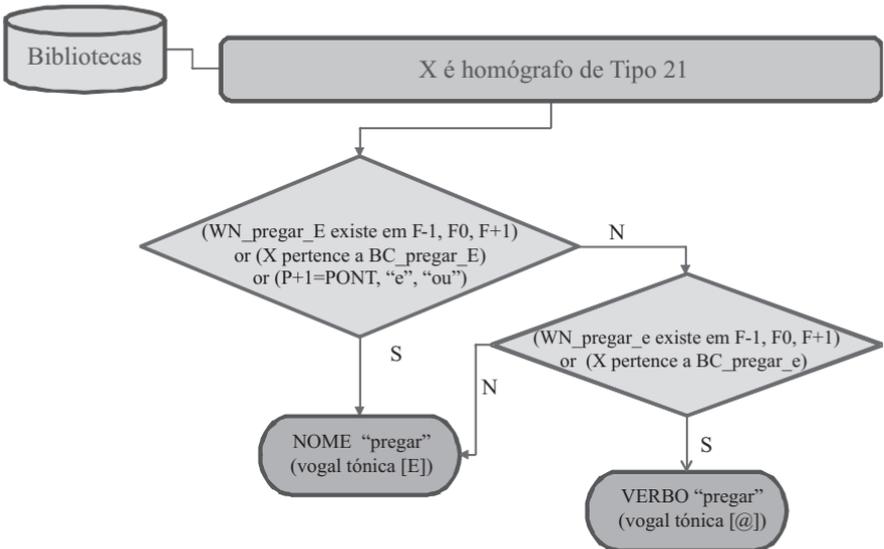


Figura 10: Algoritmo de desambiguação de homógrafos de tipo 21 ('pregar').

4. Testes e discussão de resultados

Ao nível da implementação, foi possível reduzir o número de algoritmos, uma vez que a uma dada categoria gramatical corresponde um certo conjunto de perguntas.

Na Figura 11, pode ver-se a *interface* do sistema.

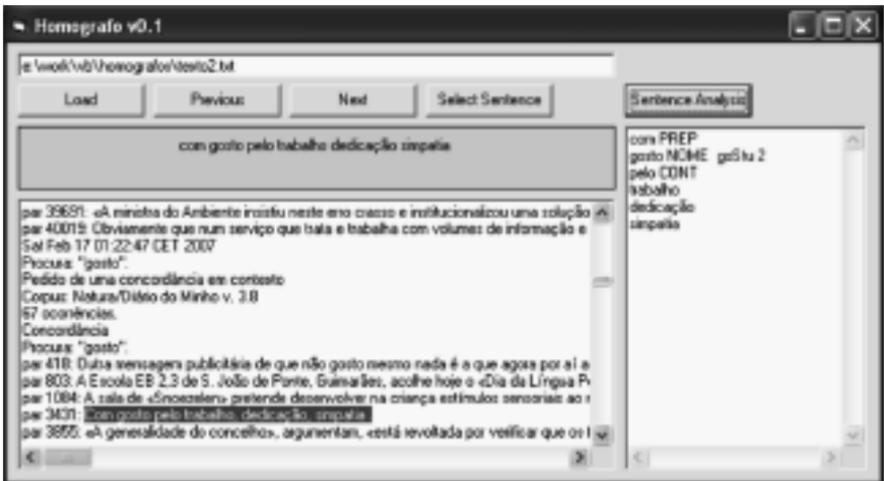


Figura 11: Interface do desambiguador de homógrafos.

Para teste do sistema, usou-se o corpus Natura-Diário do Minho²², que contém excertos do jornal regional Diário do Minho e é constituído por 1 738 475 palavras.

Na Tabela 4, apresentam-se os resultados relativos à saída fonética do desambiguador de homógrafos. O teste do sistema revelou uma taxa de erro de 3,1%. Este valor é bastante animador quando pensamos que a percentagem de ocorrência dos homógrafos analisados neste corpus é apenas de 8 430 em 1 738 475 palavras, o que dá uma percentagem de 0,48%.

As razões do bom desempenho dos algoritmos têm muitas vezes que ver, não com o facto de as perguntas cobrirem todos os contextos previstos, mas pelo facto de as respostas negativas poderem regressar à saída inicial, entendida como *default*.

Outra razão tem que ver com o tipo de corpus usado nos testes que, pelo facto de ser jornalístico, apresenta um conjunto muito pouco variado de realizações de homógrafos, conduzindo quase sempre à saída mais provável. Esta mesma razão serve de justificação para o facto de não apresentarmos resultados para certos homógrafos (<boto>, <pegada> e <besta>), porque não ocorrem neste corpus. Por esta razão, foram usados três tipos de corpora durante a elaboração dos algoritmos, como foi exposto no ponto 3.1. De qualquer modo, é muito difícil encontrar vários tipos de texto num corpus. Em trabalhos futuros, testaremos os nossos algoritmos com corpus não jornalístico.

Os erros ocorrem na desambiguação de <gosto>, <fora>, <cerca> e <sede>. Todos os erros encontrados decorrem do aparecimento de contextos ou de combinações inesperados. Por exemplo, os erros na desambiguação de <cerca> decorrem de registos de horas que não tinham sido previstos (ex.: «O fogo, que deflagrou cerca das 06h50 numa casa térrea...») ou outras co-ocorrências (ex.: «O Papa não chegou a estar dez minutos na janela, cerca de metade do tempo das suas aparições dominicais»). Contextos deste tipo foram entretanto considerados.

²² Este corpus encontra-se disponível para consulta em <http://www.linguateca.pt/>. Para mais informações sobre este projecto, consultar também: <http://acdc.linguateca.pt/acesso/contabilizacao.html#minho>.

tipo	homógrafo analisado	n.º ocorrências no corpus	n.º de erros	% de erros
1	‘erro’	59	0	0,0
2	‘gosto’	67	5	7,4
3	‘rola	3	0	0,0
4	‘colher’	3	0	0,0
5	‘desses’	64	0	0,0
6	‘fora’	primeiros 100 (de 252)	9	9,0
7	‘seco’	4	0	0,0
8	‘boto’	0	-	-
9	‘este’	primeiros 100 (de 1946)	0	0,0
10	‘leste’	39	0	0,0
11	‘sobre’	primeiros 100 (de 2458)	0	0,0
12	‘pegada’	0	-	-
13	‘forma’	primeiros 100 (de 1154)	0	0,0
14	‘cerca’	primeiros 100 (de 1327)	11	11,0
15	‘besta’	0	-	-
16	‘sede’	primeiros 100 (de 398)	8	8,0
17	‘medo’	92	0	0,0
18	‘termos’	primeiros 100 (de 523)	0	0,0
19	‘cor’	34	0	0,0
20	‘lobo’	1	0	0,0
21	‘pregar’	6	0	0,0
Total	-	1072	33	3,1

Tabela 4: Resultados do sistema.

5. Conclusões

Neste trabalho, desenvolveu-se um sistema de desambiguação de homógrafos heterófonos, baseado em regras linguísticas. Esta técnica provou ter um desempenho de 100% de acerto para 14 tipos de homógrafos.

Este sistema permite dar resposta ao problema da leitura dos homógrafos na conversão Texto-Fala do Português. O sistema é composto por 21 algoritmos que processam a desambiguação de 82 pares

de homógrafos. A lista dos homógrafos recolhidos até ao momento de redacção deste trabalho também é apresentada.

O teste do sistema, efectuado com o corpus Natura-Diário do Minho, revelou uma taxa de acerto de 96,9%. Os erros apresentados serão tidos em consideração para futuros desenvolvimentos do sistema.

Está em curso um trabalho de recolha de homógrafos em Português do Brasil e em Galego, de forma a analisar a adaptabilidade dos nossos algoritmos a estas variedades linguísticas.

Como trabalho futuro, seria interessante avaliar a performance do nosso sistema ao nível do analisador morfossintáctico e semântico.

Prevemos ainda fazer uma comparação da técnica por nós utilizada com outras técnicas de desambiguação de homógrafos, como os métodos probabilísticos, nomeadamente as redes neuronais ou os modelos escondidos de Markov (Hidden Markov Models).

6. Bibliografia

- BARBOSA, F.; FERRARI, L.; RESENDE JR., F., 2003. «A methodology to analyze homographs for a Brazilian Portuguese TTS system». In *PROPOR'2003 - 6th Workshop on Computational Processing of the Portuguese Language*. Heidelberg: Springer-Verlag.
- BERGSTRÖM, M. & REIS, N., 1997. *Prontuário ortográfico e guia da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Notícias.
- BRAGA, D.; COELHO, L.; RESENDE JR., F. G. V., 2006. «A Rule-Based Grapheme-to-Phone Converter for TTS Systems in European Portuguese». In *VI International Telecommunications Symposium (ITS2006)*. Fortaleza-CE, Brasil.
- CASTELEIRO, J. M. (coord.), 2001. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*. 2 vols. Lisboa: Editorial Verbo.
- CUNHA, C. & CINTRA, L., 1992. *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa: Sá da Costa.
- ESTRELA, E.; SOARES, M. A.; LEITÃO, M. J., 2004. *Saber escrever. Saber falar. Um guia completo para usar correctamente a língua portuguesa*. Lisboa: D. Quixote.
- FERRARI, L.; BARBOSA, F.; RESENDE JR., F. G. V., 2003. «Construções gramaticais e sistemas de conversão texto-fala: o caso dos homógrafos». In *Proceedings of the International Conference on Cognitive Linguistics*. Braga.
- HUANG, X.; ACERO, A. and HON, H.W., 2001. *Spoken Language Processing: A Guide to Theory, Algorithm and System Development*. PTR, New Jersey: Prentice Hall.
- IRIARTE SANROMÁN, Álvaro, 2001. *A Unidade Lexicográfica. Palavras, colocações, frases, pragmatemas*. Centro de Estudos Humanísticos. Coleção Poliedro. Universidade do Minho.

- LYONS, J., 1977. *Semantics*. 2 vols. Cambridge: Cambridge University Press.
- NOGUEIRA, R. Sá, 1994. *Dicionário de Verbos Portugueses Conjugados*. Lisboa: Clássica Editora.
- RAMOS, Emanuel (org.), s/d. *Os Lusíadas de Luís de Camões*. Porto: Porto Editora.
- RIBEIRO, R.; OLIVEIRA, L. C.; TRANCOSO, I., 2003. «Using Morphosyntactic Information in TTS Systems: Comparing Strategies for European Portuguese». In *PROPOR'2003 - 6th Workshop on Computational Processing of the Portuguese Language*. Springer-Verlag, Heidelberg, pp. 143-150.
- RIBEIRO, R.; OLIVEIRA, L. C.; TRANCOSO, I., 2002. «Morphosyntactic Disambiguation for TTS Systems». In *Proc. of the 3rd Intl. Conf. on Language Resources and Evaluation*. Volume V, pp. 1427-1431. ELRA.
- SEARA, I.; KAFKA, S.; KLEIN, S.; SEARA, R., 2001. «Considerações sobre os problemas de alternância vocálica das formas verbais do Português falado no Brasil para aplicação em um sistema de conversão Texto-Fala». In *SBrT 2001 - XIX. Simpósio Brasileiro de Telecomunicações*. Fortaleza, Brasil.
- SEARA, I.; KAFKA, S.; KLEIN, S.; SEARA, R., 2002. Alternância vocálica das formas verbais e nominais do Português Brasileiro para aplicação em conversão Texto-Fala. In *Revista da Sociedade Brasileira de Telecomunicações*. Vol. 17, n.º 1, pp. 79-85.
- VILLALVA, A., 2003. «Formação de palavras: afixação», in Mateus, M. H. M. (coord.), *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- YAROWSKY, D., 1996. «Homograph disambiguation in Text-to-Speech Synthesis». In *Progress in Speech Synthesis* (Jan van Santen, Richard Sproat, Joseph Olive, and Julia Hirschberg, editors), pp. 159-174, New York: Springer.

A Metáfora no Discurso Religioso Católico de Índole Popular ¹

CARMEN COSTA
carmenlucia@aeiou.pt

É essa a definição de *fé*: aceitação daquilo que imaginamos ser verdade, daquilo que não podemos provar. Todas as religiões descrevem Deus através de metáforas, de alegorias, de exageros, desde os antigos Egípcios até às catequistas dos nossos dias. As metáforas são uma maneira de ajudar as nossas mentes a processar o improcessável. (Brown, 2005: 408/409).

Abstract

With this article is our purpose to present some of the work developed in a previous and wider study – the analysis of the metaphorical phenomenon in the universe of the religious speech, mainly in the popular catholic one.

Thus, *with this article* is our aim to show:

1. the truthfulness of the cognitive perspective concerning the ubiquity of metaphor in any type of language, namely in the popular catholic religious one;
2. the high metaphorical force of popular catholic religious speech;
3. the significance of metaphor in the construction, verbalization and upholding of that same speech;
4. the power of religious metaphors in people's nowadays conventional speech.

¹ Este trabalho apresenta, apenas, uma parte do estudo desenvolvido no âmbito da elaboração da dissertação de Mestrado em Linguística – *A Metáfora no Discurso Religioso Católico de Índole Popular* – sob orientação do Professor Doutor José Teixeira.

1. O Porquê do Presente Estudo

Apesar de profundamente reconhecido o elevado potencial metafórico do discurso religioso são poucos os trabalhos que o procuram explorar. Propusemo-nos, então, estudar a conceptualização metafórica presente no discurso religioso católico de índole popular de acordo com o constructo conceptual e teórico da Semântica Cognitiva, nomeadamente de acordo com o trabalho seminal de Lakoff & Johnson (1980) – *Metaphors We Live By*.

A escolha do discurso religioso católico popular não foi de todo aleatória na configuração deste estudo. O catolicismo sempre ocupou em Portugal um lugar de destaque, quando comparado com outras confissões religiosas. Será, por isso, importante analisar como se estrutura o fenómeno metafórico num tipo de discurso com tantos adeptos em Portugal, discurso este cujos ideais os crentes mais fervorosos tentam pôr em prática nas suas vivências diárias.

De entre toda a produção linguística religiosa a que nos interessa é a de índole unicamente religiosa, ou seja, aquela que não combina diferentes perspectivas ou realidades da sociedade como a religiosa, a política, a social, a económica, entre outras. Contudo, no seio desta, interessa-nos particularmente aquela de maior divulgação entre os fiéis, aquela com que os fiéis lidam com maior frequência, ou seja, aquela por nós considerada de natureza popular – orações, pagelas e santinhos.

Compreender, então, quais as metáforas conceptuais que alicerçam este tipo de discurso e, consequentemente, fundamentam a existência de Deus e de tudo o que O rodeia, assim como perceber quais as metáforas de origem religiosa que povoam o discurso corrente dos falantes (católicos ou não) são dois dos objectivos centrais deste trabalho.

2. Análise do *Corpus*

Para facilitar a compreensão e análise das metáforas conceptuais presentes no discurso religioso católico de índole popular, dividimo-las em metáforas conceptuais básicas e em outras metáforas conceptuais. Esta divisão tem por objectivo separar as metáforas conceptuais² que pela sua natureza, isto é, pelo facto de serem sistemáticas e convencionais na linguagem do dia-a-dia, uma vez que recorrem aos

² Algumas já identificadas em vários trabalhos por autores como Lakoff, Johnson, Turner, entre outros.

domínios mais básicos da experiência humana³ para conceptualizar a realidade, em especial domínios abstractos, configuram aquilo que chamamos de metáforas conceptuais básicas (Lakoff & Turner, 1989: 80). As restantes metáforas conceptuais, cuja sistematicidade e convencionalidade na linguagem diária são inferiores às das primeiras, recorrem a domínios menos básicos da experiência humana para conceptualizar a realidade religiosa, não sendo, por isso, consideradas metáforas conceptuais básicas⁴. Esta divisão tem por objectivo demonstrar que, tal como qualquer outro domínio da realidade, também o domínio religioso, no caso, o popular, recorre, por um lado, a domínios-fonte frequentes na conceptualização de outros domínios para conceptualizar o universo católico e, por outro lado, usa domínios-fonte próprios e adequados a conceptualizar a realidade católica. Independentemente desta divisão, é fundamental referir que quer as metáforas conceptuais básicas, quer as restantes metáforas conceptuais são fundamentais para a construção do discurso religioso católico popular, pelo que não podemos afirmar que umas são mais importantes do que as outras.

Típicas, quer das metáforas conceptuais básicas, quer das restantes metáforas conceptuais, são as ora simples, ora complexas hierarquias metafóricas que vamos encontrando. À metáfora que encabeça cada hierarquia metafórica demos o nome de macro-metáfora, sendo que as metáforas conceptuais a esta subordinada, isto é, dela conceptualmente dependentes e da qual herdaram características estruturais, nomeámos de micro-metáforas. Ao passo que as metáforas conceptuais superiores na hierarquia são mais universais e conseqüentemente mais importantes do ponto de vista religioso, as metáforas que ocupam os posicionamentos inferiores são menos universais e ocupam naturalmente um lugar menos importante do ponto de vista doutrinário. No entanto, numa perspectiva conceptual todas elas são igualmente importantes.

Devemos sublinhar que por questões formais as metáforas conceptuais encontram-se grafadas em maiúsculas, tal como aprendemos a fazê-lo com Lakoff.

When I speak of the LOVE IS A JOURNEY metaphor, I am using a mnemonic for a set of ontological correspondences that characterize a mapping [...] [...] small capitals like LOVE IS A JOURNEY are used as mnemonics to name mappings. (Lakoff, 1996: 207/209)

³ Como os domínios GUERRA, VIAGEM ou a esquemas imagéticos como os de orientação espacial, por exemplo CIMA-BAIXO.

⁴ As metáforas conceptuais aqui apresentadas configuram, apenas, uma pequena parte das mais de quarenta metáforas conceptuais analisadas na dissertação em questão.

2.1. Metáforas Conceptuais Básicas

2.1.1. *Religião é Guerra*

Esta metáfora conceptual envolve um dos domínios cognitivos mais utilizados na conceptualização da realidade – o domínio cognitivo GUERRA – que encontramos em metáforas conceptuais básicas como DISCUSSÃO É GUERRA, COMPETIÇÃO É GUERRA e AMOR É GUERRA.

No caso particular do discurso religioso, encontramos o domínio cognitivo GUERRA a conceptualizar as posições religiosas divergentes do bem e do mal, pelo que adaptámos ao discurso religioso a metáfora conceptual básica DISCUSSÃO É GUERRA (ARGUMENT IS WAR) de Lakoff & Johnson (1980), criando, desta forma, a metáfora conceptual básica (porque recorre a um domínio sistemático e convencional na conceptualização das experiências diárias do homem – GUERRA) RELIGIÃO É GUERRA⁵. Vejamos como se realiza linguisticamente esta metáfora no *corpus* em análise:

RELIGIÃO É GUERRA⁶

Livre-nos Deus, nosso Senhor, dos nossos *inimigos* (O1)

Ajude os meus irmãos nas *lutas* da planície (O9)

Vontades humanas [...] se coloquem ao *serviço do Bem* (O12)

Chegue a ser reconhecido como [...] *soldado* (O12)

Falange venerável dos Profetas (O16)

Exército resplandecente dos *Mártires* (O16)

Concedei *ordem e paz* a todos os povos (O17)

⁵ A presente metáfora conceptual, extremamente produtiva no discurso em análise, tem raízes profundas quer no *Antigo*, quer no *Novo Testamento*. No *Antigo Testamento* esta metáfora conceptual fundamenta-se nas prerrogativas e privilégios do povo hebreu, denominado de «povo de Deus», que invocava Deus como «Deus dos exércitos» que abençoava Israel e a seu lado batalhava contra os seus inimigos. No *Novo Testamento* esta metáfora é instigada pela vertente positiva do discurso e da acção taumatúrgica de Cristo (denominado de «Príncipe da Paz») cujo centro de pregação consiste na proclamação do «Reino de Deus», um reino de paz, justiça e amor.

⁶ Cada uma das expressões metafóricas actualizadoras das respectivas metáforas conceptuais foi retirada de um dos três tipos de produção linguística religiosa em análise, devidamente identificado por um código (O para Oração, P para Pagela e S para Santinho) seguido de um número que nos remete directamente para a fonte de cada expressão. Uma vez que é editorialmente impossível apresentar nesta publicação o elevado *corpus* analisado, decidimos manter os códigos de identificação de cada expressão metafórica tal e qual se encontram na dissertação, para que em caso de consulta do *corpus* tal seja feito sem qualquer dificuldade.

- Vencedor dos orgulhosos (O20)**
Presos pelos laços do erro (O23)
O nosso coração é assaltado por tantas dificuldades (O24)
Temos de lutar para conservar intacta a nossa fé (O24)
Temos de lutar para conservar intacta a nossa pureza (O24)
Temos de lutar para conservar vibrante o nosso entusiasmo (O24)
Para que o mal não nos domine (O24)
Para que maus afectos não enfraqueçam as nossas forças e não destruam o nosso coração (O24)
S. Miguel Arcanjo, defendei-nos no combate (O26)
Sede nosso auxílio contra [...] insídias do demónio (O26)
Vós, príncipe do exército celeste (O26)
Glorioso mártir S. Cipriano (O27)
Triunfam do mal (O28)
No combate do mundo (O28)
Alistai-nos como soldados no vosso exército (O30)
Armai-nos com a fé, o amor, a bondade, a fortaleza e a esperança (O30)
Obtende para a Santa Igreja o triunfo sobre os seus inimigos (P1)
Vós que recebestes o poder de triunfar dos impossíveis (P5)
Herança que Jesus Cristo conquistou com o Seu sangue (P8)
Luta contra o poder das trevas (P8)
Defendei agora a Santa Igreja de Deus contra as ciladas de seus inimigos (P8)
Cristo venceu a morte (S22)
A vida venceu a morte (S23)
Os soldados aterrados / vêm [sic] a morte vencida! (S37)
Com a glória e o triunfo / Do Senhor Ressuscitado (S52)
Cristo [...] Vencedor da morte e do pecado! (S56)
Morte e vida combateram (S57)

A presente metáfora conceptual realiza-se linguisticamente através do recurso a uma série de vocábulos próprios da área vocabular de 'guerra' como «inimigos», «lutas», «soldado», «lutar», «triumfar», entre tantos outros, como se pode confirmar pelas expressões apresentadas.

Esta metáfora conceptual utiliza, como a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA, um cenário bélico para demonstrar a importância de duas posições que a todo o custo querem vencer. Enquanto na discussão se procura marcar, atacar e defender pontos de vista e opiniões, no domínio religioso quer as forças do bem, quer as forças do mal se contra-atacam com o fim último de conquistar os crentes.

Escolheu-se, então, o domínio GUERRA, um domínio concreto, para conceptualizar um domínio abstracto e mais pobre em termos de conhecimento (RELIGIÃO), pelo que estamos perante uma metáfora conceptual básica estrutural. É o nosso conhecimento do mundo, especialmente da noção de guerra e de tudo o que esta envolve (ainda que seja um conhecimento que fomos adquirindo histórica e culturalmente e não fisicamente, ou seja, que não é fruto directo das nossas experiências no mundo, porque grande parte de nós não viveu uma guerra⁷) que nos permite aplicar este domínio como conceptualizador do domínio RELIGIÃO.

Desta feita, ao associarmos ambos os domínios (GUERRA e RELIGIÃO) estabelecemos uma série de correspondências que fundamentam a presente metáfora conceptual, nomeadamente⁸:

Correspondências ontológicas:

- a. Religião equivale a uma guerra.
- b. Forças do demónio e forças de Deus correspondem às forças inimigas em combate.

Correspondências epistémicas:

- a. Domínio-fonte – Guerra implica luta entre duas forças opostas que têm por objectivo defender-se, conquistar e eliminar a força inimiga.
- b. Domínio-alvo – Religião implica luta entre as forças opostas do bem e do mal. Enquanto as forças do mal têm por objectivo dominar as forças do bem, destruí-las e implantar o mal no mundo, as forças do bem desejam, por seu turno, vencer as forças inimigas e implantar o bem no mundo.

⁷ O domínio GUERRA constitui um modelo cultural que passa de geração em geração e que para ser compreendido não é necessário que dele se tenha uma experiência física. É um modelo que dominamos, porque aprendemo-lo a fazer em comunidade; é, por isso, um modelo cultural (sobre modelos culturais ver § 2.1.2.2. da referida dissertação).

⁸ É importante lembrar que aquando da projecção metafórica de um domínio-fonte num domínio-alvo é apenas uma parte da estrutura do domínio-fonte que é projectada no domínio-alvo, em especial a parte necessária para concretizar a conceptualização de um domínio estruturalmente mais pobre, pelo que essa projecção parcial implica salientar (*highlighting*) determinadas características do domínio-fonte e esconder (*hiding*) outras, mais concretamente, aquelas não necessárias à projecção metafórica. Ao delinear as correspondências ontológicas e epistémicas pretendemos, precisamente, demonstrar quais as propriedades a salientar.

2.1.2. *Morte é Sono*⁹

Outra metáfora conceptual básica que encontramos no discurso religioso católico popular é MORTE É SONO. A metáfora em causa é uma metáfora conceptual básica estrutural, uma vez que se recorre a um domínio concreto da experiência humana para conceptualizar um domínio abstracto em termos de conhecimento.

É de salientar que o domínio MORTE ocupa um lugar importante no seio da religião católica. Daí a pluralidade de metáforas conceptuais que o envolvem como, por exemplo, MORTE É ADVERSÁRIO, MORTE É ESCURIDÃO e MORTE É PARTIDA.

No *corpus* em análise a presente metáfora conceptual realiza-se através da seguinte expressão:

MORTE É SONO

Acordar do sono funesto da morte (O22)

A referência ao domínio abstracto MORTE é feita através do domínio concreto SONO, que se actualiza na expressão linguística quer através do nome «sono», quer através de uma palavra da sua área vocabular, nomeadamente o verbo «acordar».

Esta metáfora conceptual básica estrutural põe em destaque uma série de correspondências que fundamenta os pilares da projecção metafórica em causa, nomeadamente:

Correspondências ontológicas:

- a. Morte corresponde a sono.
- b. Vida corresponde a estar acordado.

Correspondências epistémicas:

- a. Domínio-fonte – Sono implica silêncio, quietude e inércia temporária.
- b. Domínio-alvo – Morte implica silêncio, quietude e inércia perene.

A concepção religiosa de morte não corresponde à concepção actual de morte cerebral, mas à rotura de um vínculo essencial que se consubstancia numa relação vital com Deus. Este vínculo é de tal

⁹ Metáfora já identificada por Lakoff & Turner (1989: 221): DEATH IS SLEEP.

forma poderoso que legitima uma aparente contradição: uma pessoa pode estar morta enquanto vive (rompe-se o vínculo Criador-criatura) e pode viver, apesar de se encontrar morta (fortalece-se o vínculo Criador-criatura através da vida celeste). Enquadram-se aqui todos os aspectos escatológicos apenas percebidos e integrados num discurso de fé, nomeadamente a ressurreição e a vida eterna. Nesta perspectiva, a morte pode ser entendida como um sono profundo e transformador, pois a vida não termina, apenas se transforma, tal como se menciona no Ritual das Exéquias.

2.2. *Outras Metáforas Conceptuais*

2.2.1. *Igreja Católica é Família*

Esta metáfora conceptual, que consiste na adaptação de uma das metáforas políticas de Lakoff (1995) – *The Nation-as-Family Metaphor* –, é uma das mais importantes metáforas conceptuais presente no discurso religioso católico popular.

As diversas metáforas conceptuais subordinadas à macro-metáfora IGREJA CATÓLICA É FAMÍLIA formam uma estrutura hierárquica complexa, onde o encadeamento metafórico denota um sistema coerente de metáforas, no caso estruturais, uma vez que se recorre a domínios-fonte concretos para conceptualizar domínios-alvo abstractos, domínios cognitivamente empobrecidos, para os quais o sistema conceptual humano não possui informação cognitiva própria para os representar.

Como a metáfora conceptual indica, é o cenário familiar que envolve as diversas metáforas conceptuais subordinadas à macro-metáfora IGREJA CATÓLICA É FAMÍLIA. Este cenário não só serve de domínio concreto para estruturar um domínio abstracto como é o da RELIGIÃO, como também contribui para expressar a importância que a família recebe na religião católica. A escolha do domínio familiar não foi, por isso, ingénua.

2.2.1.1. DEUS É PAI

A primeira e mais importante micro-metáfora subordinada à macro-metáfora IGREJA CATÓLICA É FAMÍLIA é a metáfora conceptual DEUS É PAI. Tendo em conta que a religião católica assenta num modelo familiar patriarcal, onde o pai se afigura como membro central, cujo poder e autoridade são superiores aos dos restantes membros do clã familiar,

não é de estranhar que esta metáfora conceptual (que radica na estrutura familiar da cultura judaico-romana, designadamente no instituto do *pater familiae* do direito romano) surja como a primeira e, conseqüentemente, a mais importante na estrutura hierárquica da macro-metáfora IGREJA CATÓLICA É FAMÍLIA.

DEUS É PAI

Em nome do *Pai* (O1)

Pai nosso que estais no céu (O2)

Creio em um só *Deus*, *Pai* todo-poderoso (O4)

Jesus Cristo, Filho Unigénito de Deus, nascido do *Pai* (O4)

Consustancial ao *Pai* (O4; O19)

Sentado à direita do *Pai* (O4)

Procede do *Pai* e do Filho; e com o *Pai* e o Filho é adorado e glorificado (O4)

Pai, Filho e Espírito Santo (O6; O16)

O que ensinastes com o beneplácito do *Pai* (O10)

Ó Trindade Santíssima / *Pai*, Filho e Espírito Santo (O15)

A Vós, *Pai* celeste, / eu me ofereço (O15)

Glória ao *Pai* (O15)

Pai eterno e onnipotente (O16)

Filho do eterno *Pai* (O16)

Vós estais sentado à direita de *Deus*, na glória do *pai* (O16)

Fazei que estes voltem quanto antes à *casa paterna* (O17)

Laço sagrado unido ao *Pai* e ao Filho (O20)

Convosco e com o *Pai* vive e reina (O20)

Pai do Céu, que sois *Deus* (O25)

Pai celestial que sois *Deus* (P5)

Filhos / chamados para o *Pai* (S4)

Cristo [...] reconciliou com o *Pai* os pecadores (S27)

O teu coração *paterno* (S46)

Ao atentarmos nos exemplos supra mencionados, é clara a referência ao domínio-alvo DEUS através do domínio-fonte PAI ora recorrendo directamente ao nome «pai» como em «Convosco e com o *Pai* vive e reina» (O20) e «Chamados para o *Pai*» (S4), ora recorrendo ao adjectivo «paterno» como em «Fazei que estes voltem quanto antes à *casa paterna*» (O17) e «O teu coração *paterno*» (S46).

DEUS constitui um domínio abstracto para o qual os falantes não possuem dados perceptivos fruto da sua experiência no mundo. Como tal, recorre-se a um domínio cognitivo que os falantes dominam, para

tentar representar esse domínio mais pobre em termos estruturais. Escolhe-se, então, o domínio PAI, porque os atributos essenciais de um pai são precisamente aqueles que se pretendem atribuir a Deus, pelo que relacionar PAI com DEUS facilita a compreensão deste domínio. Se atentarmos nas correspondências ontológicas e epistémicas que a presente projecção metafórica acarreta isso torna-se claro.

Correspondências ontológicas:

- a. Deus corresponde a um Pai.
- b. Jesus e os crentes correspondem aos filhos.

Correspondências epistémicas:

- a. Domínio-fonte – Pai cria, educa, ajuda, orienta e guia os filhos¹⁰. Filhos devem acreditar e confiar no Pai, que nunca os abandonará.
- b. Domínio-alvo – Deus cria, educa, ajuda, orienta e guia os crentes. Crentes devem acreditar e confiar em Deus, que nunca os abandonará.

Estas correspondências não deixam qualquer dúvida quanto à intenção por detrás da metáfora conceptual DEUS É PAI – apresentar uma figura invisível do plano espiritual através de uma figura visível do plano real. Importou-se, assim, todo um vasto e sólido conhecimento que os falantes possuem acerca do domínio familiar, nomeadamente da figura do pai¹¹, para exemplificar a quem corresponde Deus na hierarquia e contexto religiosos.

Devemos ainda lembrar que a concepção familiar patriarcal que inspirou esta metáfora conceptual tem vindo a sofrer alterações ao longo dos tempos e é actualmente substituída, na maioria dos casos, por um modelo onde a figura materna deixa de ser encarada como uma mera executora do poder paternal, para passar a ser uma figura

¹⁰ Estas eram precisamente as funções ou responsabilidades atribuídas aos patriarcas das tribos de Israel.

¹¹ O Papa João Paulo II foi muito mais adiante na concepção metafórica de Deus ao dizer que, para além de PAI, DEUS é também MÃE (DEUS É PAI E MÃE). Esta terá mesmo sido a base primária da metáfora conceptual em análise que por motivos culturais se perdeu em parte. A função maternal acabou, assim, por ser anulada pela paternal, culturalmente dominante. A organização sócio-cultural e jurídica judaico-romana acabou, desta forma, por condicionar a concepção de DEUS, visto apenas como PAI. Consequentemente, o lugar de mãe acabou por ser ocupado por Maria, mãe de Jesus.

com importância e autoridade igual à do pai¹². Porém, o discurso religioso católico não acompanhou esta mudança, razão pela qual, ainda hoje, continua a divulgar um modelo familiar de natureza patriarcal. Apesar desta visão religiosa não se coadunar, na maioria dos casos, à do senso comum actual, ela não mina os objectivos que se procuram atingir através da metáfora conceptual DEUS É PAI, designadamente apresentar DEUS como o PAI celestial de todos os crentes. Por esta razão a presente metáfora continua a ser uma das mais produtivas metáforas do discurso religioso católico popular.

2.2.1.2. VIRGEM MARIA É MÃE

Num modelo patriarcal a hierarquia familiar é algo de muito importante. Logo, se o pai ocupa a primeira posição, é óbvio que será a mãe a ocupar a segunda, não gozando, por isso, da mesma autoridade e poder no seio da família.

Surge, assim, a metáfora conceptual VIRGEM MARIA É MÃE, que recebe influência conceptual da macro-metáfora IGREJA CATÓLICA É FAMÍLIA. Contudo, como também depende da micro-metáfora DEUS É PAI, porque só existe em função desta, da qual também recebe influência conceptual, encontra-se a ela encadeada.

VIRGEM MARIA É MÃE¹³

Santa Maria, Mãe de Deus (O3)

Salve Rainha, mãe de misericórdia (O5)

Rogai por nós santa Mãe de Deus (O5)

Maria Santíssima, minha Mãe (O15)

Ó Maria, Mãe da Igreja e minha Mãe (O15)

Santa Maria, / Santa Mãe de Deus (O25; P5)

¹² A visão oficial e legal é a de que, realmente, homem e mulher auferem dos mesmos direitos e deveres numa sociedade. Contudo, a representação social nem sempre corresponde à visão oficial. Daí que, ainda hoje, sejam inúmeros aqueles que atribuem maior poder ao pai no seio familiar.

¹³ Maria é denominada de Mãe, mas não é Deusa. É invocada como Mãe de Jesus e, por consequência, Mãe dos filhos de Deus («Nossa Mãe»). Todavia, no seio do catolicismo, Maria é venerada como Deusa. Prova disso são os inúmeros rituais e práticas populares existentes. Estas práticas são, contudo, malvistas pelos cristãos protestantes que percebem tais manifestações de fé como a consideração de Maria enquanto Deusa, o que não corresponde à verdade teológica.

Mãe de Cristo,
Mãe da divina graça,
Mãe puríssima,
Mãe castíssima,
Mãe imaculada,
Mãe sempre Virgem,
Mãe amável,
Mãe admirável,
Mãe do bom conselho,
Mãe do Criador,
Mãe do Salvador,
Mãe da Igreja,

(O25)

Virgem Maria, escolhida pelo Eterno Conselho para a Mãe do
Verbo humano (P1)
Virgem Imaculada, Mãe de Jesus e Mãe de Deus (P8)
Virgem Mãe (S32)

O domínio-alvo (VIRGEM MARIA) é conceptualizado através do domínio-fonte (MÃE), única e exclusivamente através do nome «mãe». No entanto, sublinhe-se que VIRGEM MARIA não é apenas MÃE de Jesus, mas também «*Mãe da Igreja*» (O15) e MÃE dos crentes (O15).

Ao associarmos cognitivamente os domínios MÃE e VIRGEM MARIA entendemos metaforicamente o domínio-alvo através de características não metafóricas do domínio-fonte. Estabelece-se, desta forma, uma série de correspondências na qual assenta a presente metáfora conceptual:

Correspondências ontológicas:

- a. Virgem Maria corresponde a uma mãe.
- b. Jesus e os crentes correspondem aos filhos.

Correspondências epistémicas:

- a. Domínio-fonte – Mãe ama, protege, guia e intercede pelos filhos (junto do pai).
- b. Domínio-alvo – Virgem Maria ama, protege, guia e intercede por Jesus e pelos crentes (junto de Deus).

2.2.1.3. JESUS É FILHO

De acordo com a estrutura familiar que alicerça a presente macro-metáfora conceptual, Jesus tem de ser filho, se Deus e Maria são pais.

Apesar dos CRENTES serem também conceptualizados como FILHOS, o filho Jesus ocupa um lugar de destaque entre os seus irmãos, funcionando como uma espécie de primogénito. Por esta razão separámos as metáforas conceptuais JESUS É FILHO e CRENTES SÃO FILHOS, que ocupam, consequentemente, lugares diferenciados na hierarquia familiar.

Vejamos, então, as expressões linguísticas que dão origem à presente metáfora conceptual:

JESUS É FILHO

Em nome do Pai e do *Filho* (O1)

Creio em um só Senhor, *Jesus Cristo, Filho Unigénito de Deus* (O4)

Procede do Pai e do *Filho*; e com o Pai e o *Filho* é adorado e glorificado (O4)

Pai, *Filho* e Espírito Santo (O6; O16)

Filho encarnado e morto por nós, *Jesus Cristo* (O6)

Vosso Divino Filho, Jesus Cristo (O7)

Glória [...] ao Filho (O15)

Senhor Jesus Cristo [...] Filho do Eterno Pai (O16)

Consustancial ao Pai e ao *Filho* (O19)

Laço sagrado unido ao Pai e ao *Filho* (O20)

Filho, Redentor do mundo (O25; P5)

Sangue de *Vosso Divino Filho* (P1)

A conceptualização de JESUS como FILHO constrói-se invariavelmente com recurso ao nome «filho».

A associação cognitiva entre os domínios conceptuais FILHO e JESUS baseia-se no seguinte conjunto de correspondências:

Correspondências ontológicas:

- a. Jesus corresponde a um filho.
- b. Deus e Maria correspondem aos pais.

Correspondências epistémicas:

- a. Domínio-fonte – Todos os filhos têm pais.
- b. Domínio-alvo – Os pais de Jesus são Deus e Maria.

2.2.1.4. CRENTES SÃO FILHOS

Como referimos antes, traçámos uma separação entre esta metáfora conceptual e a anterior, por sermos da opinião que Jesus é o filho

mais importante de Deus e Maria, de entre o vasto número de filhos que ambos possuem (crentes). Assim, os crentes ocupam o quarto lugar na hierarquia metafórica familiar.

CRENTES SÃO FILHOS

A Vós, Pai celeste, / eu me ofereço, dou e consagro como *filho* (O15)

Filhos pródigos que Vos abandonaram (O17)

Adoptai-me por filho (O19)

Nós, vossos filhos, aqui estamos reunidos, Senhor (O30)

O *banquete dos filhos* (S4)

Não vos deixarei *órfãos* (S9)

A conceptualização de CRENTES como FILHOS faz-se não só através do nome «filho», mas também de um vocábulo próprio da área semântica deste nome – «órfãos».

A escolha do domínio-fonte FILHOS para conceptualizar o domínio-alvo CRENTES não foi aleatória. Procura, antes, satisfazer um dos propósitos do discurso religioso católico popular, designadamente demonstrar que os crentes assumem um lugar importante no seio da família católica. Este propósito fundamenta as correspondências implicadas na presente projecção metafórica.

Correspondências ontológicas:

- a. Crentes correspondem aos filhos.
- b. Deus e Maria correspondem aos pais.

Correspondências epistémicas:

- a. Domínio-fonte – Filhos têm pais que os protegem e guiam.
- b. Domínio-alvo – Crentes, para além dos pais terrenos, têm pais celestiais – Deus e Maria – que os protegem e guiam.

2.2.1.5. CRENTES SÃO IRMÃOS

Se os crentes são filhos dos mesmos pais, isto implica que todos os crentes sejam irmãos, o que origina a presente metáfora conceptual que se encontra disseminada no *corpus* nos seguintes exemplos:

CRENTES SÃO IRMÃOS

E ajude os meus *irmãos* nas lutas da planície (O9)

Chegue a ser reconhecido como [...] *irmão* do povo (O12)

Deixai-me vivê-lo para utilidade de meus *irmãos* (O13)
 Para alegria dos meus *irmãos* (O14)

A realização do domínio cognitivo alvo CRENTE através do domínio-fonte IRMÃOS faz-se com recurso, apenas, ao nome «irmãos», como se vê pelos exemplos.

Ao associar-se IRMÃOS e CRENTE procura-se esconder (*hiding*) determinadas características não metafóricas e destacar (*highlighting*) outras do domínio-fonte IRMÃOS, para as aplicar metaforicamente ao domínio-alvo CRENTE através de uma série de correspondências unilaterais que se estabelece entre ambos os domínios. Vejamos quais as correspondências que se destacam nesta projecção metafórica.

Correspondências ontológicas:

- a. Crenes correspondem a irmãos.
- b. Deus e Maria correspondem aos pais.

Correspondências epistémicas:

- a. Domínio-fonte – Irmãos são os filhos dos mesmos pais.
- b. Domínio-alvo – Crenes, sendo filhos dos mesmos pais celestiais – Deus e Maria – são irmãos.

2.2.1.6. CRENTE SÃO IRMÃOS DE JESUS

A estrutura hierárquica familiar religiosa constrói-se com base na noção de encadeamento, sendo que uma ou mais metáforas acabam por implicar metáforas subsequentes e consequentemente inferiores na hierarquia. Assim, sendo Jesus e os crentes filhos de Deus e Maria, é natural que Jesus e os crentes sejam irmãos. Surge, desta forma, a metáfora conceptual CRENTE SÃO IRMÃOS DE JESUS, actualizada no *corpus* pelas seguintes expressões metafóricas:

CRENTE SÃO IRMÃOS DE JESUS

A Vós, Jesus Mestre, / eu me ofereço, dou e consagro / como *irmão*
 (O15)

Cristo é o irmão (S7)

A conceptualização de CRENTE como IRMÃOS DE JESUS é feita exclusivamente com recurso ao nome «irmão».

A projecção metafórica unilateral do domínio-fonte IRMÃOS DE JESUS no domínio-alvo CRENTEES implica uma série de correspondências que alicerça a presente metáfora conceptual.

Correspondências ontológicas:

- a. Crentes correspondem a irmãos de Jesus.
- b. Deus e Maria correspondem aos pais dos crentes e de Jesus.

Correspondências epistémicas:

- a. Domínio-fonte – Irmãos são os filhos dos mesmos pais.
- b. Domínio-alvo – Se os crentes são filhos dos mesmos pais que Jesus, os crentes e Jesus são irmãos.

2.2.1.7. SANTAS SÃO ESPOSAS DE DEUS

No *corpus* em análise encontramos várias expressões metafóricas que apresentam as santas como esposas de Deus. A origem da metáfora conceptual que está por detrás destas expressões linguísticas parece residir na necessidade de valorizar a ideia de casamento que, até determinada altura, era extremamente malvista no seio cristão. Aliás, paralelamente à ideia de casamento, tudo o que se relacionasse com o corpo e o prazer carnal era mal recebido e reprimido. Por isso, estas ideias baseadas numa concepção cristã mal interpretada necessitavam de correcção. Para tal, inúmeras santas começaram a apregoar nas suas orações a Deus um elo de ligação mais profundo, que se traduzia na descrição de relações de natureza quase carnal com Deus, assim como no relato de momentos de prazer e de êxtase sexo-espiritual. É precisamente a partir destas orações que se forma a metáfora conceptual em questão (SANTAS SÃO ESPOSAS DE DEUS) cujo intuito principal é valorizar a ideia de casamento.

SANTAS SÃO ESPOSAS DE DEUS¹⁴

Que ouves o *Esposo* com voz clara (P3)

Segues ao *Esposo* cordeiro (P3)

Bárbara bem-aventurada, que como o *Esposo* preparado (P3)

¹⁴ A ideia de matrimónio com Deus é recorrente na literatura religiosa. É utilizada, *grossu modu*, para referir a devoção de santas e/ou religiosas a Deus; devoção metaforicamente construída com recurso aos vocábulos «esposa» e «noiva».

Me alcanceis de vosso *Divino esposo* (P4)

Me envolveu num manto de justiça, como *noiva* que se adorna com suas jóias (S51)

A conceptualização de SANTAS enquanto ESPOSAS DE DEUS é elaborada com recurso a vocábulos próprios da área semântica de 'casamento' como «esposo» e «noiva».

Através da presente associação metafórica traça-se um conjunto de correspondências unilaterais entre os domínios ESPOSAS DE DEUS e SANTAS que constitui o cerne da projecção metafórica.

Correspondências ontológicas:

- a. Santas correspondem a esposas.
- b. Deus corresponde a marido.

Correspondências epistémicas:

- a. Domínio-fonte – Esposa é aquela que através do voto sagrado do casamento se liga a seu marido.
- b. Domínio-alvo – Santas são aquelas que através de um voto espiritual (casamento espiritual) se ligam a Deus (esposo desejado).

2.2.1.8. CÉU É CASA

Finalmente, surge subordinada à macro-metáfora IGREJA CATÓLICA É FAMÍLIA a micro-metáfora CÉU É CASA.

A família, para viver, necessita de um lugar, de uma casa. A casa da família católica é o céu, onde estão os pais e o filho Jesus e para onde os restantes filhos (crentes) se vão encaminhando¹⁵ com o passar do tempo.

CÉU É CASA

Abristes as *portas do céu* (O16)

Fazei que estes voltem quanto antes à *casa paterna* (O17)

Foram abertas as *portas do Paraíso* (O31)

Mansão da paz e da luz (S50)

¹⁵ As ideias de caminho para a casa celestial e retorno ao Pai são muito importantes no discurso religioso católico popular. Daí a existência das metáforas conceptuais básicas VIDA É VIAGEM EM DIRECÇÃO A DEUS, JESUS É CAMINHO e ENTIDADES DIVINAS SÃO GUIAS.

A conceptualização de CÉU como CASA é feita através da referência ao nome «casa» e a palavras típicas da área semântica deste nome como «portas» e «mansão».

Ao associar-se metaforicamente CASA a CÉU estabelece-se uma série de correspondências que constitui a essência da presente projecção metafórica, nomeadamente:

Correspondências ontológicas:

- a. Céu corresponde a casa.

Correspondências epistémicas:

- a. Domínio-fonte – Casa é a morada da família.
- b. Domínio-alvo – Céu é a morada da família católica.

Sublinhe-se que numa perspectiva teológica o domínio CÉU configura mais uma questão de intensidade em Deus, isto é, de proximidade, do que uma localização geográfica cósmica. Porém, a representação popular de céu enquanto lugar físico integra-se perfeitamente nos esquemas mentais ontoteológicos.

2.2.1.9. IGREJA CATÓLICA É FAMÍLIA – Hierarquia Metafórica Complexa

Como avançámos ao longo das últimas páginas, a macro-metáfora IGREJA CATÓLICA É FAMÍLIA é composta por uma série de micro-metáforas conceptuais encadeadas umas às outras, na medida em que umas implicam necessariamente outras, formando assim uma estrutura hierárquica complexa, onde as metáforas superiores na hierarquia, para além de influenciarem conceptualmente as inferiores, são as mais importantes, assim como as mais universais¹⁶. À medida que vamos baixando na hierarquia as metáforas são menos universais e, conseqüentemente, menos importantes do ponto de vista doutrinário. No entanto, do ponto de vista conceptual e linguístico, todas elas são igualmente importantes, independentemente do seu posicionamento hierárquico. Vejamos, então, um esquema que procura demonstrar a estrutura hierárquica da macro-metáfora conceptual.

¹⁶ Quanto mais universais forem as metáforas conceptuais, mais divulgadas elas se encontram entre os fiéis.

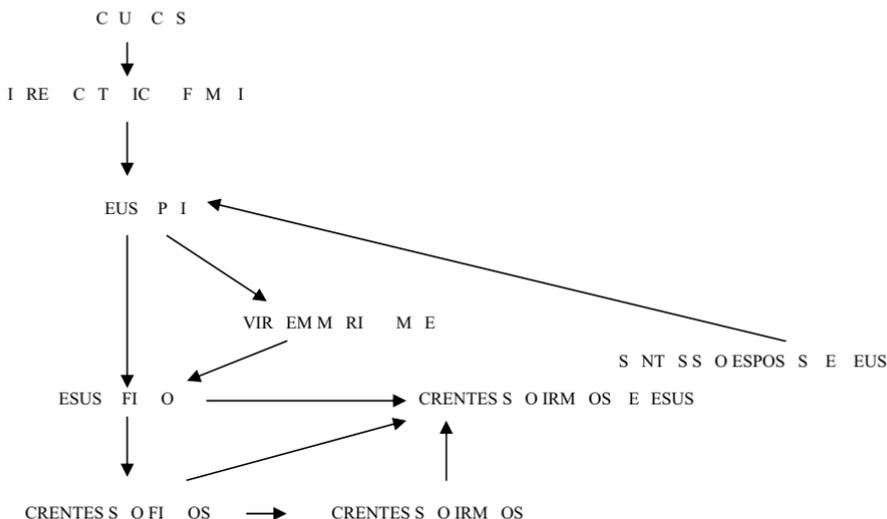


Diagrama 1: IGREJA CATÓLICA É FAMÍLIA

2.3. Rede de Relações Metafóricas¹⁷

Julgamos ser pertinente demonstrar como se articulam as metáforas conceituais analisadas na construção do complexo metafórico religioso, que estrutura e espelha as noções de catolicismo e fé de cada crente e através do qual os cristãos católicos perspectivam a vida terrena e a vida celestial, assim como as relações que destas decorrem.

¹⁷ Neste ponto, teremos em conta não apenas as metáforas conceituais aqui apresentadas, mas também todas as outras analisadas no âmbito da dissertação que dá origem ao presente artigo, por, assim, cremos dar a conhecer todas as metáforas conceituais documentadas na nossa investigação, como também a importante rede de relações metafóricas que estas metáforas originam.

3. Poder das Metáforas Religiosas no Discurso Convencional Actual¹⁸

Não é só a vida que influencia a construção metafórica do discurso religioso. A construção metafórica do discurso religioso influencia também a vida, mais concretamente a forma como comunicamos no nosso dia-a-dia. Existe, assim, um conjunto de metáforas conceptuais de origem religiosa que os falantes (crentes ou não) utilizam, não raras vezes, na comunicação diária das suas experiências. O discurso convencional actual encontra-se, por isso, repleto de inúmeras expressões metafóricas de índole religiosa.

Por acharmos importante esta influência do discurso religioso católico no discurso actual, decidimos registar algumas das metáforas conceptuais e respectivas expressões linguísticas de origem religiosa que se manifestam no discurso convencional actual¹⁹.

Para que entendamos melhor as metáforas conceptuais em causa, dividimo-las, tal como fizemos no ponto anterior, em metáforas conceptuais básicas e em outras metáforas conceptuais, pelas mesmas razões então referidas. No entanto, as metáforas conceptuais básicas e as restantes metáforas conceptuais subdividem-se, agora, em metáforas de nítida origem religiosa (aquelas que os falantes não têm dificuldade em identificar as suas raízes religiosas) e metáforas de origem religiosa não nítida (aquelas que os falantes usam, mas cuja génese religiosa não são capazes de identificar).

3.1. Metáforas Conceptuais Básicas

3.1.1. Metáforas de Nítida Origem Religiosa

3.1.1.1. BOM É CÉU/PARAÍSO *versus* MAU É INFERNO

Ambas as metáforas conceptuais apresentadas, cujas expressões metafóricas são rapidamente associadas à sua origem religiosa, assentam no esquema imagético CIMA-BAIXO, influenciado pelo posiciona-

¹⁸ Por discurso convencional actual devemos entender o discurso corrente da actualidade.

¹⁹ As metáforas conceptuais apresentadas configuram, uma vez mais, uma ínfima parte das metáforas conceptuais analisadas na dissertação – *A Metáfora no Discurso Religioso Católico de Índole Popular*.

mento físico do corpo em relação ao mundo e de acordo com o qual o que está em CIMA é BOM e o que está em BAIXO é MAU. Assim, o CÉU/PARAÍSO, fisicamente posicionado em CIMA, recebe metaforicamente a classificação de BOM, enquanto o INFERNO, pela posição, presume-se, BAIXA que ocupa, surge como MAU.

BOM É CÉU/PARAÍSO

A leste do paraíso

Estar no céu/paraíso

Ser o céu/paraíso

MAU É INFERNO

A vida dele é um inferno

Ir para o inferno

Ter uma visão do inferno

Na sequência destas metáforas conceptuais devemos, pois, entender que as entidades que se movem nos domínios referidos são metaforizadas de acordo com o domínio que ocupam. Assim, o ANJO, típico do espaço CÉU/PARAÍSO, é BOM e o DIABO, que se liga ao ambiente INFERNO, é MAU. Surgem, desta forma, as metáforas conceptuais BOM É ANJO e MAU É DIABO, conceptualmente dependentes das metáforas BOM É CÉU/PARAÍSO e MAU É INFERNO, respectivamente.

3.1.1.2. MORTE É VIAGEM

MORTE É VIAGEM é uma das metáforas conceptuais que quotidianamente utilizamos para conceptualizar um dos domínios mais importantes da vivência humana e, simultaneamente, um dos domínios mais abstractos existentes – a MORTE. No âmbito religioso a MORTE é encarada como uma VIAGEM final até ao progenitor dos crentes, até ao PAI. É precisamente esta concepção de morte que invade o discurso convencional dos falantes, sendo, por isso, frequente ouvirmos o domínio-alvo MORTE ser conceptualizado com recurso ao domínio-fonte VIAGEM, que se realiza linguisticamente nas expressões apresentadas através dos verbos «ir» e «regressar».

MORTE É VIAGEM

Ir para junto de Deus

Ir para os anjinhos

Regressar à casa do pai

3.2. Outras Metáforas Conceptuais

3.2.1. Metáforas de Nítida Origem Religiosa

3.2.1.1. TRAIADOR É JUDAS

No discurso convencional actual é comum ouvirmos as pessoas reportarem-se metaforicamente a traidores através da figura de Judas, personagem sobejamente conhecida da história cristã que traiu Jesus e foi o responsável, em certa medida, pela sua morte.

Os falantes, fazendo uso do conhecimento que possuem da realidade religiosa, importaram para o discurso diário o domínio-fonte religioso JUDAS que usam para metaforicamente conceptualizar todo aquele que é TRAIADOR. Surge, assim, outra metáfora conceptual de natureza religiosa que se actualiza no discurso convencional actual por expressões como:

TRAIADOR É JUDAS

Beijo de *Judas*

Ser um *Judas*

3.2.2. Metáforas de Origem Religiosa Não Nítida

3.2.2.1. ABUNDÂNCIA É VACAS GORDAS *versus* ESCASSEZ É VACAS MAGRAS

Ambas as metáforas conceptuais aludem a uma conhecida passagem bíblica (Gn 41, 15-32), onde o sonho do Faraó do Egipto sobre sete vacas gordas e sete vacas magras é interpretado por José, filho de Jacó, como correspondendo a sete anos consecutivos de abundância seguidos de outros sete de escassez.

No discurso convencional actual sempre que se pretende aludir ora à ABUNDÂNCIA ora à ESCASSEZ de algo (domínios-alvo) recupera-se esta passagem bíblica, em especial uma parte do sonho – VACAS GORDAS e VACAS MAGRAS – que configuram os domínios-fonte de natureza religiosa que respectivamente conceptualizam os domínios-alvo ABUNDÂNCIA e ESCASSEZ.

Assim sendo, o universo religioso invade novamente a vida dos falantes, crentes ou não, que fazem uso de domínios originalmente religiosos para dar conta de realidades sociais, neste caso, a económica.

ABUNDÂNCIA É VACAS GORDAS

Tempo das *vacas gordas*

ESCASSEZ É VACAS MAGRAS

Tempo das *vacas magras*

Classificámos estas metáforas como não nítidas quanto à sua origem, porque acreditamos que a maioria dos falantes não reconhece a natureza religiosa das mesmas. O facto de estas metáforas conceptuais se encontrarem enraizadas na *Bíblia*, e não no discurso católico popular, dificulta o seu reconhecimento enquanto metáforas religiosas, uma vez que o acesso e disseminação da *Bíblia* é muito inferior ao do discurso religioso católico popular.

4. Conclusão

Na sequência deste estudo, concluímos que o texto religioso católico de cariz popular apresenta um conjunto considerável de metáforas conceptuais básicas e não básicas, realizado por inúmeras expressões metafóricas. O discurso religioso popular assenta, fundamentalmente, em metáforas conceptuais estruturais, fundamentais para a conceptualização de uma realidade essencialmente abstracta, para a qual não dispomos de conhecimentos sólidos fundamentados nos dados da experiência humana. Daí que a influência do mundo experiencial e vivencial dos crentes nos mais diversificados âmbitos do universo religioso seja enorme.

Como elemento recorrente no discurso religioso católico popular, a metáfora revela-se um dos principais pilares na sólida construção do discurso em questão, assim como um dos meios mais eficazes para ajudar a alcançar os objectivos deste tipo de discurso, nomeadamente facilitar a compreensão da realidade religiosa por associação com realidades vivenciais concretas dos crentes.

Contudo, o poder da metáfora religiosa não fica por aqui. Para além da grande importância em termos da elaboração do discurso religioso católico popular tal como o conhecemos hoje em dia, o poder da metáfora religiosa é também grande na utilização diária actual da língua. Se prestarmos atenção aos nossos interlocutores constataremos, não raras vezes, o recurso a inúmeras expressões metafóricas, cuja origem se encontra no discurso católico em geral.

Assim, não só a vida influencia a construção metafórica do discurso católico, o popular em particular, como a construção metafórica do discurso católico influencia a vida, em especial, a forma como comunicamos.

Esperamos, assim, através deste estudo, ter demonstrado e comprovado quatro ideias fundamentais – a ubiquidade do processo metafórico no discurso religioso católico de índole popular, a importância da metáfora na construção, verbalização e perpetuação deste discurso, a influência das metáforas religiosas no discurso convencional actual e a impossibilidade de referir a religião e a vida religiosa sem recurso ao mecanismo metafórico.

5. Bibliografia

- ALVES, Herculano (coord.), 2001. *Bíblia Sagrada. 3.ª Edição*. Fátima/Lisboa: Difusora Bíblica.
- BROWN, Dan, 2005. *O Código Da Vinci. 32.ª Edição* (trad. de Mário Dias Correia). Chiado: Bertrand Editora.
- COSTA, CARMEN, 2006. *A Metáfora no Discurso Religioso Católico de Índole Popular*. Tese de Dissertação de Mestrado no Ramo de Linguística. Braga: Universidade do Minho.
- LAKOFF, George, 1995. [em linha] «Metaphor, Morality, and Politics, Or, Why Conservatives Have Left Liberals in the Dust». www.wgcd.org/issues/Lakoff.html (20-06-2005).
- LAKOFF, George, 1996. «The Contemporary Theory of Metaphor», in ORTONY, Andrew (ed.). *Metaphor and Thought. Second Edition*. Cambridge: Cambridge University Press, 202-251.
- LAKOFF, George & JOHNSON, Mark, 1980. *Metaphors We Live By*. Chicago/London: The University of Chicago Press.
- LAKOFF, George & TURNER, Mark, 1989. *More Than Cool Reason – A Field Guide to Poetic Metaphor*. Chicago/London: The University of Chicago Press.

O Tempo e o Riso: Reflexões Diacrónicas sobre o Cómico de Linguagem

ISABEL ERMIDA
(Universidade do Minho)
iermida@ilch.uminho.pt

Abstract

Laughter is a cohesive social behaviour which brings people together under shared frames of reference, but it can also be an aggressive practice. Being the butt of the joke is no laughing matter, and disapproving of the content of humour causes division rather than accord. A historical approach to the comic helps to unveil these and other conceptions of the laughable, at the same time as it provides an outline of the various currents of scholarly reflection on such an elusive phenomenon. The present article seeks to track the evolution of the debate and establish a diachronic review of the main theories of humour, with an emphasis on its language-dependent manifestations. It thus aims at highlighting the linguistic, pragmatic and textual features that make humour a complex and unique construct.

Palavras-chave: Riso, humor, linguística, pragmática, texto, história, hostilidade, incongruência, libertação.

Introdução

Poucos comportamentos sociais surgem eivados de uma marca tão fortemente gregária e conciliadora como o riso. Seria caso para dizer que não é só a falar que «a gente se entende»; a rir também. Na verdade, uma boa gargalhada une e apazigua, cria aliados e anula tensões, fomenta a partilha e aplaca discórdias. Através do riso, compartilhem-se quadros de referência, comunga-se de um mesmo espectro cultural e enciclopédico, comunica-se com base nos mesmos pressupostos. Contudo, o riso pode também ser hostil. Quantos poderão dizer

que toleram ser objecto do riso alheio? E quantos não se sentiram já postos à parte perante piadas que não decifram, ou ofendidos perante anedotas cujo sentido é lesivo ou chocante? O humor pode com efeito também ser usado para repelir e aviltar, sendo aliás sobre esta faceta que durante séculos incidiu a reflexão sobre o cómico.

Entretanto, enquanto fenómeno linguístico, o humor oferece-se a análises multifacetadas, tanto de índole fonética, como morfo-sintáctica, como ainda léxico-semântica, ao mesmo tempo que propicia uma discussão dos princípios conversacionais e pragmáticos que o regulam. Nesta linha de pesquisa surgiu o conceito basilar de incongruência, pedra de toque no entendimento da cisão cognitiva que subjaz ao efeito cómico. Também na sua vertente narrativa e literária o humor se ancora na incongruência e na surpresa, mas igualmente no importante conceito de conhecimento partilhado. Sobre estas noções se debruçaram novas gerações de investigadores, no enalço constante do fugidio fenómeno que é o humor.

Propomo-nos neste trabalho seguir o trilho destes debates. Procuraremos o fio condutor que os une bem como os pontos de divergência, traçando os lapsos que se registaram ao longo da reflexão sobre o cómico e estabelecendo conexões entre autores, coetâneos ou não, que efectuaram percursos semelhantes. No final, tentaremos delinear as características estruturais e os factores pragmáticos do humor enquanto género textual.

1. Esboço histórico da reflexão sobre o cómico

Um corte longitudinal na história da reflexão sobre o cómico transporta-nos, não surpreendentemente, para a antiguidade clássica. Aí se encontra o gérmen de uma teorização que se foi constituindo paulatinamente ao longo dos tempos até se afirmar, hoje, como um campo de investigação estabelecido, sobretudo no âmbito anglo-americano: o dos *humour studies*. A recorrência de alguns princípios e características na definição do cómico, cuja revisão sucinta a seguir empreenderemos, tem permitido agrupar os diversos contributos em três grandes teorias do humor, latamente designadas por hostilidade, libertação e incongruência. No entanto, a abordagem que aqui propomos é de carácter sequencial, obedecendo à tentativa de delinear um perfil diacrónico do conceito do cómico.

1.1. A herança grega: Platão, Aristóteles e o cómico grotesco

Entre os pré-socráticos, há notícias de que o riso já constituía objecto de reflexão. Como Mary Grant faz notar, no estudo intitulado *As Antigas Teorias Retóricas do Risível* (1917), alguns contributos dispersos dessa época apontam para uma concepção da comédia que engloba precocemente elementos como a superioridade e o aviltamento. No entanto, tais motores do riso surgem, à luz de uma moral convencional, como condenáveis.

É com Platão que o carácter depreciativo e potencialmente hostil do humor toma forma consistente. *Filebo* apresenta algumas considerações seminais para a teorização sobre o fenómeno cómico: dialogando sobre as manifestações do prazer, Protarco e Sócrates estabelecem a inveja como a causa primeira do riso. Ou seja, quando invejamos os nossos amigos, rimo-nos dos seus males, ainda que isso provoque em nós alegria e dor em simultâneo. No entanto, em face dos motivos pouco edificantes que subjazem ao prazer cómico, o riso é concebido como algo de potencialmente negativo e a moderar e, logo, como algo impróprio para os homens livres e dignos (cf. *Leis*, 7.816-7). De igual modo, as «reacções violentas» a que Platão alude na *República* (cf. 3.388) e que compreensivelmente ocorrem face a «ataques de riso» justificam também o apelo ao comedimento que transparece no discurso platónico.

O importante papel que os conceitos de hostilidade e superioridade desempenham na reflexão sobre o fenómeno cómico está bem patente em Aristóteles. Perdidos os seus mais significativos escritos sobre a comédia, sobreviveram alguns fragmentos que, mau grado dispersos, se impuseram como arquétipos incontornáveis nesta matéria. Uma fugaz passagem de *Ética a Nicómaco* (IV, 8-9), por exemplo, reza: «Dizer uma piada acerca de um homem é, de certo modo, aviltá-lo». Mas é na *Poética* que figuram considerações fulcrais, inúmeras vezes citadas:

A comédia consiste, como já o dissemos, na representação de homens baixos; contudo, ela não cobre todo o tipo de baixeza: o cómico não é senão uma parte do feio. Com efeito, o cómico consiste num defeito ou numa fealdade que não causam nem dor nem destruição. Um exemplo evidente é a máscara cómica: ela é feia e disforme sem exprimir dor. (Cf. Cap. 5, 49a,32-7)¹

¹ Nesta como noutras citações ao longo do presente trabalho, usamos livremente uma tradução nossa.

A fealdade e a baixeza garantem, naquele que ri, a certeza da sua superioridade: se escarnecemos, é porque nos sentimos numa posição hierarquicamente mais segura para podermos, impunemente, aviltar e diminuir outrem. No entanto, note-se que, contrariamente a Platão, a dor não é aqui intrínseca à comédia. Rimo-nos dos defeitos alheios, mas apenas porque eles não se revestem de gravidade ou sofrimento. Logo, Aristóteles alinha numa tácita condenação do escárnio e num apelo ao equilíbrio e à compaixão.

Bem menos conhecida é uma passagem da *Retórica* (3.11)² que deixa entrever um precocíssimo contributo para a teoria da incongruência. Os ditos espirituosos, defende Aristóteles, frustram as nossas expectativas interpretativas devido ao elemento de *contraste*, perante o qual somos obrigados a «aprender» (ou reaprender) o verdadeiro sentido pretendido. Aliado ao contraste está, já aqui, o importante elemento da surpresa:

Os jogos de palavras dependem sobretudo de metáforas a que é adicionado um elemento enganador. Este elemento contrasta com o que o ouvinte esperava e faz com que ele aprenda alguma coisa. (...) Os bons enigmas e adivinhas são usufruídos pela mesma razão, porque existe um acto de aprendizagem. (...) De um modo semelhante, as 'novidades de expressão' surgem quando existe um elemento de surpresa, e as coisas acabam por ser contrárias ao que esperávamos.

1.2. *Os latinos: Cícero, Quintiliano e o uso oratório do cómico*

Autor de um dos raros tratados sistemáticos sobre a comédia que sobreviveram desde a antiguidade, Cícero (c. 106-43 AC) expõe, em *De Oratore*, uma concepção de comédia que ecoa a escola grega, sobretudo no que diz respeito às causas do riso. O feio e o vil são, uma vez mais, eleitos como «a província do risível», mas o tratamento que deste faz o autor latino é de natureza oratória, no intuito de estipular as regras a que o bom orador deve obedecer quando faz uso do valioso recurso do humor. O decoro e a prudência figuram como princípios sagrados, assim como o cuidado em respeitar as esferas afectiva e valorativa da audiência:

Os limites dentro dos quais as coisas risíveis devem ser manuseadas pelo orador exigem uma atenção muito especial. (...) Assim, as coisas

² A propósito, ver o estudo de Lane Cooper (1922: 145-8), especialmente o capítulo intitulado 'Scattered passages in Aristotle with a bearing on comedy'.

de que mais facilmente nos rimos são aquelas que não suscitam repugnância nem comiseração. (...) Na fealdade e nos defeitos físicos há material de sobra para provocar o riso, mas também aí os limites do decoro se impõem. O orador deve não só excluir os comentários de mau gosto, mas também evitar que as suas piadas sejam simples palhaçadas ou criancices. (Cf. *De Oratore* II, 236-9).

Particularmente importante para uma compreensão linguística do fenómeno humorístico é a distinção estabelecida por Cícero entre as piadas (*facetiae*) referenciais, ou acerca da coisa (*de re*), e as piadas verbais, ou acerca da língua (*de dicto*). Na primeira categoria inserem-se todos os casos, facilmente traduzíveis porque libertos do cingel da língua, que se reportam a um facto ou uma situação; na segunda, situam-se aqueles que decorrem das particularidades grafo-fonológicas, da estrutura morfo-sintáctica, ou da constituição léxico-semântica do sistema linguístico³.

A antiguidade latina lega um outro contributo de fôlego para a reflexão sobre o fenómeno cómico. Quintiliano (c. 35-100 DC), na terceira secção do sexto livro de *Institutio Oratoria*, discorre sobre a utilidade do humor enquanto instrumento oratório, pronunciando-se contra o seu uso abusivo ou indiscriminado. Sendo os estímulos do riso numerosos e variados, muitos há que não andam longe do aviltamento gratuito e deselegante. Segundo o autor, «rimo-nos não só das palavras e actos que são espirituosos, mas também daqueles que revelam loucura, raiva ou medo, pelo que o riso não está nunca longe do desdém» (cf. VI, iii, 7-8). Ao bom orador caberá, portanto, abster-se de troçar das fraquezas alheias, tendo em conta que, se não o fizer, arriscar-se-á a sofrer o ricochete da sua maldade:

Nos tribunais e noutros locais, é considerado desumano atacar um homem quando ele está a sofrer, seja porque o dito homem é vítima inocente do infortúnio, seja porque tais ataques podem bem voltar-se contra aquele que os desferiu. (...) As nossas piadas não devem nunca destinar-se a ferir, e nós devemos preferir perder uma piada a perder um amigo. (VI, iii, 28).

³ Não é difícil apresentar um exemplo para cada uma das categorias. Uma piada como «Gostavas de brincar com o meu cão?» / «Ele morde?» / «Não sei; é isso que estou a tentar descobrir!» é obviamente referencial, podendo facilmente ser traduzida, ao passo que dizer algo como «Era um rádio tão pequeno, tão pequeno, que não apanhava estações; só apeadeiros» significa jogar com a homonímia do lexema *estação*, sendo portanto uma piada linguística.

Tanto Cícero como Quintiliano se mostram atentos à questão do inesperado. O primeiro, quando o adiciona às chamadas categorias do risível, equacionando-o com o engano interpretativo: «Quando esperamos ouvir uma determinada expressão, e algo diferente é expresso, (...) o nosso próprio erro faz-nos rir» (*op. cit.*, II.lxiii.255). Na mesma linha de raciocínio, Quintiliano aconselha a estratégia oratória do erro interpretativo provocado, ou seja, aquilo a que se refere como «ludibriar expectativas, fazendo tomar as palavras num sentido diferente do pretendido» (*op. cit.*, VI.iii.24). Particularmente engenhosa, segundo o autor, é a técnica de «aplicar uma coisa a outra com base numa semelhança qualquer» (cf. VI-iii, 61).

1.3. *O Renascimento: Libertar do olvido*

A reflexão sobre o cómico no Renascimento surge fortemente marcada, à semelhança de outros domínios do saber, pela recuperação dos escritos aristotélicos⁴. Redescoberta a *Poética* – e reeditada, em 1508, na sua versão latina, da autoria de Lorenzo Valla – o impacto do filósofo grego na teoria literária renascentista foi desde logo imenso. Muitos são os autores de quinhentos que se debruçaram sobre o conceito e as formas do cómico, bebendo da fonte aristotélica grande parte da sua inspiração. Contudo, outros importantes autores clássicos são também resgatados das trevas.

Vettore Fausto é um dos primeiros a reaproveitar a equação aristotélica «comédia-fealdade» (ou *turpitude*), no opúsculo intitulado *De comoedia libellus* (1511). Mais tarde, em 1548, Franciscus Robortellus publica *Explicatio eorum omnium quae ad Comoediae artificium pertinent*, uma obra de maior fôlego que ensaia uma reflexão crítica sobre a história da comédia, revendo, ainda que predominantemente Aristóteles, também Cícero, Quintiliano, Horácio, Donato e Aristides. Particularmente incisiva é a passagem em que Robortellus se pronuncia sobre o *estilo* cómico:

A dicção no discurso cómico deve ser simples, fácil, aberta, clara, familiar e comum, já que, como diz o retórico Aristides, o discurso simples, como é o caso do discurso cómico, não admite dicção sobranceira, pois tem pensamentos que são simples e humildes. (*Apud* Herrick, 1950: 237).

⁴ Sobre o período renascentista, ver Herrick (1950) e Attardo (1994: 34-44).

Bem mais aclamado, no entanto, é o tratado sobre a comédia da autoria de Madius, vindo a lume dois anos depois. Em *De Ridiculis* (1550), Madius ecoa a dicotomia ciceriana *de dicto/de re*, elegendo, igualmente à imagem dos antigos, a surpresa (*admiratio*) como uma das causas determinantes da comédia:

Se a fealdade fosse a única causa do riso, então um objecto feio deveria suscitar sempre o riso, de uma forma continuada. Porém, expostos durante algum tempo à fealdade, paramos de rir. De um modo semelhante, as coisas feias que nos são familiares não nos provocam o riso. Portanto, está claro que a causa do riso não reside apenas no feio, sendo também obra da surpresa. (*Apud Herrick, 1950: 245*).

A questão da surpresa cômica surge também pela mão de um outro autor renascentista, Giangiorgio Trissino, que escreve um tratado sobre poética em seis partes. As duas últimas são publicadas postumamente, em 1562, e constituem uma interessante contribuição para os estudos sobre o humor. Admitindo que o objecto risível tem de estar misturado com algum tipo de fealdade – seja «um rosto deformado, um movimento desairoso, uma palavra néscia, uma pronúncia estranha, um vinho de paladar desagradável ou uma rosa de mau cheiro» – Trissino advoga, ainda na esteira de Aristóteles, que o efeito cômico advém das expectativas frustradas do sujeito face ao objecto. Nas suas palavras, «são não apenas os sentidos, mas também as esperanças, que saem levemente ofendidas» desse confronto.

Lodovico Castelvetro é igualmente um comentador da Poética aristotélica, mas demarca-se pelo rigor com que, por volta de 1570, analisa as diversas categorias da fealdade. São várias, segundo Castelvetro, as formas pelas quais o feio provoca o riso: os enganos dos outros, que não os nossos, a ignorância (de costumes, artes, ciências), a loucura, a embriaguez, a «desgraça física», os prazeres da carne, mas também as interpretações deliberadamente erradas e os comentários espirituosos. Nesta linha de análise encontra-se também Bernardo Pino, que em 1572 escreve um pequeno tratado epistolar intitulado *Breves considerações em torno da composição da comédia nos nossos tempos*. A fealdade é, mais uma vez, motivo de reflexão: segundo Pino, o feio consiste na falta de proporção entre as partes de um todo, mas também tem a ver com o conceito, bem mais subtil, de desajuste social. Ridículo, neste sentido, torna-se aquele que age em desacordo com as regras e a lógica sociais, ou seja, que não age em conformidade, ou «na devida proporção».

Em suma, a época renascentista traz de volta à ordem do dia as reflexões sobre o cómico deixadas em pousio desde a antiguidade. Para além de alguns refinamentos pontuais, o mérito dos pensadores de quinhentos consiste portanto em redescobrir e recuperar as contribuições de outrora.

1.4. *O legado seiscentista: Descartes, Hobbes e o riso como forma de hostilidade*

No séc. XVII, a reflexão sobre o fenómeno cómico voltaria a materializar-se na pena de autores de vulto. Em *As Paixões da Alma* (1649), Descartes explana os fundamentos e a legitimidade do que designa por 'troça', apontando igualmente a surpresa como um elemento primordial no despoletar do riso. Uma vez mais, os princípios de hostilidade e aviltamento consubstanciam uma concepção da atitude humorística que é eticamente vulnerável:

O escárnio ou troça é uma espécie de alegria misturada com o ódio; e tem por causa o reconhecimento de qualquer pequeno mal numa pessoa que julgamos merecê-lo. Tem-se ódio por esse mal e sente-se alegria por o ver em alguém que o merece. E, quando isso sobrevém inesperadamente, a surpresa e a admiração provocam o riso. (Art.178).

No entanto, note-se a tentativa de apontar uma justificação moral para os sentimentos negativos que subjazem ao escárnio, pronunciando-o como algo que vitima apenas «alguém que o merece». Apesar disso, Descartes mostra-se ciente da natureza pouco edificante da troça quando declara: «A alegria que resulta do bem é séria: ao passo que a que o mal provoca é acompanhada de riso e de troça» (Art.62).

Contemporâneo de Descartes, Thomas Hobbes retoma a visão do riso como uma reacção de prazer perante os males alheios. Em *A Natureza Humana* (1650: 112-3), a «paixão do riso» é concebida como advindo da sensação da nossa própria «superioridade e eminência»: por isso, quando nos rimos das «fraquezas e absurdos de outro homem», salvaguardamos e elevamos a nossa auto-estima. Em contrapartida, quando somos o alvo do riso alheio – ou quando os nossos amigos o são – sofremos uma «desonra odiosa» sob a forma do que Hobbes considera ser «o triunfo dos outros sobre nós». Daí as considerações moralistas que acompanham este raciocínio: como «é vanglória [...] pensar que as fraquezas alheias são matéria suficiente para o nosso triunfo», devemos cultivar um tipo de «riso sem ofensa, abstracção

feita das pessoas». Mais original da parte do autor é considerar que o riso também pode constituir um fenómeno reflexo, ou seja, como uma reacção face a algo que, em nós mesmos ou no nosso passado, nos diverte.

Em *Leviatã* (1651: 62), Hobbes recupera a ideia de que o riso é provocado por um defeito alheio, face ao qual «subitamente nos aplaudimos a nós mesmos». Mais uma vez, o autor está bem ciente do quanto o riso – uma camuflagem da nossa própria fraqueza – constitui uma atitude de cobardia. Desafio bem mais difícil é tentar superar a fasquia dos que nos são superiores:

(...) Isto acontece mais com aqueles que têm consciência de menor capacidade em si mesmos e são obrigados a reparar nas imperfeições dos outros para poderem continuar a ser a favor de si próprios. Portanto, um excesso de riso perante os defeitos dos outros é sinal de pusilanimidade. Porque o que é próprio dos grandes espíritos é ajudar os outros a evitar o escárnio e comparar-se apenas com os mais capazes.

1.5. *O iluminismo: Kant, James Beattie e a comédia como incongruência*

O séc. XVIII marca a passagem de um paradigma teórico baseado no conceito de hostilidade para um outro que estabelece a incongruência como princípio motriz do fenómeno cómico. Ainda que afluído, como vimos, pelos antigos, é sob a chancela de Kant que o conceito definitivamente se impõe. De importância fulcral para uma abordagem linguística e discursiva da comédia, a incongruência releva da ideia de que o humor surge da combinação de elementos díspares e se alimenta do efeito de surpresa daí decorrente.

Numa breve passagem de *Crítica da Faculdade do Juízo* (1790: 238-243), Kant considera o riso uma «espécie de jogo com ideias estéticas» que «só podem deleitar pela sua alternância». Por outras palavras, quando «nos rimos e nos deleitamos», é «porque jogamos ainda por um tempo com o nosso próprio desacerto em relação a um objecto». Este desacerto, ou engano, deve-se ao facto de que tudo o que pode suscitar o riso contém algo absurdo, consistindo numa «representação em que não se encontra o esperado», o que, por seu turno, despoleta um efeito de surpresa. Daí a célebre máxima kantiana: «O riso é um afecto resultante da súbita transformação em nada de uma expectativa tensa». Por outro lado, rir é também um talento, o de «poder arbitrariamente transpor-se para uma certa disposição mental,

em que todas as coisas são ajuizadas de modo inteiramente diverso do habitual (até inversamente a ele)». Mas, antes que o «entendimento subitamente ceda» face a uma incongruência inesperada, o indivíduo oscila temporariamente na dúvida e no engano, rememorando e reconstruindo o processo interpretativo de modo a solucionar o problema:

(...) O chiste tem de conter sempre algo que num momento possa enganar; daí que se a aparência termina em nada, o ânimo rememora-o para tentá-lo ainda uma vez, e assim através de uma rápida sucessão de tensão e distensão ricocheteia de um lado para o outro e é posto a oscilar. Este movimento (...) produz fadiga, mas também divertimento (os efeitos de uma moção proveitosa à saúde).

Também no século das luzes, James Beattie escreve «Um Ensaio sobre o Riso e a Composição Cómica» (1764: 591-653), em que avança, antes mesmo do próprio Kant, com a ideia de incongruência, sistematizando os factores que a potenciam:

O riso surge quando vemos duas ou mais circunstâncias inconsistentes, inadequadas, ou incongruentes, unidas num só objecto ou aglomerado complexo, adquirindo uma espécie de relação mútua em virtude da maneira peculiar como a nossa mente as percebe.

Subjacente à ideia de incongruência está, neste sentido, a noção de contraste e de heterogeneidade, a qual, por si só, não basta: terá de haver uma relação de *conjugação* que reúna os elementos díspares sob a égide da similitude. Paralelamente, a *quantidade* é também um factor a ter em conta: «quanto maior for o número de incongruências agrupadas num mesmo aglomerado, maior será provavelmente o efeito cómico». No entanto, adverte Beattie, existem «inúmeras combinações de congruência e inconsistência, de relação e contraste, de parecença e dissimilitude, que não são nada cómicas». Esta afirmação abriria caminho a um caloroso debate sobre a natureza e os limites do cómico que continua até hoje. Mas Beattie é categórico ao acrescentar: «Embora nem todas as combinações incongruentes sejam cómicas, todas as combinações cómicas são incongruentes».

1.6. *O dealbar do séc. XX: Bergson, Freud e a mente*

Com a idade moderna, a teorização sobre o cómico sofreu uma viragem no sentido de uma nova importância dada ao sujeito, núcleo congregador de vontades, sensações e necessidades múltiplas a que o

nascimento da psicologia veio dar resposta. Com a chegada do séc. XX, em particular, dois grandes nomes – Bergson e Freud – deram um importante contributo para uma compreensão mais individualizada e subjectiva da *experiência* cômica.

Em *O Riso: Ensaio sobre o Significado do Cómico*, obra datada de 1900, Henri Bergson encara o riso como uma forma de escape face às inibições e recalcamientos que a sociedade impõe ao indivíduo, proporcionando a satisfação de desejos reprimidos e o alívio de tensões de vária ordem. A ideia-chave é a de que o humor constitui um prazer e uma estratégia compensatória. Ora, o princípio libertador que subjaz ao cómico reside nas suas semelhanças com o sonho: nas palavras de Bergson (1900: 132-4), em ambos existe um «movimento de relaxamento» que faz abrandar nos homens o «esforço do bom senso». Por outro lado, ambos permitem que nos «desliguemos das coisas e rompamos com a lógica», à imagem da criança que, livre dos entraves que a razão e a cultura colocam ao adulto, goza temporariamente de liberdade. O cómico, portanto, permite e potencia uma liberdade reconquistada, através da qual nos relaxamos delectadamente:

Há no fundo do cómico, dizíamos, sempre, a tendência a deixarmo-nos deslizar ao longo de um fácil declive (...) Já não procuramos adaptar-nos e readaptar-nos sem cessar à sociedade de que somos membros. Desleixamos a atenção que deveríamos à vida. Mais ou menos, passamos a ser distraídos. Distracção da vontade, não há dúvida, tanto ou mais que da inteligência. (...) Temos o ar, enfim, de alguém que se diverte. (1900: 133).

Cinco anos depois, Freud publica *O Dito Espirituoso e suas Relações com o Inconsciente*, marcando desde logo, indelevelmente, o panorama internacional de teorização sobre o cómico. Alinhando com Bergson, delineia os princípios da chamada teoria da libertação: ao rir, o indivíduo liberta energia mental ou afectiva que, em virtude de uma qualquer revelação súbita, se torna desnecessária, como quando uma expectativa intelectual falha, ou quando um sentimento que recalcamos encontra inesperadamente via de escape. A tensão inutilmente acumulada é, pois, dissipada nos espasmos da gargalhada, que corresponde àquilo a que Freud designa por «economia precoce do esforço de contenção». Diz o autor:

Diria que o riso é despoletado nos casos em que uma soma de energia psíquica, primitivamente empregue no investimento de certas vias psíquicas, perde toda e qualquer utilidade, de forma a poder ser descarregada livremente. (1905: 241).

Mas, surpreendentemente, Freud vai bem mais além de uma explanação psicológica ou experiencial do cómico, avançando com importantes considerações do âmbito linguístico e discursivo. O cómico, defende, reside na satisfação de permitir o que a crítica e o bom senso proibem, a saber, «a combinação absurda de palavras ou a conjugação incoerente de pensamentos» (1905: 212). Este princípio, em muito semelhante ao da teoria da incongruência, assume diversas formas no discurso, que o autor designa por «técnicas da espirotuosidade». São elas a condensação, a substituição, o deslocamento, o contra-senso, a contradição e a representação indirecta, entre outras. Particular atenção merece o problema do duplo sentido, que Freud analisa segundo diferentes categorias: homonímia, nome próprio/nome de objecto, sentido literal/sentido metafórico, duplo sentido com alusão, etc. Fornecendo exemplos profusos para cada um dos casos, Freud faz uma séria tentativa de sistematizar as estratégias linguísticas (sobretudo fonológicas e léxico-semânticas) que presidem ao jogo cómico, acrescentando assim uma interessante dimensão verbal à sua incontornável obra de fronteira.

2. O debate contemporâneo: Teorias da anedota e teorias do texto cómico

Na actualidade, a discussão sobre o fenómeno cómico subdivide-se consoante as múltiplas áreas disciplinares que o focam – desde a sociologia e a antropologia à psicologia, à filosofia e às ciências médicas, da educação e da comunicação – assumindo reiteradamente um carácter interdisciplinar. No caso vertente da linguística, são muitos os contributos para a análise das manipulações específicas da linguagem humorística – como sejam o trocadilho fonético, o mimetismo, os jogos morfológicos, a ambiguidade sintáctica, os jogos de palavras, o absurdo – mas todos se revestem de um carácter pontual e disperso. Bem mais rara tem sido a preocupação de ultrapassar um tipo de descrição microlinguística e investigar, de forma sistemática, como o humor se estrutura em situação comunicativa e a níveis discursivos e textuais mais amplos. Mais concretamente, têm escasseado, salvo algumas meritórias excepções, estudos linguísticos que analisem a dimensão macroestrutural, interpessoal e pragmática do texto cómico. Por outro lado, impõe-se ponderar uma outra questão crucial: quais as condições *necessárias* e *suficientes* que determinam o carácter humorístico de um texto, ou seja, que o definem como um *género* específico,

independentemente das reacções que suscite, das temáticas que aborde, ou das formas que assuma?

Um nome precursor desta linha de análise encontra-se entre os estruturalistas franceses. Em *A Historieta Cômica* (1966)⁵, Violette Morin analisa um conjunto de 180 breves narrativas humorísticas no intuito de desmontar as suas conexões e classificar «certas constâncias de construção». Identificando nas diversas histórias uma sequência de três momentos, Morin faz-lhes corresponder outras tantas funções, que alegadamente presidem à construção de qualquer texto humorístico: uma *função de normalização*, que apresenta as personagens e a situação ficcional; uma *função locutora de deflagração*, que introduz o problema a resolver; e uma *função interlocutora de disjunção*, que «resolve comicamente o problema». É esta terceira função que estabelece, com base num disjuntor (por exemplo, um trocadilho), uma bifurcação entre uma interpretação «séria» e uma «cômica». Veja-se, a título de ilustração, a história do africano que assegura não existirem mais canibais (função de normalização). *Você tem a certeza?*, pergunta o jornalista (função locutora de deflagração). *Sim; comeram-se os três últimos há poucos dias* (função interlocutora de disjunção). Obviamente tributário das teorias da incongruência, o modelo analítico de Morin constitui um contributo pioneiro para a compreensão do funcionamento da narrativa cômica. No entanto, deixa sem resposta quer os casos de historietas humorísticas que não se conformam ao modelo, quer os de outros tipos de narrativa (por exemplo, o policial) que obedecem a princípios semelhantes mas que não são cômicos.

Quase duas décadas depois, em 1985, o debate linguístico é retomado sob a forma de dois contributos de peso, desta feita do âmbito anglófono. Do lado americano, surge a obra seminal *Mecanismos Semânticos do Humor*, da autoria de Victor Raskin, e do lado britânico, Walter Nash avança com *A Linguagem do Humor*. Embora de impacto bastante inferior, o livro de Nash constitui uma obra eclética, de pendor universalista, que procura acertadamente descrever o *acto* humorístico numa tripla vertente: cultural, interpessoal e linguística. No primeiro destes planos, situa-se o acervo de referências literárias, etnográficas e histórico-sociais que constituem a cultura partilhada de um grupo, da qual emerge o material cômico e da qual derivam formas como a alusão e a paródia. No plano interpessoal, Nash considera a

⁵ Artigo publicado no célebre número oito da revista *Communications*, dedicado à análise estrutural da narrativa.

dimensão interactiva do humor enquanto acto estabelecido entre um *executante*, que manipula e controla a informação, e um *respondente*, que a infere e descodifica, de acordo com os rituais de comportamento e os modelos de previsibilidade que funcionam em ambos os pólos comunicativos. Finalmente, o plano linguístico encerra variadas estratégias grafo-fonológicas, morfo-sintácticas e léxico-semânticas, analisáveis pelos métodos tradicionais da estilística, a que a composição textual da anedota e da narrativa cómica dá voz. Particularmente interessante para uma diferenciação entre estes dois níveis de articulação discursiva – um condensado, outro expandido – é a ideia de que a narrativa cómica é mais do que uma soma de estruturas anedóticas, consistindo antes num todo que engloba as complexas inter-relações, inclusivamente hierárquicas, que os variados elementos linguístico-estruturais estabelecem entre si.

Mas é com Raskin que, no mesmo ano, o panorama internacional de investigação do humor sofre uma reviravolta. Pela primeira vez surge uma teoria aplicável, testável e comprovável, portanto epistemologicamente válida, que descreve as condições necessárias e suficientes para um texto ser considerado cómico. Trata-se de um modelo semântico que visa determinar a natureza da *anedota* como um tipo específico de texto, ou seja, como um *género*, estabelecendo o conceito de *guião* (*script*) – que designa um vasto conjunto de associações evocadas por uma palavra – como a pedra basilar das estruturas de significação aí geradas. Este *guião*, ou estrutura cognitiva convencional interiorizada pelo falante nativo, subjaz à hipótese-base da teoria raskiniana nos seguintes termos:

Um texto pode ser caracterizado como uma anedota se as duas condições seguintes forem satisfeitas:

- i) O texto é compatível, total ou parcialmente, com dois *guiões* diferentes, que se sobrepõem;
- ii) Os dois *guiões* com os quais o texto é compatível são opostos. (1985: 99).

O operador responsável pela passagem do *guião* evocado inicialmente para o *guião* que lhe é oposto assume, nas anedotas ditas ‘simples’, uma de duas formas: a ambiguidade ou a contradição. Neste processo, são aplicadas as chamadas regras combinatórias, mediante as quais se articulam, seleccionam e excluem os diversos domínios semânticos evocados no texto e activados pelos *guiões*. Na posse deste instrumento heurístico, pode-se, sustém Raskin, proceder à análise de qualquer anedota, bem como excluir dessa categoria quaisquer casos

espúrios. O facto de a proposta de Raskin não ser inexpugnável (na verdade, há textos não-humorísticos que se lhe conformam) não invalida que se trata da teoria mais poderosa epistemologicamente – porque faz previsões e testa hipóteses – no âmbito dos estudos do humor até aos dias de hoje.

Posteriormente, em 1991, Raskin retomaria alguns destes pressupostos teóricos ao propor, com Salvatore Attardo, um novo modelo, a que chamaram ‘Teoria Geral do Humor Verbal’. Num artigo intitulado «Revisitando a Teoria Semântica dos *Guiões*: Um Modelo de Representação da Anedota», os autores propõem um grelha hierárquica que contempla uma «taxionomia indexada de variância», ou seja, um instrumento quantificável de avaliação do grau de variação de anedota para anedota. Cada nível da hierarquia corresponde a, e é determinado por, um recurso cognitivo: são eles a linguagem, a estratégia narrativa, o alvo, a situação, o mecanismo lógico e a oposição de *guiões*. Estes seis argumentos determinam o grau de variabilidade entre anedotas: quantos mais argumentos partilharem, mais baixo será o seu índice de variância. A virtude deste tipo de abordagem é a de integrar, numa única matriz analítica, dotada de grande potencial operativo, as diversas características e componentes do humor, nomeadamente linguísticas, narratológicas, socioculturais, temáticas, lógicas e ‘scrípticas’. Contudo, a proposta de Raskin e Attardo ganharia se abraçasse mais abertamente a sua vocação pragmática.

É também em 1991 que surge um outro contributo marcante para a abordagem linguística do texto cómico. Rachel Giora escreve «Sobre os aspectos cognitivos da anedota», avançando com uma sistematização dos processos de formação conceptual que regulam o funcionamento daquela estrutura discursiva. Reunindo elementos das áreas da psicologia cognitiva (Rosch, Mervis), da teoria da informação (Shannon, Attneave) e da pragmática (Grice, Sperber & Wilson), Giora propõe um modelo de humor que estipula as condições que presidem à correcta formação da anedota, a saber: a) Obedecer ao Requisito de Relevância – O *punch line* da anedota terá de exibir um mínimo de intersecções conceptuais com o restante corpo do texto, mantendo uma parcela mínima de relevância; b) Violar o Requisito de Informatividade Gradual – A resolução da anedota terá de surgir abruptamente no eixo informativo, e não gradualmente; e c) Provocar a Mudança Linear – O leitor da anedota terá de cancelar a primeira interpretação depois de processar a segunda interpretação. A facilidade processual destes mecanismos, bem como o factor de distanciamento afectivo por

parte do receptor, são também integrados neste importante modelo heurístico do género cómico.

Entretanto, outros autores, como Palmer (1988) e Holcomb (1992), fizeram tentativas, algo frágeis mas bem direccionadas, de complementar a compreensão do humor linguístico. No entanto, e significativamente, tanto um como o outro tentam fazê-lo de um ponto de vista mais abrangente do que o curto segmento textual que é a anedota. Na verdade, Jerry Palmer, no artigo intitulado «Teoria da Narrativa Cómica: Elementos Semânticos e Pragmáticos» (1988)⁶, propõe-se definir os princípios fundamentais que regem o género humorístico, entendido latamente enquanto discurso narrativo, dividindo-os em duas categorias. A primeira, que ele designa por dimensão discursivo-contextual, engloba os elementos textuais que, na narrativa cómica, resolvem a ambiguidade semântica das palavras que encerram intenção humorística. Esta intenção, muitas vezes camuflada num registo críptico, apela à interpretação articulada de todos os elementos contextuais que desambiguizam os termos problemáticos do texto. Por outras palavras, o sentido humorístico deverá ser desvelado através das pistas contextuais que o discurso providencia. A organização sequencial deste discurso é, por isso, de grande importância, obedecendo a parâmetros de causalidade sintáctica. Como Palmer explica, a articulação dos elementos textuais deve fazer-se de modo a que «as proposições que compõem sequências cómicas sirvam de base para sequências cómicas posteriores no fio narrativo» (1988: 116). É deste modo que o impacto humorístico de elementos futuros na narrativa depende não só da estrutura léxico-semântica que os determina individualmente, mas também da sua articulação com momentos anteriores.

A segunda dimensão reguladora do género cómico que Palmer advoga é designada por extralinguística. Aqui, o 'sentido' humorístico é entendido como o produto de uma negociação entre audiência e texto e, como tal, determinado por factores sócio-culturais. Do mesmo modo que uma piada pode ser considerada ou hilariante ou ofensiva, a comédia em palco pode conhecer reacções bem diversas, dependendo das condicionantes culturais do público a cujo julgamento é exposta. Neste âmbito, o conceito de conhecimento partilhado é determinante para o sucesso da troca comunicativa. Na ausência de uma base comum de referências e ideias, bem como da partilhada de pressupostos ético-

⁶ Posteriormente desenvolvido no livro *Taking Laughter Seriously (Tomando Seriamente o Riso*, 1994) e «Jokes, Narrative and Pragmatics» («Anedotas, Narrativa e Pragmática»), também de 1994.

-culturais, os interlocutores ficariam separados por uma barreira que inibiria o sucesso da intenção humorística.

Também Christopher Holcomb, quatro anos mais tarde, em 1992, reconhece a relevância de uma concepção globalizante do texto cômico, num artigo intitulado «O humor nodal na narrativa cômica». À semelhança de Palmer, como avançámos acima, Holcomb procura estabelecer a natureza do texto humorístico supra-anedota. Para isso, baseia-se no pressuposto de que os elementos cômicos aí presentes constituem, não itens discretos cujo funcionamento é semelhante ao das anedotas independentes, mas instâncias inseparáveis da estrutura global do texto e dela directa ou implicitamente dependentes. Está assim negada, à partida, a ideia de que uma história cômica é uma mera sucessão de piadas, ou de que o todo é a simples soma das partes. O corpus de análise escolhido pelo autor é constituído por dois contos de Twain e Wodehouse, a partir dos quais procura demonstrar que os diversos momentos humorísticos do texto se encontram ligados à estrutura geral da narrativa e são dependentes do contexto da história.

A esta luz, Holcomb introduz o conceito de 'pontos nodais' de humor – a saber, específicas instâncias do texto que concentram informação humorística e remetem para o enquadramento cômico da história global. Em termos micro-estruturais, cada ponto nodal acciona um determinado conjunto de sentidos que, a um nível macro-estrutural, se alimenta de outros sentidos omnipresentes. Este segundo nível, uma espécie de dimensão supra-textual, é evocado e recuperado a partir das pequenas sequências do texto que, muitas vezes, nada têm de humorístico. Por outras palavras, é a dita dimensão supra-textual que reveste de comicidade as sequências dela aparentemente desprovidas, conferindo aos pontos nodais uma forte capacidade interactiva. Nas palavras de Holcomb, «uma vez que um ponto nodal é estabelecido como fulcro de humor, continua a ressoar por toda a história» (1992: 244). Esta ressonância estabelece-se, entretanto, através de pistas textuais de natureza alusiva, mantendo-se 'em suspenso' à medida que o discurso prossegue (p. 249). Reconstituir os elos de ligação semântica entre os pontos nodais e os elementos gerais é pois, segundo Holcomb, o processo fundamental de decifração humorística da narrativa.

Uma posição diametralmente oposta é adoptada por Salvatore Attardo que, em *Textos humorísticos: Uma análise semântica e pragmática* (2001), concebe a narrativa cômica como uma estrutura exclusivamente linear. O pressuposto essencial da teoria de Attardo é o de que os textos humorísticos se dividem apenas em duas classes: a daqueles

que são estruturalmente semelhantes às anedotas, ou seja, «acabam numa *punch line*»; e a daqueles que consistem numa narrativa não-humorística que exhibe, ao longo da sua estrutura, um ou mais componentes humorísticos, entre eles aquilo a que o autor chama *jab lines*. A diferença entre os dois conceitos reside no facto de as *punch lines* constituírem «elementos de ruptura» (2001: 89), ou seja, instâncias narrativas que quebram o rumo interpretativo estabelecido, ao passo que as *jab lines* se definem como «instâncias humorísticas que ocorrem noutra posição [não final]» (2001: 37) e que estão «totalmente integradas na narrativa (ou seja, não perturbam o seu fluir)». Com base nesta dicotomia, Attardo resume do seguinte modo as premissas do seu trabalho: «O estudo dos textos humorísticos resume-se assim à localização de todas as linhas (*jab* e *punch*) ao longo do vector do texto, ou seja, da sua representação linear» (2001: 37). Uma vez adoptada esta perspetivação linearista, Attardo parte para a identificação dos elementos humorísticos (ou *lines*, hiperónimo de *jab* e *punch*) ao longo do fio textual. São os seguintes os termos da taxionomia daí decorrente, baseada essencialmente em critérios de «semelhança formal ou temática» (2001: 89): três ou mais *jab-lines* relacionadas entre si, temática ou formalmente, e ocorrendo consecutivamente constituem um *strand*; vários *strands* que exibam correlações, ou seja, *strands* de *strands*, são designados por *stacks* (um termo de Wilson 1987) e ocorrem em *corpora* textuais suficientemente extensos. Esta segunda categoria aplica-se a nível intertextual, quando se considera um *corpus* de textos (ou «macronarrativas») que exibem similitudes em termos de autoria, cronologia ou tema. Por exemplo, os vários episódios de *Seinfeld*, ou os diversos contos de Wodehouse protagonizados por Jeeves, exibem obviamente características comuns que os tornam numa espécie de «único texto extenso» (2001: 93).

É louvável este esforço taxionómico por parte de Attardo, sobretudo por se tratar de uma área disciplinar em que muitos dos termos e conceitos são ainda tomados de empréstimo de outras disciplinas. Contudo, o seu contributo para a compreensão da narrativa humorística peca sobretudo por favorecer o critério sequencial em detrimento de uma concepção hierárquica da significação do texto. A específica perspetivação do objecto textual acima sucintamente explanada é de facto redutora por se situar num plano estritamente linear, ainda que uma parte da construção textual do humor se verifique na dimensão horizontal da recorrência. Convirá notar, no entanto, que o próprio Attardo faz referências fugazes (2001: 86, 92, 104) à organização hierárquica do texto humorístico, deixando entrever a importância

desse tipo de abordagem. Como veremos de seguida, é inteiramente aconselhável, em termos heurísticos e operatórios, focar as dimensões supra-sequenciais da narrativa humorística.

Revistas em termos resumidos as mais relevantes contribuições para o debate contemporâneo sobre a comédia, sob um ponto de vista linguístico-textual, cabe-nos agora reflectir, a título de sistematização, sobre os princípios duplamente estruturais e pragmáticos que regem o género humorístico.

3. A comédia como género textual: Princípios estruturais e pragmáticos

Conceber o humor no plano macro-textual da comédia – e não apenas ao nível sequencialmente limitado da anedota, texto de dimensões reduzidas e de estruturação semântica elementar – implica antes de mais entender a comédia como um género cujos sentidos se processam de modo interdependente, e não como um produto que equivale a uma mera soma das partes. Nesta perspectiva, há que privilegiar um nível supra-estrutural de organização textual, no qual um conjunto de oposições semânticas de teor cómico assume um formato recorrente. Devemos pois entender o texto humorístico como algo mais do que uma mera sequência de estruturas anedóticas autónomas, e como algo que ultrapassa um plano horizontal onde o humor emerge apenas linearmente. Na verdade, devemos concebê-lo como um todo hierarquicamente organizado e altamente unificado e interdependente, no qual a estruturação do humor ultrapassa a dimensão dos elementos sequencialmente emergentes⁷.

Por conseguinte, uma reflexão sobre os princípios estruturais que presidem ao género cómico, a qual a seguir apresentamos, radica na ideia de que existe um pequeno número de núcleos supra-estruturais que, de forma condensada e paralelística, dão forma aos vectores semânticos fundamentais do texto. A estes núcleos propomos chamar ‘supra-guiões’ e, contrariamente aos *scripts*/guiões raskinianos – que ocorrem apenas sequencialmente, activados pelos momentos lexicais que se sucedem ao longo do eixo textual – os supra-guiões presidem a blocos semânticos mais vastos, estabelecendo relações anafóricas

⁷ Para uma explanação mais completa desta proposta teórica, vide Ermida (2003), cap. V *passim*.

e catafóricas com os demais elementos do texto. A um nível inferior (ou seja, em momentos sequencialmente delimitados do eixo textual) surgem oposições scrípticas menores que, embora de sabor humorístico *per se*, não devem ser entendidas como estruturas anedóticas auto-suficientes. Retiradas do co-texto supra-estrutural, o seu potencial cómico – que depende de um enquadramento humorístico mais vasto – ver-se-ia coarctado.

Cabe entretanto perguntar: de que provas linguísticas dispomos para demonstrar a existência de supra-guiões ou, mais latamente, para justificar uma análise semântica de índole supra-estrutural? Já Teun A. van Dijk (1977: 149-153) se debruça sobre este problema, enumerando diversos fenómenos relativos à estrutura de superfície do texto que indicam a presença de macroestruturas. De entre estes, os elementos lexicais constituem, nas suas palavras, «o meio mais conspícuo e directo de exprimir as macroestruturas», já que determinam a gama possível de conceitos que, no quadro de uma estrutura relacional, têm cabimento na totalidade do discurso ou em parte dele. Na terminologia do autor, essa estrutura relacional tem, como já vimos acima, o nome de *frame* (quadro, enquadramento), muito à semelhança do que aqui designamos por *scrípt*/guião, constituindo «um constrangimento global à inserção lexical»: por exemplo, um guião como FUNERAL não poderá em princípio conter uma palavra como «trapézio», do mesmo modo que lexemas como «gaivota» ou «Amazónia» não terão lugar no guião CONSULTA MÉDICA. Salvasse-se, no entanto, como faz van Dijk, que pode sempre existir uma ligação indirecta entre um conceito evocado por uma palavra e a macroestrutura/guião que o compreende.

A legitimidade deste carácter *indirecto* manifestado por algumas macroestruturas é confirmado pelo próprio Attardo (2001: 60), que contrapõe, no âmbito específico do texto humorístico, os guiões de tipo lexical a outros não directamente instanciados na estrutura de superfície. A dicotomia daí resultante, que de seguida transcrevemos, deriva do modo como os dois tipos de guiões são activados:

- a) Guiões lexicais, activados por um operador lexemático instanciado no texto; e
- b) Guiões inferenciais, que podem ser activados inferencialmente.

A possibilidade teórica de o guião ser inferido vem colmatar uma lacuna importante na interpretação do texto humorístico, caracterizado por excelência pelo não-dito. Vejamos o exemplo avançado por Attardo (2001: 15): quando uma sequência de guiões surge activada,

no eixo textual, por uma ordem como MARIDO – AMANTE – ADULTÉRIO – DETECTIVE – MULHER – ADVOGADO – TRIBUNAL, é razoável *inferir* a presença do guião DIVÓRCIO.

Para além da lexicalidade e da inferência, gostaríamos de propor ainda um terceiro critério de identificação ‘supra-scríptica’ no texto narrativo, a saber, a funcionalidade: um supra-guião deverá ser funcional, ou seja, deverá facultar diversos usos textuais e cumprir variados propósitos comunicativos, consoante a natureza e o posicionamento, no eixo narrativo, das pistas lexicais que facultam o acesso até ele. O guião será tanto mais funcional quanto mais numerosas e diversificadas forem as suas instanciações textuais.

Não obstante os três critérios agora apresentados, a tarefa de identificação dos guiões em jogo num texto cómico não deixa de estar ensombrada pela subjectividade. Esta é também a opinião de Chlopicki (1987: 120), que acusa a inexistência daquilo a que poderíamos chamar um dicionário dos guiões existentes numa língua. De um modo semelhante, van Dijk (1977: 162) alerta para a margem de indeterminação que uma opção interpretativa na linha macroestrutural sempre encontrará:

Do mesmo modo que as frases são *ambíguas*, também o é o discurso, inclusivamente ao nível macroestrutural. Por isso poderíamos ter diversas macro-proposições alternativas para um dado discurso. Isto não quer dizer que no uso e na cognição reais da língua, um discurso com uma macro-estrutura teórica não possa ser interpretado como tendo diversos tópicos consoante o uso que dele fazem diferentes utentes da língua, e dependendo de diversos factores (como é o caso do nível de conhecimentos, do tipo de interesses, etc.) (...).

Deveríamos ainda acrescentar que, mesmo no caso dos chamados guiões lexicais, o risco de ambiguidade não está posto de parte, uma vez que a homonímia e a polissemia a instauram no próprio seio da palavra. No entanto, como acima ficou dito, a ambiguidade é, por excelência, matéria própria do humor, constituindo-se como o operador textual que despoleta o efeito cómico. Portanto, a linguagem multívoca da comédia, oferecendo-se embora a interpretações divergentes e esquivando-se a compartimentações consensuais, deverá ser considerada, não um obstáculo ao exercício interpretativo, mas antes um seu genuíno potenciador. Este exercício, entretanto, será pautado pelos diferentes universos de referência de cada receptor, bem como pela sua partilha tácita de conhecimentos com o emissor, como adiante veremos.

Na posse dos três critérios de identificação dos guiões presentes no texto humorístico, cabe agora saber qual o seu alcance no cômputo geral do mesmo. Poderá cada palavra activar um guião relevante para a interpretação humorística do todo? A multiplicação exponencial de interpretações que esta hipótese propiciaria não se coaduna com os princípios de coesão e unidade que presidem à estrutura textual. Na verdade, estes princípios determinam que um mesmo guião seja activado por palavras diferentes, o que é desde logo económico em termos do tratamento de textos consideravelmente longos, ao mesmo tempo que legitima um importante pressuposto para a concepção do género cómico, tal como aqui o entendemos: o de que a informação da comédia se estrutura, de forma condensada, segundo núcleos semânticos que, guiados por um princípio de recorrência e funcionalidade, tomam formas diversas ao longo do texto.

Uma segunda questão prende-se com a delimitação do guião, seja ele evocado por um conjunto de palavras (quer contíguas quer espalhadas ao longo da sequência textual), seja inferido a partir de outras pistas textuais. Por outras palavras, falta saber como é possível, sendo ele virtualmente indivisível e dotado de circularidade, traduzi-lo de uma forma necessariamente segmentada. A resposta a esta pergunta reside no facto de que, embora cada guião remeta teoricamente para uma infinidade de outros guiões (que constituem, no seu todo, o conhecimento linguístico e não-linguístico do falante nativo), o que cada palavra, em situação textual, evoca é uma parcela muito reduzida daquele conhecimento, ou seja, uma extensão limitada do gráfico semântico contínuo da língua. Na realidade, o exercício de interpretação assenta forçosamente, como Raskin (1985: 84) faz notar, numa estratégia reducionista, ou 'discretizante', do *continuum* lexical.

Olhemos agora para a estrutura do texto cómico numa perspectiva horizontal. Para os estruturalistas, o texto narrativo desenvolve-se a partir de uma situação, dita inicial, que se vê abalada por uma complicação, a qual virá a ser resolvida por diversos momentos da história narrada. Todorov (1973), por exemplo, analisa estes momentos num esquema pentádico, a saber: «Situação estável de partida → Força que a vem perturbar → Estado de desequilíbrio que daí resulta → Força dirigida em sentido inverso → Situação de equilíbrio restabelecido». Larivaille (1974) retoma esta abordagem quinária, baptizando do seguinte modo os componentes do texto narrativo: «Equilíbrio inicial → Transformação (Provocação → Acção → Sanção) → Equilíbrio final». Mais tarde, van Dijk (1980) reproduz a lógica que subjaz a estes modelos, concebendo o esquema estruturalista da narrativa

como um formato triádico que integra os seguintes termos: «Exposição → Complicação → Resolução».

No texto cómico, porém, o círculo não se fecha: pelo contrário, quebra-se, reenviando potencialmente para uma nova *complicação*. Na verdade, o estado final das narrativas humorísticas tende a ser de desequilíbrio, ou seja, de novas complicações sem solução à vista. A ruptura assim manifestada ecoa o tipo de ruptura que acontece caracteristicamente na anedota e a que, como vimos, se dá o nome de *punch line*. É o carácter tipicamente desviante desta estrutura sequencial face aos modelos estruturalistas citados que confere individualidade ao género cómico. Paralelamente, este desenvolvimento horizontal da narrativa humorística articula-se com uma dinâmica léxico-semântica estabelecida a níveis verticalmente organizados. Ou seja, os planos sequencial e hierárquico concorrem para, nas respectivas dimensões micro- e macro-estruturais, dar conjuntamente forma textual ao humor.

Ora, a estruturação textual assim delineada aponta para específicos efeitos processuais no plano da leitura. Estrutura e pragmática vêm-se assim entrecruzadas, num jogo subtil que justifica a abordagem que nesta secção final ensaiamos. Na verdade, o modo como o texto cómico se estrutura pressupõe determinadas reacções e expectativas por parte do leitor, brincando com elas e defraudando-as. Ou seja, perante as convenções do género narrativo genericamente entendido, o receptor é levado a construir um conjunto de expectativas interpretativas que, a seu tempo, se revelarão inadequadas, provocando o típico efeito humorístico de surpresa.

Em termos pragmáticos, portanto, o humor consiste num jogo de avanços e recuos que se constrói numa base de assimetria de poder. Na verdade, o processamento da significação humorística não ocorre numa base paritária: por um lado, o emissor oculta o *segredo* do texto, não partilhando a chave da sua decifração; por outro lado, o receptor tem de prever, cometer erros e reiniciar o processo interpretativo até conseguir preencher os espaços em branco. Ora, se é certo que a troca humorística é deficitária, também é verdade que aposta, em larga medida, nas expectativas convencionais que habitualmente são accionadas na interpretação. Como Stubbs (1983: 87-97) explica, os receptores recorrem ao conteúdo proposicional dos enunciados já facultados para fazerem previsões quanto aos enunciados que se seguem no sintagma discursivo. A seguinte anedota, apresentada por Stubbs (*ibidem*), ilustra bem esta questão:

Quando estive na Austrália recentemente, fui levado a um parque natural junto à costa a norte de Brisbane. Uma mulher na nossa excursão

explicou-me que havia quatro praias em quatro pequenas baías ao longo da costa. Disse ela que na primeira praia, mais próxima do parque de estacionamento, os banhistas tinham de usar fato de banho. Na segunda praia podiam fazer «top-less». Na terceira era permitido fazer nudismo. Ora nós estávamos a dirigir-nos à quarta praia... Todos os que a ouvíamos estávamos empenhadamente a tentar usar as três primeiras proposições como um quadro discursivo para adivinhar a quarta, embora as nossas previsões viessem a revelar-se erradas. (A quarta praia era a que tinha menos gente).

A questão da previsibilidade está, como se pode ver, intimamente relacionada com a da sequencialidade. Perante dois enunciados contíguos, o alocutário tende a tomar o primeiro como um quadro discursivo (ou *discourse frame*) para o segundo. Num outro exemplo de Stubbs, o humor de uma deixa num programa de uma estação de rádio escocesa baseia-se justamente num 'enquadramento' enganador: *Hoje temos uma discussão sobre vasectomia e os nomes dos vencedores do concurso 'Faça-você-mesmo'*. Também na narrativa humorística, o receptor parte no encaixe da coerência textual sob a égide desse quadro pré-existente, realizando intuitivamente aquilo a que Stubbs (1983: 94) chamaria uma análise estrutural do discurso em que participa. Em face de cada um dos enunciados que se lhe vão deparando, vai estabelecendo previsões e fazendo concepções provisórias dos enunciados subsequentes. No entanto, logo cairá na armadilha lançada pelo emissor da mensagem cômica à qual ele não pode – e, em última instância, nem quer – escapar. Purdie (1993: 37) explica bem este fenómeno quando diz: «o mecanismo da anedota consiste em lançar uma 'armadilha' ao interlocutor de tal forma que as suas tentativas de 'fazer sentido' inevitavelmente produzam erros».

A inevitabilidade do erro e o contrariar das expectativas interpretativas constituem, assim, a essência do processo interpretativo do humor. Mas não podemos esquecer a importância de um outro conjunto de expectativas que também se formam perante uma história que é catalogada como cômica, isto é, as expectativas atinentes ao género especificamente humorístico. Quando lemos Evelyn Waugh ou Tom Sharpe sabemos, à partida, que as regras do contrato comunicativo vão ser diferentes das que presidem à leitura de Proust ou Dostoievsky. Na verdade, do mesmo modo que as anedotas conversacionais surgem habitualmente precedidas de uma sinalização como «Já ouviram aquela do...?» ou «Conhecem aquela em que...?», também as comédias literárias exibem, regra geral, marcas externas (título, nome do autor, colecção editorial em que figuram) que servem igualmente de sinali-

zação acerca do tipo de texto em questão e respectivas convenções comunicativas, ao mesmo tempo que oferecem uma garantia de divertimento. É na base destes indícios, culturalmente determinados, que o leitor se predispõe, ou não, a aderir ao jogo humorístico. Na ausência deles – por exemplo, perante um autor desconhecido, ou uma incursão pouco usual pela comédia – espera-se que o receptor, no decurso da leitura, identifique o género textual em causa e accione as respectivas convenções interpretativas. Em suma, na presença de textos assumidamente cómicos, o receptor põe em marcha a expectativa de que as suas expectativas serão defraudadas. Trata-se pois de uma interacção cujo funcionamento assenta numa base cooperativa: um engana e o outro aceita ser enganado; um apresenta dados viciados e o outro aceita lançá-los à mesa; um esconde e o outro descobre. O défice informativo do discurso humorístico é, em face do exposto, intencional, convencional (daí previsível) e *funcional*, pois é o não-dito que encerra a chave da revelação cómica⁸.

Por conseguinte, é na linha divisória entre o comportamento humorístico de outras formas de comportamento social que residem as regras do funcionamento do cómico. Desde Freud (1905) que o humor é visto como um quadro psico-motivacional de libertação perante as limitações que a comunidade impõe ao indivíduo. Com Bakhtin, entretanto, a ideia do Carnaval – e, por extensão analítica, do humor – assume contornos transgressores, na medida em que surge como uma cisão face às leis e interdições da sociedade. Na verdade, do mesmo modo que o Carnaval nos oferece um mundo às avessas, onde os fracos vencem os fortes, as herbívoros caçam e os peixes voam, o humor também exhibe uma inversão do mundo, através da desobediência às regras linguísticas e pragmáticas que habitualmente presidem à comunicação.

Esta dupla vertente do princípio de transgressão humorística⁹ pode ser equacionada do seguinte modo. O humor linguístico (por oposição a referencial¹⁰) transgride com base num desvio, seja ele atinente às propriedades fonológicas, morfológicas ou sintácticas do

⁸ Relativamente à questão do não-dito, sobretudo na sua vertente pressuposicional, *vide* Ermida (2005b). Sobre a questão do uso humorístico da ironia, *vide* Ermida (2005a).

⁹ Sobre transgressão duplamente linguística e pragmática, *vide*, por exemplo, M. Dolitsky (1992: 37).

¹⁰ A dicotomia «humor linguístico / humor referencial» corresponde grosso modo à distinção que se estabelece entre «cómico de linguagem» e «cómico de situação».

enunciado, seja de carácter semântico, manifestando-se em ambiguidades lexicais ou irregularidades colocacionais. Neste caso, o humorista rompe o contrato conversacional através do recurso à ambiguidade e à falta de clareza, ou seja, em termos griceanos (1975), através da violação da Máxima de Maneira. Em contrapartida, o humor pragmáticamente construído explora as relações que o texto estabelece com o contexto, violando a princípio de conhecimento partilhado, combinando elementos incompatíveis na mesma linha discursiva, omitindo informação essencial, facultando dados enganadores, provocando interpretações erradas, etc. As Máximas de Qualidade, Quantidade e Relação são pois aqui ostensivamente infringidas.

Tanto a nível linguístico como pragmático, portanto, o texto cómico constrói-se na cisão existente entre as expectativas do receptor que obedece às regras habitualmente vigentes na comunicação e os ardis do emissor que as transgride. Neste processo subsiste, no entanto, um importante grau de convencionalismo inerente ao género cómico, que guia o receptor iludido a corrigir os erros, a encontrar o caminho interpretativo correcto e, em última instância, a gozar o efeito cómico. As infracções do humorista não são portanto gratuitas, mas controladas e dirigidas a propósitos específicos, encerrando contornos cooperativos.

Conclusão

Longe de constituir um tópico recente de reflexão académica, o humor marca o pensamento ocidental desde os seus primórdios greco-latinos, transpondo a fasquia do Renascimento e regressando sistematicamente à pena dos grandes autores até à actualidade. Se entre os clássicos a vileza e a fealdade são o *leit-motif* do cómico, Kant, Beattie e, depois, Schopenhauer passam a encará-lo como um fenómeno despoletado por elementos incongruentes que produzem um efeito de surpresa. Com o século XX, surge um interesse novo pela mente e seus mistérios, e o humor passa a ser explicado, pela mão de Bergson, Freud e outros, na sua vertente motivacional. O cómico é então entendido como a fuga aos constrangimentos sociais e aos entraves que a comunidade impõe ao indivíduo.

Chegado aos dias de hoje com um fôlego secular, transportando embora muitas perguntas em aberto, o humor é discutido e teorizado de todas estas perspectivas, e também do ponto de vista linguístico. A anedota é pois dissecada e dividida nos seus componentes a fim de

ser nela descoberta a essência do cómico. Analisa-se exaustivamente o trocadilho, decompõe-se a palavra, desmembra-se a frase, submete-se o sentido múltiplo ao bisturi. Revolvem-se os dicionários, folheiam-se as gramáticas, procuram-se os tratados. Mas o humor parece escapar sempre, subtil e difuso, ao olhar do analista e às normas cristalizadas da língua. Dir-se-ia que extravasa o texto e se perfila nos limites dilatados da pragmática. É pois aí que importa procurá-lo, nesse espaço polivalente em que os interlocutores constróem o discurso e impõem regras próprias de comunicação. É também aí que Raskin e Giora se colocam no seu encaço.

Nesta dimensão pragmática surge igualmente o discurso literário e as formas mais complexas e extensas do humor. Debatidos os enigmas da anedota, mas à sua luz, parte-se para a comédia narrativa. Nash, Palmer, Holcomb e Attardo procuram compreender o funcionamento de textos longos mas analogamente fugidios. À semelhança das anedotas, descobre-se que também nestes a significação deve ser concebida numa dimensão discursiva, na qual o humor constitui um acto enunciativo participado pelos dois pólos da situação comunicativa. Descobre-se também que este processo, aparentemente transgressor e falacioso, é regido por princípios cooperativos e códigos parcialmente convencionais que determinam a peculiaridade, bem como o sucesso, do discurso humorístico. Na tessitura textual, diferentes níveis de sentido se sobrepõem, bem como distintas linhas de força, horizontais e sequenciais umas, verticais e hierárquicas outras. Produto e processo – estrutura e pragmática – fundem-se assim num entrecruzar de intenções comunicativas e reacções interpretativas, entre as quais muito do que o texto «quer dizer» fica «por dizer». Para aqueles que superam a prova e conseguem chegar a bom porto, a recompensa é o riso.

Bibliografia

ARISTÓTELES, *La Poétique*, Paris: Éditions du Seuil, 1980.

_____, *Ética a Nicómaco*, Trad. António Caeiro, Lisboa: Quetzal, 2004.

_____, *Rhetoric*, Trad. W. D. Ross, Oxford: O.U.P., 1959.

ATTARDO, Salvatore (1994), *Linguistic Theories of Humour*, Berlin: Mouton de Gruyter.

BAKHTIN, Michail (1965), *Rabelais and his world*, Bloomington: Indiana University Press, 1984.

- BEATTIE, James (1764), «An Essay on Laughter and Ludicrous Composition», *Essays*, N. Y.: Garland Publishing, 1971.
- BERGSON, Henri (1900), *O Riso: Ensaio sobre o Significado do Cómico*, Lisboa: Guimarães Editores, 2.^a ed., 1993.
- CÍCERO (55AC), *De Oratore*, Londres: Heinemann, 2 vols., 1948.
- COOPER, Lane (1922), *An Aristotelian Theory of Comedy*, N.Y.: Harcourt and Brace.
- CHLOPICKI, Wladyslaw (1987), *An application of the script theory of semantics to the analysis of selected Polish humorous short stories*, Purdue University.
- DESCARTES, René (1649), *As Paixões da Alma*, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1984.
- DOLITSKY, Marlene (1992), «Aspects of the unsaid in humour», *Humor* 5: 1-2. 33-43.
- ERMIDA, Isabel (2003), *Humor: Linguagem e Narrativa: Para uma Análise do Discurso Literário Cómico*, Coleção Poliedro, Universidade do Minho.
- _____, (2005a), «A Pragmatic Approach to Humorous Ironies», *Pragmatics Today*, Edited by Piotr Cap, Frankfurt/Main: Peter Lang, pp. 235-244.
- _____, (2005b), «Nas entrelinhas do riso: Pressuposições semânticas e pragmáticas no discurso cómico», *Ciências da Linguagem: 30 Anos de Investigação e Ensino*, Org. M. A. Marques et al., Universidade do Minho, pp. 67-84.
- FREUD, Sigmund (1905), *Le Mot d'Esprit et ses Rapports avec l'Inconscient*, Tr. 1930 revista pelo autor, Paris: Gallimard, 1974.
- GIORA, Rachel (1991), «On the cognitive aspects of the joke», *Journal of Pragmatics* 16, 465-485.
- GRANT, Mary (1917), *The Ancient Rhetorical Theories of the Laughable*, N.Y.: Harcourt and Brace.
- GRICE, Paul (1975), «Logic and Conversation», in Peter Cole & Jerry Morgan (eds.), *Syntax and Semantics*, Vol. 3 (*Speech Acts*); New York: Academic, pp. 41-59.
- HERRICK, Marvin T. (1950), *Comic Theory in the Sixteenth Century*, Illinois Studies in Language and Literature, Vol. 34, Urbana, IL: University of Illinois.
- HOBBS, Thomas (1650), *A Natureza Humana*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.
- _____, (1651), *Leviatã*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995.
- HOLCOMB, Christopher (1992), «Nodal humor in comic narrative: a semantic analysis of two stories by Twain and Wodehouse», *Humor* 5-3 (1992), 233-250.
- KANT, Immanuel (1790), *Crítica da Faculdade do Juízo*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992.
- LARIVAILLE, Paul (1974), «L'analyse morpho(logique) du conte», in *Poétique*, 19, pp. 368-388.
- MORIN, Violette (1966), «L'Histoire Drôle», in *Communications*, 8, tr. «A Historieta Cómica», in Aa.Vv., *Análise Estrutural da Narrativa*, Petrópolis: Vozes, 1971.
- NASH, Walter (1985), *The Language of Humour. Style and Technique in Comic Discourse*, London-New York: Longman.

- PALMER, Jerry (1988), «Theory of comic narrative: semantic and pragmatic elements», *Humor* 1, 111-126.
- _____, (1994a), *Taking Laughter Seriously*, London and New York: Routledge.
- _____, (1994b), «Jokes, Narrative and Pragmatics», *Semiotica* 98-1/2, 229-236.
- PLATÃO, *Philèbe*, Paris: Éd. Les Belles Lettres, 1941.
- _____, *Laws*, Trad. R. G. Bury. London: Loeb Classical Library, n.º 187, 1926.
- _____, *Republic*, Trad. C. D. C. Reeve. London-New York: Hackett Publishing Company (3.ª Ed. Rev. 2004).
- PURDIE, Susan (1993), *Comedy, The Mastery of Discourse*, New York, London, Toronto, Sydney, Tokyo, Singapore: Harvester Wheatsheaf.
- QUINTILIANO, *Institutio Oratoria*, Trad. Ing. H. E. Butler (1921), London: Heinemann, 4 vols., 1953.
- RASKIN, Victor (1985), *Semantic Mechanisms of Humor*, Dordrecht: Reidel.
- RASKIN, Victor e ATTARDO, Salvatore (1991), «Script Theory Revis(it)ed: joke similarity and joke representation model», *HUMOR*, 4: 3-4, pp. 293-347.
- SCHOPENHAUER, Arthur (1818), *The World as Will and Representation*, N.Y.: Dover Publications, 1966, 2 vols.
- STUBBS, Michael (1983), *Discourse Analysis. The Sociolinguistic Analysis of Natural Language*, Chicago: University of Chicago Press.
- TODOROV, Tzvetan (1973), *Poétique*, Paris: Seuil.
- VAN DIJK, Teun A. (1977), *Text and Context. Explorations in the Semantics and Pragmatics of Discourse*, London: Longman.
- _____, (1980), «Story comprehension: an introduction», in *Poetics*, 9, n.º 1-3, pp. 1-21.

Language Attrition: uma sinopse das principais questões de investigação

CRISTINA MARIA MOREIRA FLORES
(Universidade do Minho)
cflores@ilch.uminho.pt

Abstract

This paper aims to give a broad overview of the research field of language attrition. The main goal is to present a brief summary of the most important research questions in this domain: why does attrition occur and what is lost in attrition situations? In the first part the most important factors that influence the attrition process are discussed: the role of age, the influence of the second language, the type and amount of input that the attriter receives, his attitudes and motivations. The second part is dedicated to the linguistic features involved: which linguistic domains are affected by language loss? Within this issue, some research findings concerning loss in the lexical, morphological and syntactic domain are presented.

Keywords: bilingualism, language attrition, first language, second language, L2-influence, the role of input and age.

0. Introdução

A área de estudo de *language attrition*, a qual – por ausência de investigação neste domínio e conseqüente falta de terminologia portuguesa correspondente – passarei a denominar de «erosão linguística», encontra-se já na terceira década de intenso trabalho de investigação. A conferência inaugural em *Attrition of Language Skills* na Universidade de Pennsylvania, em 1980, constituiu um ponto de viragem para a investigação realizada nesta área¹. Até então, o termo '*language loss*'

¹ Desta conferência resultou a primeira publicação unicamente dedicada à temática da perda de competência linguística: o volume *The loss of language skills*, editado por Lambert e Freed (1982).

/perda da língua era apenas usado no domínio patológico para descrever casos de perda da língua após acidentes vasculares, afasia ou disfunções linguísticas causadas por tumores cerebrais (Yagmur, 2004; Jamshidiha/Marefat, 2006). Com o interesse no fenómeno da perda de competência linguística em situações não patológicas, os investigadores voltaram-se para o estudo de um grupo de falantes que lhes permitia explorar um vasto grupo de questões relacionadas com este fenómeno: aqueles falantes que adquiriram naturalmente duas (ou mais) línguas, mas que a certa altura da sua vida se viram privados do contacto com uma das línguas. Neste sentido, erosão linguística distingue-se claramente de fenómenos de contacto de cariz sociolinguístico, como a mudança linguística observada no seio de comunidades bilingues. Enquanto que esses fenómenos se desenvolvem entre as gerações da comunidade bilingue e, como tal, são condicionados por questões sociais, o termo ‘erosão linguística’ refere-se a casos individuais de perda linguística (de Bot, 2001). Os dois casos mais típicos e, por conseguinte, mais estudados são as situações 2) e 3) da conhecida taxonomia de Van Els (1986), que combina o tipo de língua perdida (L1: primeira língua / L2: segunda língua) com o meio em que a língua se perde (L1: primeira língua corresponde ao meio linguístico dominante / L2: segunda língua corresponde ao meio linguístico dominante):

		Língua [Language]	
		L1	L2
Meio linguístico [Environment]	L1	Situação 1)	Situação 3)
	L2	Situação 2)	Situação 4)

(baseado em van Els, 1986)

A perda da primeira língua (L1) no meio L2 refere-se tipicamente aos casos em que emigrantes se mudam para um meio linguístico diferente (que não seja o da sua L1) e com o tempo vão perdendo aspectos estruturais da sua primeira língua por influência da segunda. Já a perda de L2 num meio L1 refere-se a situações em que falantes bilingues adquiriram uma segunda língua mas voltaram a perdê-la por (já) não estarem integrados no meio linguístico dessa L2. Esta situação é típica de emigrantes, que adquiriram uma segunda língua no país de

emigração mas que, regressados ao seu país natal, voltaram a perder essa L2².

1. Por que razão ocorre a erosão linguística?

Uma das preocupações centrais no estudo da erosão linguística é saber por que razão este processo ocorre e, a partir daí, determinar quais os factores que mais influenciam a sua ocorrência.

1.1. *Factor 'idade'*

O papel da idade na aquisição de uma segunda língua tem sido um dos aspectos mais debatidos na literatura sobre bilinguismo (Schmid, 2002). A ideia de que as crianças aprendem uma segunda língua melhor do que os adultos está largamente difundida e é cientificamente fundamentada pelas teorias neurológicas que defendem a existência de um 'período crítico' para a aquisição da língua. A Hipótese do Período Crítico (*Critical Period Hypothesis, CPH*), inicialmente sugerida por (Penfield e Roberts, 1959) e Lenneberg (1967), postula que a mente humana, ao alcançar os seus valores adultos durante a puberdade, perde plasticidade e a capacidade de reorganização indispensável ao processo de aquisição linguística, que, por conseguinte, está limitado a um período crítico. Lenneberg baseia-se na observação de crianças com afasia, realçando o facto de crianças mais novas terem mais capacidade em recuperar a língua que crianças mais velhas (Lenneberg, 1967: 142-182). A CPH, tal como foi formulada por Lenneberg, tem sido contestada em vários aspectos. Estudos posteriores à sua publicação revolucionária tentaram demonstrar que a idade limite de tal período é muito anterior à puberdade. Além disso, em vez da suposição de um período com fim abrupto, foi avançada a hipótese de que existem várias fases sensíveis («sensitive periods», Oyama, 1976), durante as quais as diferentes componentes da língua (fonologia, morfologia e sintaxe) são adquiridas de forma gradual. Sendo sujeita a maturação, a capacidade de aquisição linguística

² É precisamente este tipo de falantes bilingues que constitui o grupo de observação do projecto POCI/LIN/59780/2004 - «O bilinguismo luso-alemão no contexto europeu», a decorrer no Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, com apoio do Programa Operacional e Inovação 2010.

(*Language-Making Capacity*, Slobin 1985), após passar pelos vários estados óptimos durante os quais integra a nova informação, cai em declínio e torna-se parcialmente inacessível. Apesar de consequentes reformulações, a hipótese de existência de um período crítico mantém-se válida e é defendida por muitos investigadores, tanto em relação à aquisição de L1 como de L2 (Krashen/Scarcella, 1982; Johnson e Newport, 1989; Newport, 1990; Pallier *et al.*, 2003).

Partindo do pressuposto de que a perda e a aquisição da língua são processos intimamente ligados, assume-se que o fenómeno de erosão linguística é influenciado pelos mesmos factores que levaram à formulação da hipótese de existência de um período crítico para a aquisição da língua (Jamshidiha e Marefat, 2006: 7). Se, durante a infância, a mente humana é mais sensível ao processo de aquisição, também poderá sê-lo em relação à perda de competência linguística. De facto, muitos dos estudos conduzidos nesta área demonstram que o factor idade é tão importante na aquisição como na perda da língua (Köpke e Schmid, 2003), convergindo na ideia de que a erosão linguística observada em crianças é muito mais intensa que a ocorrida em adultos. Todos os trabalhos que incidem sobre o fenómeno de perda de competência durante a infância (de Bode, 1996; Kaufman, 2001; Kaufman e Aronoff, 1991; Seliger, 1991; Turian e Altenberg, 1991; Vago, 1991) atestam substanciais alterações da competência linguística das crianças estudadas. Autores como Nicoladis e Grabois (2002), Pallier *et al.* (2003) e Ventureyra *et al.* (2004), que estudaram crianças adoptadas e inseridas num novo meio linguístico (L2), sugerem que, em casos extremos como a adopção, a L1 é esquecida muito rapidamente, não deixando vestígios neurológicos na mente do falante. Apesar dos estudos citados mostrarem consenso em relação à diferença verificada entre perda ocorrida na infância e em idade adulta, pouco se sabe sobre a idade em que é suposto o falante ser mais vulnerável à ocorrência de fenómenos de erosão. Poucos são os estudos que comparam efectivamente crianças e adultos em situação de erosão. Os dois trabalhos orientados para a comparação de adultos com crianças são os estudos de Ammerlaan (1996) e Pelc (2001). Ambos analisam o desempenho linguístico de falantes bilingues que variam em relação à idade em que perderam o contacto com a sua primeira língua, concluindo que a idade de emigração é o factor mais importante na ocorrência de perda linguística (citado em Köpke, 2004: 7). Neste âmbito, a puberdade é apontada como sendo a faixa etária determinante: os estudos que incidem sobre falantes adultos, que perderam o contacto com uma das suas línguas após esta fase,

reportam processos de erosão muito menos intensos do que os observados em crianças (Altenberg, 1991; Köpke, 1999; Schmid, 2002).

Estas conclusões são indissociáveis da concepção da aquisição linguística como processo de maturação, que apenas se vai estabilizando gradualmente. Ora, enquanto não está completamente estabilizada na mente humana, a nossa competência linguística é vulnerável a erosão, que se manifesta em situações de falta de *input* por parte de uma língua. Autores como Köpke e Schmid (2004) defendem, por isso, que antes da sua completa estabilização na mente humana, a primeira língua de um falante pode ser substituída por uma segunda, se o falante ficar privado do contacto com a sua L1. Neste sentido, também aponta o meu estudo³ sobre os falantes bilingues luso-alemães que regressaram a Portugal com diferentes idades. Os falantes que perderam o contacto com o Alemão durante a infância (até aos dez/onze anos de idade) demonstram um nível de erosão sintáctica muito mais elevado que os falantes regressados em fase adolescente ou adulta (Flores, 2007).

1.2. *Factor 'Influência da segunda língua'*

Um considerável número de estudos desenvolvidos no âmbito de *language attrition* baseia-se na concepção de que, em falantes bilingues privados do contacto com uma das suas línguas, a língua não usada é modificada sob influência da língua dominante. A teoria mais influente neste domínio é a *Crosslinguistic Influence (CLI) Hypothesis*, inicialmente sugerida por Sharwood Smith (1983), segundo a qual a erosão linguística ocorre quando o falante perde a capacidade de produzir determinados elementos na sua L1 por influência da sua L2.

O domínio linguístico onde indubitavelmente se tem evidenciado mais transferência de uma língua para a outra é o domínio lexical. A maioria dos autores que investigam este domínio tem observado a ocorrência de empréstimos e adaptações semânticas de uma língua para a outra (cf. Ben Rafael, 2001; Hutz, 2003; Jaspaert e Kroon, 1992). No domínio morfo-sintáctico, autores como Seliger (1991) e Tomiyama (2000) reportam a transferência de regras sintácticas da língua dominante para a língua em erosão. Por exemplo, o rapaz bilingue estudado por Tomiyama passa a aplicar as regras de colo-

³ Em fase de desenvolvimento, executado no âmbito do projecto acima referido.

ção do adjectivo do Japonês na construção de frases inglesas. No entanto, e como já foi referido, as substanciais influências no domínio morfo-sintáctico são sobretudo observadas no estudo de crianças bilingues. Os seus efeitos são menos visíveis quando a população bilingue estudada é adulta.

1.3. *Factor 'tipo de contacto'*

Uma das perguntas que tem intrigado os investigadores diz respeito ao factor 'tipo e quantidade de contacto' com a língua em erosão, pois continua a ser pouco claro «quanto» contacto com a língua é necessário para que esta não seja esquecida. Na sua generalidade, os autores concordam que a probabilidade da erosão linguística ocorrer aumenta nos falantes que perdem o contacto com uma das suas línguas, embora poucos estudos apresentem este factor como uma variável, comparando falantes com diferentes graus de *input* da língua em erosão. Entre estes, de Bot et al. (1991) e Köpke (1999) atestam que a perda linguística observada nos seus grupos de observação é maior nos sujeitos que têm pouco contacto com a sua L1.

No entanto, mantém-se a dúvida sobre o tipo de *input* recebido. Será que, para que um bilingue consiga manter as suas duas línguas, o uso activo da língua é mais importante do que um *input* regular, mas apenas receptivo? Köpke (1999), por exemplo, defende que, para um adulto manter as suas línguas, um contacto reduzido é suficiente. Em muitos casos, é apenas necessário um *input* passivo em forma de leitura, uma vez que o sistema linguístico do adulto já está estabilizado, não necessitando, por isso, de evidência externa. Diferente é a situação da criança, cujo sistema linguístico ainda está em evolução e necessita de evidência externa para se desenvolver correctamente. Neste sentido, Sharwood Smith e Van Buren (1991: 23) sugerem que o *input* é indispensável não só para a competência linguística se desenvolver, mas também para que esta se estabilize. Assim, o *input* tem o papel de funcionar como evidência confirmativa, indispensável ao correcto desenvolvimento da L1. Na sua ausência, o falante recorre ao sistema linguístico da sua L2 para colmatar a falta de evidência confirmativa da L1 (Köpke, 2004). Por sua vez, esta ideia de *input* como fonte de evidência positiva, indispensável à manutenção da língua, tem implicações na descrição do fenómeno da perda linguística, enquanto processo individual ou fenómeno social de mudança linguística no seio de uma comunidade. Note-se que, muitas vezes, as minorias

linguísticas L1 inseridas num ambiente linguístico L2 desenvolvem, com o passar do tempo, e por influência da língua maioritária, uma variante linguística própria, distinta da L1 originária, a qual é transmitida em forma de evidência positiva aos membros mais novos. Nestes casos, a língua adquirida pela criança é distinta da sua variante original. No entanto, este fenómeno de cariz sociolinguístico é distinto dos processos de erosão que ocorrem individualmente por falta de contacto com uma das línguas do falante bilingue.

O factor *input* tem também um papel central nas teorias neuro- e psicolinguísticas, que tentam analisar o fenómeno de erosão linguística em termos de mecanismos psicolinguísticos de processamento de informação (cf. Green, 1986; Paradis, 2004). O modelo psicolinguístico assenta na tensão entre a perda efectiva e irreductível de informação e a dificuldade temporária em aceder a informação retida. Bastante influente neste campo é a *Activation Threshold Hypothesis* (ATH) de Paradis (1997, 2004), baseada na ideia de existência de um 'limiar de inibição'. Originariamente, a noção de inibição foi desenvolvida no âmbito do estudo de lesões cerebrais para explicar a diferença entre a perda e a inacessibilidade de informação linguística em sujeitos com disfunções linguísticas, sugerindo-se que, em certas patologias de afasia, a informação linguística não é totalmente perdida, mas apenas bloqueada ou inibida (*vide* Gürel, 2004, para uma discussão geral). Em falantes bilingues afásicos, tentou-se demonstrar que a língua mais frequentemente usada antes da lesão cerebral é a primeira a ser recuperada, enquanto que, devido a fenómenos de inibição, a acessibilidade à língua menos praticada é um processo mais difícil e mais demorado. Paradis (1997, 2004) retoma este conceito de inibição e transfere-o para o seu modelo integrativo de funcionamento da mente bilingue (em contexto não patológico). A sua *Activation Threshold Hypothesis* especifica a relação entre a frequência de uso de um item linguístico e a sua activação, isto é, a capacidade em aceder-lhe. Esta capacidade é regulada por um limiar neurológico (*threshold*), definido como a quantidade de impulsos neurológicos necessários à activação de um item linguístico (Paradis, 2004: 28). Quanto mais um item é activado, mais baixo é esse limiar. Por sua vez, o limiar de activação sobe, se o item está desactivado, isto é, não é usado durante muito tempo. Neste caso, a sua (re)activação torna-se mais difícil. Este processo regula todo o contacto das duas línguas na mente de um falante bilingue. Quando uma língua é seleccionada, o outro sistema linguístico é automaticamente inibido, isto é, o limiar de activação da língua não usada sobe, evitando fenómenos de inter-

ferência. Este funcionamento aplica-se tanto a itens lexicais, como ao domínio fonológico e às construções sintácticas. Ora, neste modelo, a erosão linguística é entendida como o resultado de um prolongado período de falta de estímulo por parte de uma língua (Paradis, 2004: 28), originando um elevado limiar de inibição desta. A prolongada exposição à língua dominante faz com que o limiar de activação desta língua esteja mais baixo, tornando-a mais acessível. No entanto, a inibição da língua em desuso não significa que esta esteja totalmente perdida, apenas que os itens linguísticos da língua dominante estão mais acessíveis que os da língua não usada e que é necessário maior estímulo, isto é, um maior *input* para os reactivar.

1.3.1. *Competência - Performance*

A diferença entre ‘perder’ informação ou apenas ter dificuldades em ‘aceder-lhe’ já é um tópico de discussão mais antigo, com eco no debate em torno da dicotomia ‘competência-performance’, transferido por Sharwood Smith (1983) para o domínio de investigação de *language attrition*. Segundo este autor, erosão ao nível da competência é um processo que afecta o conhecimento linguístico do falante, na medida em que leva a uma reestruturação do seu sistema de regras. Para Seliger (1996), a ocorrência de erosão a este nível manifesta-se na:

- 1) habilidade em activar o significado de um item linguístico da língua em erosão apenas quando este também é partilhado pela língua dominante.
- 2) reorganização ou simplificação do sistema morfológico da língua em erosão.
- 3) aceitação de frases sintacticamente desviantes.

Por sua vez, a erosão ao nível de performance reflecte-se na dificuldade que o falante tem em ‘controlar’ o seu conhecimento. (Sharwood Smith, 1989; Ammerlaan, 2001; Goral, 2004) Atente-se à descrição de dois tipos de fenómenos:

- 1) problemas na selecção lexical e dificuldades em lembrar-se do vocabulário.
- 2) dificuldades de processamento, que se podem manifestar no abrandar do ritmo de processamento das frases produzidas ou na transferência para a língua em erosão de elementos da língua dominante.

No entanto é de realçar, neste âmbito, que o fenómeno de transferência de uma língua para a outra pode apenas ocorrer ao nível do processamento, isto é, no acto de produção e não resulta da fusão dos dois sistemas linguísticos do falante bilingue.

1.4. *Factor 'literacia'*

Poucos dos estudos desenvolvidos no âmbito de *language attrition* têm prestado atenção à influência do factor 'nível de escolaridade' no processo de erosão e os que de facto têm este factor como variável apresentam conclusões contraditórias (cf. Schmid 2002: 21). Enquanto que Köpke (1999) não consegue relacionar o nível de escolaridade dos falantes estudados com o nível de erosão linguística detectada, segundo Jaspaert e Kroon (1989), o nível de literacia dos seus informantes é o factor mais influente na ocorrência de perda linguística. As explicações dadas pelos autores são, no entanto, bastante vagas e pouco sustentadas, uma vez que fazem corresponder um nível mais alto de escolaridade a uma situação financeira mais estável, o que, segundo os autores, permite aos falantes viajarem ao seu país de origem e manter o contacto com a sua L1. Porém, esta hipótese, em vez de explicar a importância do factor 'literacia', mostra a influência do factor 'frequência de contacto' na ocorrência de erosão, pois é quem viaja mais e tem mais contacto com a sua L1 que menos perde.

No caso da perda de competência linguística durante a infância, vários autores (cf. Olshtain, 1989) têm sugerido que o factor idade interage necessariamente com o factor literacia. Assim, para além da maturação biológica, a observação de que as crianças mais velhas, em caso de perda de contacto com uma das suas línguas, conseguem conservá-la melhor que as crianças mais novas tem sido – também – relacionada com o desenvolvimento cognitivo e o nível de literacia das crianças: uma criança que saiba ler e escrever perfeitamente dispõe de um meio de contacto com a língua que uma criança menos instruída não possui. Assim, o canal escrito pode funcionar para o falante como mais uma fonte de evidência confirmativa de uma língua que ele não usa oralmente (Olshtain, 1989).

1.5. *Factor 'motivação, atitudes e identidade'*

O papel da motivação individual é amplamente reconhecido como factor fundamental no processo de aprendizagem de uma segunda

língua (Gardner, 1982; Harris/Gleason/Ayçiçeği, 2006; Pavlenko, 2002), mas também no processo de perda linguística parece ter um peso importante (Schmid, 2002; Yoshitomi, 1992). Os autores que têm focado a sua atenção na relação entre o bilinguismo e domínio afectivo (cf. Pavlenko, 2002; Koven, 2006) sugerem que as diferentes línguas de um falante bilingue desempenham funções emocionais diferentes, assumindo que, quanto mais estreita a relação emotiva com a língua, menor é a probabilidade de esta entrar em processo de erosão (Dewaele, 2004).

Um importante contributo ao estudo da relação entre erosão e o domínio afectivo foi dado pelo trabalho de Schmid (2002), que analisou o desempenho linguístico de alemães de origem judaica, residentes nos Estados Unidos, tendo fugido da Alemanha durante o regime nazi. A autora sugere que a erosão observada nos registos verbais destes falantes não se deve apenas à falta de contacto com a língua alemã (que ultrapassa os sessenta anos) mas sobretudo às experiências traumáticas vividas pelos falantes antes da fuga. O grupo que apresenta mais perda linguística é aquele que emigrou mais tarde e viveu mais intensamente as perseguições nazis, criando uma maior aversão à língua alemã e levando à sua rejeição.

A atitude negativa, criada por vivências traumáticas, também é apontada como sendo uma causa importante na perda linguística de crianças adoptadas. Os falantes coreanos estudados por Pallier *et al.* (2003) e Ventureyra/Pallier (2004) foram adoptados por casais franceses com idades compreendidas entre três e oito anos. Na altura do estudo, os falantes têm entre vinte e trinta e dois anos e após a adopção não voltaram a ter contacto com a sua L1, o coreano, afirmando terem perdido por completo esta língua, facto comprovado pelo estudo neurológico a que se submeteram. Entre outros factores, a infância traumática destes falantes, passada em orfanatos coreanos, é apontada como sendo uma das principais causas da sua perda linguística.

2. O que se perde?

2.1. *Léxico*

O domínio lexical tem sido, indubitavelmente, a área linguística mais estudada pelos investigadores interessados no fenómeno do bilinguismo, pois é o domínio mais fértil para a ocorrência de processos de

interferência das línguas em contacto. Aliás, o primeiro grande estudo sobre fenómenos de interferência em falantes bilingues, da autoria de Uriel Weinreich (1953), continua a ser uma obra de referência. Muitas das suas constatações continuam a reunir consenso generalizado. Os itens lexicais são mais susceptíveis a interferência que as propriedades gramaticais da língua. Uma forma de interferência lexical é o uso de itens da L2 num discurso de L1. No entanto, os fenómenos de interferência lexical são típicos do discurso de falantes bilingues e é um erro grave interpretá-los (apenas) como evidência de erosão linguística (Pavlenko, 2004: 48). Pelo contrário, o fenómeno de alternância de códigos (*code-switching*) até tende a ser analisado como manifestação da alta competência do falante em ambas as suas línguas (Poplack, 1980: 601), visto que, muitas vezes, o falante sente que o item importado da outra língua é mais apropriado para transmitir determinado conceito, soa melhor ou a sua utilização tem efeitos pragmáticos que o uso monolíngue não teria. Consequentemente, o recurso a transferência lexical não deve ser necessariamente considerado evidência de erosão linguística sem uma análise mais aprofundada do tipo de empréstimo e das razões subjacentes. Apenas deve ser interpretado como sinal de perda quando existe um item lexical correspondente na língua em erosão, mas que já não está acessível ao falante (Pavlenko, 2004: 50). Mais uma vez, a distinção entre perda efectiva e inacessibilidade temporária («reduction in accessibility», Sharwood Smith, 1983) é fundamental. A sua distinção só é possível com o recurso a testes apropriados: o falante apenas terá perdido um determinado item lexical quando não o consegue produzir nem compreender ou quando o usa com o significado de um item da língua que exerce a influência lexical. Este último processo – a transferência de significado – também é um fenómeno que merece a atenção dos investigadores interessados na erosão lexical. Manifesta-se, por exemplo, na extensão do significado da palavra da língua em erosão de modo a poder corresponder ao significado da segunda língua (cf. Romaine, 1989: 56, «semantic extension»). No seu estudo, Altenberg (1991) demonstra que a selecção lexical é uma área bastante vulnerável, interpretando os fenómenos de sobregeneralização semântica encontrados no seu grupo de observação como indícios de perda linguística.

Embora possam ser interpretados como indícios de erosão, os processos de transferência lexical discutidos são geralmente tidos como «fenómenos de superfície» (Schmid, 2002: 33, «'surface level' of utterances»), que não podem servir de resposta à seguinte questão: Quando um falante perde uma língua, há uma redução efectiva do seu

vocabulário? Andersen (1982) e Olshtain e Barzilay (1991), entre outros, afirmam que a perda da riqueza lexical é uma das características mais evidentes do processo de erosão linguística. Um dos testes mais conhecidos e mais utilizados para analisar uma hipotética redução do sistema vocabular dos falantes em situação de erosão tem sido a narração da conhecida história do sapo (a 'Frog story', cuja utilização foi proposta por Berman e Slobin, 1994). Olshtain e Barzilay (1991) utilizam este exercício para demonstrar que a redução de contacto com a L1 exerce, de facto, efeito sobre capacidade do falante bilingue em aceder ao seu sistema lexical, evidenciando-se sobretudo na dificuldade em encontrar palavras específicas e pouco utilizadas.

2.2. *Morfologia*

Muitos dos estudos desenvolvidos na área de *language attrition* concentram-se no domínio morfológico (cf. Altenberg, 1991; Schmid, 2002; Seliger, 1991; Vago, 1991; para uma visão mais detalhada *vide* Schmid, 2004). Neste âmbito, um dos processos mais observados nos registos verbais de falantes bilingues sem contacto com uma das suas línguas é a regularização do sistema flexional, como por exemplo a conjugação de verbos irregulares, seguindo o padrão regular ou a redução de marcas alomórficas de número e género a uma única forma flexional. Nas línguas que apresentam um sistema casual muito desenvolvido, são observados vestígios de erosão nas declinações (Hirvonen, 1998). Além disso, alguns autores defendem existir uma tendência nestes falantes em substituir marcas de flexão nominal e verbal por formas analíticas e construções perifrásticas, assim como uma preferência em transmitir determinadas relações gramaticais por meio do uso de lexemas em vez do recurso à flexão morfológica (por exemplo o uso de posições em vez da morfologia casual).

Uma ideia que merece consenso entre os investigadores é que o processo de erosão é selectivo (Altenberg, 1991: 203), pois os diferentes aspectos morfológicos não são igualmente vulneráveis. Assim, tanto Altenberg (1991) como Schmid (2002) atestam um grau muito mais alto de vulnerabilidade na flexão nominal de número que de género nos seus grupos de observação (de bilingues anglo-germânicos). Porém, as autoras apresentam hipóteses diferentes para explicarem esta situação. Schmid relaciona este facto com o processo de aquisição. Em Alemão, as marcas de plural são adquiridas em fase mais tardia que as marcas de género, pelo que – segundo a hipótese de

regressão (*regression hypothesis*, cf. Jordens *et al.*, 1989) que considera válida nesta situação – o aspecto linguístico mais tardiamente adquirido é aquele que mais rapidamente é perdido em caso de perda de *input*. (Schmid, 2002: 125). Já Altenberg socorre-se de uma outra ideia bastante difundida na área de *language attrition*: erosão afecta sobretudo os aspectos da língua não usada que têm forma semelhante na língua dominante, indo ao encontro da concepção de que «only the L1 properties that have analogous forms in the L2 (hence in competition with the L2 forms) will undergo attrition [...]. L1 elements that have no corresponding forms in the L2 will not be vulnerable to attrition as they will not be in competition with the L2 elements» (Gürel, 2004: 60).

2.3. *Sintaxe*

O domínio linguístico que aparenta ser mais resistente à ocorrência de erosão é a sintaxe, o que pode explicar o menor número de estudos conduzidos nesta área. Intuitivamente, a ideia de que a ordem de palavras é um domínio vulnerável a processos de simplificação parece convincente (*vide* Schmid, 2002: 35). Geralmente, as línguas oferecem várias hipóteses de construção frásica para o falante se expressar, as quais variam no seu grau de complexidade. O uso de construções hipotácticas requer mais complexidade sintáctica que o uso da parataxe. Uma das manifestações de erosão no domínio sintáctico poderá, portanto, consistir no aumento de construções paratácticas em detrimento da utilização de orações subordinadas. De facto, esta é uma das conclusões do estudo de Yagmur (2004), que investiga a competência sintáctica de falantes turcos residentes na Austrália. Porém, o estudo de erosão sintáctica tem de contornar um problema essencial: a sintaxe é o domínio onde o falante mais facilmente pode recorrer a estratégias que lhe permitam evitar estruturas complexas (e, por conseguinte, mais difíceis para um falante bilingue que não usa uma língua regularmente). Se um falante evita uma determinada estrutura, não evidencia se a domina e não quer fazer o esforço em produzi-la ou se não a domina e quer evitar a ocorrência de erros gramaticais.

Para os seguidores da visão mentalista da faculdade da linguagem, protagonizada por Noam Chomsky, o problema da perda de conhecimento sintáctico é uma questão de fundo. Segundo Chomsky (1981, 1986), o fenómeno de aquisição linguística corresponde a um processo contínuo de fixação de princípios inatos (da Gramática

Universal) a valores próprios da língua materna que a criança está a adquirir. Este processo é determinado por factores biológicos. Concluída a fase de maturação, os parâmetros sintácticos fixados não voltam a ser apagados ou refixados noutros valores. Funcionamento idêntico é assumido para a aquisição bilingue de duas línguas primárias. Como têm apontado muitos autores (Meisel, 2007), a nossa faculdade linguística está preparada para o multilinguismo: a exposição natural a mais que uma língua durante a fase de maturação linguística permite à criança adquirir naturalmente duas ou mais línguas. A ideia de que este processo de aquisição bilingue decorre de forma independente e sem mistura dos dois (ou mais) sistemas gramaticais (Meisel, 2001) está largamente difundida. Se a aquisição bilingue decorre de forma contínua, mantendo-se o *input* por parte das duas línguas, concluído este processo, a criança bilingue com duas L1 possui dois sistemas sintácticos autónomos, idênticos aos sistemas de crianças monolingues. Esta concepção parece estar em contradição com o pressuposto de ocorrência de erosão sintáctica. Se os parâmetros sintácticos, uma vez adquiridos, não voltam a apagar-se, a perda de competência sintáctica deveria ser um fenómeno marginal. De facto, a maioria dos estudos levados a cabo nesta área atestam níveis insignificantes de erosão no domínio sintáctico (*vide* estudo de Håkansson, 1995, sobre o posicionamento do verbo dos registos verbais de bilingues anglo/franco-suecos), quando o grupo de observação é constituído por falantes adultos.

Mais recentemente, também os investigadores da escola generativa têm focado o seu interesse na questão da perda de competência sintáctica, chamando a atenção para a distinção entre parâmetros marcados e não marcados (Sharwood Smith, 1989). Segundo Seliger (1989, 1996), a perda de competência sintáctica é selectiva, pois está relacionada com esta distinção: as estruturas que são menos marcadas em L2 tendem a substituir as estruturas com função idêntica na L1, mas que aí são marcadas. Já as formas gramaticais não marcadas são resistentes à erosão linguística. Nesta lógica, o processo de perda de competência sintáctica corresponde à passagem de parâmetros fixados em valores marcados para valores correspondentes não marcados. Porém, não existe, entre os linguistas generativos, consenso sobre a noção de parâmetro marcado, pelo que é problemático definir quais as estruturas de um determinado sistema gramatical que são marcadas.

As últimas tentativas em estudar o fenómeno de erosão sintáctica de uma perspectiva generativa, seguindo a corrente minimalista, têm especulado sobre a possível influência de um segundo factor: a distin-

ção entre traços interpretáveis e não interpretáveis (\mp *interpretable features*, Chomsky e Lasnik, 1995) e o seu papel na ocorrência selectiva de erosão a nível sintáctico. Neste sentido, Sorace (2000), Montrul (2002) e Gürel (2004) assumem que estruturas situadas na interface entre sintaxe e semântica ou entre a sintaxe e o discurso (+ interpretáveis) possam estar mais susceptíveis a sofrerem erosão que estruturas ‘meramente’ morfo-sintácticas (-interpretáveis), as quais são resistentes a *attrition*.

O actual estado de investigação indica que o processo de erosão linguística resulta da interacção de vários factores e não pode ser estudado à luz de apenas uma única hipótese. O mais sensato é assumir que parece haver uma coexistência de processos autónomos (internos à língua em erosão), que provocam a simplificação das estruturas linguísticas e a sua regressão a estados de desenvolvimento precoces, e processos correlativos, que resultam da interacção entre as duas línguas do falante bilingue. Todo este fenómeno é ainda reforçado por factores externos como a idade do falante bilingue em situação de erosão, o tipo e a frequência de *input* que recebe, assim como o seu grau de literacia e a sua atitude e motivação pessoal perante o bilinguismo.

Referências bibliográficas

- ALTENBERG, E. (1991): «Assessing first language vulnerability to attrition», in H. W. Seliger & R. M. Vago (eds.), *First language attrition*. Cambridge: Cambridge University Press, 189-206.
- AMMERLAAN, T (1996): *'You get a bit wobbly...' – Exploring bilingual lexical retrieval processes in the context of first language attrition*. Tese de Doutoramento. Nijmegen: Katholieke Universiteit.
- ANDERSEN, R. W. (1982): «Determining the linguistic attributes of language attrition», in R. D. Lambert & B. F. Freed (eds.) *The Loss of Language Skills*. Rowley, MA: Newbury House, 83-117.
- BEN RAFAEL, M. (2001): *Contact de langues: le français parlé des francophones israéliens*. Tese de Doutoramento. Universidade de Tel Aviv.
- BERMAN, R./SLOBIN, D. (1994): *Relating events in narrative. A crosslinguistic developmental study*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum.
- DE BODE, S. (1996): *First Language Attrition: Productive Morphology Disintegration and Neurobiological Support. A case study*. Unpublished MA Thesis, Ponomo, CA: California State Polytechnic University.

- DE BOT, K./GOMMANS, P./ROSSING, C. (1991): «L1 loss in an L2 environment: Dutch immigrants in France», in H. W. Seliger, & R. M. Vago (eds.), *First language attrition*. Cambridge: Cambridge University Press, 87-98.
- DE BOT, K. (2001): «Language use as an interface between sociolinguistic and psycholinguistic processes in language attrition and language shift», in J. Klatte-Folmer & P. van Avermaet (eds.), *Theories on maintenance and loss of minority languages. Towards an more integrated explanatory framework*. Münster: Waxmann, 65-82.
- CHOMSKY, N. (1981): *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris.
- CHOMSKY, N. (1986): *Knowledge of language: its nature, origins and use*. New York: Praeger.
- CHOMSKY, N./LASNIK, H. (1995): «Principles and parameters theory», in N. Chomsky (ed.), *The minimalist program*. Cambridge, MA: MIT Press, 13-127.
- DEWAELE, J-M. (2004): «Perceived language dominance and language preference for emotional speech: The implication for attrition research», in M. Schmid, B. Köpke, M. Keijzer, & L. Weilemar (eds.), *First Language Attrition: Interdisciplinary Perspectives on Methodological Issues*. Amsterdam: John Benjamins, 81-104.
- VAN ELS, T. (1986): «An overview of European research on language attrition», in B. Weltens, K. de Bot & T. van Els (eds.), *Language Attrition in Progress*. Dordrecht: Foris, 3-18.
- FLORES, C. (2007): «Age effects on attrition processes». Comunicação apresentada no Workshop *Issues on Bilingualism*. Universidade de Minho/Braga, Fevereiro de 2007.
- FLORES, C. (no prelo): «Language Attrition afecta a competência sintáctica de falantes bilingues?», in *Actas do XXII Encontro Nacional da APL*.
- GARDNER, R. C. (1982): «Social factors in language retention», in R. D. Lambert & B. F. Freed (eds.), *The loss of language skills*. Rowley: Newbury House, 24-43.
- GORAL, M. (2004): «First-language decline in healthy aging: implications for attrition in bilingualism», *Journal of Neurolinguistics* 17 (1), 31-52.
- GREEN, D. W. (1986): «Control, activation and resource: a framework and a model for the control of speech in bilinguals», *Brain and Language* 27, 210-223.
- GÜREL, A. (2004): «Selectivity in L2-induced L1 attrition: a psycholinguistic account», *Journal of Neurolinguistics* 17 (1), 53-78.
- HAKUTA, K./D' ANDREA, D. (1992): «Some Properties of Bilingual Maintenance and Loss in Mexican Background High-School Students». *Applied Linguistics* 13 (1), 72-99.
- HARRIS, C./GLEASON, J. B./AYÇIÇEĞİ, A. (2006): «When is a first language more emotional? Psychophysiological evidence from bilingual speakers», in A. Pavlenko (ed.), *Bilingual Minds: Emotional Experience, Expression and Representation*. Clevedon: Multilingual Matters, 2006, 257-283.

- HIRVONEN, P. (1998): «The Finnish-American language shift», in J. Niemi et al. (eds), *Language Contact, Variation and Change*. Joensuu, Finland: Faculty of Humanities, 136-150.
- DE HOUWER, A. (1995): «Bilingual language acquisition», in P. Fletcher & B. MacWhinney (eds.), *The Handbook of Child Language*. Oxford: Blackwell, 219-250.
- HUTZ, M. (2003): «Is there a natural process of decay? A longitudinal study of language attrition», in M. S. Schmid, B. Köpke, M. Keijsers & L. Weilemar (eds.), *First language attrition. Interdisciplinary perspectives on methodological issues*. Amsterdam: John Benjamins, 189-206.
- HYLTENSTAM, K./ABRAHAMSSON, N. (2003): «Maturational constraints in second language acquisition», in C. Doughty & M. Long (eds), *Handbook of Second Language Acquisition*. Oxford: Blackwell, 539-588.
- JAMSHIDIHA, H./MAREFAT, H. (2006): «L1 Persian Attrition», *The Linguistics Journal* 1, 17-46.
- JASPAERT, K./KROON, S. (1992): «From the typewriter of A.L.: A case study of language loss», in W. Fase, K. Jaspaert & S. Kroon (eds.), *Maintenance and loss of minority languages*. Amsterdam: John Benjamins, 137-147.
- JOHNSON, J./NEWPORT, E. (1989): «Critical Period Effects in Second Language Learning: The Influence of Maturational State on the Acquisition of English as a Second Language». *Cognitive Psychology* 21, 60-99.
- JORDENS, P./DE BOT, K./TRAPMAN, H. (1989): «Linguistic aspects of regression in German case marking», *Studies of Second Language Acquisition* 11, 179-204.
- KAUFMAN, D. (2001): «Tales of L1 attrition – Evidence from pre-puberty children», in T. Ammerlan, M. Hulsen, H. Strating & K. Yamur (eds.), *Sociolinguistic and psycholinguistic perspectives on maintenance and loss of minority languages*. Münster: Waxmann, 185-202.
- KAUFMAN, D./ARONOFF, M. (1991): «Morphological disintegration and reconstruction in first language attrition», in H. W. Seliger & R. M. Vago (eds.), *First language attrition*. Cambridge: Cambridge University Press, 175-188.
- KÖPKE, B./SCHMID, M. (2004): «Language attrition: The next phase», in M. Schmid, B. Köpke, M. Keijsers & L. Weilemar (eds.), *First language attrition: Interdisciplinary perspectives on methodological issues*. Amsterdam: John Benjamins, 1-47.
- KÖPKE, B. (1999): *L'attrition de la première langue chez le bilingue tardif: implications pour l'étude psycholinguistique du bilinguisme*. Unpublished Doctoral Dissertation. Toulouse: Université de Toulouse-Le Mirail.
- KÖPKE, B. (2004): «Neurolinguistic aspects of attrition», *Journal of Neurolinguistics* 17 (1), 3-30.
- KOVEN, M. (2006): «Feeling in two languages: a comparative analysis of a bilingual's affective displays in French and Portuguese», in A. Pavlenko (ed.), *Bilingual Minds: Emotional Experience, Expression and Representation*. Clevedon: Multilingual Matters, 2006, 84-117.

- KRASHEN, S./SCARCELLA, R. (eds.) (1982): *Child-adult differences in second language acquisition*. Rowley: Newbury.
- LAMBERT, R. D./FREED, B. (1982): *The loss of language skills*. Rowley: Newbury House.
- LENNEBERG, E. (1967): *Biological Foundations of Language*, New York: John Wiley.
- MEISEL, J. M. (1995): «Parameters in Acquisition» in P. Fletcher & B. MacWhinney (eds.), *The Handbook of Child Language*. Oxford: Blackwell, 10-35.
- MEISEL, J. M. (2001): «The simultaneous acquisition of two first languages: Early differentiation and subsequent development of grammars», in J. Cenoz, F. Genesee (eds.), *Trends in Bilingual Acquisition*. Amsterdam: John Benjamins, 11-41.
- MEISEL, J. M. (2007): «Child Second Language Acquisition or Successive First Language Acquisition?». Comunicação apresentada no Workshop *Issues on Bilingualism*. Universidade do Minho/Braga, Fevereiro de 2007.
- MEISEL, J. M./MÖHRIG, A. (2003): «The Verb-Object Parameter in simultaneous and successive acquisition of bilingualism», in N. Müller (ed.), *(In)vulnerable domains in Multilingualism*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 295-334.
- MONTRUL, S. (2002): «Divergent acquisition and attrition of Spanish tense/aspect distinctions in adult bilinguals», *Bilingualism: Language and Cognition* 5(1), 39-68.
- MÜLLER, N. (1994): «Parameters cannot be reset: Evidence from the development of COMP», in J. M. Meisel (ed.), *Bilingual First Language Acquisition: French and German Grammatical Development*. Amsterdam: John Benjamins, 235-269.
- NEWPORT, E. L. (1990): «Maturational Constraints on Language Learning», *Cognitive Science* 14, 11-28.
- NICOLADIS, E./GRABOIS, H. (2002): «Learning English and losing Chinese: A case study of a child adopted from China», *International Journal of Bilingualism* 6 (4), 441-454.
- OLSHTAIN, E. (1989): «Is second language attrition the reversal of second language acquisition?», *Studies in Second Language Acquisition* 11(2), 151-165.
- OLSHTAIN, E./BARZILAY, M. (1991): «Lexical retrieval difficulties in adult language attrition», in H. Seliger & R. Vago (eds.) *First language attrition*. Cambridge: CUP, 139-150.
- OYAMA, S. C. (1976): «A sensitive period for the acquisition of a nonnative phonological system», *Journal of Psycholinguistic Research* 5 (3), 261-283.
- PELC, L. (2001): *L1 lexical, morphological and morphosyntactic attrition in Greek-English bilinguals*. Unpublished Doctoral Dissertation. New York: CUNY.
- PALLIER, C./DEHAENE, S./POLINE, J.-B./LEBIHAN, D./ARGENTI, A.-M./DUPOUX, E./MEHLER, J. (2003): «Brain Imaging of Language Plasticity in Adopted Adults: Can a Second Language Replace the First?», *Cerebral Cortex* 13, 155-161.

- PARADIS, M. (1997): «The cognitive neuropsychology of bilingualism», in A. M. B. de Groot & J. F. Kroll (eds.), *Tutorials in bilingualism: Psycholinguistic perspectives*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 331-354.
- PARADIS, M. (2004): *A Neurolinguistic Theory of Bilingualism*. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins.
- PAVLENKO, A. (2002): «Bilingualism and Emotions», *Multilingua* 21 (1), 45-78.
- PAVLENKO, A. (2004): «L2 influence and L1 attrition in adult bilingualism», in M. Schmid, B. Köpke, M. Keijzer, & L. Weilemar (eds.), *First Language Attrition: Interdisciplinary Perspectives on Methodological Issues*. Amsterdam: John Benjamins, 47-60.
- POPLACK, S. (1980): «Sometimes I'll start a sentence in Spanish y termino en español: toward a typology of code-switching», *Linguistics* 18, 581-618.
- PENFIELD, W./ROBERTS, L.(1959): *Speech and Brain Mechanisms*, New York: Atheneum.
- ROMAINE, S. (1989): *Bilingualism*. Oxford: Basil Blackwell.
- ROTHWEILER, M. (2006), «The acquisition of V2 and subordinate clauses in early successive acquisition of German», in C. Lleó (ed.), *Interfaces in Multilingualism*, Amsterdam: John Benjamins, 91-113.
- SCHMID, M. S. (2002): *First language attrition, use, and maintenance. The case of German Jews in anglophone countries*. Amsterdam: John Benjamins.
- SCHMID, M. S. (2004): «Language attrition bibliography», in M. Schmid, B. Köpke, M. Keijzer, & L. Weilemar (eds.), *First Language Attrition: Interdisciplinary Perspectives on Methodological Issues*. Amsterdam: John Benjamins, 317-348.
- SELIGER, H. W. (1989): «Deterioration and creativity in childhood bilingualism», in K. Hyltenstam, & L. K. Obler (eds.), *Bilingualism across the lifespan*. Cambridge: Cambridge University Press, 173-184.
- SELIGER, H. W. (1991): «Language attrition, reduced redundancy, and creativity», in H. W. Seliger, & R. M. Vago (eds.), *First language attrition*. Cambridge: Cambridge University Press, 227-240.
- SELIGER, H. W. (1996): «Primary language attrition in the context of bilingualism», in W. Ritchie & T. Bhatia (eds.), *Handbook of second language acquisition*. London: Academic Press, 606-625.
- SHARWOOD SMITH, M. A. (1983): «On first language loss in the second language acquirer: Problems of transfer», in S. Gass & L. Selinker (eds.), *Language transfer in language learning*. Rowley, MA: Newbury, 222-231.
- SHARWOOD SMITH, M. A. (1989): «Crosslinguistic influence in language loss», in K. Hyltenstam & L. K. Obler (eds.), *Bilingualism across the lifespan*. Cambridge: Cambridge University Press, 185-201.
- SHARWOOD SMITH, M. A./VAN BUREN, P. (1991): «First language attrition and the parameter setting model», in H. W. Seliger & R. M. Vago (eds.), *First language attrition*. Cambridge: Cambridge University Press, 17-30.

- SLOBIN, D. (1985): «Crosslinguistic Evidence for the Language-Making Capacity», in D. Slobin (ed.), *The Crosslinguistic Study of Language Acquisition*, vol. 2. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 1157-1249.
- SORACE, A. (2000): «Differential effects of attrition in the L1-syntax of near-native L2 speakers», in C. Howell, S. Fish & T. Keith-Lucas (eds.), *Proceedings of the 24th Boston university conference on language development*. Somerville, MA: Cascadilla Press, 719-725.
- SORACE, A. (2003): «Near-Nativeness», in C. Doughty & M. Long (eds.), *Handbook of Second Language Acquisition*. Oxford: Blackwell, 130-152.
- SORACE, A. (2007): «Attrition vs. incomplete acquisition in bilinguals», Comunicação apresentada no workshop *Issues on Bilingualism*. Universidade do Minho/Braga, Fevereiro de 2007.
- TOMIYAMA, M. (2000): «Child Second Language Attrition: a longitudinal case study», *Applied Linguistics* 21(3), 304-332.
- TURIAN, D./ALTENBERG, E. P. (1991): «Compensatory strategies of child first language attrition», in H. W. Seliger, & R. M. Vago (eds.), *First language attrition*. Cambridge: Cambridge University Press, 207-226.
- VAGO, R. M. (1991): «Paradigmatic regularity in first language attrition», in H. W. Seliger & R. M. Vago (eds.), *First Language Attrition*. Cambridge: Cambridge University Press, 241-252.
- VENTUREYRA, V./PALLIER (2004): «In search of the lost language: The case of adopted Koreans in France», in M. Schmid, B. Köpke, M. Keijzer, & L. Weilemar (eds.), *First Language Attrition: Interdisciplinary Perspectives on Methodological Issues*. Amsterdam: John Benjamins, 207-221.
- WEINREICH, U. (1953): *Languages in contact: Findings and problems*. New York: Linguistic Circle of New York.
- YAGMUR, K. (2004): «Issues in finding the appropriate methodology in language attrition research» in M. Schmid, B. Köpke, M. Keijzer, & L. Weilemar (eds.), *First Language Attrition: Interdisciplinary Perspectives on Methodological Issues*. Amsterdam: John Benjamins, 133-164.
- YOSHITOMI, A. (1992): «Towards a model of language attrition: neurobiological and psycholinguistic contributions», *Issues in Applied Linguistics* 3 (2), 293-318.

Comentário jornalístico político: interpretação de outros discursos e argumentação

MARIA ALDINA MARQUES ¹
(Universidade do Minho)
mamarques@ilch.uminho.pt

La présence des autres discours ne sert-elle
pas aussi à cela: à montrer que j'ai raison
en montrant que les autres ont tort,
en tout cas que j'ai plus de raison qu'eux?
Jacques Brès, *L'autre en discours*

Résumé

Le commentaire journalistique est particulièrement important pour la compréhension du rôle de l'allocutaire dans l'interaction, parce que, en tant que commentateur d'autres discours, le locuteur montre l'interprétation qu'il a faite, d'une façon argumentée. Il ne s'agit seulement d'une décodification des mots, des unités linguistiques; l'allocutaire est un juge. Il évalue le discours de l'autre en fonction de ce qu'il est, de ce qu'il sait, de ce qu'il attend, de ce qu'il croit (devoir) être l'interaction à laquelle il participe. Le discours rapporté (et surtout le discours indirect, qui n'est qu'un commentaire du discours cité) est un mécanisme linguistique fondamental pour atteindre ces propos. L'analyse d'un texte journalistique (commentaire) permet de montrer comment le discours indirect, utilisé comme stratégie d'argumentation, montre l'interprétation faite par le locuteur citant du discours cité/commenté.

Palavras-chave: argumentação, comentário jornalístico político, discurso, discurso indirecto, género discursivo.

¹ Retomo com algumas alterações o texto da comunicação que apresentei, em 1996, no *First International Conference on Sociolinguistics in Portugal*, realizado na Universidade de Évora, com o título *Comentário Político: a explicitação da interpretação de outros discursos e acto de argumentar*. Retomar, 10 anos depois, o texto de uma comunicação justifica-se não apenas pelas questões aí abordadas, mas também pelo próprio texto que serve à análise.

1. O comentário jornalístico

Da heterogeneidade dos discursos que configuram o género jornalístico, é de particular relevância para a análise da interacção discursiva, em especial da particular função desempenhada pelo alocutário, o comentário jornalístico. De acordo com o *Livro de Estilo do Público*², o comentário jornalístico enquadra-se no espaço de opinião do jornal, espaço esse que é partilhado com o *editorial* e a *opinião*. Entre outras características, distinguem-se pela função social desempenhada pelos respectivos locutores. O comentário, em particular, «Assinado por um director, editor ou jornalista», é definido como «um texto breve de interpretação clara e incisiva dos factos e opinião do autor sobre a matéria em causa» (*idem*).

Estas características genéricas, isto é, características que decorrem de práticas discursivas histórica, social e culturalmente determinadas, impõem obviamente restrições à construção textual³. Desde Bakhtine (1984), a análise do discurso tem vindo, de forma progressiva, a assumir a importância do género na construção discursiva. Robert Vion reforça esta linha de análise quando afirma que «Tout fragment de discours est immédiatement associé à un genre (...) qui lui confère une autre réalité que celle des énoncés qui le constituent» (2000: 152).

O comentário jornalístico político, quando tem como objecto as actividades da Assembleia da República, é essencialmente um comentário de discursos. Pese embora os progressos registados na difusão das actividades parlamentares (Diário da Assembleia da República, portal, canal televisivo), o discurso parlamentar é, de forma muito clara, mediatizado pelo discurso jornalístico, que assume a função específica de *media*, isto é, de mediador activo e interventivo dos discursos (dos políticos para o povo), configurando a situação descrita por van Dijk (2005: 63), a propósito da importância do discurso jornalístico: «A maior parte do nosso conhecimento social e político e das nossas crenças sobre o mundo deriva das dúzias de relatos noticiosos que lemos ou vemos todos os dias».

Isso significa que os acontecimentos na sua generalidade (e os discursos em particular) chegam ao conhecimento do «público» me-

² As referências ao *Livro de Estilo do Público* foram retiradas da versão electrónica, em 25 de Março de 2007: http://www.publico.clix.pt/nos/livro_estilo/10-jornalista-m.html

³ Tomo *texto* e *discurso* como sinónimos, ainda que reconheça a óbvia complexidade teórica, relativa a estes termos.

diados por outros discursos. Desta circulação de discursos, sobressai não apenas a construção do processo discursivo pelo locutor e alocutário, co-constructores do discurso (co-enunciadores, segundo Culioli), um processo inerente a toda a interacção discursiva, dialogal e monologal, mas, principalmente, a representação linguística do processo de interpretação, efectivamente realizado por um alocutário particular, agora locutor. Neste sentido, o comentário (jornalístico) político que tem como tópico discursivo um outro discurso, é um discurso sobre discurso(s) dos outros, tomado(s) como tema e objecto de avaliação, e que resulta de um processo de interpretação.

A par desta questão, fundamental para a presente análise, interessa, ainda, considerar outras dimensões, relativas ao comentário jornalístico de discursos políticos.

Em primeiro lugar, o jornalismo político assume cada vez maior importância. Com pequenas condicionantes, o jornalismo – incluído naturalmente no conceito amplo de mass-media – marca o fazer-se da política e dos políticos, não só porque mostra, esconde, selecciona, provoca as notícias, mas também porque, num mundo cada vez mais submetido ao peso da opinião pública, o jornalista político, e o comentador em particular, é um fazedor de opiniões, um «opinion maker».

Como comentador, o jornalista propõe aos leitores uma interpretação própria dos acontecimentos e dos discursos em particular. Nesta função mediadora/formadora o comentador político mostra-se como um participante fundamental da interacção parlamentar que comenta, um alocutário muito especial que leva para a interacção objectivos, saberes, expectativas que têm a ver com o domínio do que, na sua perspectiva, pode e deve ser dito.

Essa especificidade do comentário político permitirá mostrar que o processo de interpretação é um processo complexo que vai além da mera descodificação, antes integra, em sentido inverso, ou melhor, complementar à imagem que o locutor se faz do seu alocutário e por isso dos seus interesses, uma imagem do locutor construída pelo alocutário, para além de todos os conhecimentos prévios, a partir não apenas do que é dito e também do que é comunicado, mas ainda a partir do que não sendo comunicado tem para o alocutário a significação da ausência, num movimento amplo de interpretação que passa pela atribuição ao locutor de uma determinada intenção comunicativa e de uma consequente avaliação em função da expectativa que o alocutário leva para a interacção verbal. Esta é uma imagem que não coincide necessariamente – ou até forçosamente – com a representação que, por sua vez, o locutor se faz da imagem que dele tem/constrói o

alocutário. A interpretação feita pelo alocutário é, assim e sobretudo, avaliação do locutor, do seu discurso, num espaço interdiscursivo onde outros discursos actuais e/ou virtuais confluem para a criação de novos sentidos.

Em segundo lugar, na qualidade de «fazedor de opiniões», o jornalista político é um usuário privilegiado do texto argumentativo. No comentário político faz-se, pois, uma proposta de «leitura», ou melhor, de interpretação, que o jornalista propõe de forma argumentada.

Finalmente, o comentário jornalístico de discursos políticos, ao ter como objecto a actividade discursiva de outrem, relativamente à qual exprime o seu (des)acordo, vai usar sistematicamente determinados recursos linguísticos e discursivos que marcam o texto como espaço de polifonia, de vozes que se aliam, se contradizem, se anulam, se reforçam. Configuram-se deste modo algumas linhas de análise que permitem explorar os mecanismos linguísticos que concorrem para a construção deste género de discurso. Sendo discurso sobre (um) discurso(s), o discurso relatado é, sem dúvida, um dos mecanismos discursivos ao serviço deste tipo de comentário. Nesta linha, ganha relevância o discurso indirecto que, pelas suas características, se constitui como uma interpretação de outro discurso⁴.

2. Funções discursivo-pragmáticas do discurso relatado

O locutor é responsável, sempre, pelas vozes que convoca para o seu discurso. Acresce que essa «intimação» não é inócua nem inocente, antes serve os objectivos do locutor. Além disso, o facto de o discurso relatado ser percebido numa relação de acordo/desacordo do locutor (L₁) face a outro discurso (de L₂), de que se faz eco, vai condicionar a interpretação que dele vai fazer o seu alocutário. Importa, por isso analisar essa dimensão, analisar a influência que tem sobre a orientação argumentativa do discurso.

O discurso relatado, e o discurso indirecto em particular, é fundamental como estratégia de argumentação no comentário político, ao transformar um segmento linguístico no objecto de um comentário. A interpretação do discurso indirecto depende da atitude adoptada pelo locutor actual (L₁) no seu próprio discurso, porque ele *manipula* o discurso que relata, na medida em que procede a um julgamento

⁴ Sobre o Discurso Relatado ver Isabel Margarida Duarte (2003).

avaliativo, que tem no verbo que introduz o discurso relatado uma forma importante de mostrar essa avaliação: «...le choix du verbe introducteur est souvent lourd de sens car il conditionne l'interprétation en donnant un certain status au discours cité» (Maingueneau, 1998: p. 128).

2.1. Estratégias de argumentação

O discurso indirecto não é usado com objectivos meramente informativos, antes constitui o suporte do discurso argumentativo que enforma este tipo de comentário⁵. Através do discurso relatado, o locutor (re)constrói o discurso do Outro, afirma-se como «verdadeiro juiz [dessas] práticas verbais» (J. Fonseca, 1994: 125).

Consideremos, o texto «Debate ou propaganda?»⁶ É um comentário que tem como objecto um debate parlamentar (na realidade apenas segmentos do debate) sobre a União Europeia, ocorrido no dia anterior à sua publicação⁷. Os participantes no debate, referidos pelo locutor, são o primeiro-ministro (Cavaco Silva) e alguns membros da oposição (Jaime Gama e António Guterres do PS, Adriano Moreira do PP). Fora desta particular situação discursiva, o locutor relata, ainda, um episódio que tem Leonor Bezeza como protagonista.

É um texto argumentativo que tem por objectivo a defesa de duas teses complementares, propostas, desde logo, no título⁸, constituído por uma pergunta de carácter polémico, desencadeadora da argumen-

⁵ «Ao DI, enquanto representação/paráfrase de um discurso original, subjaz o objectivo de reacomodar o discurso citado naquele que o relata» (Duarte, 2003: 85).

⁶ O texto completo está em anexo. Introduzo de forma esquemática, o contexto situacional: foi publicado no jornal *Público*, um jornal diário de tiragem nacional e um dos jornais portugueses mais lidos.

Data de publicação: 20 de Janeiro de 1994.

Jornalista: Teresa de Sousa.

Género de discurso: discurso (jornalístico) de opinião - comentário político.

O *Público* era, à época (e nada pretendo deixar implícito sobre o perfil ideológico actual do jornal) um jornal que se assumia como apartidário, mas não apolítico, defendendo princípios que se podem identificar com a chamada «esquerda moderna».

⁷ Na mesma página do jornal, além do comentário, está um artigo bastante extenso sobre o mesmo evento e uma fotografia de Cavaco Silva a falar no Parlamento (talvez durante o debate, dado que nenhuma legenda o confirma).

⁸ O título é uma unidade discursiva, do domínio do metadiscurso, com importante função na interpretação do texto. Por outras palavras, representa o tópico discursivo e, por isso, orienta a leitura.

tação⁹:

Debate ou propaganda?

A estrutura coordenada disjuntiva «debate ou propaganda» marca uma dupla pergunta, «houve debate?» «houve propaganda?», para duas teses complementares, dada a natureza do debate político opondo Governo/bancada do Governo e Oposição: T1: «Não Houve debate»; T2: «Houve propaganda». A partir desta pergunta problematizadora, o locutor vai argumentar usando o discurso indirecto como recurso discursivo fundamental.

No primeiro parágrafo (A), o locutor constrói o suporte da argumentação¹⁰. Em três asserções (premissas), seriadas numa enumeração marcada pelo operador «também», e em paralelismo sintáctico assinalado pela mesma expressão inicial «É verdade que», o locutor estabelece um determinado conhecimento comum, opiniões partilhadas que lhe permitirão argumentar para a sua tese:

(A.1) É verdade que a opinião pública portuguesa só vagamente se apercebe da profunda crise política em que (já) está mergulhada a recém-nascida União Europeia (UE). (l. 1-3)

(A.2) É verdade que a opinião pública não é, quase nunca, suscitada para um debate mais sério – e, sobretudo, mais real – sobre o futuro da PESC ou as consequências institucionais do alargamento aos quatro países da EFTA, ou sobre as várias visões da UE no seu próprio seio. (l. 3-6)

(A.3) É verdade, também, que o Parlamento deveria ser o local privilegiado deste debate, preparando coerentemente a próxima revisão do Tratado de Maastricht – em 1996, mas que é, já hoje, o debate crucial dentro da comunidade. (l. 6-8)

Ou seja: o locutor legitima a argumentação que se segue, porque cria conviências e simultaneamente expectativas relativas ao seu discurso, ao «a-dizer».

Com efeito, e em primeiro lugar, convoca uma voz doxal marcada

⁹ «La notion de 'question argumentative' a son origine dans l'interaction judiciaire, théorisée par l'argumentation rhétorique» (Plantin, 2005: 59).

¹⁰ Considerarei, para análise, os quatro parágrafos (marcados pelas letras A, B, C e D) em que o texto está estruturado.

pela modalização epistémica da estrutura unipessoal inicial com valor genérico «É verdade que...». As «verdades» assim enunciadas, doxais, têm uma origem não identificada, mas a que certamente pertencem os interlocutores. O locutor, desde o primeiro momento, «obriga» o alocutário a partilhar estas verdades, que preparam a argumentação. E, simultaneamente, constrói uma primeira imagem do seu alocutário: este não se identifica com a opinião pública, aqui apresentada de forma negativa, desvalorizada. Bem pelo contrário, a caracterização deste objecto textual, a opinião pública, mais ou menos apática e/ou ignorante, permite construir a imagem de um alocutário que dela se distancia. O alocutário é, por contraposição, activo, interventivo, crítico, uma imagem que se justapõe na íntegra, à imagem que o jornal pretende ter¹¹.

Como consequência, a inclusão do alocutário no «grupo» do locutor traduz-se numa estratégia de construção argumentativa, central para o processo argumentativo global. Locutor e alocutário partilham os mesmos princípios ideológicos. Daí derivam, e em segundo lugar, as expectativas face à argumentação a desenvolver.

Nas asserções acima referidas, há, no entanto, algumas especificidades que importa marcar: as duas primeiras asserções, que têm como objecto discursivo a opinião pública, representam factos conhecidos, partilhados, marcados na superfície textual pelas formas verbais com valor de presente habitual:

...a opinião pública portuguesa só vagamente se *apercebe* da profunda crise política em que (já) *está mergulhada* a recém-nascida União Europeia (l. 1-2)

...a opinião pública não *é*, quase nunca, *suscitada* para um debate mais sério (l. 3-4)

A terceira, pelo contrário, é marcada pela ocorrência da expressão verbal «deveria ser». À dimensão deontica do verbo modal acrescenta-se a contrafactualidade marcada pelo uso do condicional, na referência a uma função desejada (do Parlamento), mas não existente por oposição a um outro facto «o debate crucial da comunidade»:

...o Parlamento *deveria ser* o local privilegiado deste debate, preparando

¹¹ Confrontar a nota de rodapé n.º 5, sobre o perfil ideológico do *Público* (e dos seus leitores, por consequência).

coerentemente a próxima revisão do Tratado de Maastricht – em 1996, mas que é, já hoje, o debate crucial dentro da comunidade. (l. 6-8)

Estabelecidas as premissas, o parágrafo seguinte (B) pretende justificar a tese (T2) «Houve propaganda»:

(B.1) Ontem, todavia, Cavaco Silva parece não ter hesitado na escolha do patamar para o debate parlamentar da União Europeia: falou para a opinião pública. (l. 9-10)

Em B.1, o quadro interlocutivo definido justifica a mudança de género: de debate previsto a propaganda efectiva. O conector «todavia», contra-argumentativo, marca três oposições. Por um lado opõe factos que se pretendem genéricos a um acontecimento particular, localizado no espaço e na sua unicidade, pela oposição entre os tempos verbais de presente e pretérito perfeito do indicativo e pela ocorrência do advérbio de tempo «ontem». Por outro, passa do enunciador indefinido, identificado ao senso comum, doxal, a um enunciador individualizado, na defesa de uma tese determinada e a que o locutor se assimila. Finalmente, pelo interlocutor escolhido por L₂, marca a oposição entre esse parlamento hipotético, de debate sério, e o parlamento português, real, onde Cavaco Silva fez a sua intervenção, que se infere como «não séria», isto é, propagandística, porque destinada à opinião pública.

Estrategicamente, o locutor faz uma afirmação que assenta a divergência face ao enquadramento parlamentar anteriormente assergado nos interlocutores escolhidos por L₂, os quais determinam «o patamar para o debate parlamentar». O locutor (L₁) argumenta a partir do quadro comunicativo constituído, mais especificamente dos interlocutores e dos consequentes objectivos do «debate». Está em causa o género discursivo, a partir do qual, nomeadamente, se determina quem participa e o que se pode e deve dizer. Sendo um debate parlamentar, e assentes os princípios enumerados no primeiro parágrafo, a *opinião pública* é um interlocutor inadequado, na medida em que não é o alocutário permitido. E por essa razão o discurso não será debate, mas propaganda, quando está em causa a discussão de um assunto altamente especializado, de primeira importância para o Estado Português. Falar para a opinião pública é, desde logo, uma despromoção da seriedade inerente a esta interacção, face à imagem que desta atrás foi apresentada e à função do Parlamento.

Toda a argumentação se vai apoiar nesta «falta de novidade, de

originalidade, de pertinência», que decorre de se nomear a opinião pública como alocutário. Os argumentos aduzidos – que refutam a existência de debate, afirmando a existência de propaganda – são todos constituídos por discursos relatados, dos quais o locutor (L₁) se distancia nos verbos de comunicação que escolheu para introduzir cada ocorrência de discurso indirecto. Está em causa não propriamente o que L₂ disse, mas a imagem que, a partir do que ele disse, o alocutário agora locutor (L₁) construiu. A negatividade assim introduzida vai ser desenvolvida, e reforçada, nas sucessivas ocorrências de discurso indirecto, que justificam a interpretação desta asserção inicial (B.1).

São oito os argumentos que sustentam, de forma cumulativa e sem possibilidades de contra-argumentação, a tese «Houve propaganda» acima adiantada. Percorre-os um sentido de negatividade, marcado, em termos sintácticos, pelo verbo introdutor do discurso e seu complemento. B2 é uma apreciação global negativa do discurso do outro

(B.2) Disse *o que dizem normalmente os preâmbulos das conclusões das cimeiras europeias: vagas profissões de fé nas virtudes e virtualidades da UE como factor de estabilidade e prosperidade da Europa, e como quadro ideal para a modernização e o desenvolvimento nacional.* (l. 9-12)

A neutralidade do verbo introdutor *dizer* foi ultrapassada pela inserção da completiva, marcando uma avaliação pejorativa do discurso que comenta. O locutor distancia-se do objecto de discurso, nos verbos escolhidos, que introduzem os outros argumentos:

(B.3) Recitou os objectivos da PESC sem referir, sequer, as óbvias dificuldades da sua realização efectiva. (l. 12-13)

O verbo de locução «recitar» reenvia a uma actividade discursiva inadequada para o contexto Parlamentar. Carreia o valor semântico de discurso decorado, não original, que dissocia o locutor do discurso realizado. A recitação não supõe, ainda que não impeça, a autoria do texto a verbalizar oralmente.

A atitude desvalorizadora repete-se em B.5 e B.7, no uso do verbo «papaguear» marcado por um forte semantismo negativo, quando aplicado a um ser humano adulto, e na superficialidade veiculada pela expressão «limitou-se a enumerar duas ou três ideias...». Mais uma vez, o complemento reforça a atitude desvalorizadora que o locutor marca

no verbo de comunicação escolhido:

(B.5) Papagueou as evidências saídas da Cimeira da Nato sobre o reforço do pilar europeu da Aliança, através da UE, e a sua consequência óbvia (embora perturbadora para os doze e, muito em particular, para as mais recentes posições do Governo sobre a matéria) de começar a construir as bases de uma defesa comum europeia. (l.13-16)

(B.7) Limitou-se a enumerar duas ou três ideias assentes no princípio (irrealista e improvável) de que o melhor é tudo ficar na mesma no que toca ao equilíbrio de poderes dentro da Comunidade e aos mecanismos de tomada de decisão. (l.17-20)

Mas o locutor não se limita a julgar, reiteradamente, um acto discursivo que considera ineficaz, por falta de pertinência, antes vai mais além para acentuar essa negatividade. Como interlocutor, o alocutário desenvolve a actividade de interpretação a dois níveis: a partir do discurso do que é dito e comunicado e a partir das expectativas que traz para a interacção, do que, na sua opinião, deveria ser dito, mas o locutor silencia. O locutor citado (L_2), objecto do discurso, é penalizado pelo que disse e pelo que não disse, sendo expectativa do alocutário que o dissesse:

(B.3') (Recitou os objectivos da PESC) sem referir, sequer as óbvias dificuldades da sua realização efectiva. (l. 12-13)

À má qualidade da intervenção soma-se a escassez informativa. O locutor introduz como uma nova dimensão avaliativa o silêncio relativo a certos factos que, na interpretação do locutor, significam pela ausência. B.3', sintacticamente dependente de B.3, apoia essa conclusão. É nesse não dito que estaria a pertinência do discurso e que o locutor (L_2) não esqueceu mas, na opinião de L_1 , deliberadamente omitiu:

(B.4) Conseguiu não falar da Bósnia. (l. 13)

O semantismo do verbo *conseguir*, que serviria à marcação de um empenhamento positivo do locutor é contrariado pelo complemento. Podendo escolher «falar de», não o fazer é ainda construir sentidos para o discurso:

(B.6) Adiou a mais vital e imediata das questões: a reforma institucional que os alargamentos impõem, para já, à UE. (l. 16-18)

Nesta sequência argumentativa, não há lugar para uma contra-argumentação, para uma voz discordante. A «verdade» nua e crua impõe-se. A apreciação do discurso relatado é apresentada como um facto incontroverso, na medida em que o locutor não prevê qualquer estrutura que dê lugar a vozes discordantes¹². A voz mostrada pelos parênteses apresenta um ponto de vista que, por estar co-orientado, reforça o do locutor:

Limitou-se a enumerar duas ou três ideias assentes no princípio (irrealista e improvável)... (l. 17-18)

Mas, a restrição a uma voz enfatizadora da perspectiva do locutor tem consequências em termos da sua imagem discursiva. Mostra-se, assim, a imagem de um locutor que, sendo crítico, é sobretudo intransigente, dogmático mesmo, no que concerne ao objecto do seu discurso.

O terceiro parágrafo (C), introduz uma segunda sequência argumentativa. (C.1) associa sintacticamente T1 e T2. Assume como partilhada a tese «Houve propaganda», no adjectivo com valor pressuposicional do «discurso propagandístico» e faz a passagem para a terceira sequência discursiva, de argumentação a favor da tese «(não) houve debate», que decorre da aceitação de que

(C.1) A resposta do PS (quase) não contribuiu, também, para transformar o discurso propagandístico de Cavaco à opinião pública num debate parlamentar. (l. 24-25)

Com efeito, o locutor argumenta desde o início a favor da tese «não houve debate». Contudo, e pela voz «paralela» que acompanha o seu discurso, introduz, um movimento de desculpabilização, de outros interlocutores do discurso citado: os deputados do partido socialista. Pelo uso do operador «quase», entre parênteses, mitiga e inverte mesmo a valorização negativa feita pelo locutor. É uma estratégia interessante, que instaura a divergência entre o locutor e esta voz, geradora de ambiguidade relativamente a conclusão proposta «Não houve debate». Na construção do discurso, é esta voz que marca, de modo

¹² Repare-se no uso de «parece», polifónico (B.1 «Ontem, todavia, Cavaco Silva parece não ter hesitado...»), que introduz uma voz de cujo ponto de vista o locutor não assume a responsabilidade. Mas esta voz alheia, de que o locutor se distancia, justifica a avaliação de um acto não verbalizado, que exigiria, portanto, a omnisciência do locutor. É uma inferência a partir do discurso que o locutor, agora objecto de discurso, realizou. Essa modalização desaparece, dando lugar a uma asserção que justifica essa inferência: «falou para a opinião pública».

explícito, um afastamento em relação ao discurso do primeiro-ministro e uma proximidade relativamente à oposição¹³. O locutor mantém uma voz crítica única, no que concerne ao debate (às diferentes prestações discursivas) que avalia:

(C.2) O primeiro contra-ataque de Guterres *serviu apenas* para regressar à *estrita dimensão nacional* dos fundos estruturais e da sua aplicação. (l. 22-24)

(C.3) Jaime Gama *fez um esforço* para contrariar a visão de Cavaco Silva, *mas depressa caiu na tentação redutora* (embora bem fundamentada) de regressar à (im)preparação nacional para os desafios europeus e os riscos reais daí decorrentes. (l. 24-26)

O insucesso das duas tentativas, apontadas em C.2 e C.3, para a construção do debate não é total. O locutor dá voz a uma – tímida – tentativa de fazer ouvir uma voz discordante. A negatividade absoluta da primeira sequência argumentativa é matizada com alguma positividade (ainda que não seja a necessária para a afirmação clara da tese «Houve debate»).

A possibilidade de um debate, entrevista no uso da palavra «contra-ataque» e o relato da atitude interventiva de Jaime Gama, em oposição ao discurso de Cavaco, é neutralizada quer pela ocorrência do restritor «apenas», quer pela estrutura contrastiva introduzida por «mas...». Ambos invalidam o desenvolvimento de uma antítese relativamente a T1. A construção concessiva parentética deixa entrever, mais uma vez, a contra-argumentação, que preserva a imagem do locutor citado:

...mas depressa caiu na tentação redutora (embora bem fundamentada) de regressar... (l. 24-25)

Sugere, da parte do locutor, uma abertura a vozes outras, discordantes, de que é responsável, ainda que delas se distancie, mas que é importante mostrar. A sua imagem sai beneficiada, nesta abertura a outras opiniões não coincidentes com a sua.

¹³ A estratégia de marcar entre parênteses esta voz permite considerá-la como voz secundária que acompanha o locutor (ou melhor, o enunciador a que o locutor se assimila, de acordo com Ducrot (1984)) ao longo do discurso. Sendo a voz de reforço nos parágrafos A e B, que aprofunda a desvalorização operada pelo locutor, ganha importância, na divergência de pontos de vista que introduz no parágrafo C, como estratégia discursiva que permite ao locutor mostrar-se mais favorável à oposição (em particular ao PS) que ao Governo, sem perder um distanciamento crítico que pretende impor.

C.4 introduz um facto positivo que poderia contrariar a argumentação desenvolvida, pela referência a «questões essenciais» no debate. Mas é uma tentativa anulada pela resposta que não esteve ao nível dessa intervenção. É uma tentativa de debate, que não chega a ser por falta de opositor à altura. Cavaco Silva é agora responsabilizado pelo insucesso total da interacção enquanto debate parlamentar:

(C.4) Seria Adriano Moreira (deputado de um partido muito pouco «europeu») a levantar algumas questões essenciais sobre o futuro da Europa, a que Cavaco respondeu timidamente. (l. 26-28)

O último parágrafo (D) poderia parecer excedentário em termos de realização do macro-acto de argumentação, anunciado no título e desenvolvido nos três parágrafos anteriores. Contudo, ele reforça o ponto de vista do locutor e em particular a argumentação desenvolvida. D.1 relata um pequeno episódio, temporalmente anterior ao evento em discussão, que envolve uma deputada da maioria parlamentar (Leonor Beleza) e é apresentado pelo locutor como justificação para a pergunta (D.2) que encerra o discurso:

(D.1) Leonor Beleza, presidente da Comissão Parlamentar dos Assuntos Europeus, confessava recentemente em público a sua inveja dos deputados do Parlamento dinamarquês (poderia ter dado outros exemplos) pelo papel que desempenham na definição da estratégia europeia do seu país. (l. 29-31)

(D.2) Porque é que não disse o mesmo, ontem, na Assembleia da República?» (l. 31-32)

D.2 é uma pergunta sem resposta, de retórica, porque a resposta foi dada anteriormente, é conhecida. Opera, contudo, um alargamento do julgamento de incapacidade política, desenvolvido a propósito da intervenção do primeiro-ministro, à bancada parlamentar do Governo. Além disso, a ligação que estabelece com a argumentação desenvolvida no segundo parágrafo (B) torna saliente a crítica ao Governo e secundariza a crítica à oposição.

3. Conclusão

O jornalismo de opinião assume-se como uma visão crítica dos acontecimentos. Mostra que o alocutário não é, definitivamente, apenas receptor, ou espécie de computador que trata dados. O jorna-

lista/comentador neutraliza os traços do discurso alheio, impõe o seu discurso, e com ele a sua visão dos factos, a sua análise do acontecimento discursivo. O discurso indirecto, pelas suas características, serve à consecução destes objectivos. Como comentário de um discurso alheio, o discurso indirecto, modalidade do relato de discurso, constitui uma estratégia fundamental de argumentação, com base na imagem que constrói do objecto do discurso, o locutor do discurso citado. Mas também aí o locutor se mostra, se afirma. O locutor não pode convocar sem tomar posição. Seja para se unir a outros, resultando daí um prestígio para si próprio, seja para deles se afastar, marcando o dissenso. A convocação de outra voz é sempre «provação» de que o locutor sai credibilizado.

O processo de interpretação, que faz com que o alocutário co-construa o discurso com o locutor mesmo nos discursos monológicos, assenta na avaliação global do discurso que o leva a elaborar um «contradiscurso» face ao que, em resultado de uma escolha feita pelo locutor, é dito.

O discurso analisado põe, ainda, em evidência uma dimensão fundamental da interpretação que é o género de discurso. O género é, efectivamente, central para a construção do discurso (na dupla vertente de produção e interpretação).

Bibliografia

- BAKHTINE, M., 1984. *Esthétique de la création verbal* (tradução francesa). Paris: Gallimard.
- BRÈS, Jacques *et al.*, 1999. *L'Autre en Discours*. Montpellier: Publications de L'Université de Montpellier III.
- DUARTE, Isabel Margarida, 2003. *O Relato de Discurso na Ficção Narrativa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, FCT, Ministério da Ciência e Ensino Superior.
- DUCROT, Oswald, 1984. *Le Dire et le Dit*. Paris: Minuit.
- FONSECA, Joaquim, 1994. *Pragmática Linguística – Introdução, Teoria e Descrição do Português*. Porto: Porto Editora.
- Livro de Estilo do Público*, http://www.publico.clix.pt/nos/livro_estilo/10-jornalista-m.html (consultado em 25 de Março de 2007.)
- MAINGUENEAU, Dominique, 1998. *Analyser les textes de communication*. Paris: Dunod.
- PLANTIN, Christian, 2005. *L'argumentation – Histoire, théories et perspectives* Paris: PUF.

- VAN DIJK, Teun, 2005. *Discurso, Notícia e Ideologia – estudos de análise crítica do discurso* (trad. Zara Pinto Coelho), Porto: Campo das Letras.
- VION, Robert, 2000. «L'analyse pluridimensionnelle du discours», in Berthoud et Mondada (ed.), *Modèles du Discours en confrontation*. Bern: Peter Lang (pp.151-156).

Anexo

Debate ou propaganda?

A (A.1) É verdade que a opinião pública portuguesa só vagamente se apercebe da profunda crise política em que (já) está mergulhada a recém-nascida União Europeia (UE). (A.2) É verdade que a opinião pública não é, quase nunca, suscitada para um debate mais sério – e, sobretudo, mais real – sobre o futuro da PESC ou as consequências institucionais do alargamento aos quatro países da EFTA, ou sobre as várias visões da UE no seu próprio seio. (A.3) É verdade, também, que o Parlamento deveria ser o local privilegiado deste debate, preparando coerentemente a próxima revisão do Tratado de Maastricht – em 1996, mas que é, já hoje, o debate crucial dentro da comunidade.

B (B.1) Ontem, todavia, Cavaco Silva parece não ter hesitado na escolha do patamar para o debate parlamentar da União Europeia: falou para a opinião pública. (B.2) Disse o que dizem normalmente os preâmbulos das conclusões das cimeiras europeias: vagas profissões de fé nas virtudes e virtualidades da UE como factor de estabilidade e prosperidade da Europa, e como quadro ideal para a modernização e o desenvolvimento nacional. (B.3) Recitou os objectivos da PESC sem referir, sequer as óbvias dificuldades da sua realização efectiva. (B.4) Conseguiu não falar da Bósnia. (B.5) Papagueou as evidências saídas da Cimeira da Nato sobre o reforço do pilar europeu da Aliança, através da UEO, e a sua consequência óbvia (embora perturbadora para os doze e, muito em particular, para as mais recentes posições do Governo sobre a matéria) de começar a construir as bases de uma defesa comum europeia. (B.6) Adiou a mais vital e imediata das questões: a reforma institucional que os alargamentos impõem, para já, à UE. (B.7) Limitou-se a enumerar duas ou três ideias assentes no princípio (irrealista e improvável) de que o melhor é tudo ficar na mesma no que toca ao equilíbrio de poderes dentro da Comunidade e aos mecanismos de tomada de decisão.

C(C.1) A resposta do PS (quase) não contribuiu, também, para transformar o discurso propagandístico de Cavaco à opinião pública num debate parlamentar. (C.2) O primeiro contra-ataque de Guterres serviu apenas para regressar à estrita dimensão nacional dos fundos estruturais e da sua aplicação. (C.3) Jaime Gama fez um esforço para contrariar a visão de Cavaco Silva, mas depressa caiu na tentação redutora (embora bem fundamentada)

de regressar à (im)preparação nacional para os desafios europeus e os riscos reais daí decorrentes. (C.4) Seria Adriano Moreira (deputado de um partido muito pouco «europeu») a levantar algumas questões essenciais sobre o futuro da Europa, a que Cavaco respondeu timidamente.

D(D.1) Leonor Beleza, presidente da Comissão Parlamentar dos Assuntos Europeus, confessava recentemente em público a sua inveja dos deputados do Parlamento dinamarquês (poderia ter dado outros exemplos) pelo papel que desempenham na definição da estratégia europeia do seu país. (D.2) Porque é que não disse o mesmo, ontem, na Assembleia da República?» (Teresa Sousa, *Público*, 20 de Janeiro de 1994.

Para a caracterização do funcionamento das descrições demonstrativas anafóricas em português europeu: os usos em contexto narrativo

IRIS SUSANA PIRES PEREIRA
(Universidade do Minho)
iris@iec.uminho.pt

Abstract

This text deals with the use of the tripartite system of nominal anaphoric demonstratives in European Portuguese, focusing on narrative contexts of use. The basic assumption that sustains the analysis presented is that the variation in the use of the three available forms is determined by pragmatic reasons. It is suggested that the domains of reference created in such contexts distinguish between two basic uses, namely '*este* N' (corresponding to 'this N' in English) vs '*esse* N' and '*aquele* N' (both corresponding to 'that N' in English), and that the perspective of the enunciation assumed explains the difference in the use of the latter forms. On the whole, it is put forward that the uses here discussed illustrate (part of) one of the functions carried out by these linguistic expressions in discourse.

Palavras-chave: descrições demonstrativas, anáfora, domínios de referência, narrativa, perspectiva de enunciação, discurso indirecto.

1. Apresentação da questão

Qualquer reflexão sobre demonstrativos não pode contornar o facto de que se trata de unidades indexicais, isto é, de unidades que apontam, mostram ou localizam (para um interlocutor) um determinado elemento num determinado contexto (Cornish, 1999).

A manifestação mais básica da indexação é a deixis (Lyons, 1977; Cornish, 1999), que Bühler, (1967) entende como a propriedade de localizar um referente num determinado campo deictico (campo de mostraçao ou de percepção) em função do centro deictico ou

«*origo*», constituído pelas coordenadas espaço-temporais definidas pelo locutor, e que Lyons (1977: 637) define como

«the location and identification of persons, objects, events, processes and activities being talked about, or referred to, in relation to the spatio-temporal context created and sustained by the act of utterance and the participation in it, typically, of a speaker and at least one addressee.»

Desta forma, a deixis está associada à localização de novas entidades ('novas' no sentido em que não estavam no foco de atenção do interlocutor) no campo perceptivo comum constituído pelo contexto físico da enunciação (Fonseca, 1994; Cornish, 1999). Halliday & Hasan (1976) chamam exofórico a este uso deictico das expressões indexicais.

O uso endofórico (Halliday & Hasan, *idem*), apesar de derivado do exofórico (Buhler, 1967; Lyons, 1977; Cornish, 1999), é um processo de localização diferente porque o procedimento indexical se atém ao campo de mostração delimitado pelos marcos criados pelo próprio discurso (cf. 1984; Fonseca, 1994; Cornish, 1999).

Os demonstrativos *este*, *esse* e *aquele* são expressões linguísticas indexicais paradigmáticas, usadas exofórica e endoforicamente. Exoforicamente, orientam a atenção do interlocutor para entidades presentes no contexto físico da enunciação em função da diferente escala de valores de distância que codificam relativamente ao *origo* da mensagem. Em português, essa escala é tripartida e comumente entendida como a marcação da localização do referente, desde proximidade máxima ao locutor (*este*), passando pela marcação de uma maior proximidade ao interlocutor (*esse*), até à marcação da maior distância em relação à posição dos dois interlocutores (*aquele*) (Oliveira, 1988; Mira Mateus et al., 2003).

Endoforicamente, o principal uso que é dado aos demonstrativos é o de orientar a atenção do interlocutor para referentes introduzidos no universo da referência criado pelo próprio discurso, de que resulta o estabelecimento de redes de ligação ou coesão discursiva (Halliday & Hasan, 1976):

«In interactional contexts, they are often used exophorically, pointing to participants in the immediate context, where the situation desambiguates the referent. In (...) texts, on the other hand, *this* and *that* are more often used endophorically to make links between segments of text» (Schleppegrell, 2004: 63-64)¹.

¹ Note-se que cada um desses usos não é exclusivo de cada um desses contextos (cf. Carvalho, 1984). Com efeito, os demonstrativos podem usar-se endoforicamente com

Intradiscursivamente, as expressões indexicais podem funcionar anafórica ou cataforicamente (Fonseca, 1994). A anáfora consiste basicamente num 'apontar' para um referente previamente enunciado no discurso, uma instrução discursiva que leva a atenção do interlocutor para essas entidades (Pereira, 2005 a,b). Em palavras de Bühler (1967: 198), «el contexto de decir, que se va haciendo, se eleva él mismo a campo demostrativo, cuando mostramos anafóricamente», opondo-se dessa forma à catáfora, que é o processo através do qual se 'aponta' para um referente que é, em termos gerais, imediatamente depois introduzido no discurso. Neste texto, detenho-me no funcionamento anafórico de (algumas) expressões demonstrativas.

O âmbito da localização dos referentes dos demonstrativos anafóricos, que passa a ser o universo do discurso, é uma alteração importante imposta a estas unidades pelo uso endofórico e afecta igualmente descrições e pronomes demonstrativos. Esta não é, todavia, a única transformação que se observa no uso anafórico dos demonstrativos. Existe uma segunda alteração muito significativa, que, no entanto, afecta desigualmente descrições e pronomes demonstrativos. Assim, em contexto endofórico, os pronomes são usados para marcar valores reais de maior ou menor distância do referente no contexto do universo discursivo, como se observa no exemplo (1):

(1) «Segundo Maria do Carmo Mendes, as relações entre a sua família e a vizinha nunca foram 'as melhores'. Há até um processo de despejo litigioso em curso tendo em vista o afastamento da alegada agressora da propriedade da família de Carmo Mendes. *Esta* relaciona a presumível agressão com estas desavenças e adianta que a vizinha é considerada mentalmente descapitada» (*Público*, 13 de Maio de 2005, *italico meu*).

Neste exemplo, o pronome demonstrativo *esta* refere-se à entidade mais próxima na sequência discursiva, 'Carmo Mendes', e não às unidades 'família de Carmo Mendes' ou 'alegada agressora', referentes potenciais dada a concordância morfológica. Isto é, através dos pro-

função deictica, como adiante se verá nesta mesma secção (veja-se o exemplo (3) e a nota (9)) como também, no contexto de interacção *in presentia*, para referir entidades cuja existência é apenas discursiva, tal como se aprecia no seguinte exemplo, excerto de uma interacção autêntica em contexto oral:

(1) – «Lembras-te da Ana de Lisboa?

– «A baixinha?

– «Sim. Acho que *essa rapariga* se perdeu na droga.»

nomes demonstrativos «hay también una mostración de lugares en la estructura do discurso» (Bühler, 1967: 195), e este valor tem claramente origem no uso exofórico original (cf. Lyons, 1975, 1977; Halliday & Hasan, 1976; Halliday, 1994; Eguren, 1999).

Diferentemente dos pronomes, a determinação do referente de uma descrição demonstrativa anafórica no universo do discurso não resulta dos valores de distância codificados na forma demonstrativa, ao contrário do que aconteceria no uso dessas mesmas expressões numa eventual situação de identificação exofórica². Por outras palavras, nestes casos o referente desses demonstrativos não é necessariamente *nem o mais próximo nem o mais longínquo no contexto da enunciação* (cf. Oliveira, 1988). Isso observa-se no paradigma de exemplos (2), o primeiro, original; os restantes, adaptados:

(2) «Até se descobrir o microscópio, nada se sabia acerca da estrutura coular. O primeiros que tiveram acesso *àquele aparelho* ficaram pasmados perante a imensidão de minúsculos seres contidos numa gota de água de um charco» (Antoniou, E. *et al.*, 1994: 12, *italico meu*).

(2a) Até se descobrir o microscópio, nada se sabia acerca da estrutura celular. Os primeiros que tiveram acesso a *esse aparelho* ficaram pasmados perante a imensidão de minúsculos seres contidos numa gota de água de um charco.

(2b) Até se descobrir o microscópio, nada se sabia acerca da estrutura celular. Os primeiros que tiveram acesso a *este aparelho* ficaram pasmados perante a imensidão de minúsculos seres contidos numa gota de água de um charco.

Este paradigma de exemplos mostra como o contexto anafórico altera significativamente o funcionamento do valor indexical original das descrições demonstrativas. Uma das questões mais pertinentes que se colocam no momento de explicar o funcionamento do sistema de demonstrativos anafóricos em português europeu³ diz respeito preci-

² Em Pereira (em preparação), mostro que, no caso das descrições demonstrativas anafóricas, a determinação do referente se deve, em primeira instância, a razões contextuais atinentes ao tipo de relação de coerência estabelecida entre as proposições (cf. Pereira 2005b).

³ É relevante notar que o funcionamento discursivo destas expressões no português do Brasil é muito diferente do seu funcionamento no português europeu, e que neste texto apenas se faz referência a esta última realidade linguística. Assim, qualquer uso da expressão 'português' deve interpretar-se, neste texto, como exclusivamente referente a 'português europeu'.

samente à razão que subjaz à distribuição de cada uma das três formas das descrições demonstrativas disponíveis. Neste texto, abordo exclusivamente esta questão, focando a minha atenção nos usos destas unidades linguísticas em contexto narrativo. A análise e os argumentos que agora apresento desenvolvem os introduzidos em Pereira (2005c).

2. Descrições demonstrativas nominais anafóricas e domínios de referência

A explicação que aqui proponho para a distribuição das descrições demonstrativas em contexto narrativo em português ancora-se em noções desenvolvidas por Maes (1996) para dar conta do sistema de descrições demonstrativas anafóricas em holandês. No entanto, e porque o sistema de demonstrativos que este autor caracteriza é binário, as noções que assumo de Maes são necessariamente complementadas por outras noções com que procuro dar conta da distribuição do sistema ternário do português. Como refere Fonseca (1994: 17),

«[a] aplicação a uma língua de uma hipótese teórica que foi baseada na observação de outras línguas desempenha um papel importante como forma de testar a validade dessa hipótese e pode, assim, contribuir ou para infirmá-la como hipótese generalizável ou para completá-la tornando a sua validade universal mais provável.»

Aliás, também as hipóteses desenvolvidas por F. I. Fonseca para dar conta do funcionamento do sistema temporal do português serão alvo de aplicação neste trabalho. Antes de apresentar essa proposta explicativa, descrevo muito sumariamente a proposta original de Maes (1996).

Maes (1996) propõe que a distribuição das duas formas demonstrativas em contextos endofóricos em holandês (<deze> e <die>) obedece a razões de natureza pragmática, em que são centrais a noção de domínios de referência e o tipo de relação que num discurso se estabelece entre locutor, referente e interlocutor (Maes, 1996: 163).

Maes assume a existência de dois domínios de referência instituídos em qualquer discurso (cf. Bühler, 1982): um domínio constituído pela situação de enunciação do próprio discurso, que designa de Domínio Referencial Deictico (daqui em diante, DRD); outro, que designa de Outro Domínio Referencial (daqui em diante, ODR), cons-

tituído pelo ‘estado de coisas representado’, pelo conteúdo do próprio texto ^{4/5}. A figura 1 esquematiza esta distinção básica:

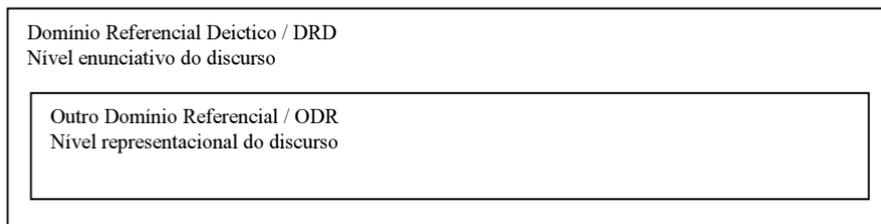


Figura 1: Os domínios de referência DRD e ODR instituídos num discurso, segundo Maes (1996).

Além disso, assume que, em contextos de uso anafórico, o sentido indexical básico codificado na semântica das descrições demonstrativas (que, como ilustram as várias versões do exemplo 2, perde a capacidade de localizar entidades em função de uma escala de valores de proximidade física) é ‘redefinido’, passando a sua função a ser a de associar os referentes a cada um destes domínios de referência.

Dito de outro modo, para Maes (1996) a função da componente indexical das descrições demonstrativas no discurso anafórico é, em cada caso, exclusivamente, a de apontar para um desses domínios de referência ⁶. Maes sugere que a associação pragmática que daí resulta

⁴ Maes (1996) não faz uso das expressões ‘estado de coisas representado’, ‘conteúdo do próprio texto’ ou ‘nível representacional’ para caracterizar o domínio de referência ODR. A utilização destes predicados aplicados a ODR é da minha responsabilidade.

⁵ Esta divisão corresponde à divisão, sugerida por E. Benveniste, entre dois níveis de enunciação – discurso e história – que F. I. Fonseca tomou para explicar a organização do sistema verbal do português (cf. Fonseca, 1994). Maes não se refere em nenhum momento a essa divisão, apenas às ideias de K. Bühler sobre o campo deictico da linguagem, base tanto da sua proposta como da de Benveniste.

⁶ Nessa medida, a proposta de Maes dá um passo em frente relativamente à hipótese desenvolvida por Kleiber (1984, 1994), que se limita a constatar que a redefinição do valor deictico original que afecta os demonstrativos usados anaforicamente se traduz num apontar genérico e obrigatório para o contexto da enunciação dessas formas (procedimento que designa de *token reflexivité*) (cf. Pereira 2005a). É também relevante notar que a proposta de Maes introduz especificações fundamentais nas seguintes palavras de Lyons (1977: 670): «[a]naphora involves the transference of what are basically spatial notions to the temporal dimensions of the context-of-utterance and the interpretation of deictic location in terms of what may be called location in the universe of discourse» (itálico meu).

se traduz em diferentes usos das descrições demonstrativas, cada qual originando diferentes consequências pragmáticas sobre a forma como a informação é transmitida ao interlocutor (Maes, 1996: 138-139)⁷.

O uso mais básico das descrições demonstrativas que Maes identifica é o 'localizador'. De acordo com este autor, o uso localizador da descrição demonstrativa *deze N* (a que também se refere como *self referential use*) traduz-se na associação do referente ao domínio DRD. Neste caso, tal associação mostra ao interlocutor que o enunciador lida com o referente no momento da enunciação do próprio discurso, de tal forma que o próprio demonstrativo se pode substituir pela expressão *em questão neste texto / neste discurso*, devendo o referente ser pragmaticamente interpretado em função dessa associação (Maes, 1996:173)⁸. Esse uso é evidente no exemplo (3)⁹:

(3) *Er zijn dit jaar in dit land vierhonderdtwintig moorden gepleegd*
(Maes, 1996:140, itálico original).

(*este ano neste país quatrocentos e vinte assassinos foram julgadas*).

Por outro lado, Maes defende que a descrição demonstrativa *die N* associa o seu referente a ODR, isto é, a um domínio de referência não coincidente com o da enunciação. A propósito deste funcionamento, um dos usos localizadores que Maes identifica é o uso narrativo,

⁷ Ainda com base nas ideias de Bühler (1982), nomeadamente na assunção de que o campo deictico da linguagem humana é constituído pelos pontos de coordenação *eu, aqui e agora*, Maes propõe que cada um dos domínios de referência instituídos por um discurso é estruturado em determinados pontos de coordenação ou pontos de referência. Segundo Maes, DRD inclui os pontos *tempo, espaço, escritor/autor e discurso* [t, e, a, d]; o domínio referencial ODR inclui os pontos *tempo, espaço, leitor* [t, e, l]. Segundo Maes, quando o uso das descrições demonstrativas associa o referente com tempo, espaço e discurso (t, e, d), dá origem a um *uso localizador*; quando o uso das descrições demonstrativas associa o referente ao autor/escritor ou leitor (a/l) cria um *uso relacional*. Por limitações de espaço, não exploro a relevância da distinção entre os pontos de coordenação postulados por Maes, não obstante faça uso das noções relativas aos diferentes usos dos demonstrativos (veja-se a seguir no texto).

⁸ Segundo Maes, a forma demonstrativa associada com DRD constitui a classe básica dos demonstrativos, porque, entre outras razões, o DRD é o único domínio de referência que tem de ser obrigatoriamente pressuposto em qualquer texto; porque exprime essa associação em qualquer discurso; e ainda porque, nas línguas em que apenas existe uma versão das descrições demonstrativas na linguagem escrita, esta corresponde à forma de demonstrativo de *self-reference*.

⁹ Este exemplo é ambíguo por falta de informação contextual que permita esclarecer se o referente acedido está previamente presente no universo discursivo (caso de uso anafórico) ou se, pelo contrário, é introduzido nesse momento (caso de uso verdadeiramente deictico).

através do qual o referente é associado ao domínio de referência criado pelo conteúdo da narrativa¹⁰:

(4) Laatst keek ik naar het acht uur journaal. Daar werd melding gemaakt van een bezoek van premier Lubbers ann China. «Lubbers», zo zei de nieuwslezeres aan het eind van het bericht, «zat aan een groots banket. Met stokjes». En precies *op dat mement* zag je onze minister-president met stokjes eten (Maes, 1996: 158, itálico original).

(há algum tempo vi as notícias das 8. Havia uma reportagem sobre a visita do Primeiro Ministro Lubbers à China. «Lubbers», disse o jornalista no fim da reportagem, «foi convidado para um grande banquete. Com pauzinhos». E exactamente *nesse momento/naquele momento* podia ver-se o nosso Primeiro Ministro a comer com pauzinhos).

Para além do uso 'localizador', Mas defende que *deze N* e *die N*, cada qual dentro dos respectivos domínios de referência, podem assumir um uso 'relacional', novamente diferente em cada caso. Assim, sugere que *deze N* pode ser usado para marcar um valor relacional desigual entre o autor e o leitor (Maes, 1996: 173). Através da escolha deste demonstrativo, o autor deixa claro que é o seu ponto de vista que prevalece, o referente é por ele 'autoritariamente' descrito, perspectivado e avaliado, e o leitor é convidado a aceitar esse ponto de vista¹¹:

¹⁰ Para além deste uso diegético, Maes (1996) identifica um segundo uso da descrição demonstrativa *die N*, que designa de *factuat*.

(i) In de grote steden neemt *de luchtvervuiling*, toe. *Die luchtvervuiling* (i.e., de *luchtvervuiling die in de grote steden werkelijk toeslaat*), is het gevolg van wanbeleid (Maes, 1996:143, itálico original).

(nas grandes cidades a poluição atmosférica está a aumentar. *Essa poluição atmosférica* ! ? *Aquela poluição atmosférica* (i.e., a *poluição atmosférica que realmente atinge as grandes cidades*) é um resultado de má política).

Neste caso e segundo Maes, o demonstrativo sugere *factualidade* porque associa o referente ao domínio referencial constituído pelo 'mundo real' (Maes, 1996: 142).

Este uso não é alvo de atenção neste texto, que trata apenas do uso diegético, mas, a meu ver, a interpretação que o autor faz deste uso não é a mais correcta. Repare-se que, por exemplo, os usos narrativos, aos quais Maes opõe o uso factual, não são necessariamente ficcionais. Aliás, o exemplo (4), dado pelo autor, mostra-o convincentemente. Essa explicação passará, talvez, pela sobreposição dos dois níveis referenciais DRD e ODR nos discursos não narrativos, e está, como refere Oliveira (1988: 29) relacionada com questões de Tempo e de Aspecto. Parece-me igualmente interessante notar a dificuldade no uso da descrição *aquele N* na glosa do exemplo dado pelo autor. Este facto indica complexidade na distribuição das descrições demonstrativas nesse tipo de contextos em português, questão que procurarei explorar futuramente.

¹¹ O efeito de 'autoridade sobre o referente' que se consegue através do uso do demonstrativo no exemplo (5) é especialmente evidente ao ser reforçado pela estrutura parentética («como eu gostaria de chamar»).

(5) *Deze sprankelende wereld van passie, zoals ik dat zou willen noemen, is eigen aan de schrijver* (Maes, 1996:144, itálico original).
(*este resplandecente mundo de paixão, como eu gostaria de lhe chamar, é peculiar ao autor*).

Por outro lado, no domínio referencial ODR, o demonstrativo *die* N pode ser usado para assinalar um valor pragmático de igualdade relacional entre o locutor e o interlocutor, sendo o leitor levado a inferir que o referente está contido num universo referencial que o autor partilha com ele, acabando dessa forma por ser activamente envolvido na construção da interpretação¹²:

(6) *Die spanning van die twee werelden, begriip je.* (Maes, 1996:144, itálico original)
(*essa/aquela tensão dois dois mundos, tu compreendes/sabes*).

Os usos localizador e relacional das descrições demonstrativas, como o próprio autor reconhece,

«cannot and do not always have to be discriminated neatly. In fact, there are natural combinations between them which are often united within the same demonstrative occurrence. For example, notions such as *narrativity* (...) and *reader's appeal* (...), as well as *exposition on the spot* (...) and *unequal relational mode* (...) can be combined in the same demonstrative» (Maes, 1996: 150).

Na análise que sugiro para o funcionamento destas expressões nas narrativas em português, assumo que o uso relacional é, em cada caso, construído sobre o uso localizador básico, estando ambos valores sempre presentes em qualquer utilização destas formas linguísticas, muito embora o uso relacional possa ser destacado em função da intenção do locutor e do uso de expressões que ‘marcam’ a sua atitude relativamente ao referente, tal como nos exemplos (5) e (6), acima.

¹² Neste caso, o efeito pragmático de «igualdade relacional e apelo ao leitor» que se consegue através do uso do demonstrativo é especialmente evidente ao ser reforçado pela estrutura parentética «tu compreendes/sabes».

3. Descrições demonstrativas e domínios de referência em discurso narrativo em português

As noções de ‘domínios de referência’, de ‘diferentes usos em cada um desses domínios de referência’ e de ‘inferências pragmáticas associadas a cada um desses usos’ lançam, a meu ver, algumas das bases teóricas necessárias para o entendimento do funcionamento das descrições demonstrativas anafóricas no discurso narrativo em português.

Um primeiro indício dessa possibilidade é dado pela tradução dos exemplos originais de Maes, incluindo os apresentados neste texto. Essa tradução separa claramente a forma demonstrativa associada a DRD, correspondendo em português a utilizações do demonstrativo *este* N (cf. glosas dos exemplos 3 e 5), da forma demonstrativa associada a ODR, que corresponde em português às formas *esse* N e *aquele* N (cf. glosas dos exemplos 4 e 6)¹³. Em função destes factos, assumo que, em português, o demonstrativo *este* N funciona no discurso narrativo para associar o seu referente ao domínio referencial instituído pela enunciação da narrativa (DRD). Nesse caso, transmite-se a informação pragmática de que o que se diz sobre o referente recai sob a responsabilidade do narrador ‘enquanto enunciador do discurso’. O exemplo (7) ilustra esse uso:

(7) «No que ele se mostrava um barra sem igual era em puxar de rifões, uns a pêlo de conversa, outros sem propósito algum, como se terá observado do decorrer *desta história [na história que estou a contar]*» (Cervantes, 2000: 471, itálico meu).

Ainda em função dos dados acima evocados, assumo que, em discurso narrativo em português, *esse* N e *aquele* N associam os seus referentes a ODR, isto é, ao domínio referencial desenhado pela própria narrativa. O exemplo (8) ilustra essa dupla utilização:

(8) «Encheu-se de paciência e pôs-se a meter um pouco de rigor masculino *naquele juízo avariado*. Não havia feitiços. O povo, ignorante, é que acreditava *nesse e noutros disparates*» (Torga, 1999: 100, itálicos meus).

¹³ A mesma correspondência é regular entre os usos de demonstrativos de outras línguas e do português. É o caso, por exemplo, do inglês *this* e *that*, que correspondem a *este* e a *esse / aquele*, respectivamente.

A hipótese explicativa que assumo aqui para o funcionamento dos demonstrativos em uso anafórico encontra um importante respaldo na proposta de F. I. Fonseca sobre a distribuição do sistema verbal em português. Esta autora defende a existência de dois níveis básicos de enunciação e de dois sistemas verbais funcionais em cada um desses níveis:

«a distinção, no sistema verbal, entre tempos da narrativa e tempos do discurso corresponde à separação de duas séries de tempos que se opõem quanto ao modo de significar a relação temporal deíctica. Isto é, uma série de tempos que marcam uma relação temporal directa com um ponto de referência coincidente com a situação de enunciação e uma outra série de tempos que marcam uma relação temporal directa com um ponto de referência anterior ao do próprio enunciado e só se reportam pois, indirectamente, à situação de enunciação. A existência destes dois níveis básicos de enunciação e a correlativa determinação de duas séries de tempos dentro do sistema verbal parece-nos poder ser postulada como princípio geral» (Fonseca, 1994: 47-48).

Fonseca sugere, além disso, a obtenção de efeitos pragmáticos em cada uma dessas séries de tempos relacionados com valores de maior e de menor distanciamento em relação àquilo que se enuncia:

«A possibilidade de ‘desenraizamento’ relativamente às coordenadas enunciativas, característica da série inactual, permite ao sujeito falante marcar, utilizando-a, um maior distanciamento em relação àquilo que enuncia, um distanciamento, em suma, entre o enunciado e a enunciação» (*idem*: 55).

A proposta de análise que aqui apresento é paralela à de Fonseca porque assumo a existência de dois domínios de referência básicos evocados num discurso e proponho a existência de duas séries de demonstrativos correspondentes e de diferentes efeitos pragmáticos em cada caso. Todavia, a fusão das duas explicações não é possível por causa da noção de anáfora utilizada nos dois casos. Fonseca distingue o subsistema temporal deíctico, que ancora a referência no tempo de enunciação, de um segundo subsistema temporal, que designa de ‘anafórico’, que ancora a referência nos pontos de referência da narrativa, e classifica aquele de primário e este de secundário e intermediário relativamente ao tempo da enunciação. Na minha proposta, pelo contrário, não existe um sistema de demonstrativos só deícticos e outro só anafórico. Sendo verdade que ‘*este N*’ é o único demonstrativo

que opera ao nível do DRD, o domínio de referência deíctico criado pela enunciação do texto, pode, no entanto, aí referir deíctica e anaforicamente, acedendo a uma entidade nova (cf. a nota 9) ou previamente referida no discurso, respectivamente (cf. secção 1.; cf. Pereira, 2005 a,b).

3.1. *Os usos dos demonstrativos anafóricos esse N e aquele N em contexto narrativo e a noção de perspectiva de enunciação*

Qualquer narrativa institui a representação de um estado de coisas, a diegese propriamente dita, constituindo, na tipologia de Maes (1996), um domínio de referência de tipo ODR, que, neste tipo de discurso, é, claramente, o nível referencial principal (cf. Fonseca, 1994). Como já antes referido, a existência de três demonstrativos em português e, muito especificamente, a distribuição de *esse N* e de *aquele N* em ODR coloca um desafio claro à proposta de Maes, absolutamente dicotómica.

A variação que se observa no uso de *esse N* e de *aquele N* não é explicável através da postulação, para o português, de sub-domínios referenciais, para além dos postulados por Maes. Não é lógico pensar que o português (ou o espanhol, que também apresenta um sistema de três demonstrativos) se distinga das restantes línguas porque *esse N* ou *aquele N* associam o referente a domínios de referência não disponibilizados nas outras línguas¹⁴.

Assumindo precisamente que *esse N* e *aquele N* associam o seu referente ao mesmo domínio de referência (ODR), a dificuldade em explicar a natureza ternária do sistema de demonstrativos em português reduz-se, em minha opinião, à necessidade de complementar essa explicação com um segundo construto que esclareça a diferença no seu uso. Nesta secção, sugiro que, em contexto narrativo, o uso de *esse N* e de *aquele N* é diferenciado e diferenciável a partir da noção

¹⁴ Oliveira (1988: 42) também faz referência à maior complexidade no funcionamento das descrições demonstrativas anafóricas *esse N* e *aquele N* relativamente a *este N*: «O Português dispõe de um sistema mais complexo do que o de outras línguas e isso desencadeia algumas consequências, nomeadamente no que diz respeito a *esse* e a *aquele*, pois relativamente a estes a referência não parece ser tão obviamente directa como com *este*».

de *perspectiva de enunciação* ou *ponto de vista* com que a história é contada e, conseqüentemente, com que o referente é apresentado¹⁵.

Segundo Lintvelt (1981: 42), «[l]a perspective narrative concerne la perception du monde romanesque par un sujet-percepteur: narrateur ou acteur. La perception se définit comme 'action de connaître, de percevoir par l'esprit et les sens' (Larousse)». Evocando definições introduzidas por Genette, Lintvelt (1981: 29-30) especifica que a categoria 'perspectiva narrativa ou ponto de vista' diz respeito, portanto, à marcação, na narrativa, da informação sobre 'Quem vê? Qual é o personagem cujo ponto de vista orienta a narrativa', distinta da de 'Quem narra? Quem fala?'. Assim sendo, o narrador (que é quem conta a história) tem, no discurso narrativo e recorrendo à categoria 'ponto de vista ou perspectiva narrativa' a possibilidade de apresentar factos como sendo por ele percebidos ou, alternativamente, como percebidos por uma personagem. E Lintvelt (1981: 29-30) sublinha que, mesmo nas narrativas homodiegéticas, se deve manter a distinção funcional entre narrador e personagem. Isto é, mesmo nas narrativas em que o narrador é uma das personagens, existe marcação dos diferentes pontos de vista ou perspectivas de cada uma dessas instâncias.

Considero que em português *esse N* e *aquele N* servem, no discurso narrativo, precisamente a marcação linguística de diferentes pontos de vista de percepção da história, o que se traduz na associação dos referentes a valores pragmáticos distintos entre si e distintos ainda dos postulados por Maes (1996).

Mais especificamente, proponho que *esse N* é a forma que o narrador usa quando narra os factos a partir da perspectiva da personagem. Desta forma, o leitor pode inferir que o referente é apresentado tal como foi percebido pela personagem 'no momento em que o experimentou'. Creio que este efeito se aprecia no seguinte exemplo:

(9) «Resolvi evitar intimidades e ater-me ao isolamento próprio de quem, pobre e sem valimento, se encontra em terra hostil. *Nessa disposição de espírito* larguei a hospedaria e passei muitos meses, fugido a convívências e albergado, por preço módico, em casa de um guarda florestal» (Teixeira Gomes, 2002: 48, *italico meu*).

¹⁵ Aliás, a noção de perspectiva de enunciação / ponto de vista é também utilizada na explicação do uso de *este N*, embora, nesse caso, relativa à perspectiva criada pela enunciação do discurso, que é diferente da da narração da história aí (eventualmente) incluída.

Por sua vez, sugiro que *aquele* N é a forma que o narrador usa quando narra os factos através 'dos seus olhos de narrador', um ponto de vista que obtém exclusivamente da sua perspectiva de narrador alheio à história contada¹⁶. Desta forma, com o uso de *aquele* N no exemplo (10), o leitor pode inferir que o referente é apresentado pelo narrador 'enquanto observador alheio e *diseur*', que 'conta agora' algo 'vivenciado' por uma personagem 'num outro momento e num outro espaço':

(10) «Coei-me, pois, pouco a pouco à sua intimidade e Monsenhor mostrou-me a preciosíssima coleção de moedas e o álbum de estampilhas, franqueando-me ao mesmo tempo a sua biblioteca, herdada de um tio - *naquela família* tudo passava de tios a sobrinhos -...» (Teixeira Gomes, *idem*: 52, itálico meu).

A comparação da utilização das duas formas mostra que, através do uso de *esse* N, o narrador medeia a apresentação da história através da percepção das personagens, criando um efeito de aproximação aos factos representados e às vivências dessas personagens, enquanto, através da forma *aquele* N, o narrador marca um afastamento máximo face a esses factos e a essas vivências.

Creio, enfim, que o facto de, nos exemplos (9) e (10), o narrador ser homodiegético não tem qualquer interferência nos efeitos obtidos. Muito pelo contrário, parece-me que os efeitos pragmáticos a que me refiro são particularmente apreciáveis através do confronto do uso das duas formas nos dois casos, de que ressalta nitidamente a mudança de ponto de vista. Esses efeitos pragmáticos são especialmente evidentes no exemplo (10), em que, quando usa o demonstrativo, o narrador está claramente a abrir um parêntesis na narração dos factos 'por ele' vividos, portanto 'saindo momentaneamente da perspectiva de personagem', para se refugiar na 'perspectiva de narrador', servindo o uso do demonstrativo *aquele* N essa mudança de perspectiva momentânea.

Esta explicação para a escolha particular entre *esse* N e *aquele* N no domínio de referência representacional ODR abre caminho a postular que, através destas formas, o português disponibiliza aos seus utilizadores estratégias discursivas inexistentes nos sistemas binários de demonstrativos. Nessas outras realidades linguísticas, a obtenção dos efeitos pragmáticos que atribuo a estas formas linguísticas do

¹⁶ Muito provavelmente, esta forma demonstrativa é, por isso mesmo, o 'protó-tipo' de forma indexical narrativa.

português deverá, supostamente, ser conseguida através de outros recursos.

3.2. *O discurso indirecto como evidência das singularidades de funcionamento de **esse** N e de **aquele** N em discurso narrativo em português*

Um argumento que considero relevante para a análise que proponho para o funcionamento dos demonstrativos nominais anafóricos *esse* N e *aquele* N em discurso narrativo é dado pela observação do seu funcionamento na modalidade de discurso indirecto: os dados parecem confirmar que ambas unidades lexicais servem a obtenção dos efeitos pragmáticos acima descritos.

O discurso indirecto é a reprodução de um segmento discursivo (um enunciado ou um pensamento) que representa um determinado estado de coisas e que está contido no discurso que representa o estado de coisas, digamos, principal (Reyes, 1993, 1996). No quadro da teoria de Maes (1996), o discurso indirecto traduz-se, portanto, no estabelecimento de um segundo domínio de referência representacional, mais especificamente, num ODR2, dentro de ODR1¹⁷: em ODR1, o narrador narra os eventos protagonizados por personagens num determinado espaço e tempo, e, dentro dessa narração, inclui o relato de discursos que representam outros estados de coisas, que podem (ou não) ser da responsabilidade dos mesmos locutores (i.e., das personagens) e estar situados num tempo e num espaço que podem (ou não) ser os da narrativa principal¹⁸. O seguinte exemplo de uso do discurso indirecto ilustra a configuração de um domínio de referência ODR2 em ODR1:

(11) «Naquela manhã, com hilos e andorinhas a sarabandar bêbados de sol em torno do morrião da Sé, havendo cortado a direito pelo caminho mais curto, apenas deu cinco minutos de cavaco ao Cabanilhas, que lhe saiu com *a novidade, trombeteada nas gazetas, do jesuíta em Espanha que tinha fugido com a mulher de um alcaide...*» (A. Ribeiro, 2002: 136, itálico meu).

¹⁷ Maes (1996: 141, nota 3) refere (mas não especifica) a possibilidade de existência de diferentes ODR no discurso narrativo.

¹⁸ O discurso directo, que Maes não refere, é uma modalidade enunciativa da responsabilidade das personagens que naturalmente também faz parte do domínio de referência ORD1, constituindo um DRD2 dentro desse domínio de referência.

Neste momento da história, o narrador está a narrar os eventos protagonizados por um padre de aldeia num determinado espaço e tempo – i.e., está no quadro de um ODR1 –, e, dentro dessa narração, inclui o relato do discurso do Cabanilhas, a itálico no excerto. Esse discurso relatado representa um estado de coisas que sucedeu a personagens situadas numa linha espaço-temporal alheia à de ODR1. Este exemplo é, por isso, um caso claro de evocação de dois domínios representacionais, dois domínios de tipo ODR.

Em função do que propus na secção 3.1, o reconhecimento de que o discurso indirecto institui um domínio de referência de tipo ODR permite prever que nesta modalidade discursiva predominem os demonstrativos *esse N* e *aquele N*, previsão que se confirma com base em estudos que descrevem o funcionamento do discurso indirecto em português (Isabel Margarida Duarte, c.p.)¹⁹. Além disso, é igualmente previsível que, também no discurso indirecto, essa associação não seja feita ao acaso, i.e., é de prever que a distribuição de *esse N* e de *aquele N* dê origem, em ODR2, às mesmas consequências pragmáticas que em ODR1. Ao longo desta secção procuro mostrar que estas previsões se confirmam.

Uma das propriedades em que se distinguem os três tipos de discurso indirecto – discurso indirecto propriamente dito, discurso quase indirecto e discurso indirecto livre – é a medida em que o narrador se identifica ou não com a perspectiva da personagem-locutor.

Segundo Reyes, a modalidade de discurso indirecto propriamente dito é a forma em que o narrador mais se distancia do conteúdo do discurso que relata. Através da sintaxe desta modalidade do discurso indirecto – uma oração subordinada que introduz o discurso relatado e marcas temporais e deicticas que remetem para a enunciação original –, o narrador «faz falar» o locutor original e atribui-lhe a responsabilidade sobre o que é dito²⁰.

¹⁹ Com efeito, uma das propriedades distintivas do discurso indirecto é o uso particular das expressões deicticas, incluindo, naturalmente, o uso dos demonstrativos (Reyes, 1993).

²⁰ Nessa medida, o exemplo (11) não é um exemplo canónico de discurso indirecto porque não faz uso de uma estrutura sintáctica de subordinação frásica, mas sim de uma estrutura de complementação verbal nominal preposicionada: «(...) lhe saiu com a novidade, trombeteada nas gazetas, do jesuíta em Espanha que tinha fugido com a mulher de um alcaide»... i.e., que lhe contou que um jesuíta em Espanha tinha fugido com a mulher de um alcaide.

Por outro lado, através do discurso quase indirecto e do discurso indirecto livre, o narrador ora se subtrai à responsabilidade sobre o conteúdo que relata ora se funde com a perspectiva da personagem-locutor (Reyes, 1993, 1996).

A sintaxe do discurso quase indirecto caracteriza-se pelo apagamento ou abandono das marcas de introdução de discurso indirecto, por uma adaptação desse segmento às marcas deícticas da enunciação do narrador e pela inexistência de expressões da autoria do falante citado, factos que atenuam muito consideravelmente os sinais de citação (Reyes, 1996: 21). Isto é, através do discurso quase indirecto, o narrador relata discurso alheio, sem contudo indicar que o está a fazer. Por tudo isto, o discurso quase indirecto é uma modalidade de citação de um discurso de um outro locutor que não parece citação, *es decir, se trata de enunciados en que el hablante parece hacer aserciones, pero no las hace, o no las hace del todo, sino que expresa el punto de vista de otra persona* (Reyes, 1996: 17). Nestes casos, o narrador não afirma nada, limita-se a repetir o que outros afirmam, e mantém assim o seu afastamento do conteúdo do que relata. O contexto é a única fonte de desambiguação possível, dado que contém sempre *la mención de un acto de habla que cumple la función de fuente implícita o explícita* (Reyes, 1996: 20).

No entanto, segundo Reyes, o discurso quase indirecto serve também muito frequentemente para que o narrador conte algo que outros dizem e, simultaneamente, para que ele próprio se funda com essa perspectiva, assumindo-a como se fosse sua. Através do discurso quase indirecto, este pode apropriar-se do sistema conceptual alheio (ponto de vista, pensamento ou voz) e tornar seu esse sistema: *en estos casos, hay fusión, no distanciamiento, entre o falante y la proposición citada, y es difícil decidir si se trata realmente de pseudoaserciones [declarações em que o falante transmite proposições cuja verdade não assume], porque no sabemos bien hasta qué punto el hablante ha adoptado como propio el pensamiento ajeno* (Reyes, 1996: 23).

Tal como o discurso quase indirecto, o discurso indirecto livre caracteriza-se por não explicitar marcas de subordinação e é uma técnica literária em que o narrador relata um discurso no passado e em terceira pessoa, utilizando frequentemente referências deícticas temporais e espaciais 'da personagem'. Diferentemente do discurso quase indirecto, o objectivo central do discurso indirecto livre é o de mostrar a consciência que experimenta e não o de representar o discurso que eventualmente dá origem a esse estado de coisas, mas, tal como o discurso quase indirecto, o discurso indirecto livre também

serve para marcar fusão ou distanciamento de pontos de vista do narrador e das personagens citadas (Reyes, 1996: 21).

A meu ver, e atendendo à análise da distribuição dos demonstrativos *esse* N e *aquela* N em discurso narrativo que levei a cabo na secção anterior, esta caracterização das modalidades do discurso indirecto permite prever uma distribuição complementar destas formas demonstrativas nestas modalidades discursivas, conforme o narrador assumia ou não a perspectiva da personagem.

Assim, o discurso indirecto propriamente dito – aquele em que o narrador mais se distancia e desresponsabiliza do conteúdo do que relata – caracterizar-se-ia predominantemente pelo uso da forma *aquela* N – forma que, como se viu, marca o maior distanciamento entre o narrador e o referente. A meu ver, o seguinte exemplo ilustra esta situação (veja-se também o exemplo (11)):

(12) «Encontrou Roque Guinart os quadrilheiros no local que lhes marcara, entre eles D. Quixote, montado no Rocinante, fazendo-lhes uma prática a querê-los persuadir de que deviam deixar *aquela modo de vida*, tão perigoso para a alma como para o corpo» (Cervantes, 2000: 760, *italico meu*).

Não quero, contudo, com isto defender que não haja utilização do demonstrativo *esse* N em discurso indirecto, apenas que, com a caracterização que foi feita do discurso indirecto e de acordo com o que antes expus, o uso de *aquela* N deverá ser sentido como o mais ‘canónico’. Na versão abaixo, em que substituí *aquela* por *esse*, nota-se a mudança de perspectiva e a conseqüente aproximação do narrador ao conteúdo da narração através do ponto de vista das personagens. Não me parece, inclusivamente, exagerado afirmar que, nesta versão, a utilização de *esse* torna o leitor mais próximo do ‘discurso directo original’ de D. Quixote, portanto mais próximo da perspectiva desta personagem:

(12a) Encontrou Roque Guinart os quadrilheiros no local que lhes marcara, entre eles D. Quixote, montado no Rocinante, fazendo-lhes uma prática a querê-los persuadir de que deviam deixar *esse modo de vida*, tão perigoso para a alma como para o corpo.

Nas formas de discurso quase indirecto e indirecto livre dar-se-iam as seguintes situações, com os conseqüentes efeitos pragmáticos: nos casos em que o narrador se distancia do conteúdo do que relata, utilizar-se-ia a forma *aquela* N; nos casos em que o narrador relata o

sucedido do ponto de vista das personagens citadas, assumindo-o, utilizar-se-ia a forma *esse N*. Julgo que estes efeitos se observam muito claramente comparando o seguinte par de enunciados, o primeiro original (já antes introduzido como (8)) e o segundo adaptado:

(13) «Encheu-se de paciência e pôs-se a meter um pouco de rigor masculino naquele juízo avariado. Não havia feitiços. O povo, ignorante, é que acreditava *nesse* e noutros *disparates*» (Torga, 1999: 100, *italico meu*).

(13a) Encheu-se de paciência e pôs-se a meter um pouco de rigor masculino naquele juízo avariado. Não havia feitiços. O povo, ignorante, é que acreditava *naquele* e noutros *disparates*.

Trata-se de um exemplo de discurso quase indirecto, e o enunciado *Encheu-se de paciência e pôs-se a meter um pouco de rigor masculino naquele juízo avariado* parece, de facto, funcionar como *la mención de un acto de habla que cumple la función de fuente implícita o explícita* (Reyes, 1996: 20). No exemplo original, através do enunciado *Não havia feitiços. O povo, ignorante, é que acreditava nesse e noutros disparates*, o narrador relata um discurso de outro locutor e, efectivamente, parece «fundir-se» ou pelo menos aproximar-se dessa perspectiva; conseqüentemente, o leitor percebe esse discurso através da personagem que o pronunciou. Por outro lado, na versão adaptada, o efeito não é o mesmo. Nesse caso, o narrador mantém a mesma perspectiva de enunciação ao longo de todo o excerto, e o locutor percebe que o discurso é relatado através dessa perspectiva única. Parece-me inegável que a diferença entre estas interpretações reside no uso das duas expressões demonstrativas. A este efeito, o exemplo (13) é, na verdade, duplamente interessante porque a passagem do uso de *aquele N*, na primeira frase, para *esse N*, na terceira, marca exactamente a passagem de uma perspectiva obtida pelo narrador «enquanto narrador», exterior à vivência da personagem, para uma perspectiva muito mais intimista e próxima da personagem e da situação vivida.

Resumindo, considero que a observação do funcionamento dos demonstrativos *esse N* e *aquele N* em discurso indirecto fundamenta as hipóteses sobre a função pragmática destes demonstrativos sugeridas na secção 3.2., porque mostra que esses elementos linguísticos servem diferentes formas de enunciação, ora aproximando ora afastando o referente do ponto de vista da personagem responsável pelo discurso relatado. Por isso, da observação desse funcionamento emerge a hipótese de que, no contexto particular do uso de *esse N* e de *aquele N* nas modalidades de discurso indirecto livre ou quase indirecto, estas

formas sejam a estratégia linguística que mais decisivamente contribui para os efeitos de adopção ou não do ponto de vista da personagem e de aproximação ou afastamento do narrador que Reyes (1993, 1996) identifica como propriedades flutuantes destas duas modalidades de discurso relatado.

4. Considerações finais

A explicação que proponho para o funcionamento das descrições demonstrativas anafóricas em português coloca em evidência um «valor escalar» no seu uso na narrativa, a seguir esquematizado:

<i>este N</i>	<i>esse N</i>	<i>aquele N</i>
em DDR: marca uma aproximação máxima e responsabilização do narrador sobre o referente.	em ODR: marca uma aproximação do narrador ao referente mediada pela percepção da personagem.	em ODR: marca um afastamento máximo e desresponsabilização do narrador sobre o referente.

Através do uso de *este N*, o referente é associado ao DRD, assinalando, dessa forma, que aquilo que é dito sobre o referente deve ser atribuído à responsabilidade do narrador; enquanto, através do uso de *esse N* e de *aquele N*, o referente é associado ao domínio ODR, ao conteúdo da história narrada. Nestes casos, o referente distancia-se da responsabilidade do narrador, embora, através do uso de *esse N*, o narrador se lhe aproxime um pouco mais que através do uso de *aquele N* porque se situa na perspectiva da personagem.

Tal como a caracterizei (e tal como sugerido por Maes (1996)), a distribuição das descrições demonstrativas em contexto narrativo resulta da redefinição dos valores indexicais originais desses elementos. Esse 'apontar' pragmático anafórico continua, na realidade, a ser feito em função de noções de 'distância', embora, neste contexto, relativamente ao acto de enunciação e ao narrador, e em função dos domínios de referência aí instituídos e das perspectivas assumidas.

A referência a Oliveira (1988), que apresentou a primeira análise do funcionamento anafórico do sistema português de descrições demonstrativas, é ainda relevante porque essa autora faz referência à sua natureza escalar. Aliás, as reflexões desta autora acerca do funcionamento dos demonstrativos anafóricos do português têm muitos

pontos em comum com a teoria de Maes (1996), que apresentei na seção 2. Para além de também sugerir que a explicação para essa variação passa por uma redefinição do sentido indexical básico codificado na semântica dos marcadores demonstrativos, Oliveira intui que essa variação se traduz em diferentes e relevantes consequências pragmáticas sobre a forma como a informação é transmitida:

«Desta forma, não se dirá que os demonstrativos são ambíguos consoante o contexto em que surgem, o discursivo (endofórico) ou o espacio-temporal (exofórico), mas que o mesmo princípio está subjacente às diferentes formas de referir, organizadas, muito provavelmente, de forma escalar» (Oliveira, 1988: 40).

Em particular, Oliveira sugere que cada uma das três formas demonstrativas dá ao interlocutor uma indicação diferente quanto à possibilidade de fixar o referente a partir de uma qualquer referência prévia no contexto de enunciação (universo do discurso), *em função da avaliação que o locutor faz dos conhecimentos daquele [interlocutor] em cada caso concreto* (Oliveira, 1988: 43). Para esta autora, o locutor usa *este N* para indicar ao interlocutor que procure o referente apenas no contexto de enunciação, enquanto a opção por *esse N* ou por *aquele N* resulta da percepção do locutor de que a informação contida no contexto de enunciação não é suficiente para que o seu interlocutor fixe o referente pretendido. Segundo esta autora, *esse N* e *aquele N* dão, por isso mesmo, instruções progressivamente mais fortes para que o interlocutor active a informação necessária num âmbito exterior ao próprio contexto de enunciação, entre os seus conhecimentos do mundo ou na sua memória, envolvendo-o assim e cada vez mais na resolução do processo anafórico (pp. 34-40).

A hipótese explicativa assumida e desenvolvida no presente trabalho mostrou, no entanto, que as intuições de Oliveira, embora válidas, não são suficientes para explicar o funcionamento das descrições demonstrativas em contextos narrativos em português. Com efeito, a explicação de Oliveira para o uso dessas expressões encontra essencialmente eco na noção de *modos relacionais iguais* proposta por Maes.

Enfim, em meu entender, é a finalidade de obter (ainda que inconscientemente) as diferentes inferências pragmáticas referidas que determina a escolha de uma das três formas *este N*, *esse N* ou *aquele N* no discurso narrativo. Em consequência, sugiro que essa é a *função enunciativa* que as descrições demonstrativas anafóricas desempenham neste tipo de discurso.

Bibliografia

- BÜHLER, K., 1967. *Teoria del Language*. Madrid: Revista de Occidente.
- BÜHLER, K., 1982. «The deictic field of language and deictic words». In R. J. Jarvella & W. Klein (eds.). *Speech, Place and Action. Studies in Deixis and Related Topics*. Chichester: John Wiley and Sons Ltd. (9-30).
- CARVALHO, J. Herculando de. 1984. *Teoria da Linguagem. Natureza do fenómeno linguístico e a análise das línguas*. Coimbra: Coimbra Editora.
- CORNISH, F., 1999. *Anaphora, Discourse and Understanding. Evidence from English and French*. Oxford: Oxford University Press.
- EGUREN, L., 1998. «Pronombres y adverbios demostrativos. Las relaciones deicticas». In I. Bosque & V. Demonte (orgs.) *Nueva Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa-Calpe.
- FONSECA, F. I., 1994. *Gramática e Pragmática. Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*. Porto: Porto Editora.
- HALLIDAY, M. A. K. & R. Hasan, 1976. *Cohesion in English*. London: Longman Group Ltd.
- HALLIDAY, M. A. K., 1994. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold.
- KLEIBER, G., 1994. *Anaphores et Pronoms*. Louvain-la-Neuve: Duculot, Champs Linguistiques.
- LINTVELT, J., 1981. *Essay de Typologie Narrative: le «point de vue»*. Théorie et analyse. Paris: Librairie José Corti.
- LYONS, J., 1977. *Semantics, II*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MAES, A., 1996. *Nominal Anaphors, Markedness and the Coherence of Discourse*. Leuven: Peeters.
- MIRA MATEUS, M. H. et al., 2003. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- OLIVEIRA, F., 1988. *Relações Anafóricas: Algumas Questões*. Estudo para discussão como prova complementar de Doutoramento em Linguística Portuguesa. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- PEREIRA, I. S. P., 2005a. «A referência anafórica discursiva: um processo cognitivo linguisticamente (pré-)configurado». In I. Duarte & I. Leiria (orgs). *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Colibri. (267-278).
- PEREIRA, I. S. P., 2005b. «Para uma caracterização cognitiva do processo de resolução anafórica discursiva». In *Revista Portuguesa de Humanidades*, 9. (51-57).
- PEREIRA, I. S. P., 2005c. «Sobre os demonstrativos anafóricos discursivos em português: domínios de referência e perspectivas de enunciação». In M. Gonçalves, A. S. Silva, J. Coutinho, J. C. Martins & M. J. Ferreira (orgs). *Gramática e Humanismo. Actas do Colóquio de Homenagem a Amadeu Torres*. Braga: Alet-heia. (567-78).

- PEREIRA, I. S. P., em preparação. *A compreensão da referência nominal: da competência dos alunos às práticas educativas do 1.º Ciclo de escolaridade (título provisório)*.
- REYES, G., 2002. *Los Procedimientos de Cita: estilo directo y estilo indirecto*. Madrid: Arco Libros. 3.ª edição.
- REYES, G., 1996. *Los Procedimientos de Cita: citas encubiertas y ecos*. Madrid: Arco Libros. 2.ª edição.
- SCHLEPPEGRELL, M. J., 2004. *The Language of Schooling. A Functional Linguistics Perspective*. Lawrence Erlbaum Associates: Mahwah, New Jersey.

Referência das obras citadas:

- ANTONIOU, E. et al., 1994. *Enciclopédia da Ciência*. Vol. 4. Lisboa: Verbo.
- CERVANTES, M., 2000. *D. Quixote de la Mancha*. Lisboa: Bertrand.
- TORGA, M., 1999. «O bruxedo». In *Contos*. Lisboa: D. Quixote.(169-172).
- RIBEIRO, A., 2003. «A imagem de Nossa Senhora». In J. de Melo (org.). *Antologia do Conto Português*. Lisboa: D. Quixote. 2.ª edição. (133-141).
- TEIXEIRA GOMES, M., 2002. «Gente singular». In *Ficções (Revista de contos de comer)*. Lisboa: Tinta Permanente. (27-62).

Um Estudo Acústico das Vogais Madeirenses /a/, /i/ e /u/

Parte I – Preparação e Metodologia

HELENA REBELO

(Universidade da Madeira)

TIAGO FREITAS

(Instituto de Linguística Teórica e Computacional)

Résumé

Le portugais parlé à l'Archipel de Madère a attiré l'attention de bien de chercheurs, surtout depuis la fin du XIX^{ème} siècle. Il semble que se soit le système vocalique qui comporte plus de spécificités. C'est ce que nous avons voulu tester acoustiquement avec le logiciel *Speech Station 2* pour trois voyelles en particulier.

La description de l'étude que nous menons est divisée en deux parties: premièrement, cet article sur la préparation et la méthodologie et, deuxièmement, un second, à publier plus tard, avec les résultats de l'étude. Pour le moment, nous nous proposons de présenter le travail que nous développerons concernant les voyelles /a/, /i/ et /u/, en mentionnant les diverses étapes de la recherche encore en court. Puis, par la suite, il s'agira de connaître les résultats qui seront analysés.

Palavras-chave: Vogais, Fonética, Dialectologia, Arquipélago da Madeira, Acústica, *Speech Station 2*.

1. Preparação e Metodologia

Os estudos com incidência no português falado no Arquipélago da Madeira têm sido vários até o momento¹. Todavia, os que se debruçaram sobre as especificidades acústicas são reduzidos. O conhecimento exacto que se tem das vogais madeirenses, essencialmente das

¹ Ver, por exemplo, o levantamento proposto por Jorge Torres (Torres, 1995).

orais acentuadas², permite pensar que, dentro do sistema, /a/, /i/ e /u/ não corresponderão às realizações típicas da variedade-padrão.

O objectivo de analisar acusticamente o comportamento destes sons advém de tal constatação. Confirmar-se-á esta ideia? No português falado na Região Autónoma da Madeira (RAM), as vogais /a/, /i/ e /u/ ocuparão o lugar previsto no triângulo acústico do português-padrão³? O que as distinguirá das realizações-padrão a nível acústico? É em torno destas e de outras questões, delas derivadas, que se desenvolve este estudo.

A investigação consiste na aplicação de um questionário⁴ (cf. Anexo 2) a cinco falantes nativos adultos – três de sexo masculino e dois de sexo feminino – com poucos ou nenhuns contactos exteriores à RAM, com uma formação escolar reduzida e com uma dentição completa. Foram escolhidos aleatoriamente dentro de um conjunto populacional bastante vasto. Dos seleccionados, excluiu-se, à partida, um informante por não ter uma produção homogénea, visto encontrar-se consideravelmente estilizada. Além do mais, este informante, contrariamente ao esperado, tinha vivido durante alguns anos numa ilha açoriana. Foi necessário encontrar outro informante masculino. Aquando da audição das gravações, verificámos que a situação ocorria novamente com uma das informantes, acabando por não ter sido possível substituí-la. Assim sendo, os resultados iniciais reportar-se-ão a apenas três informantes: dois masculinos e uma feminina.

Neste momento, está prevista a realização de uma sessão de gravação adicional, num estúdio de rádio, onde pretendemos recolher a fala de três informantes, desta feita duas femininas e um masculino, de modo a que a análise final possa contemplar ao todo seis falantes,

² Cf. a tese de doutoramento inédita *O falar do Porto Santo. Contribuição para o estudo do vocalismo e algumas considerações sobre o consonantismo* (Rebelo, 2005). A metodologia que seguimos retoma, parcialmente, a desenvolvida nesta dissertação.

³ Para a variedade-padrão, tivemos em conta, no geral, os trabalhos de Maria Raquel Delgado Martins, essencialmente *Fonética do português. Trinta anos de investigação e ouvir falar. Introdução à fonética do português*, e a dissertação de Amália Andrade, *Um estudo experimental das vogais anteriores e recuadas em português. Implicações para a teoria dos traços distintivos*.

⁴ O questionário preconcebido permite conseguir respostas bastante claras e espontâneas, facilitando, posteriormente, a análise, visto ser solicitada a repetição da forma que se pretende obter. Cria-se com o informante um diálogo em torno das questões que o leva a sentir-se à vontade, numa situação de comunicação, onde ele se destaca.

três de cada sexo. Julgamos que esta recolha será suficientemente representativa da variedade diatópica a estudar.

A preparação do questionário teve em conta formas antecipadamente previstas (cf. Anexo 1), onde se esperariam realizações das vogais orais acentuadas e não acentuadas sobre cujo espectro recairia a análise. Foram seleccionadas treze formas para cada vogal, tendo, além disso, /a/ sido analisada a par de /α/, por esta possivelmente ocorrer em contexto de proximidade de /u/ ⁵. Não considerando este último caso, os contextos foram variados, estando tanto em sílaba aberta como fechada os sons a estudar. A finalidade da aplicação do questionário consistia em obter duas vezes a forma pretendida, no sentido de analisar acusticamente uma delas, ou melhor, a vogal acentuada ou as átonas destas.

Estipulámos realizar as gravações no mesmo dia e, por razões diversas, ocorreram em dois consecutivos, tendo sido efectuadas num espaço delimitado e cujo ruído ambiente era insignificante. Foram obtidas em formato digital, com uma resolução de 16 bits e uma banda de frequências até aos 22.050 Hz. Para tal, foi usado o programa *n-Track Studio*, versão 3, com recurso a uma placa de som externa *Digi-design Mbox* e a um microfone DPA 4066.

Conservaram-se os respectivos ficheiros sonoros que se segmentaram em ficheiros WAV, no sentido de isolar as noventa e uma formas que constam do anexo 1, intitulado listagem para o questionário. Por razões técnicas, não acompanham a publicação. *A posteriori*, cada ficheiro WAV tem sido ouvido e observado através do programa de análise de voz *Speech Station 2*. Os dados de cada audição-observação são apontados para confronto e discussão.

Recolhidos os dados, o seu tratamento exige particular atenção por parte dos dois investigadores. Estando ainda a decorrer a fase da análise, e prevendo-se uma outra de gravações de reforço, os resultados de toda a pesquisa serão facultados, como se explicou acima, num segundo artigo a publicar brevemente.

⁵ Cf. «Açores e Madeira: autonomia e coesão dialechis» (Cruz e Saramago, 1999: 720-721).

Bibliografia

- ANDRADE, Amália, 1987. *Um estudo experimental das vogais anteriores e recuadas em português. Implicações para a teoria dos traços distintivos*, dissertação em Linguística Portuguesa para acesso à categoria de Investigador Auxiliar, Lisboa, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- CRUZ, Maria Luísa Segura da e, SARAMAGO, João (Centro de Linguística da Universidade de Lisboa), 1999. «Açores e Madeira: autonomia e coesão dialectais» in Lindley Cintra. *Homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*, Isabel Hub Faria (org.), Lisboa, Edições Cosmos – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, (pp. 707-738).
- MARTINS, Maria Raquel Delgado, 2002. *Fonética do português. Trinta anos de investigação*, Lisboa, Caminho.
- MARTINS, Maria Raquel Delgado, 1998. *Ouvir falar. Introdução à fonética do português*, Lisboa, Caminho.
- REBELO, Helena, 2005. *O falar do Porto Santo. Contribuição para o estudo do vocabulário e algumas considerações sobre o consonantismo*, dissertação inédita, apresentada à Universidade da Madeira.
- TORRES, Jorge, 1995. *Para uma bibliografia madeirense. Cultura tradicional*, Funchal, Secretaria Regional de Educação.

ANEXO 1
LISTAGEM PARA O QUESTIONÁRIO
Vocalismo oral acentuado e não acentuado

	/i/	/a/	/ɑ/	/u/	/i/	/a/	/u/
1	dia	toalha	saco	solução	cinema	padeiro	morada
2	figo	mar	galo	crua	pimpinela	talheres* ⁶	músculo
3	sítio	casa	chicharro	caramujo	cimento	madame*	torrada
4	filho	pata	barco	tudo	silêncio	camião*	comunicação
5	filha	barba	alho	muro	Lisboa	canhão*	coração
6	pico	saca	arado	chuva	música	taxista	colar
7	missa	cal	carro	uva	plácido	placard	Coral
8	vila	má	cacho	burro	médico	Aveiro	fotografia
9	isto	alface	sapato	lua	táxi	amanhã	lotaria
10	grilo	lapa	pato	escudo	júri	sacristão	futebol
11	figado	catre	buraco	azul	autêntico	salmão	girândola
12	mil	mal	salto	sul	silvado	Setúbal	pulseira
13	til	sal	assalto	multa	fácil	palmada	cônsul

Legenda: Constan desta listagem 91 formas que serão objecto de análise através de espectrogramas conseguidos por meio do programa *Speech Station 2*. Interessarão, exclusivamente, as vogais que se indicam na parte cimeira de cada coluna.

⁶ No Arquipélago da Madeira, [a] é uma realização frequente nestas formas assinaladas com*.

ANEXO 2

QUESTIONÁRIO

VOCALISMO ORAL ACENTUADO

/i/

- 1 - Depois da noite, o que vem?
- 2 - Qual é o fruto da figueira?
- 3 - Qual o nome que se dá a um «lugar» grande, por exemplo, Campo de Baixo, Camacha, Dragoal?
- 4 - Quando um casal tem um bebé, o que é que se diz que os pais têm?
- 5 - E quando é uma rapariga, como se diz?
- 6 - Como se chama a um monte na Madeira, por exemplo o do Areeiro?
- 7 - Ao domingo, na igreja, o que celebra o padre?
- 8 - Que nome tem a cidade do Porto Santo? E se lhe tirasse «Baleira», como ficava?
- 9 - Quando eu aponto para um objecto que está longe, digo «aquilo». O que se diz quando se aponta para um que está perto?
- 10 - Qual o bicho que faz gri-gri-gri-gri?
- 11 - Como se chama o órgão escuro do qual se fazem iscas?
- 12 - Quanto é quinhentos mais quinhentos?
- 13 - Como se chama uma das árvores mais conhecidas da Laurissilva, que também dá nome a uma famosa rua do Funchal?

/a/

- 1 - Quando nos lavamos, limpamo-nos a um pano. Que nome tem?
- 2 - Quando está calor, aqui na Madeira, vamos dar um mergulho onde?
- 3 - Quem casa, quer ... o quê?
- 4 - Os cães não têm pernas, dizemos que têm o quê?
- 5 - O bigode é por cima da boca e, no queixo e pela face, o que têm alguns homens?
- 6 - Quando se compram muitos quilos de sementes, batatas, como se chama o que as envolve?
- 7 - Antigamente usávamos uma massa para pintar as paredes de branco. Como se chama essa massa?
- 8 - O contrário de «boa» é o quê?

- 9 - Para fazer uma salada, compra-se uma hortaliça com folhas verdes. O que é?
- 10 - Qual é o marisco que se apanha quando a maré está baixa e que está sempre pregado à rocha?
- 11 - Diz-se «cama», tanto ao colchão, ao enxergão, como à armação, mas também se pode dizer de outra forma. Como se pode dizer?
- 12 - Qual é o contrário de «bem»?
- 13 - Que nome se dá às pedrinhas brancas que se põem na comida para ficar saborosa?

/α/

- 1 - Quando vamos ao supermercado, trazemos as compras em quê?
- 2 - Qual é o macho da galinha?
- 3 - Antigamente, na Madeira, as pessoas comiam muito um peixe que era barato. Qual era?
- 4 - O Lobo Marinho, assim como, por exemplo, o Maria Cristina, é o quê?
- 5 - Quando queremos fazer um refogado, além do azeite, podemos pôr cebola e podemos pôr um dente de quê?
- 6 - Antigamente, lavrava-se o campo com vacas e um instrumento para abrir regos. Como se chamava este instrumento substituído por tractores?
- 7 - Que outro nome se dá a um automóvel?
- 8 - O que se colhe na vinha e é um conjunto de vários bagos?
- 9 - Depois da meia, o que se põe no pé para andar?
- 10 - Há uma ave, normalmente branca, que anda na água, mas que se pode juntar às galinhas, aos perus e aos gansos e que também se pode comer, dá um arroz famoso. Como se chama?
- 11 - Uma estrada muito antiga e mal cuidada pode ter desníveis onde se pode furar um pneu. Que nome se dá a esse desnível que pode ser grande ou pequeno?
- 12 - Que outro nome se dá ao tacão de um sapato?
- 13 - Quando os ladrões vêm roubar uma casa com pistolas, o que se diz que vêm fazer?

/u/

- 1 - Quando fazemos (imitar), dizemos que temos? E quando é só um?
- 2 - A carne antes de ser cozinhada, está como?
- 3 - Há um bichinho que se come com um alfinete, depois de cozido. O que é?
- 4 - O contrário de «nada» é o quê?
- 5 - Que outro nome se dá a uma parede?

- 6 - Como se chamam os pingos que caem quando chove?
- 7 - Para fazer vinho é preciso o quê?
- 8 - No Porto Santo, usa-se a palavra «jerico». O que é um «jerico»?
- 9 - No céu, o sol dá lugar a quê, durante a noite?
- 10 - O euro veio substituir que moeda portuguesa?
- 11 - Quando está bom tempo, dizemos que o céu está de que cor?
- 12 - Quais são os pontos cardeais?
- 13 - Quando um automóvel está mal estacionado, a polícia vem e passa o quê?

VOCALISMO ORAL NÃO ACENTUADO

/i/

- 1 - Como se chama a sala de espectáculos onde se vêem filmes?
- 2 - Que nome se dá ao legume, de casca verde e com picos, que cresce numa trepadeira e que se usa muito para a sopa?
- 3 - As tijoleiras das casas são feitas com uma massa cinzenta. Que nome que se dá a essa massa que se mistura com água para colar melhor?
- 4 - Quando não há barulho, ruídos, há o quê?
- 5 - Como se chama a capital de Portugal?
- 6 - Para dançar é preciso o quê, além do par?
- 7 - Há um nome de homem que também pode querer dizer uma pessoa muito calma. É também o primeiro nome de um cantor de ópera muito famoso. Qual é?
- 8 - Como se chama a pessoa que trata dos doentes?
- 9 - Quando não temos carro e vamos às compras, para regressar a casa apanhamos o quê?
- 10 - Num concurso, pode haver um conjunto de pessoas que dá classificações. Como se chama este conjunto de pessoas?
- 11 - Um sinónimo de «genuíno» pode ser
- 12 - As amoras selvagens são colhidas no
- 13 - Quando uma coisa não é difícil, dizemos que é

/a/

- 1 - Como se chama o homem que faz e vende pão?
- 2 - Que nome se dá ao garfo, à faca e à colher, quando se põe uma mesa?
- 3 - Podemos usar um nome francês para tratar uma senhora muito fina. Como dizemos?

- 4 - Como se chamam aqueles carros muito grandes que transportam areia ou coisas pesadas?
- 5 - A Fortaleza de São Lourenço ainda tem duas ou três armas apontadas para disparar contra os intrusos. Como se chamam essas armas que, antigamente, disparavam?
- 6 - Como se chama o homem que conduz um carro de aluguer?
- 7 - Na universidade, nas paredes das escadas, temos uns quadrados onde afixamos várias informações escritas. Como se chamam esses quadrados?
- 8 - Como se chama a cidade que fica um pouco mais a norte que Coimbra e tem uma ria?
- 9 - Dizemos «ontem» para o dia antes de «hoje». Como dizemos para o dia depois de «hoje»?
- 10 - Como se chama o homem que ajuda o padre na igreja?
- 11 - Há um peixe muito bom do qual se pode comprar as postas para grelhar. Por dentro é cor-de-rosa. Que nome se dá a esse peixe?
- 12 - Há uma cidade que fica na margem sul do rio Tejo. Começa por S e termina com L. Qual é?
- 13 - Quando os meninos se portam mal, damos o quê no rabinho?

/u/

- 1 - Quando damos o nosso contacto, damos o número de telefone e mais o quê para nos poderem escrever?
- 2 - Quando fazemos assim (gesto de mostrar os músculos), dizemos que temos
- 3 - Ao pequeno-almoço, podemos comer o pão fresco ou, então, uma
- 4 - À rádio, televisão, internet, chamamos meios de
- 5 - Qual é o símbolo do amor?
- 6 - Qual é a cerveja da Madeira?
- 7 - Como se chama o objecto decorativo que pomos à volta do pescoço?
- 8 - Quando vamos fazer o BI, temos de levar uma
- 9 - Qual é o jogo da Santa Casa que é muito famoso no Natal?
- 10 - Qual é o desporto cujo último Mundial foi na Alemanha e no qual Portugal ficou em quarto lugar?
- 11 - Como se chama aquele objecto de fogo que pomos a girar nas festas populares?
- 12 - Que nome se dá à jóia que se põe no pulso?
- 13 - Como se chama o representante máximo, na Madeira, de outro país?

As metáforas (verbo-)pictóricas na publicidade¹

FERNANDA SOARES
fernanda.gabriela.soares@clix.pt

Abstract

Nowadays, we witness that advertising, in its never-ending search for the consumer's attention, takes advantage of different resources, among which metaphor clearly stands out, particularly, pictorial and verbo-pictorial metaphors.

Indubitably, both the iconic and the verbal component perform a crucial role in advertisements in magazines. Therefore, our purpose is to analyse metaphor according to two perspectives: on the one hand how the metaphorical phenomenon may be triggered by the picture in itself; and, on the other hand, how this phenomenon may be triggered by the picture intimately related to the text.

Palavras-chave: publicidade; metáfora; teoria da metáfora conceptual; integração conceptual; metáfora pictórica; metáfora verbo-pictórica.

1. Introdução

Na actualidade, a agitação que caracteriza as nossas vidas impõe novos desafios à publicidade. A premência de se fazer ver, ouvir e sentir leva o agente publicitário a continuamente querer fazer melhor, a reinventar-se e a ultrapassar todos os limites delineados. Deste modo, os anúncios publicitários começam a reivindicar e consolidar o seu estatuto como uma das fontes mais ricas do génio literário. Em virtude da sua curta dimensão, os anúncios condensam inúmeros exemplos

¹ Este trabalho constitui uma síntese do estudo desenvolvido aquando da elaboração da dissertação de Mestrado em Linguística, *As metáforas (verbo-)pictóricas na publicidade*, sob orientação do Professor Doutor José Teixeira.

extraordinários do uso da nossa língua. É aqui (sem querer denegrir ou menosprezar outros tipos de textos) que encontramos inovadoras técnicas de uso da língua, é aqui que os recursos expressivos ganham nova vida e nos fazem esboçar um sorriso. Colocando em jogo não só os elementos linguísticos mas também as imagens do anúncio, a metáfora assume um lugar de destaque neste tipo textual.

Nesta pesquisa pretendemos analisar a questão das metáforas (verbo-) pictóricas no texto publicitário. De forma mais pormenorizada, pretendemos verificar como o fenómeno metafórico pode ser desencadeado pela imagem, por si só, ou pela imagem em estreita consonância com os elementos linguísticos, para assim clarificar e caracterizar o uso das metáforas pictóricas e verbo-pictóricas na publicidade.

Paralelamente, a análise do *corpus* de anúncios publicitários extraídos das revistas *Exame*, *Caras* e *Visão* será feita à luz das concepções mais actuais da metáfora, com especial destaque para a teoria da metáfora conceptual de George Lakoff² e para o fenómeno da integração conceptual (*blending*) desenvolvido por Gilles Fauconnier e Mark Turner³. Neste sentido, subjacente a todo o nosso trabalho encontra-se a concepção cognitiva da metáfora enquanto um processo que brota naturalmente no nosso dia-a-dia. Relativamente ao *blending*, este processo é concebido como «an invisible, unconscious activity involved in every aspect of human life» (Fauconnier & Turner 2002⁴: 18), ou seja, não se trata de um processo exclusivo da linguagem metafórica, muito pelo contrário, abarca múltiplos fenómenos cognitivos e linguísticos, estendendo-se mesmo a todos os domínios da vida humana.

Como podemos comprovar no Diagrama 1⁵ (adaptado de Fauconnier 1997: 151), este complexo processo de integração conceptual envolve não dois domínios conceptuais (como Lakoff defende nos seus estudos), mas, no mínimo, quatro espaços mentais: dois espaços *input* – fonte e alvo – e dois espaços intermédios («middle spaces») onde ocorrem processos cognitivos fundamentais – um espaço mais abstracto designado espaço genérico, que concentra a estrutura conceptual parti-

² Cf. Lakoff & Johnson (1980; 1999); Lakoff (1987, 1993); Johnson (1987) e Johnson & Lakoff (2002).

³ Cf. Fauconnier & Turner (1994, 1996, 2000, 2001, 2002); Turner & Fauconnier (1995, 1999, 2000); Fauconnier (1994, 1996, 1997, 1998, 2001, 2005); Turner (1996, 2005, 2006) e Fauconnier & Sweetser (eds.) (1996).

⁴ Para uma recensão crítica desta obra, *vd.* Forceville (2004).

⁵ No seu artigo «Conceptual Projection and Middle Spaces», Fauconnier e Turner (1994) apresentavam já uma primeira versão, ainda que muito rudimentar, deste diagrama.

lhada pelos *inputs*, e um espaço de integração⁶ ou espaço amálgama⁷ («the blend» ou «blended space»), onde se verifica a interacção e combinação de elementos seleccionados dos *inputs* com elementos novos próprios, «yielding an impression of richer, and often counterfactual or 'impossible' structure» (Fauconnier & Turner, 1994)⁸. Este é um espaço fecundo que integra de modo parcial informação específica de ambos os *inputs* e que, tal como Fauconnier e Turner (1994) procuram frisar, possui a sua própria estrutura e organização – estrutura emergente –, funcionando de acordo com a sua própria lógica intrínseca, pelo que seria erróneo reduzi-lo a uma mera soma ou amálgama das estruturas dos *inputs*.

Apesar de fornecerem uma estrutura básica da rede de integração conceptual, Fauconnier e Turner⁹ diferenciam, num *continuum* de complexidade, quatro protótipos da rede de integração conceptual: a rede simples¹⁰ («simplex network»), em que um dos espaços *input* é constituído por um *frame* abstracto e familiar e o outro é uma situação relativamente específica; a rede espelho («mirror network»), em que todos os espaços mentais partilham a topologia fornecida por um *frame* organizador; a rede de escopo único¹¹ («single-scope network»), em que os espaços *input* possuem *frames* organizadores distintos e apenas um destes *frames* é projectado no espaço de integração; e a rede de duplo escopo¹² («double-scope network»), naturalmente a mais complexa, em que ocorre a integração de *inputs* com *frames* organizadores diferentes e que, ocasionalmente, entram em conflito, sendo que o

⁶ Cf. Silva (2003: 56).

⁷ Cf. Coimbra-e-Silva (1999: 61).

⁸ Para uma reflexão mais prolongada sobre os espaços mentais envolvidos no processo de integração conceptual, *vd.* Fauconnier & Turner (1994).

⁹ Cf. Fauconnier & Turner (2001; 2002: 119); Fauconnier (2001); Turner (2005). No seu artigo «Conceptual Integration Networks», Fauconnier e Turner (2001) apresentam uma delimitação e uma terminologia distintas, distinguindo apenas três tipos de redes: «frame network», «one-sided network» e «two-sided network».

¹⁰ Os estudos efectuados por Coulson (1997: 190) contemplam também este tipo de rede apesar do uso de uma terminologia distinta: «single framing network».

¹¹ No âmbito das redes mais complexas, Coulson (1997: 191) identifica a «one-sided network» que corresponde à «single-scope network» de Fauconnier e Turner. Na «one-sided network», o espaço de integração herda «frame-level structure» de um dos espaços *input* e «specific-level structure» do outro espaço *input*. Assim, de acordo com Coulson, nesta rede, um dos espaços fornece os predicados e o outro os argumentos.

¹² Para além da «one-sided network», Coulson (1997: 191) identifica a «two-sided network», em que ambos os espaços *input* contribuem com «frame-level structure» para o espaço de integração.

frame organizador do espaço de integração inclui elementos topológicos de ambos os *frames* dos *inputs* e uma estrutura emergente própria. Segundo Fauconnier (2005), as projecções metafóricas produzem, regra geral, «some of the most spectacular double-scope integration networks. Inputs that have little to do with each other are partially mapped and then integrated into a blended space».

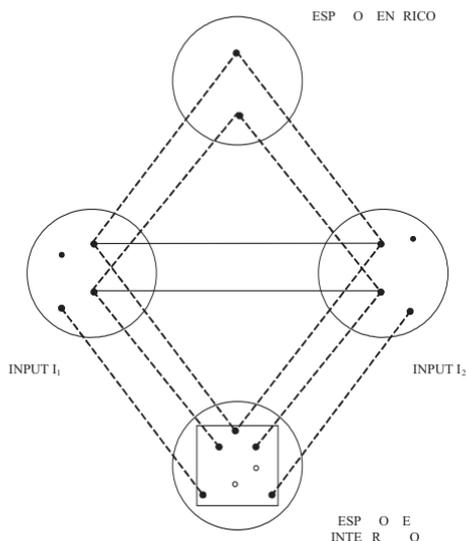


Diagrama 1 – Rede de Integração Conceptual

Assim, ao longo da nossa pesquisa pretendemos sistematizar os diferentes processos no seio das metáforas pictóricas e das metáforas verbo-pictóricas, realçando o fenómeno de integração conceptual e a correspondente rede de integração conceptual.

2. As metáforas pictóricas

Os primeiros estudos sobre a metáfora pictórica no campo da publicidade são da responsabilidade de Jacques Durand e datam de 1987. Apesar dos fundamentos teóricos do seu modelo se revelarem bastante duvidosos, os estudos de Durand contribuem para a pesquisa sobre a metáfora pictórica devido aos exemplos evocativos retirados da publicidade. Na última década do século XX, prolongando-se já para o século XXI, destacam-se os estudos de Forceville (1994; 1996;

1999; 2002; 2005; no prelo) sobre as metáforas pictóricas e as metáforas multimodais nos anúncios publicitários, e os estudos de Messaris (1997) sobre a função atribuída às imagens no processo de persuasão visual posto em prática pela publicidade.

A metáfora pictórica envolve desde logo uma parte fulcral do anúncio publicitário: a imagem. Assim, podemos ter uma de duas situações: os espaços mentais envolvidos na projecção metafórica estão representados pictoricamente; ou apenas é representado pictoricamente um dos espaços, que evoca claramente o outro. A essência da metáfora pictórica reside no facto de a imagem ser, por si só, capaz de suscitar uma leitura metafórica. Ou seja, a eliminação ou ausência total de contexto verbal não inviabiliza uma leitura metafórica da imagem.

Assim, no âmbito das metáforas pictóricas, e de acordo com os seus estudos mais recentes, Forceville (2005) distingue a metáfora contextual, a metáfora híbrida, a metáfora integrada e a comparação pictórica.

O artigo de Rosa Coimbra (2000a), cujo sugestivo título – «Quando a garrafa é um porco: metáforas (verbo)pictóricas no texto publicitário» – evoca desde logo um fenómeno de hibridismo pictórico, constitui um importante contributo para a identificação de outros tipos de metáforas pictóricas. Ainda que baseada nos estudos de Forceville, a autora (2000a: 246) distingue mais quatro tipos de metáforas pictóricas. As designações apresentadas – distorção, sobreposição, ângulo e alinhamento – dizem respeito aos processos de apresentação dos dois domínios e não à própria metáfora e incidem sobre aspectos pontuais da reprodução dos objectos ou produtos.

Nas diferentes revistas seleccionadas para a nossa pesquisa foi possível recolher um número considerável de anúncios publicitários que constituem exemplos das diferentes subcategorias da metáfora pictórica, que passamos a apresentar em seguida. Contudo, a subcategoria das metáforas pictóricas integradas e também os processos da distorção e alinhamento não foram registados nos anúncios estudados.

2.1. *Metáforas híbridas*

As metáforas híbridas consistem na amálgama de elementos pictóricos que reenviam para distintos espaços mentais.

Nos anúncios das Figuras 1 e 2 a nossa atenção centra-se num único elemento pictórico: um automóvel de Fórmula 1 *Renault*. Os dois possuem as características comuns de um automóvel desta categoria, com a excepção de um aspecto: a matrícula. Efectivamente, os automóveis de Fórmula 1 não possuem matrícula, pelo que este elemento

pictórico evoca um espaço mental distinto: o automóvel comum utilizado no dia-a-dia. Pretende-se, desta forma, desencadear um fenómeno de hibridismo visual ao amalgamar elementos do espaço mental do automóvel de Fórmula 1 *Renault* com elementos de um automóvel comum *Renault*. Pelo que, aproveitando o reconhecimento alcançado com a vitória no Campeonato do Mundo de Fórmula 1, o leitor é incitado a construir a metáfora AUTOMÓVEL COMUM *RENAULT* É AUTOMÓVEL DE FÓRMULA 1 *RENAULT*. O slogan do anúncio – «UM RENAULT COMO TODOS OS OUTROS!» – vem confirmar este entendimento.



Figura 1 – Automóvel *Renault*



Figura 2 – Automóvel *Renault*

Os espaços mentais envolvidos nesta rede de integração são o espaço fonte do automóvel de Fórmula 1 *Renault* e o espaço alvo do automóvel comum *Renault*¹³. Entre ambos estabelece-se uma projec-

¹³ Neste anúncio, a identificação dos espaços alvo e fonte revelou-se complexa. Geralmente o espaço alvo coincide com o produto (ou indirectamente com o serviço) que se pretende promover. Contudo, neste caso concreto é do interesse da *Renault* divulgar o sucesso obtido no Mundial de Fórmula 1 e promover os seus automóveis de Fórmula 1, mas também publicitar os seus automóveis comuns, que diariamente são comercializados em todo o mundo, incitando à sua compra. O que ditou a escolha do automóvel comum como espaço alvo foi a coerência do entendimento deste em termos de um automóvel de Fórmula 1 (devido à sua qualidade, velocidade, excelência, sucesso) e a incoerência do processo inverso, ou seja, do entendimento do automóvel de Fórmula 1 em termos de um automóvel vulgar, pois não nos parece vantajoso difundir a ideia de que o automóvel de Fórmula 1 é semelhante a um automóvel comum. De qualquer modo, a marca *Renault* beneficia duplamente com estes anúncios publicitários.

ção e no espaço genérico concentra-se a estrutura conceptual partilhada pelos *inputs*, nomeadamente, o facto de ambos serem veículos automóveis com determinadas características, veículos esses que implicam a presença de um agente (condutor) e que possuem um objectivo final. O espaço de integração constrói a sua própria estrutura emergente em que o automóvel comum *Renault* é um automóvel de Fórmula 1 *Renault*, procurando aproveitar e destacar a velocidade, excelência e máxima *performance* do automóvel de Fórmula 1.

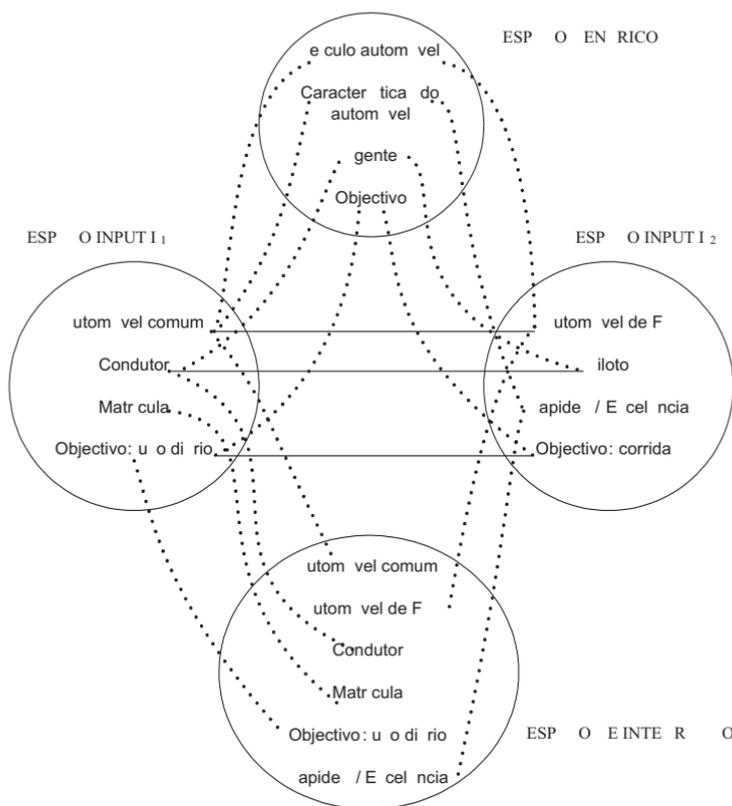


Diagrama 2 - Automóvel Renault

No Diagrama 2, podemos verificar que, nesta rede de integração conceptual, estão envolvidos dois espaços *input* com *frames* organizadores distintos, que entram em confronto: o *frame* do automóvel comum e o *frame* do automóvel de Fórmula 1. Do *frame* do espaço

fonte é projectado o automóvel de Fórmula 1 e as suas características inerentes supramencionadas (velocidade, excelência e máxima *performance*). Do espaço alvo são projectados o automóvel comum, o condutor, a matrícula e o seu objectivo. Estamos, portanto, na presença de uma rede de duplo escopo.

2.2. Metáforas contextuais

A designação «metáfora contextual» decorre do facto de um determinado elemento pictórico se encontrar num contexto desajustado, o que claramente nos redirecciona para outro elemento pictórico.

Na Figura 3, encontramos um anúncio ao chá *Lipton*. Em lugar de destaque surge, justamente, o produto que se pretende promover, mais precisamente um saco de chá *Lipton*. Porém, o contexto que o envolve não é o seu contexto habitual. No canto inferior direito do anúncio podemos ver a caixa onde geralmente vêm embalados os sacos de chá. Mas este saco de chá especial surge numa caixa, também ela especial, reservada para objectos de grande valor, por exemplo, jóias. De modo que o saco de chá revela incongruência no contexto visual apresentado no anúncio. No local onde esperaríamos ver uma jóia, aparece o saco de chá. Assim, apesar de não estar pictoricamente representada, a jóia é evocada pelo contexto visual. Dado que o saco de chá reenvia metonimicamente para o chá, tudo isto é feito com o propósito de incitar o leitor a construir a metáfora CHÁ LIPTON É JÓIA.



Figura 3 – Chá *Lipton*

O espaço alvo da rede de integração conceptual é o chá *Lipton*. O espaço fonte, para o qual o contexto visual reenvia, diz respeito à jóia. Entre os equivalentes dos dois *inputs* estabelece-se uma projecção parcial. No espaço genérico figura a estrutura conceptual partilhada, designadamente, a sua existência enquanto objectos. No *blend*, é parcialmente projectado o *frame* organizador do *input* relativo à jóia – nomeadamente, o seu recipiente (caixinha de jóias) e, sobretudo, a sua preciosidade e raridade (a que alude o *slogan* do anúncio) – e também o *frame* organizador do *input* relativo ao chá – o pacote de chá e o seu objectivo final –, fazendo desta uma rede de integração de duplo escopo. As regras de funcionamento do *blend* – que possui a sua própria estrutura emergente – são distintas das dos espaços *input*, dizendo-se aqui que o chá *Lipton* é uma jóia.

Como podemos observar no Diagrama 3, ambos os *frames* organizadores dos espaços *inputs* são projectados no *blend*.

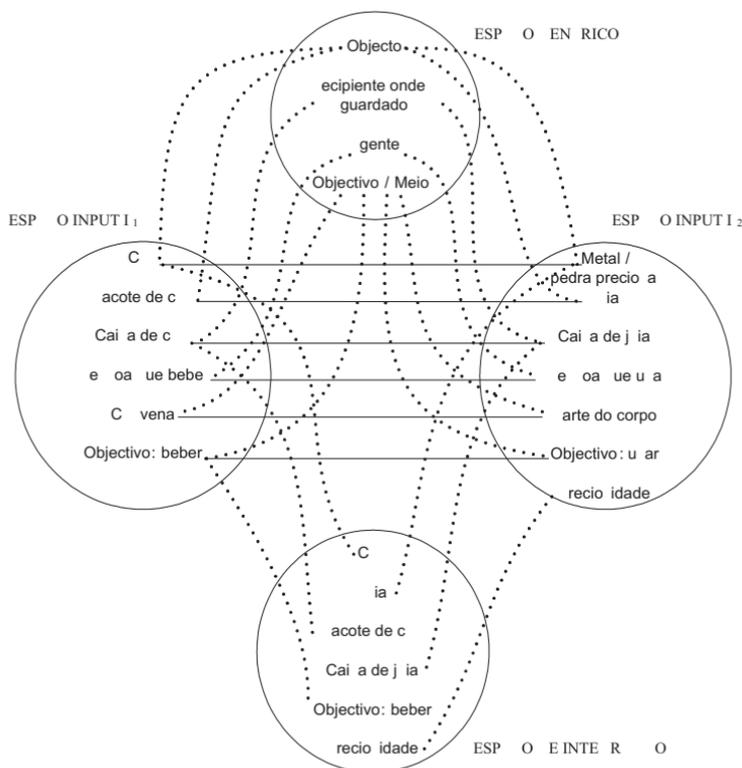


Diagrama 3 – Chá Lipton

2.3. Comparações pictóricas

As comparações pictóricas consistem na justaposição de elementos pictóricos que reenviam para espaços mentais distintos.

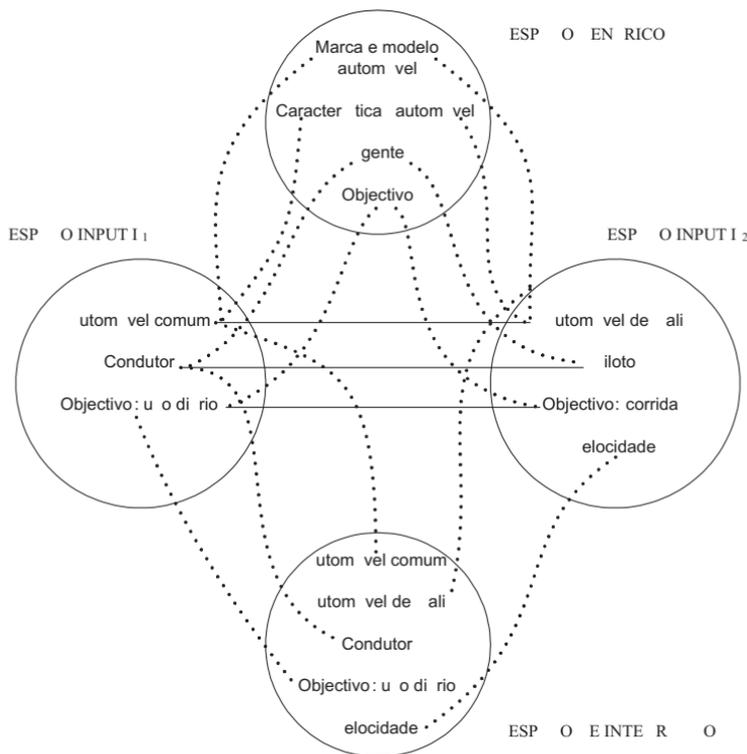
Na Figura 4 podemos observar um anúncio a um automóvel *Seat*. Para além do elemento pictórico em destaque – o automóvel *Seat* cuja venda se pretende fomentar –, outro elemento pictórico surge onde deveria figurar o reflexo do automóvel *Seat*: um automóvel *Seat* semelhante ao anterior mas caracterizado como um carro de rali. Ao colocar lado a lado elementos pictóricos que reenviam para espaços mentais distintos – o automóvel comum *Seat* e o automóvel de rali *Seat* – pretende-se estabelecer uma comparação pictórica e que um seja entendido em termos do outro. Ou seja, o leitor é conduzido a formular a metáfora AUTOMÓVEL COMUM *SEAT* É AUTOMÓVEL DE RALI *SEAT*.



Figura 4 – Automóvel *Seat*

No que diz respeito aos espaços mentais envolvidos, o automóvel comum *Seat* corresponde ao espaço alvo e o automóvel de rali *Seat* corresponde ao espaço fonte. O facto de ambos serem veículos automóveis e o seu aspecto exterior, entre outros, enformam o espaço genérico da rede de integração conceptual, como podemos ver no Diagrama 4. No *blend*, os *frames* organizadores dos espaços alvo e fonte entram em conflito, sendo o conflito solucionado através da integração e compressão da estrutura conceptual proveniente dos espaços *input*. Consequentemente, esta é uma rede de integração de

duplo escopo. Segundo a estrutura emergente do *blend*, o automóvel comum *Seat* é um automóvel de rali *Seat*, especialmente no que diz respeito à sua boa *performance* e rendimento.



2.4. Processos de apresentação dos domínios da projecção metafórica

2.4.1. Sobreposição

Como a própria designação indica, a sobreposição implica a presença de dois elementos pictóricos que são sobrepostos com um objectivo específico.

No anúncio da Figura 5, a embalagem da bebida de maçã da *Compal* aparece sobreposta a um ramo de macieira. Aliás, a sobrepo-

sição dos dois elementos é tão bem conseguida que quase se torna inexequível distinguir onde começa um e acaba o outro. Quase poderíamos falar de um fenómeno de hibridismo pictórico. O propósito por detrás desta técnica de sobreposição é deixar transparecer a relação íntima ou a comunhão que existe entre a embalagem da bebida de maçã da *Compal* (e consequentemente da própria bebida) e uma verdadeira macieira, induzindo o leitor no sentido da metáfora EMBALAGEM DA BEBIDA DE MAÇÃ DA *COMPAL* É MACIEIRA.

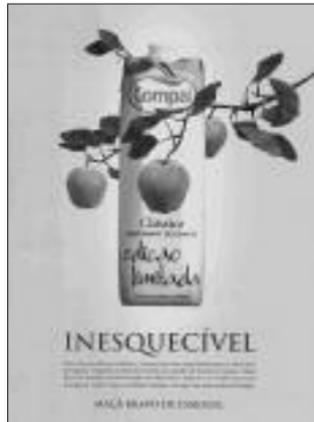


Figura 5 – Bebida *Compal*

O espaço alvo – a embalagem da bebida de maçã da *Compal*, que metonimicamente reenvia para a própria bebida – e o espaço fonte – a macieira – dão forma à rede de integração conceptual. No espaço genérico, figura a informação partilhada pelos *inputs*, nomeadamente o fruto maçã. Como podemos comprovar no Diagrama 5, no *blend*, são projectados, ainda que de modo parcial, os *frames* organizadores dos espaços alvo e fonte. Neste sentido, a rede de integração conceptual, produto da projecção metafórica posta em prática neste anúncio, é uma rede de integração de duplo escopo. O propósito último é convencer o consumidor do carácter original e puro da bebida *Compal*, em tudo semelhante à bebida que obteríamos se pegássemos numa maçã directamente da macieira e a espremêssemos. Estas características são, então, projectadas da macieira na embalagem, ou seja, para a bebida.

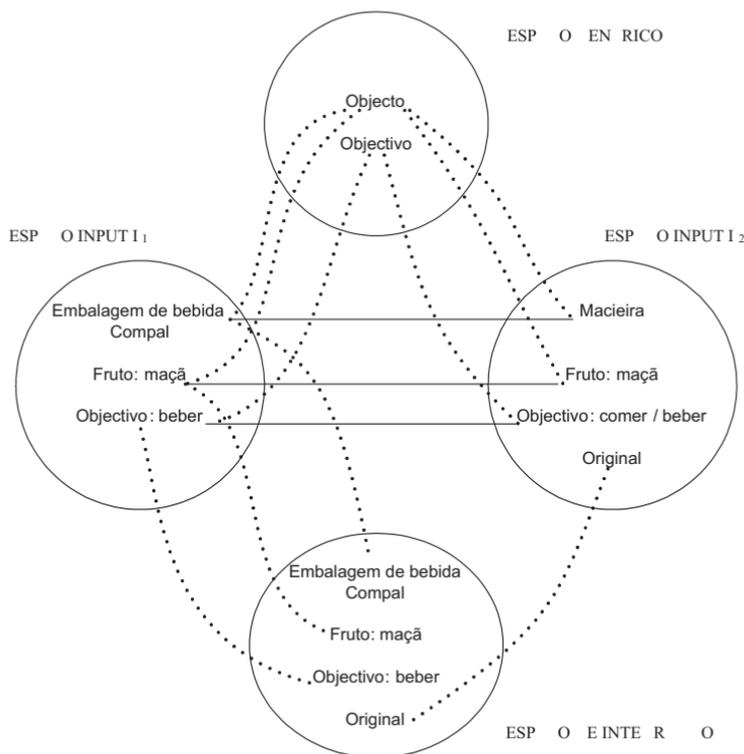


Diagrama 5 - Bebida *Compal*

2.4.2. Ângulo

Neste caso concreto, o ângulo adoptado pelo elemento pictórico visível evoca um outro elemento pictórico, desenrolando-se uma projecção metafórica entre os dois.

Na Figura 6, o computador portátil *Tsunami* é propositadamente posicionado num ângulo de modo a motivar no leitor a construção de uma projecção metafórica específica. Efectivamente, a posição vulgar de um computador portátil não é a representada neste anúncio. Esta é a posição habitual de uma pasta, sendo que o ângulo adoptado pelo *slogan* do anúncio também concorre para a formulação da metáfora COMPUTADOR PORTÁTIL *TSUNAMI* É PASTA. No *slogan*, em forma de pega de uma pasta, podemos ler precisamente «Tão pequeno que o pode ter sempre à mão».



Figura 6 – Computador portátil *Tsunami*

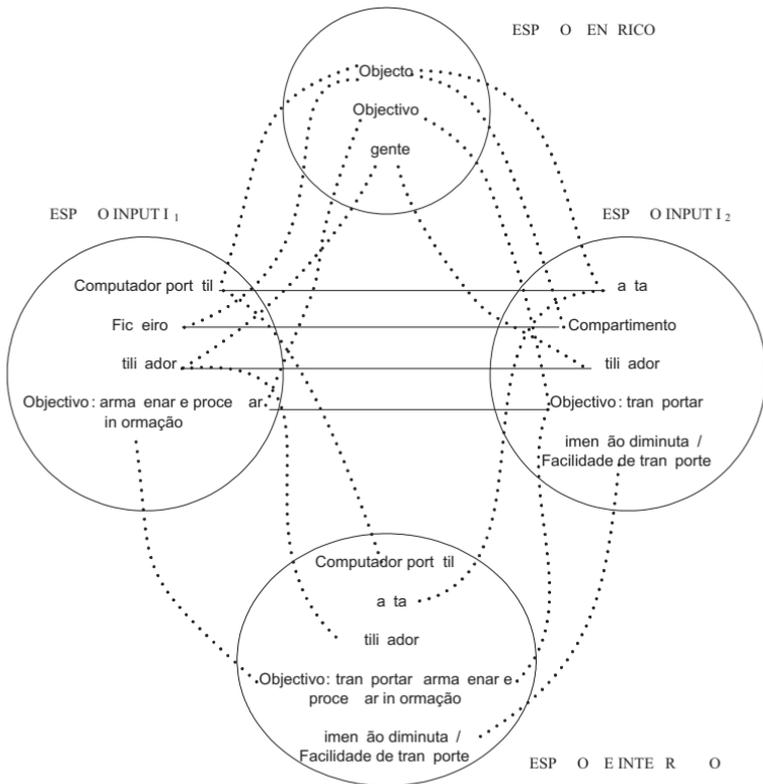


Diagrama 6 – Computador portátil *Tsunami*

O computador portátil *Tsunami* corresponde, na rede de integração conceptual, ao espaço alvo, enquanto que o ângulo do computador (ainda que dependente do restante contexto) evoca o espaço fonte: a pasta. O espaço genérico desenvolve-se em torno da informação partilhada por ambos os *inputs*, nomeadamente, a sua existência enquanto objectos. O espaço de integração herda, ainda que de modo parcial, a estrutura conceptual dos espaços fonte e alvo, submetendo-a a um processo de compressão e integração do qual resulta a sua estrutura emergente. No *blend*, o computador portátil *Tsunami* é uma pasta. O propósito final que se pretende alcançar no *blend* está patente, desde logo, no *slogan*: «Tão pequeno que o pode ter sempre à mão». Ou seja, pretende-se projectar da pasta no computador portátil a ideia de dimensão diminuta e de facilidade de transporte.

No Diagrama 6, podemos constatar que os *frames* organizadores dos espaços fonte e alvo são projectados no *blend*. Assim, esta rede constitui um exemplo de rede de integração de duplo escopo.

3. Metáforas verbo-pictóricas

De acordo com Forceville, a metáfora verbo-pictórica insere-se na subcategoria das metáforas multimodais¹⁴. Os primeiros estudos sobre a metáfora multimodal são também da autoria de Forceville (1996), que, partindo de uma abordagem cognitiva, procura analisar as manifestações verbais e não verbais (pictóricas e multimodais) da metáfora conceptual na publicidade.

¹⁴ Em 1999, Forceville (1999: 195) afirma que a metáfora não-verbal é regularmente «multimedia metaphor», uma vez que «nonverbal metaphor, and indeed nonverbal communication in general, often takes recourse to more than one channel of information». No seu trabalho datado de 2002, Velasco Sacristán (2002: 457), face às expressões «multimedia metaphor» e «hybrid metaphor» (ambas utilizadas por Forceville), prefere adoptar a segunda, argumentando que «la metáfora se manifiesta de forma verbal o no verbal en el nivel comunicativo del código y no del medio, puesto que una metáfora con manifestación 'verbo-pictórica' puede presentarse en un único medio (por ejemplo, iconográfico en prensa), pese a su empleo de dos o más códigos en su formalización». Contudo, em estudos mais recentes, Forceville (2001, 2005, no prelo) utiliza a expressão «multimodal metaphor», apresentando argumentos válidos para esta escolha. De salientar que o uso da expressão «metáfora híbrida» não seria nada pacífico, dada a confusão que iria gerar-se com a subcategoria da metáfora pictórica que exhibe a mesma designação.

O conceito «multimodal» empregue por Forceville (2001, 2005, no prelo) deriva do termo «modo», que, apesar da dificuldade inerente, Forceville define como um sistema de signos interpretável devido a um processo de percepção específico. Forceville (no prelo) propõe a distinção entre, pelo menos, nove modos: signos pictóricos; signos escritos; signos falados; gestos; sons; olfacto; música; paladares e tacto.

Em contraste com a metáfora monomodal, a metáfora multimodal é definida como um fenómeno em que os domínios alvo e fonte são expressos exclusiva ou predominantemente através de dois modos distintos (Forceville, 2005). A metáfora verbo-pictórica, que, como o próprio nome indica, se caracteriza pela combinação entre um termo pictórico e outro verbal, é um dos exemplos mais frequentes da metáfora multimodal. Em estudos anteriores (cf. Forceville, 1996: 148-161), Forceville concebia a metáfora verbo-pictórica como uma subcategoria da metáfora pictórica. No seu trabalho mais recente, Forceville (2005) fala deste tipo de metáfora como «multimodal metaphor of the verbo-pictorial variety».

Como salienta Rosa Coimbra (2000a: 250), as duas variantes em jogo – um termo pictórico e um termo verbal – permitem duas combinações possíveis: o elemento do domínio alvo está representado pictoricamente e o elemento do domínio fonte está representado verbalmente; ou a situação exactamente inversa, em que o primeiro é verbalmente representado e o segundo apenas pictoricamente.

Assim, ao contrário das metáforas pictóricas, as metáforas verbo-pictóricas presentes nos anúncios publicitários não dependem exclusivamente da componente icónica, atribuindo igualmente um papel fulcral à componente verbal. Aliás, nesta subcategoria, as componentes verbal e pictórica assumem análoga importância, já que um dos espaços *input* é representado pictoricamente, enquanto que o outro o é verbalmente. Apresentamos em seguida exemplos extraídos do nosso *corpus* e que documentam as duas subcategorias da metáfora verbo-pictórica supracitadas.

3.1. *Domínio alvo pictórico/Domínio fonte verbal*

O objectivo do anúncio da Figura 7 é promover o Centro Comercial Almada Forum. Assim, o objecto pictórico central – o automóvel

Porsche Cayenne – não corresponde ao produto ou serviço a promover, mas reenvia para o Almada Forum devido ao contexto verbal que o acompanha. Este elemento pictórico, por si só, não desperta qualquer projecção, mas em consonância com o *slogan* «GANHE ESTE/FANTÁSTICO/TRENÓ» institui-se como um dos espaços mentais envolvidos na projecção metafórica, sendo o outro espaço fornecido pelo próprio *slogan*: o trenó. O anúncio orienta, assim, o leitor no sentido da formulação da metáfora AUTOMÓVEL *PORSCHE* É TRENÓ. Para além de serem ambos meios de transporte, a verdadeira motivação desta metáfora verbo-pictórica prende-se com o *timing* desta campanha, que, como podemos comprovar no anúncio, se realiza na época natalícia. Imbuído do espírito da época, e aproveitando o estatuto privilegiado do trenó como meio de transporte ultra-rápido do Pai Natal, o anúncio estabelece uma relação entre o automóvel *Porsche* e o trenó.



Figura 7 – Automóvel *Porsche*

No Diagrama 7 é possível constatar que os *frames* organizadores dos espaços *input* são projectados no *blend*, sendo o automóvel *Porsche* concebido em termos de um trenó. Assim, esta rede é uma rede de integração de duplo escopo.

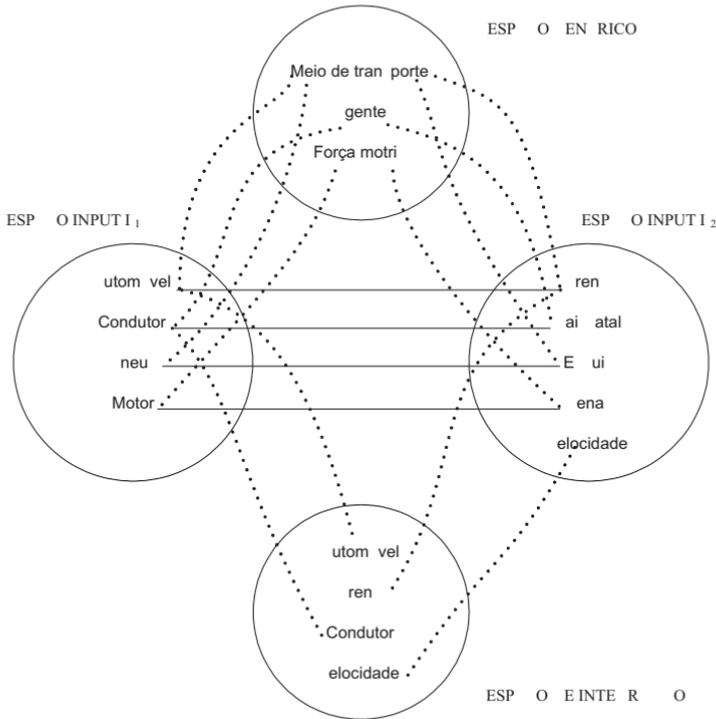


Diagrama 7 - Automóvel Porsche

3.2. Domínio alvo verbal/Domínio fonte pictórico

A componente icónica do anúncio que podemos observar na Figura 8 envolve, por um lado, um tratador e o seu cavalo (muito bem tratado), e o automóvel *BMW*, por outro. A forma como estes dois elementos pictóricos centrais são apresentados não desencadeia nenhuma projecção metafórica. Somente após a leitura do corpo textual é que se faz um clique na nossa cabeça: a *BMW* propõe-se disponibilizar um serviço de atendimento aos seus clientes «garantido por profissionais altamente qualificados». O leitor é então convidado a construir a metáfora *PROFISSIONAL DA BMW É TRATADOR*¹⁵ DE CAVALOS.

¹⁵ O indivíduo que se encontra junto do cavalo poderá ser o seu proprietário e até o jóquei que com ele participa em corridas. Mas mais do que o seu proprietário e do que um jóquei, pretende-se deixar transparecer que é alguém conhecedor, que sabe o

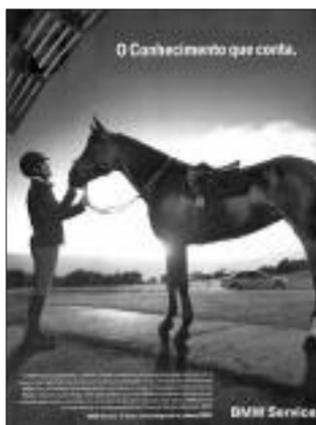


Figura 8 – BMW Service

Podemos, assim, distinguir dois espaços *input*: o espaço alvo, verbalmente representado, que corresponde ao profissional encarregue da manutenção do automóvel *BMW* (ou seja, que reenvia para o serviço publicitado); e o espaço fonte, pictoricamente representado, do tratador de cavalos. Estabelece-se uma *cross-space mapping* em que o profissional encarregue da manutenção do automóvel corresponde ao tratador de cavalos; o automóvel corresponde ao cavalo; as avarias do automóvel correspondem a problemas físicos com o cavalo; os acidentes com o automóvel têm o seu correspondente em acidentes com o cavalo, entre outros. No Diagrama 8, podemos observar que a existência de um agente e de um sujeito, entre outros elementos, dão forma ao espaço genérico encarregue de abarcar a estrutura conceptual partilhada pelos *inputs*. Finalmente, no espaço de integração, os elementos parcialmente projectados dos espaços fonte e alvo interagem e são integrados, dando origem à estrutura emergente. Comparativamente aos *inputs*, o *blend* possui uma estrutura nova, segundo a qual o profissional da *BMW* é um tratador de cavalos, estando, por isso, imbuído da sua máxima competência.

que está a fazer, que sabe lidar com cavalos e responder às suas necessidades. Daí o título «O Conhecimento que conta.». Por isso, o cavalo está muito bem tratado e tudo à volta do cavalo e da figura que o acompanha parece perfeito. Decidimos então optar pelo termo «tratador», pois consideramos que é o que melhor se adequa às circunstâncias.

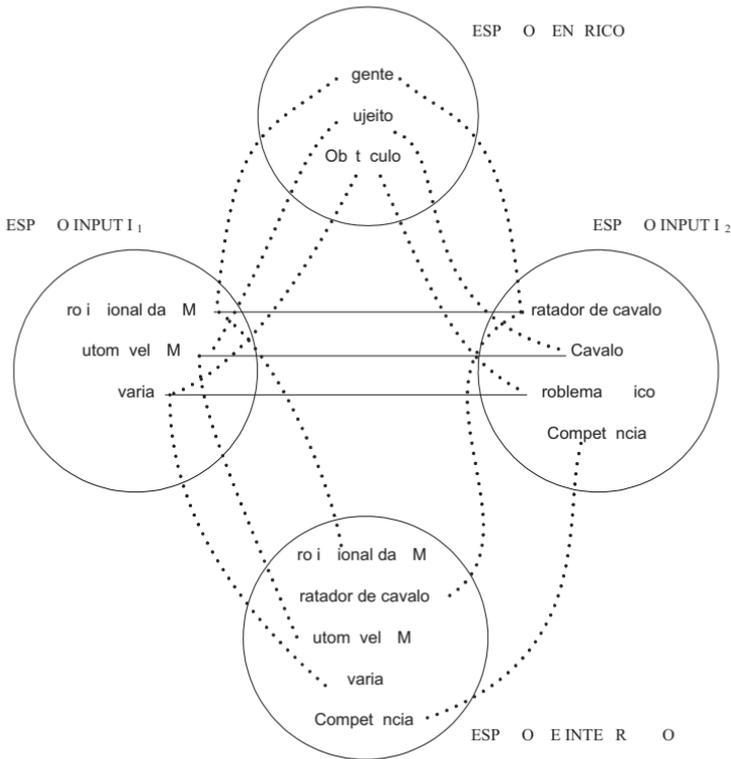


Diagrama 8 - BMW Service

Como podemos verificar no Diagrama 8, na concepção do profissional da BMW como um tratador de cavalos importa o *frame* organizador de ambos os espaços *input*. Assim, esta é uma rede de integração de duplo escopo.

3.3. Outros casos de metáfora verbo-pictórica

Rosa Coimbra (2000a) apresenta duas subcategorias no que diz respeito às metáforas verbo-pictóricas: o domínio alvo pode estar pictoricamente representado, enquanto que o domínio fonte está verbalmente representado; ou pode registrar-se a situação inversa, o domínio alvo está verbalmente representado e o domínio fonte está pictoricamente representado.

Enquanto que os anúncios analisados até ao momento são passíveis de ser enquadrados nestas duas subcategorias, os anúncios das Figuras 9 e 10 revelam particularidades que até agora não vimos noutros anúncios, dificultando a sua classificação. No que diz respeito à sua componente icónica, distinguimos dois elementos centrais: uma guitarra e a revista *Exame*, no primeiro; tacos de golfe e a revista *Exame*, no segundo. Se estes elementos pictóricos fossem suficientes para pôr em curso uma projecção metafórica, este seria um caso típico de uma comparação pictórica. Contudo, a justaposição da guitarra e da revista, ou dos tacos de golfe e da revista não desperta em nós qualquer ligação. Somente após termos lido os *slogans* que acompanham cada um dos elementos, é possível empreender um fenómeno de comparação pictórica. Assim, tal como a guitarra é «Essencial para Eric Clapton» e os tacos de golfe são essenciais «para Tiger Woods», também a revista *Exame* é «ESSENCIAL NOS NEGÓCIOS». Deste modo, o leitor é incitado a formular a metáfora REVISTA *EXAME* É GUITARRA PARA ERIC CLAPTON, no primeiro caso, e a metáfora REVISTA *EXAME* É TACO DE GOLFE PARA TIGER WOODS, no segundo.



Figura 9 – Revista *Exame*



Figura 10 – Revista *Exame*

Ou seja, apesar de tanto o espaço alvo – a revista *Exame* – como o espaço fonte – a guitarra ou o taco de golfe – estarem pictoricamente representados (o que poderia sugerir que estaríamos na presença de uma subcategoria de metáfora pictórica), é a componente verbal que os acompanha que despoleta a projecção metafórica, especificando a

natureza especial da guitarra e do taco de golfe. Dado que tanto o espaço alvo como o espaço fonte estão pictoricamente representados, este caso vai contra a definição de metáfora verbo-pictórica fornecida por Forceville, segundo a qual os espaços alvo e fonte são expressos exclusiva ou predominantemente através de dois modos distintos. Contudo, dada a função primordial desempenhada pela componente verbal (sem a qual não existiria projecção metafórica), não poderemos incluir esta metáfora na categoria das metáforas pictóricas.

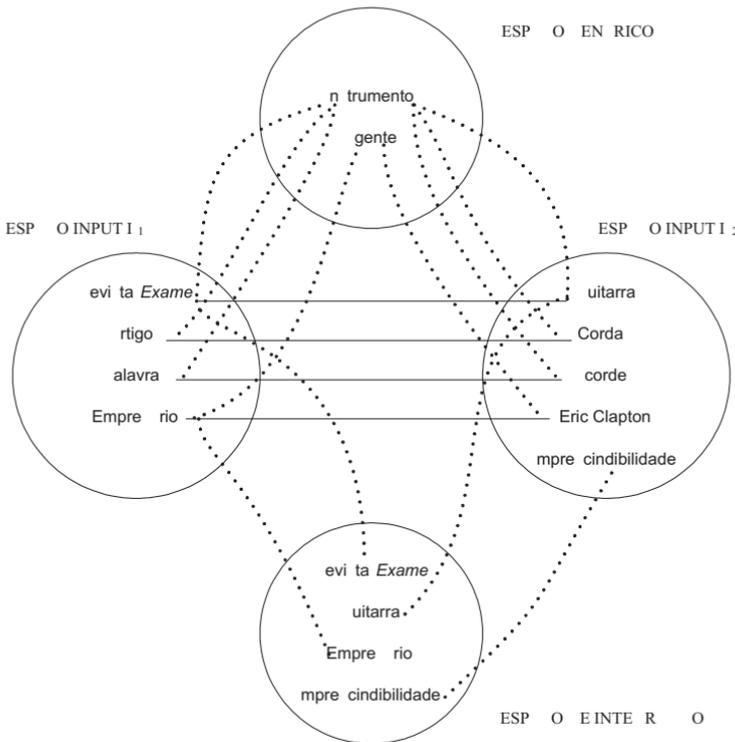


Diagrama 9 - Revista *Exame*

Em termos de rede de integração conceptual, como supramencionado, os espaços *input* envolvidos no primeiro caso são a guitarra, como espaço fonte, e a revista *Exame*, como espaço alvo. No segundo caso, procede-se apenas à substituição da guitarra pelo taco de golfe como espaço fonte. Os *inputs* partilham informação que dá forma ao

espaço genérico, nomeadamente, a sua existência enquanto objectos utilizados por um agente. Após a projecção parcial da estrutura dos espaços fonte e alvo no espaço de integração, verifica-se um fenómeno de interacção e integração dos seus elementos, que tem como fruto a estrutura emergente com a sua própria lógica intrínseca, segundo a qual a revista *Exame* é a guitarra para Eric Clapton, ou a revista *Exame* é o taco de golfe para Tiger Woods. Assim, pretende-se *impregnar* a revista *Exame* do carácter imprescindível que possui a guitarra para Eric Clapton e o taco de golfe para Tiger Woods.

Apesar do confronto registado entre os díspares *frames* organizadores dos espaços *input*, o *frame* organizador do espaço de integração consegue conciliar os seus diferentes aspectos, como podemos observar no Diagrama 9. Assim, a rede de integração activada por este anúncio é uma rede de integração de duplo escopo.

4. Conclusões

Os dados patentes no Gráfico 1 permitem-nos constatar que as metáforas pictóricas surgem em maior número nos anúncios publicitários estudados. Efectivamente, o agente publicitário parece ter preferência pelo recurso exclusivo à imagem para veicular a sua mensagem, dado que setenta e três por cento dos anúncios publicitários analisados se inserem na categoria das metáforas pictóricas.

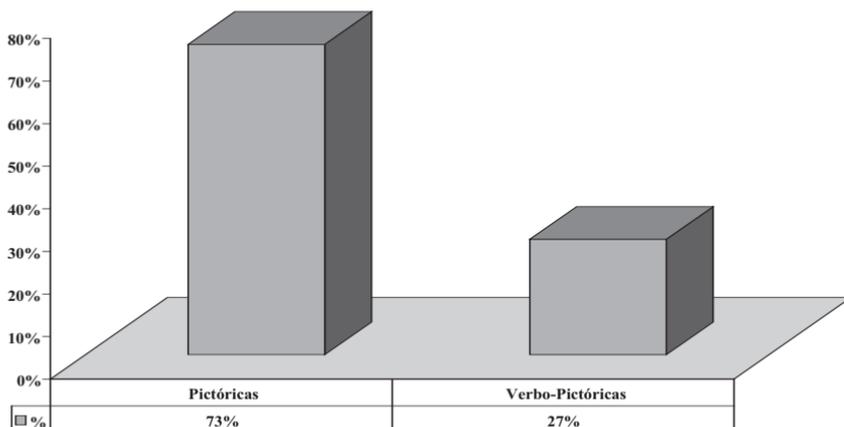


Gráfico 1 - Metáforas Pictóricas e Verbo-Pictóricas

Naturalmente que no seio destas, incluindo os diferentes processos de apresentação dos domínios da projecção metafórica, o grau de incidência varia consoante a subcategoria em questão. Considerada apenas esta variável, a comparação pictórica adquire especial relevo e, em contrapartida, a metáfora integrada e os processos de alinhamento e distorção não registam nenhuma ocorrência, como podemos verificar no Gráfico 2. Este facto será provavelmente decorrente das próprias especificidades da metáfora integrada e dos processos supracitados. Efectivamente, é pouco comum, mas não raro, que o produto publicitado seja capaz de evocar através da sua forma um outro objecto. Da mesma forma, também são escassos os casos em que se verifica a distorção ou o alinhamento de um ou mais produtos de modo a invocar outro elemento que não o pictoricamente representado. Mesmo os fenómenos registados de sobreposição e ângulo são invulgares dadas as características destes processos. Ao contrário de outras metáforas pictóricas – como as metáforas híbrida e contextual e a comparação pictórica – ou até mesmo das metáforas verbo-pictóricas, a metáfora integrada e os processos de apresentação dos domínios da projecção metafórica apontados por Rosa Coimbra apresentam um alcance muito reduzido. De qualquer modo, a imagem, por si só, parece usufruir de um estatuto privilegiado na área da publicidade, sobretudo quando esta envolve a comparação entre dois produtos ou realidades distintas, ainda que interrelacionadas.

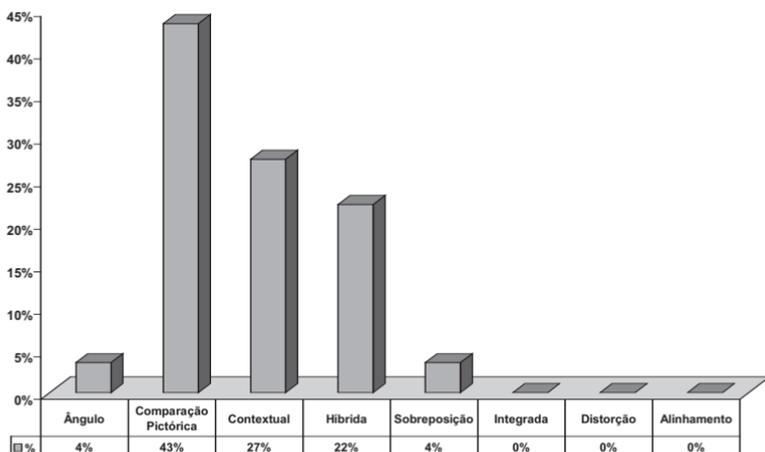


Gráfico 2 – Metáforas Pictóricas

No campo das metáforas verbo-pictóricas, as metáforas em que o domínio fonte é pictoricamente representado e o domínio alvo apenas o é verbalmente superam em larga medida a concorrência (ver Gráfico 3). Aquando da análise dos anúncios publicitários recolhidos, pudemos efectivamente constatar que nos casos em que não há exactamente um produto a promover, mas antes um serviço sem um correspondente concreto, o criador publicitário opta, de forma amiúde, por seleccionar um elemento pictórico facilmente associado ao serviço em questão e é a partir deste elemento que metonimicamente evoca o serviço a promover e que constrói todo o anúncio publicitário. Outra opção mais extrema consiste em recorrer em termos pictóricos a um elemento que aparentemente nada tem a ver com o serviço em questão e incluir na componente verbal uma referência ao serviço a promover.

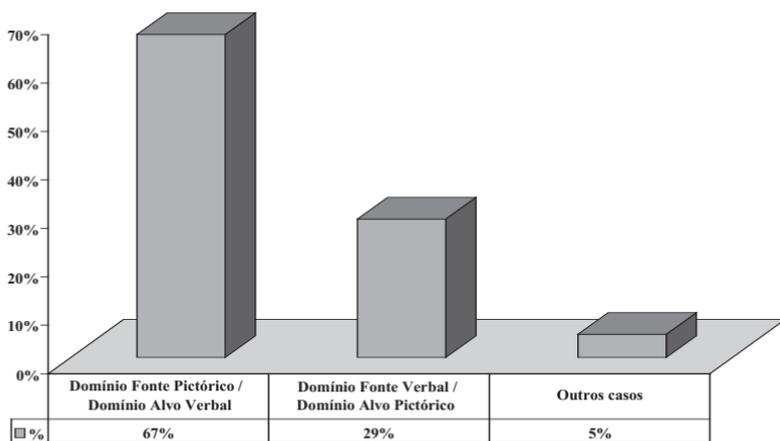


Gráfico 3 - Metáforas Verbo-Pictóricas

Não obstante a relevância dos dados supramencionados, ao longo da nossa análise foi também possível comprovar o que teoricamente já se depreendia: a porosidade das fronteiras entre metáforas pictóricas e verbo-pictóricas, por um lado, e entre as diferentes metáforas pictóricas, por outro. Determinados anúncios levaram-nos a questionar até que ponto é possível eliminar toda a componente verbal de um anúncio sem ter como consequência a anulação do fenómeno metafórico. Aliás, mesmo nos casos classificados como metáforas pictóricas, será possível ignorar a componente verbal de um anúncio? Será que a

nossa interpretação não é, desde logo, condicionada pela marca do produto ou por qualquer outra referência verbal? Após a análise de um considerável número de anúncios publicitários, podemos afirmar que dificilmente se consegue pôr de lado a componente verbal do anúncio, sobretudo a sua marca. Naturalmente, em determinados casos a imagem suscita claramente uma interpretação metafórica, independentemente da componente verbal do anúncio. Contudo, é necessário visualizar uma espécie de gradação, num *continuum* da menor para a maior complexidade.

Os anúncios publicitários à revista *Exame* (Figuras 9 e 10) exemplificam também outro aspecto desta questão. Apesar de ambos os espaços mentais estarem representados pictoricamente, a projecção metafórica é desencadeada apenas com base na componente verbal do referido anúncio. Ou seja, temos aqui um caso híbrido entre a metáfora pictórica e a metáfora verbo-pictórica, pois apesar de serem cumpridos os requisitos da metáfora pictórica – ambos os espaços mentais são pictoricamente representados – a componente verbal possui uma função fulcral, que não devemos descurar. De modo que a taxonomia apresentada por Charles Forceville e Rosa Coimbra revelou-se insuficiente, não abrangendo a totalidade dos anúncios analisados.

A publicidade ao nível dos recursos estilísticos, mais precisamente da metáfora envolvendo só a componente icónica ou as componentes icónica e verbal, constitui uma área complexa e problemática, tornando-se deveras difícil classificar com precisão e sem risco de erro os anúncios publicitários. O que se verifica na realidade são inúmeras intersecções entre as diferentes categorias, sem que seja possível, ou até proveitoso, afirmar que determinado anúncio constitui a cem por cento um exemplo da tipologia de metáfora X. Assim, no nosso entender, a relativa rigidez das grelhas da teoria de Forceville e Coimbra não se coaduna com a complexidade da área estudada.

Outro ponto fulcral da nossa análise prendeu-se com a relevância da rede de integração conceptual decorrente da teoria da integração conceptual de Fauconnier e Turner. Em cada um dos anúncios analisados foi possível delinear a correspondente rede, tendo-se verificado que, apesar de alguma oscilação entre mais ou menos complexidade, o tipo de rede presente em todos eles é a rede de duplo escopo. Cientes de que as metáforas são capazes de produzir complexas redes de duplo escopo, constatámos que estes anúncios publicitários implicam geralmente o entendimento do produto a publicitar em termos de outra coisa. Pretende-se que o consumidor conceba o chá, o automóvel, o computador portátil,... como um outro produto, projectando as suas

características (positivas) no produto a promover. Há, assim, uma apropriação do *frame* organizador do espaço fonte, sobretudo no que diz respeito a uma determinada característica positiva, como por exemplo, a preciosidade, a velocidade, a imprescindibilidade, etc. Ou seja, regista-se sempre a existência de estrutura conceptual original no espaço fonte que não possui um equivalente no espaço alvo e que constitui a razão de ser da projecção metafórica. Como tal, no *blend*, esta estrutura conceptual original é integrada e comprimida com a estrutura conceptual proveniente do espaço alvo. A projecção metafórica dá então forma a uma rede de integração de duplo escopo.

Qual o fenómeno que adquire maior importância no universo da publicidade: a metáfora pictórica ou a metáfora verbo-pictórica? Vale uma imagem por mil palavras, ou as palavras por mil imagens? Os dados de que dispomos, provenientes da análise efectuada, mostram que a metáfora pictórica é consideravelmente mais frequente do que a metáfora verbo-pictórica. Todavia, subscrevemos as palavras de Teixeira (2006: 228) quando afirma que «os publicitários sabem bem que não interessa saber se cada imagem vale mesmo mil palavras ou se são as palavras que valem mil imagens. Certo, certo, é que através das palavras se pode multiplicar por mil as conexões, os valores e as cognições que qualquer imagem nos pode proporcionar».

Bibliografia

- BARCELONA SÁNCHEZ, A. (ed.), 2000. *Metaphor and metonymy at the Crossroads: A Cognitive Perspective*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- CASTRO, R. V. de & P. Barbosa (orgs.), 2000. *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, I vol., Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística.
- COIMBRA, R. L., 2000a. «Quando a garrafa é um porco: metáforas (verbo)pictóricas no texto publicitário». CASTRO, R. V. de & P. Barbosa (orgs.), (pp. 243-253).
- COIMBRA-E-SILVA, R. L., 1999. *Estudo Linguístico dos Títulos de Imprensa em Portugal: A Linguagem Metafórica*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- COULSON, S., 1997. *Semantic Leaps: The role of frame-shifting and conceptual blending in meaning construction*. San Diego, CA: University of California, San Diego, Ph. Dissertation.
- FAUCONNIER, G., 1994. *Mental Spaces: Aspects of Meaning Construction in Natural Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____, 1996. «Analogical Counterfactuals». FAUCONNIER, G. & E. Sweetser (eds.), (pp. 57-90).

- FAUCONNIER, G., 1997. *Mappings in Thought and Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____, 1998. Mental spaces, language modalities, and conceptual integration. In: M. Tomasello (ed.), *The New Psychology of Language: Cognitive and Functional Approaches to Language Structure*. Mahwah. <http://cogsci.ucsd.edu/~faucou/253/tomasello.pdf> (25 Ago. 2006).
- _____, 2001. Conceptual Integration. *Emergence and Development of Embodied Cognition*, EDEC2001. <http://www.ifi.unizh.ch/ailab/people/lunga/Conferences/EDEC2/invited/FauconnierGilles.pdf> (25 Ago. 2006).
- _____, 2005. Compression and Emergent Structure. In: S. Huang (ed.), *Language and Linguistics*. <http://cogsci.ucsd.edu/~faucou/CES.pdf> (25 Ago. 2006).
- FAUCONNIER, G. & E. Sweetser (eds.), 1996. *Spaces, worlds, and grammar*. Chicago: The University of Chicago Press.
- FAUCONNIER, G. & M. Turner, 1994. Conceptual Projection and Middle Spaces. *Cognitive Science Technical Report, 94/01*. (25 Ago. 2006).
- _____, 1996. «Blending as a Central Process of Grammar». Goldberg. A. E. (ed.), (pp. 113-129).
- _____, 2000. «Compression and global insight». *Cognitive Linguistics*. 11 – 3/4, (pp. 283-304).
- _____, 2001. *Conceptual Integration Networks*. [Expanded web version, 10 February 2001] (25 Ago. 2006).
- _____, 2002. *The Way we Think. Conceptual Blending and the Mind's Hidden Complexities*. New York: Basic Books.
- Forceville, C., 1994. «Pictorial Metaphor in Advertisements». *Metaphor and Symbolic Activity*. 9 (1), (pp. 1-29).
- _____, 1996. *Pictorial Metaphor in Advertising*. London: Routledge.
- _____, 1999. «The Metaphor «COLIN IS A CHILD» in Ian McEwan's, Harold Pinter's, and Paul Schrader's *The Comfort of Strangers*». *Metaphor and Symbol*. 14 (3), (pp. 179-198).
- _____, 2001. «Blends and Metaphors in Multimodal Representations». *ICLC*.
- _____, 2002. «The identification of target and source in pictorial metaphors». *Journal of Pragmatics*. 34, (pp. 1-14).
- _____, 2004. «Review of Gilles Fauconnier and Mark Turner, *The Way We Think: Conceptual Blending and the Mind's Hidden Complexities*». *Metaphor and Symbol*. 19 (1), (pp. 83-89).
- _____, 2005. *A Course on Pictorial and Multimodal Metaphor*. <http://www.chass.utoronto.ca/epc/srb/cyber/cforcevilleout.html>; <http://www.semioticon.com/people/forceville.htm> (25 Ago. 2006).
- No prelo. «Non-verbal and multimodal metaphor in a cognitivist framework: agendas for research». Kristiansen, G., M. Achard, R. Dirven & F. Ruiz de Mendoza (eds.). 2006. *Applications of Cognitive Linguistics: Foundations and Fields of Application*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.

- GOLDBERG, A. E. (ed.), 1996. *Conceptual structure, discourse and language*. Stanford: CSLI Publications.
- GRADY, J., T. Oakley & S. Coulson, 1999. «Blending and Metaphor». Steen, G. & R. Gibbs (eds.), 1999, (pp. 101-124).
- JOHNSON, M., 1987. *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination, and reason*. Chicago: The University of Chicago Press.
- JOHNSON, M. & G. Lakoff, 2002. «Why cognitive linguistics requires embodied realism». *Cognitive Linguistics*. 13 (3), (pp. 245-263).
- LAKOFF, G., 1987. *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: The University of Chicago Press.
- _____, 1993. «The contemporary theory of metaphor». Ortony, A. (ed.), (pp. 202-251).
- LAKOFF, G. & M. Johnson, 1980. *Metaphors We Live By*. Chicago: The University of Chicago Press.
- _____, 1999. *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to western thought*. New York: Basic Books.
- MESSARIS, P., 1997. *Visual persuasion: the role of images in advertising*. Thousand Oaks: SAGE Publications.
- ORTONY, A. (ed.), 1993. *Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SILVA, A. S. da, 2003. «O poder cognitivo da metáfora e da metonímia». *Revista Portuguesa de Humanidades*. VII, (pp. 13-75).
- STEEN, G. & R. Gibbs (eds.), 1999. *Metaphor in cognitive linguistics*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- TEIXEIRA, J., 2006. «A reciclagem do significado de comunidade: processos de reinterpretação no texto publicitário». *Diacrítica*. Série Ciências da Linguagem. 20/1, (pp. 207-228).
- TURNER, M., 1996. *The Literary Mind*. New York: Oxford University Press.
- _____, 2005. *The Literal versus Figurative Dichotomy*. <http://markturner.org/LitNonlitTurner.pdf> (25 Ago. 2006).
- _____, 2006. «Compression and Representation». *Language and Literature*. 15 (1), (pp. 17-27).
- TURNER, M. & G. Fauconnier, 1995. «Conceptual Integration and Formal Expression». *Journal of Metaphor and Symbolic Activity*. 10/3, (pp. 183-204).
- _____, 1999. «A Mechanism of Creativity». *Poetics Today*. 20 (3), (pp. 397-418).
- _____, 2000. «Metaphor, Metonymy, and Binding». Barcelona Sánchez, A. (ed.), (pp. 133-145).
- VELASCO SACRISTAN, M. S., 2002. *Publicidad y Género: Propuesta, diseño y aplicación de un modelo de análisis de las metáforas de género en la publicidad impresa en lengua inglesa*. <http://www.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?Ref=10317&ext=pdf> (25 Ago. 2006).

Metonímias e metáforas no processo de referência por alcunhas do Norte de Portugal

JOSÉ TEIXEIRA

(ILCH - Universidade do Minho)
jsteixeira@ilch.uminho.pt

Abstract

The Portuguese word «alcunha» means a non-voluntary nickname, sometimes with pejorative meaning and usually used in small localities. The main purpose of this kind of nicknames is to capture a detail that makes possible a quick identification, in other words, to stress a salient characteristic conducting to an easy referring process.

In this way, the nickname's social-linguistic strategy can show us the relevance of metaphor and, above all, of metonymy as cognitive processes with a great variation of linguistic strategies and forms.

Palavras-chave: Alcnhas, Sociolinguística, metáfora, metonímia, calão.

1. Índices de uma realidade em transformação

É facilmente constatável que o processo sociológico das alcunhas aparece tradicionalmente ligado à ruralidade. Sendo as alcunhas, neste meio, uma das formas de designação e referência por etiquetagem dos membros de uma comunidade, elas funcion(av)am sobretudo em espaços geográfica e demograficamente não muito vastos de modo a permitirem a possibilidade do interconhecimento total na comunidade.

A tradicional interajuda necessária à realização dos trabalhos agrícolas favorecia – em anos não muito longínquos – os intercâmbios constantes de serviços que proporcionavam encontros e convivências que se tornavam tanto mais facilitados quanto maior fosse o conhecimento e a coesão entre os membros da comunidade. Ainda há pouco

tempo era comum as pessoas juntarem-se para vindimar, pisar as uvas, apanhar cereais, esfolhar o milho sem que houvesse pagamento. Trocava-se o serviço feito pelas ajudas feitas a cada um dos outros.

As alcunhas reflectem um conhecimento de um mundo em mudança e de vivências transformadas¹. Por exemplo, apresentar como justificação para a alcunha «Fura Bugalhos» a informação de que «criava objectos através da manipulação de bolotas» é não se dar conta que bugalhos não são o mesmo que bolotas. A justificação foi anotada por quem já não sabe a diferença entre estas duas realidades².

Por outro lado, elas são também a prova de como determinadas alterações sociais foram muito rápidas. São o testemunho de profissões que já foram importantes e que desapareceram. Permanece a alcunha, no entanto, como processo de designação ainda semanticamente transparente tendo-se alterado a realidade (profissional) que lhe deu origem. Quando quem recolhe a alcunha anota «Maquias – O comércio deles era a maquia (trocar produto por produto) uma quantidade qualquer pelo serviço que cobravam» nota-se que ainda há a memória social de uma profissão que já desapareceu. E só nestes exemplos, são várias:

Alinhavas	Porque era alfaiate (alinhavar).
Azeiteiro	
Bota-o-boi	
Bota-o-porco	
Cabreiros	O avô olhava por cabras no monte.
Calceteiro	
Capador	
Cesteiros	
Cinzeira	A mãe andava sempre a aproveitar as cinzas.

¹ As alcunhas podem servir também para compreender o passado das variedades regionais e das relações destas com a história da língua. A propósito de uma alcunha desta recolha de que não sabia a origem e o significado («Caçapo») verifica-se que no Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa (2001) a forma aparece definida como «Coelho novo; homem baixo e atarracado», propondo, para a forma, a etimologia «caçar». Parece uma justificação pouco convincente: só aos cidadãos de hoje é que coelho implica automaticamente caça. É curioso que o dicionário Etimológico de José Pedro Machado não conhece a etimologia da forma, dizendo que a origem é desconhecida. No entanto, regista uma forma de 1253 «Andreas caçapo» que aparece na p. 36 na obra *Livros dos Bens de D. João de Portel*, cartulário do século XIII. Parece já aqui tratar-se de uma alcunha!...

² Bugalhos são bolas que se formam sobretudo nos carvalhos. Têm um interior composto por um miolo onde se desenvolvem insectos voadores. Os bugalhos não são frutos dos carvalhos como as bolotas (que no Minho se chamavam landras, landres, landas ou landes).

Coelha (Rosa)	Vende coelhos na feira.
Corriola	Negociava em videiras.
Farinheiro	
Ferrador	Adaptava ferraduras aos cascos dos cavalos.
Latoeira	O pai era latoeiro.
Leiteiro (a)	Faz colheitas de leite.
Maquias	O comércio deles era a maquia (trocar produto por produto) uma quantidade qualquer pelo serviço que cobravam.
Mineiro	Porque trabalhou numa mina.
Moleiro	O pai trabalhava numa moagem.
Porqueira	Negociava em porcos.
Sapateiro	Tinha a profissão de sapateiro.
Sardinheira	Mulher que vende peixe.
Tamanqueiro	

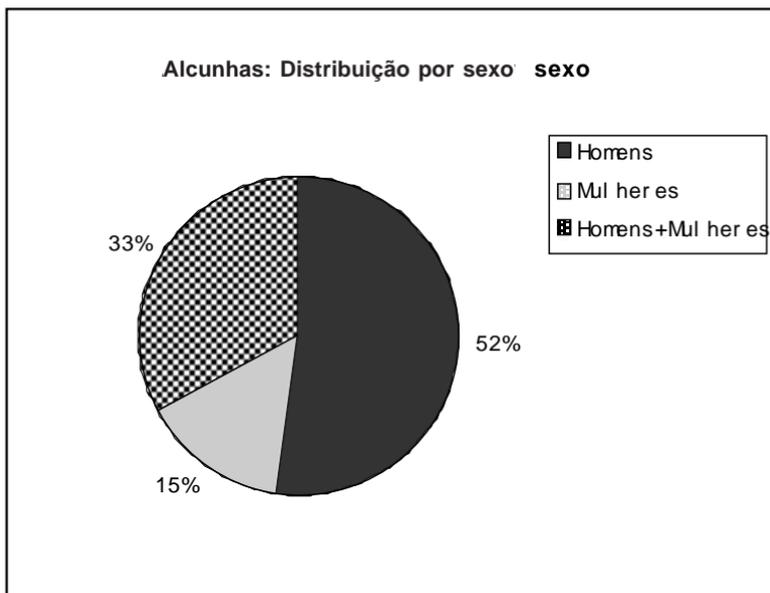
2. Alcunhas e referencialidade

Estará o fenómeno das alcunhas ligado ao facto de nas pequenas comunidades os apelidos serem muito idênticos, variarem pouco, já que há muitas pessoas da mesma família?

Apenas em parte isto será verdade. A coincidência de apelidos não é menor em aglomerados mais numerosos. Por outro lado, numa família com o mesmo apelido, os indivíduos podem distinguir-se através de um único nome próprio anteposto, como acontece habitualmente.

A alcunha é muito mais do que um simples mecanismo para possibilitar a referência. A alcunha é o nome do outro quando dialogam o eu e o tu. É o terceiro, a não-pessoa da interacção linguística, por princípio ausente da cumplicidade que a relação eu-tu impõe. O referir o outro depreciativamente faz colocar explicitamente o tu (e o eu) num plano de superioridade social, o que cria laços de empatia e reforça o prazer da interacção linguística. A alcunha, só por si, é a primeira parte de uma conversa normal, das conversas que cimentam os laços sociais das pequenas comunidades, da conversa de soalheiro, das conversas do dar-à-língua. Se estas conversas são, na maior parte das vezes, ocasiões para a crítica, para o dizer mal, o uso da alcunha é uma espécie de intróito adequado para os assuntos a versar.

E por isso não ser de estranhar a quantidade significativa de «palavras feias», como se apelidam os termos de calão com referências sexuais ou escatológicas: «Caga Milhões», «Caga no Balde», «Cagalhota», «Caga-ninhos», «Cagão», «Caga-rente», «Conas», «Conicha», «Mijadinhos», «Mijão», «Mijonas», «Parrecos», «Parrequeira», «Pirocas», «Piroco», «Pissinhas» e outras mais ou menos explícitas.



Por que razão as alcunhas são prioritariamente atribuídas aos homens, passando posteriormente para toda a família, mulher e filhos? Nas cerca de 20.000 alcunhas recolhidas no Alentejo (Ramos & Silva, 2002: 43) a esmagadora maioria (88,8%) são atribuídas a homens e apenas uma pequena parte (7,6%) a mulheres.

Nestes inquéritos, a tendência é idêntica, se bem que não com os mesmos números. Note-se que, no entanto, apenas 15% das alcunhas são relativas exclusivamente a mulheres. E recorde-se que há mais alcunhas, aplicadas a mulheres, herdadas dos homens do que o inverso.

Que razões estarão por trás desta desigualdade? Porque é que as alcunhas não agarram tão bem nas mulheres? Para ir ao encontro dos lugares-comuns, revela esta desigualdade uma outra resultante da maior visibilidade social que tradicionalmente o homem tinha? Ou indicará que são as mulheres que comandam o processo da alcunha e por isso baptizam mais os homens do que se baptizam a elas mesmas?

3. A função de castigo social

Não se veja o mal-dizer social, tão típico das comunidades rurais e pequenas, apenas como uma pura maldade perfeitamente desneces-

sária. Ele era (é) o exercício do direito que a comunidade concebe como seu de criticar/reprovar os maus comportamentos como forma de assegurar o respeito às regras comunitárias (sociais, morais) que todos na sua perspectiva devem respeitar. A maledicência das pequenas comunidades era (é) um poderoso mecanismo de coacção social visando impedir comportamentos condenáveis. Por isso, o sucesso deste tipo de interacção linguística, a sua universalidade e o facto de ser aceite pela comunidade através da «sabedoria dos antigos» que os provérbios asseguram: «Quando o povo fala, a coisa ou foi ou está para ser»; «Quem não quer ser lobo não lhe veste a pele»; «Voz do povo é voz de Deus».

Esta coacção social, que visa reprovar e portanto eliminar ou restringir comportamentos desviantes das normas da comunidade, verifica-se, por exemplo, nas frequentes alcunhas de «Bêbado». Embora nas comunidades rurais do Minho o acto do beber álcool seja perfeitamente aceite e até tido como um sinal de virilidade, o beber demais e mostrá-lo socialmente é um comportamento reprovável que infringe o aceitável para a comunidade. Do mesmo modo a não lisura de processos na actividade comercial («Cigano»), o rompimento das normas morais do casamento («Cornuda Feliz», «Cornélia») ou a alcoviteirice e intromissão demasiada («Pide») são motivos de reprovação que a alcunha cristaliza.

Não se pense, no entanto, que esta vigilância social se destina a moralizar a comunidade. O que se reprova ou incentiva não é do domínio da moralidade, mas da tradição que o grupo tem por benéfica, ainda que esta não coincida com aquela. Por mais amigo da esposa e dos filhos que um marido seja, a sua dedicação à família pode ser vista como uma quebra dos costumes se ele violar o princípio da distribuição rígida de papéis sociais por sexos nas tarefas da família: «Conas» é alcunha nada meiga para a virilidade de um homem, e o motivo apresentado não deixa lugar ao porquê («fazia o trabalho de uma mulher»).

4. A crueldade nas alcunhas

«A alcunha é um signo que capta, em geral, aspectos essenciais do indivíduo que pretende retratar. Por outras palavras, o discurso da alcunha é um discurso de rigor» (Ramos, 2002: 11).

A idealização e mitificação que tudo o que seja rural tem para muita gente leva, por vezes, a identificar os costumes do mundo da

ruralidade com a simplicidade, a inocência e a bondade, «ausência de mal». Neste âmbito, as alcunhas serão sempre formas certeiras, rigorosas de retratar um indivíduo, como refere a última citação.

Só por muita distração é que se pode dizer uma coisa destas. As alcunhas são tudo menos rigorosas. A sua finalidade não é captar os «aspectos essenciais do indivíduo que pretende retratar». Até porque a alcunha não pretende retratar, mas apontar. O retrato, para ser um retrato, tem que ter os traços essenciais do retratado. Não é isto que a alcunha faz. O que lhe interessa é marcar o alcunhado com um sinal que permita uma identificação fácil. Se quisermos usar a terminologia do «essencial» e do «acidental», a alcunha procura o pormenor marcante, o acidental e não a essência: ou seja, um acidental marcante, referencialmente saliente. Ser «Coxo» é o *essencial* de um ser humano? E ser «Gago»? Será «Barbas», «Careca» ou «Bigodes» a essência de alguém?

As alcunhas são construídas, frequentemente, através da referência a pormenores físicos ou comportamentais de uma forma, por vezes, bastante cruel. «Manco», «Coxo», «Gago», «Baixinho», «Baleia», «Batata (nariz)», «Beiças» e tantas outras baseiam-se apenas em pormenores acidentais, muitas vezes de índole física. Ou então, recorrem a aspectos de atribuição e caracterização psico-social marcadamente pejorativos e reveladores de desprezo social: «Conas», «Cornuda Feliz», «Tolo», «Burra», «Cagão».

Esta crueldade pode aparecer disfarçada em ironia (o que nem sempre é menos cruel) por referencialidade oposta. O «Pestanas» é um indivíduo que não as tem; mas se as possui em tamanho que ultrapassa a norma é o «Pestaninhas», com o diminutivo, por antítese, a sublinhar a característica saliente.

E mesmo quando a marca saliente é muito positiva (a riqueza, por exemplo), a alcunha vai muitas vezes buscar um pormenor que possa puxar para baixo o prestígio:

«Caga milhões – Veio das minas de diamantes e roubava-os, engolindo-os e recuperava-os quando fazia as suas necessidades pessoais.»

5. Pormenores metonímicos e relevância cognitiva

Como se verifica sem grande dificuldade, a função prioritária da alcunha não é o retrato, o captar o essencial de um indivíduo, mas

apreender um pormenor que permita uma identificação rápida, uma característica que se revele como particularmente identificativa de alguém, ou seja, um pormenor cognitivamente relevante. Por isso, mais do que um retrato, a alcunha baseia-se no princípio da caricatura: não é a fidelidade ao todo que interessa, mas o fazer ressaltar, mesmo com exagero, uma ou outra característica que irá representar/referir a totalidade.

Numa dimensão psicolinguística, parece ganhar força a ideia de que o processamento da informação difere não em função de literal-figurado, mas em função de saliente-não saliente (Giora, 1997). Ou seja, a informação tradicionalmente dita figurada (metáfora/metonímia) não é processada sobre a literal (e por conseguinte depois dela), mas pode ser processada directamente sem envolver o processamento da etapa literal, desde que essa mesma informação «figurada» seja cognitivamente saliente.

As alcunhas parecem ser uma confirmação deste processo, na medida em que são os processos metafóricos e metonímicos (tradicionalmente identificados como «figuras» da linguagem não-literal) os que enformam a maior parte dos casos. O grande poder cognitivo destes dois fenómenos conceptuais (Silva, 2003) é particularmente verificável na pertinência com que as alcunhas, através deles, não só refererem/identificam como (até certo ponto) descrevem. Daí a ilusão de que retratam o essencial: atingem é aquilo que é saliente. Só que, cognitivamente, o mais saliente nem sempre é o essencial.

Evidenciam-se dois tipos de particularidades para a atribuição da alcunha de base metonímica: físicas e comportamentais. Aquelas terão que ser, por norma, permanentes, já que referem uma particularidade cognitivamente saliente e constante: a alcunha «Barbas» só faz sentido se o alcunhado as usa habitualmente e não se apenas por uma vez deixou a barba crescer. O mesmo para «Coxo», «Narizinho», «Manco», «Malota», «Preto», «Fininho» e outras de índole física.

Diferem as metonímias de base comportamental: também podem assentar em particularidades tidas como permanentes («Mudo», «Cabeça-de-vento», «Gago», «Pide», «Poeta» e todas as profissionais), mas em muitos casos alicerçam-se em acontecimentos pontuais que funcionam como marcas de referência identificativa:

ALCUNHA	MOTIVAÇÃO
28	Apostou comer 28 sardinhas, e conseguiu.
600	Um vizinho deu boleia a um agente da GNR conhecido. O agente multou-o por lhe ter dado boleia sem o capacete obrigatório. A multa na altura era de 600 escudos.
1007	Falava mal quando era miúdo: um dia perguntaram-lhe «onde está a tua mãe e o teu pai?» Ele respondeu: «Está a 1007 (dormir a sesta) com a minha mãe».
50 sardinhas	Comeu 50 sardinhas numa aposta.
Calcinhas	Roubaram-lhe as calças e ele chorou porque ficou sem calcinhas.
Fiambre	Pedi uma «tosta - mista sem fiambre»
Miss Prenha	Por ter ganho um concurso de beleza numa discoteca («Penha Club») quando estava grávida
Papa-orelhas	Num café houve uma briga entre duas pessoas e arrancou-lhe com os dentes a metade da orelha.
Rodas	O bisavô andava na tropa e quando regressou perguntaram-lhe o que fazia na tropa? Ele respondeu que andava às voltas (rodinhas).

Como se comprova, longe de serem as características «essenciais» aquelas que enformam as alcunhas, são, antes, todas as que possuem o princípio de relevância em grau elevado. Mesmo que o (cognitivamente) relevante seja apenas um pormenor histórico, pontual, pode ser o suficiente para gerar uma marca identificadora que a alcunha acarreta. E como a alcunha se pode transmitir hereditariamente, nem sequer é necessário que o facto que lhe deu origem seja relativo ao alcunhado, como frequentemente se verifica (ver «Rodas», no último quadro).

O sucesso da alcunha está precisamente no facto de, não sendo globalizante, destacar apenas um pormenor que, por ser marcante cognitivamente, vai funcionar como índice de reconhecimento. Daí que o processo de alcunhar seja essencialmente um processo metonímico, muito mais do que metafórico – partindo da assumpção que os dois são suficientemente distintos.

Quando se fala em «pormenor metonímico» pretende-se indicar o facto de, na maior parte das vezes, este processo de referência se basear numa única particularidade. No entanto, em certos casos, ele pode ser mais complexo, combinando-se com outras modalidades referenciais, formando verdadeiros testemunhos de concisão e adequação referencial. Veja-se o caso de «Cacaralho», com a justificação «Gaguejava quando se enervava». Cruel, mas engraçada a forma da

alcunha. É de um realismo impiedoso, porque faz a amálgama, numa única palavra, do defeito físico e do mau(?) hábito der dizer «palavões»³.

O rendimento da metáfora, evidentemente verificável, é bastante menor. A metáfora implica um processamento cognitivo mais complexo que a referencialidade metonímica aqui (nas alcunhas) verificada e por isso, para o uso referencial, são privilegiadas metáforas de protótipo⁴, tão directas como as metonímias. Isto é, a particularidade que se pretende referir não é indicada directamente, mas um exemplar muito prototípico que, por assim o ser, possui a característica no mais alto grau:

Baleia < Gorda	Batata < Nariz grande
Rato < Muito activo	Tomate < Corado/a em excesso
Burro < Estúpido, teimoso	Cenoura < Cabelo ruivo
Porca < Pouco asseada	Carvalha < Alta
Pisco < Pequeno	Estaca < Alto e magro

Em síntese, poder-se-iam apontar as principais diferenças entre o funcionamento social do nome e das alcunhas:

NOME	ALCUNHA
Atribuição intra-familiar	Atribuída pela comunidade
Forma de tratamento ⁵	Forma de referência
Imposto pelo indivíduo à comunidade	Imposta pela comunidade ao indivíduo
Significado não transparente	Significado transparente (na origem)
Finalidade de revelar a essência de uma tradição familiar em que se insere	Finalidade de revelar um pormenor relevante do indivíduo que a possui
Ligado à escrita e oralidade	Ligada à oralidade

³ Tem, no entanto, que se contextualizar este aspecto, já que na tradicional convivalidade do norte de Portugal este palavrão é perfeitamente aceitável e normal dentro de certas contextualizações conversacionais.

⁴ Por «metáfora de protótipo» pretendo indicar um processo referencial muito típico das alcunhas que consiste em tomar um elemento como protótipo, no sentido de melhor elemento exemplificador, de uma categoria: a baleia é tido como o melhor exemplo da volumetria corporal, daí «ser gordo como uma baleia», ser «uma baleia», «a Maria Baleia».

⁵ Pretendo referir o facto de o nome próprio ser uma forma de identificação social, a designação oficial de alguém, uma das formas sociais de «tratar» alguém.

6. Alcunhas recolhidas e contexto deste trabalho

A recolha das alcunhas que aqui aparecem foi feita em colaboração com os alunos da disciplina de Linguística Descritiva II do Curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas da Universidade do Minho, no ano lectivo de 2005/2006. Abrange essencialmente a zona do Minho, mais uma freguesia do Fundão (Distrito de Castelo Branco) e duas de S. João da Pesqueira (distrito de Viseu). Os concelhos (e principais freguesias) da recolha foram:

- Amares (Caldelas, Fiscal, Caires, Ferreiros)
- Barcelos (Arcozelo)
- Braga (Ferreiros, Adaúfe, S. Victor)
- Esposende (Gandra, Antas, Belinho)
- Famalicão (Pedome, Bairro, Lemenhe)
- Felgueiras (Vila Fria, Margaride)
- Fundão (S. Martinho)
- Guimarães (Taipas, Mascotelos, Vila Nova de Sande)
- Mondim de Basto (Pedra Vedra)
- Paços de Ferreira
- Paredes
- Ponte de Lima (Corrilhã)
- Póvoa de Lanhoso (Vilela, Friande)
- S. João da Pesqueira (Paredes da Beira, Trevões)
- Santo Tirso
- Trofa (S. Martinho do Bougado)
- Valença (Cristelo Covo)

Não se identifica, aqui, cada alcunha com a respectiva freguesia de origem dado que, para muitas pessoas, a alcunha quando socialmente exposta possui um alto grau de negatividade. Ora, com cada alcunha inserida na respectiva freguesia, era possível e fácil identificar os alcunhados.

Na primeira coluna aparece a unidade lexical que serve de alcunha; na coluna seguinte se a alcunha foi identificada como aplicando-se apenas ao masculino (M), ao feminino (F) ou aos dois (MF). À direita, apresentam-se as motivações que, embora não pedidas, os inquiridos quiseram apresentar:

Apelido	Gn	Motivação
21	M	
21	M	
24	M	
25	M	
25	M	
27	M	
28	M	Apostou comer 28 sardinhas, e conseguiu.
80	M	Por ser gordo
300	M	
600	MF	Um vizinho deu boleia a um agente da GNR conhecido. O agente multou-o por lhe ter dado boleia sem o capacete obrigatório. A multa na altura era de 600 escudos.
1007	M	Falava mal quando era miúdo : um dia perguntaram-lhe «onde está a tua mãe e o teu pai?» Ele respondeu: «Está a 1007 (dormir a sesta) com a minha mãe».
50 sardinhas	M	Comeu 50 sardinhas numa aposta.
Abada	M	
Abanadores	M	
Abóboras	MF	
Abril (Rui)	M	
Alhos	MF	
Alinhavas	M	Porque era alfaiate (alinhavar).
Alto	MF	
Anta	MF	
Ar condicionado	F	
Araminhos	MF	
Arreia	MF	
Asseados	MF	
Avé	M	Cantava nas missas com entusiasmo.
Aviona/Avião	MF	
Azêdos	MF	
Azeiteiro	MF	
Azeitonas	MF	
Babado	M	Não pode ver uma mulher bonita, fica logo «babado».
Bacalhau (Adelino)	M	
Bacamarte	MF	
Bacano (Nandinho)	M	
Bacorinho	MF	
Badego	M	Face e nariz a lembrar um pardal.
Baixinho	M	É um homem muito pequeno.
Baixinho	M	
Baixinho (Filipe)	M	
Balalaica	F	Pela expressão «Vai lá Laika» (cadela russa que foi para o Espaço).

Baleia	F	
Baleia	MF	
Banana	M	
Banana (Pedro)	M	Engordou de repente.
Barbas	M	Porque deixava crescer a barba e a usava muito comprida.
Barbas	M	Usa a barba grande.
Barbeira	MF	
Barbeiro	M	É o barbeiro da aldeia.
Barbeiro	MF	
Barbicha	M	
Barcelas	MF	
Barraca	M	
Barraca (Henrique)	M	
Barracas	MF	
Barracoa	F	Marido possuía um grande barracão (anos 30/50) para guardar encomendas que recebia pelo comboio.
Barranhos	MF	
Barranhos	MF	
Barrigas	MF	Por ser muito gordo
Basbaia	MF	
Batata	M	Quando bebe demais fica com o nariz vermelho.
Batata	MF	
Batata (Maria)	F	
Batata rambana	M	Tem um nariz grande e defeituoso.
Batatas	MF	
Batatas	MF	
Batatas	MF	
Batatinha	M	Por ser uma pessoa inocente.
Batatoon	M	Comparavam-no com o palhaço.
Bean	M	
Bêbado	M	Bebe sempre um pouco demais.
Bêbedo (Zé)	M	
Beças	MF	Pessoas com os lábios muito grandes.
Beltreiro	M	
Bengaleiro	M	Não quer trabalhar.
Berga	M	
Bicha	F	Por ser feia.
Bicha (Zé)	M	
Bichata	M	
Bichinha	MF	
Bico de pato	F	Adora bicos de pato.
Bife (Miguel)	M	
Bigodes	MF	
Bigodes (David)	M	
Bilhas	M	

Bina (João da)	M	
Binómio	M	
Biscas	MF	
Bispos	MF	O avô relacionava-se bem com um bispo.
Bispos	MF	
Bisqueleta (Maria)	F	
Bixoilos	MF	
Boazinha	F	Pessoa muito amável, e sempre pronta a ajudar as pessoas.
Bugalho	M	
Boina branca	M	Porque andava sempre com a mesma boina (suja ou lavada) em todas as épocas do ano.
Bola	M	
Bola	M	
Bolinhas	M	Por ser gordo.
Bollycao	M	
Bom ladrão	M	Homem que trabalha numa loja e se engana nas contas em seu favor.
Bomba	F	
Bombas	M	
Bombeiro/a	MF	
Bombo (Rosa do)	F	
Boniéque	MF	
Bons dias	MF	
Borras	MF	
Bota-o-boi	MF	
Bota-o-porco	MF	
Botija	M	
Bouças	M	
Brasileiro	M	
Bravo	M	
Brazabu	M	(Belzebu) Homem introvertido e pouco afável.
Bregasta	M	
Brilhas	MF	
Broas	F	
Bruxa	F	Mulher que roga pragas aos outros.
Buraquinho	MF	
Buraquinho(a)	MF	Num buraco pariu uma cadela e a seguir perguntaram-lhe de que cor eram os cãesinhos. Ele respondeu: «se quiseres ver anda ver pelo buraquinho».
Burra (Laida)	F	Coefficiente de inteligência muito baixo.
Burriquita	F	Andava sempre de burro, até para o café ia de burro.
Cabaça	F	
Cabana	MF	
Cabeça de porco	M	
Cabeça Grande	M	Quando era pequeno caiu da cama abaixo e ficou com um papo na cabeça.

Cabeça negra	F	
Cabeça-de-vento	MF	
Cabeças	MF	Proveniente de Cabeças.
Cabreiros	MF	O avô olhava por cabras no monte.
Cabrira	MF	Fala muito alto.
Cabriteiro	MF	
Cação	MF	
Caçapo (a)	MF	Coelho pequeno e do monte. Se aplicava aqueles cujo apelido era Coelho.
Cacaralho	M	Gaguejava quando se enervava.
Cachuço(a)	MF	
Cacoiros	MF	
Cadeiras	MF	
Cães (Chico dos)	MF	
Gaga milhões	M	Veio das minas de diamantes e roubava-os, engolindo-os e recuperava-os quando fazia as suas necessidades pessoais.
Caga no balde	M	A casa de banho estava ocupada e então ele veio para a rua e fez num balde.
Galgalhota	F	No seu quintal, junto a uma retrete, as fezes proliferavam.
Caganato	M	
Caga-ninhos	MF	
Cagão	M	Tem medo de tudo.
Caga-rente	M	Por ser baixo.
Caixotas	MF	
Caladas	M	
Caladas	MF	
Calceteiro (Tiago)	M	
Calcinhas	M	Roubaram-lhe as calças e ele chorou porque ficou sem calcinhas.
Caldeira	M	
Caldinho de arroz	F	
Calhau (Pedro)	M	
Calhorda	M	
Calhordas	M	Vem do nome Carlos.
Caloteiros	MF	
Camacho	M	
Camaco	M	
Cambalhotas	M	Teve um acidente de mota e fez cambalhotas no ar.
Camões	M	
Camões	M	
Camões	MF	
Campainha	F	
Campanera	F	Andava sempre a cantar uma canção espanhola «Campera».

Campinho (Zeca)	M	
Canadeiras	F	
Canadeiros	M	
Canário	M	
Canário	M	
Cancelas	F	Trabalhadora rural que deixava todas as cancelas abertas por onde passava.
Cancelas	F	
Cangalho	MF	
Canhota	F	
Canhoto	M	Trabalhava só com a mão esquerda.
Caniche	M	Tem o cabelo muito encaracolado.
Caniço	MF	
Caniços	MF	
Caniços	MF	
Canino	M	
Canzeador	M	
Cão da praça	M	Não sai da praça, não trabalha.
Cão de água	M	
Cão vadio	M	Gosta muito de farras, sempre a passear.
Capador	M	
Capador	M	
Capitão	M	
Capuchos	MF	
Caquinha	M	Não tinha casa de banho e fazia nos cantos das ruas.
Cara-linda	F	
Careca (Lurdes)	F	
Careca (Zé)	M	
Careca (Zé)	MF	
Carecas	MF	
Careco	MF	
Carioca	M	
Carneiro	M	
Carolos	MF	
Carrancas	M	Anda sempre a tirar as carrapetas do nariz.
Carrapitas	MF	Andam sempre a cantar a música da carrapita.
Carrapoto	MF	
Carreta (Eduardo)	M	
Carriça	MF	
Carriço	MF	
Carriços	M	Família muito ligada aos cavalos.
Cartola	F	
Cartola	M	
Carvalhinhas	MF	
Casa Nova (Tone)	M	Mudou-se para uma casa nova.

Cascalheiros	MF	
Caseiro	M	Não gosta de sair de casa.
Caseiro	M	
Caseiro	M	
Casota	M	
Cat	F	
Catapunga	M	
Catella	MF	
Catorze	M	
Catorze	MF	
Cavalo Branco	F	Cabelo branco e longo.
Cavalos (Armando dos)	M	Tinha muitos cavalos.
Cavaquinhos	MF	
CDS	M	Nas eleições revestia as paredes com panfletos do CDS.
Cebola	M	
Celeiros	MF	
Cenoura	M	Por ser ruivo.
Cenoura	F	Mulher ruiva.
Cerejinhas	F	
Cerqueira	MF	Proveniente da Cerqueira.
Cesteiro (Manuel)	M	
Cesteiros	MF	
Chabeco	M	Fala muito.
Chalé	F	
Chancadas	M	
Chanfrado (Manuel)	M	
Chãocharro	MF	
Chapados	MF	
Charreta	F	Por ter uma carroça.
Chascos	MF	
Chepa	F	Novela cuja actriz se chamava chepa (coxeava) e como a pessoa mancava chamaram-na chepa.
Chias	MF	
Chicha	M	
Chila (Tia Rosa)	F	
China	M	Por causa dos olhos.
China	M	Tem os olhos em bico.
Chôco	M	
Chocolate	M	
Chora	MF	
Chouriço	M	Pela publicidade «Qualquer chouriço tem um Jeep».
Chumbo (Tone)	M	Tinha um dente de chumbo.
Chupa	M	
Cigano	M	Homem que faz negócios ilícitos.

Cigano	M	Por ser um homem perigoso.
Cigano	M	
Cinco Coroas	M	Pelo uso da expressão «cinco coroas», quando pretendia comprar qualquer produto.
Cinco Reis	M	
Cinzeira	F	A mãe andava sempre a aproveitar as cinzas.
Clarinhas	M	
Cleópatra	F	
Coco	M	Vinha duma aldeia cujos habitantes são assim nomeados.
Cocoloto	M	
Coelha (Rosa)	F	Vende coelhos na feira.
Coelhinha	F	
Coelho	M	Pelos dentes.
Coelho	M	Tem por hobby ir à caça.
Coelho	M	
Coelhos	MF	
Coleiros	MF	
Colorito	MF	
Comboio dos palhais	M	Tem um cavalo com uma carroça e dava boleia às pessoas.
Comediantes	MF	Eram acrobatas.
Conas	M	Porque fazia o trabalho de uma mulher em casa.
Conicha	F	
Copo de leite	M	
Cornélia	F	Traição conjugal.
Cornuda feliz	F	
Corredoura	MF	
Correio (Toninho)	M	Durante muitos distribuiu o correio na aldeia.
Corriola	M	Negociava em videiras.
Corta	M	
Costelas	MF	
Cotão/ona	MF	
Côtas	MF	
Cotinho (Manuel)	M	
Cotovia	F	Tinha os olhos como as cotovias (ave).
Coveiro (Zé)	M	
Coxas	MF	
Coxo (Zé)	M	
Crêspas	MF	
Cuco	MF	
Curral	M	
D'Além	MF	
Dez pás duas	M	Aparência física.
Dezanove	M	
Doninhas	M	
Duda	M	

Egas	M	Personagem da Rua Sésamo (aparência física – orelhas).
Enforcado	M	Afirmou que quando ia casar ia enforcar-se.
Entruida	MF	
Ervilhas	MF	Por comprar sempre ervilhas.
Escadote	F	Era muito alta.
Escadotes	MF	
Escola	MF	Por viver na mesma rua da Escola.
Escondidinho		
(Manel do)	M	Por ter um café que fica num sítio escondido.
Esgota pipas	M	Bebe muito.
Espanta diabos	M	Porque é um homem muito feio.
Espertinho	M	Indivíduo considerado idiota.
Espiga (Zé)	M	
Espingaradeira	F	
Espinha (Tiago)	M	
Espanja	M	Dois significados: pessoa que bebe muitas bebidas alcoólicas e com o efeito do álcool chora.
Espuma	F	
Esquilo	M	
Estacas	F	São altas e magrinhas.
Esticadinho	M	Esmerado no vestir e no falar; presumido.
Estreitos	MF	
Estripa-Gatos	MF	
Explorador do povo	M	Tem um mercado na aldeia e vende tudo muito caro.
Facas	M	Tinha uma loja de cutelarias.
Fáisca	M	Pessoa muito resmunguenta e impulsiva.
Falcão	MF	Trabalhava numa Estação de Serviço que se chamava «Falcão».
Fanecas	MF	
Fangueiro	MF	
Fanhas	MF	
Faquir	M	
Farapo velho	F	Apertava as saias com um farrapo velho.
Farinheira	F	
Farinheiro	MF	
Faroca	MF	
Farófia	MF	
Farolas	MF	
Farrapeiro	M	
Farrapo	M	
Farsola	M	
Fazarroz	F	
Febra (Nuno)	M	
Feijão branco	MF	
Feijão Pequeno	M	
Fentelhuda	F	

Ferrador	M	Adaptava ferraduras aos cascos dos cavalos.
Ferreirinho (Jorge)	M	
Ferreiro (Zé)	M	
Ferrugens	M	Porque são ferreiros.
Fevereiro	M	
Fiambre	M	Pediu uma «tosta - mista sem fiambre»
Figo preta	M	Tem a tonalidade de pele muito escura.
Fina Palita	F	Era muito magra.
Fininha	F	Por ter umas pernas muito finas.
Fininho	M	Alto e magro.
Firotoça	M	
Fiscal	M	Homem idoso que não trabalha e tem por hábito de vigiar as entradas e saídas dos vizinhos.
Fofa	MF	Por ter uma perna mais curta que a outra.
Fofas	MF	
Fofinha	F	
Fofinha (Rosa)	F	Por ter as bochechas rechonchudas.
Fogueiro (Mário)	M	
Foguetes	MF	
Foles	F	
Folhas	M	
Fontainhas	MF	
Formiga	MF	
Formigas	MF	Passam a vida a trabalhar. Gente trabalhadora.
Formigas	MF	
Foufeiras	MF	
Francês	M	Emigrante em França.
Francesa	MF	
Franceses	MF	
Franga	M	
Franga preta	F	
Frango	M	Sofre muitos golos à baliza.
Fraqueza	M	Tinha um aspecto doentio e fraco.
Fraquezas	F	
Frutezinhos	MF	Hereditariedade.
Fuínhas	MF	
Fundo-de-vila	MF	Proveniente do Fundo-de-vila.
Fura	MF	
Fura Bugalhos	M	Criava objectos através da manipulação de bolotas.
Fura-moutas	M	
Furas	M	
Furtivo	M	
Fusível	M	É electricista.
Gadelha	F	
Gadil	M	

Gagareilha (Isabel)	F	Porque ela gaguejava.
Gago (Martinho)	M	
Gaias	MF	Conhecidos por ter gaios.
Galano	M	Nome que lhe foi atribuído pelas prostitutas do Porto.
Galegos	MF	Família muito pobre e com muitos filhos, e o pai para sobreviver e sustentar a família trabalha «como um galego».
Galegos	MF	Nacionalidade.
Galinha	M	
Galinha (Zé)	M	Por ser magro.
Galinheiros	MF	
Galinholas	M	Andava sempre aos ninhos.
Gamelas	MF	Andavam sempre com gamelas.
Gamelas	MF	
Gamenho	MF	
Gancho	MF	
Garraão	M	Andava sempre com ele.
Garraões	MF	
Gasolina	M	Trabalhava nas bombas de gasolina.
Gasolinas	M	Bebeu gasolina.
Gata	F	
Gato	MF	
Gatos	MF	
Gatos	MF	
Gel	M	
Gemas	M	
GI Joe	M	
Gigolo	M	Tem muitas namoradas.
Girós	MF	
Gita	M	Jogador futebol local que se esgueirava facilmente à acção de defesa da equipa adversária.
Godzilla	M	
Grafonola	M	
Granadas	M	
Grande (Manuel)	M	
Gravatinhas	M	Por andar sempre de gravata.
Grileiro	MF	
Grilo	M	Quando era pequeno caçava grilos.
Grilo Zé/Maria)	MF	Vem dos antepassados que se chamavam Grilo.
Grilos	MF	
Guerra	MF	Arma desacates.
Guerra	MF	
Guerra	M	
Guicho (Rui)	M	
Guitarra (Zé)	M	Pessoa que toca guitarra.

Guito	M	
Helena	MF	
Hooligan	M	
Horta (António da)	M	Cuidava da horta.
INEM	MF	
Inverno	M	Não tem frio durante o inverno, usa sempre apenas duas peças de roupa.
Inverno	MF	
Isca (Lurdes)	F	
Iva	F	
Jagunzo	M	
Japão	M	Pessoa que tem os olhos pequenos e bicudos.
Jardel	M	Por jogar muito bem futebol.
Jeca (Piedade)	F	Avô bebia muita cerveja («bejecas»).
Jeiras	M	
Jeiras	M	
Jeremécas	M	
Jet	M	Pratica uma modalidade de «karaté» com esse nome.
Judas	M	
King	M	
Kiwi	M	Gostava muito de kiwis.
Koala	M	A sua cara faz lembrar esse animal.
Labaredas	M	
Lagosta	M	
Lambada	M	Homem que fez uma viagem França/Portugal sempre a ouvir a «Lambada».
Lambadas	M	
Lambão	M	Pessoa que come muito.
Lambão (Pedro)	M	
Lampião	M	Fuma muito.
Landaínhas	MF	Vestiam-se muito mal.
Lapato	M	
Laranjeira (Amadeu)	M	
Laranjinha	MF	Tinha a cabeça muito redondinha, parecia uma laranja.
Laranjos	MF	
Laronha (Chica)	F	
Latoeira	F	O pai era latoeiro.
Laus	MF	
Lavrador (Tone)	M	
Leão	M	
Lebre	MF	
Leite	F	
Leiteira	F	
Leiteiro (a)	MF	Faz colheitas de leite.
Leites	M	Tinha sorte a jogar futebol, ficava sempre com a bola (chamava-se uma leitada = sorte).

Leitona	F	
Licas	M	
Lila	M	
Lisa-Pó	F	
Lobisomem	M	Andava de noite a percorrer as ruas e fazia muito barulho.
Lobos	MF	
Loira	F	
Louceiro (João)	MF	
Luzinhas	M	Tinha umas sapatilhas que tinham luzes.
Macedinhas	MF	
Machadinhas	F	
Macieira	M	
Macieiras	F	
Maçôta	F	Era pequenina.
Madeira	M	Proveniente da Madeira.
Maduros	M	
Maganórios	MF	
Maiato	MF	Proveniente da Maia.
Malas	MF	
Malhão	M	Gostava muito de dançar.
Malhasol	M	Roubou uma rede que era o malhasol (isolante).
Malhona	F	Toda a sua família dança o malhão.
Malota	M	
Malotinha	M	
Mama	M	
Mama	MF	
Manca-mulas	M	
Manco (Zé)	M	Manca, tem uma perna mais curta do que outra.
Mangueiras	M	Porque roubou uma mangueira.
Mania do rabo das saias	F	
Manquinhos	MF	
Mão-de-Pau	MF	
Maquias	MF	O comércio deles era a maquia (trocar produto por produto) uma quantidade qualquer pelo serviço que cobravam.
Maranhos	MF	
Marinheiro	M	
Mariquinhas	M	
Marlon	M	
Marreco (Raul)	M	Por ser baixo.
Marujos	MF	
Mascotelos	MF	Proveniente de Mascotelos.
Massa	MF	
Massado	M	Caminha muito devagar.

Mata-chicos	M	
Mata-gatos	MF	
Matateu	F	Muito morena e por exagero comparada ao antigo jogador Matateu.
Matateu	M	Chama-se Mateus.
Mato (Chico)	M	
Mau Governo	M	Pessoa que gasta muito dinheiro e não se sabe governar.
Mawet	M	
Máximo	M	
Meadeiros	MF	
Melros	MF	
Melros	MF	
Menina	M	Filho da mamã, muito mimado e queixinhas.
Meninas	M	
Menino Jesus	M	
Mentiroso	M	Porque era mentiroso.
Mentiroso (Zé)	M	
Merda (Zé)	M	Tem pouca sorte.
Mesinha	M	
Metro e meio	F	
Mexe-mexe	M	Não pára quieto, mexe em tudo.
Mi bemol	M	Tal como a nota musical, é muito esquisito.
Miano	MF	
Micas	F	
Micau/aua	MF	
Migas	M	
Migas	MF	
Miguel	MF	
Mijadinhos	MF	
Mijão	M	Tinha incontinência urinária mesmo em adulto.
Mijonas	F	
Milhões	MF	
Milhos (Zé)	M	Comia os milhos ao desafio com os irmãos.
Mim	M	
Mineiro	M	Trabalhou muitos anos nas minas.
Mineiro	M	Porque trabalhou numa mina.
Minhoca	M	Pela forma da cara.
Miras	MF	
Miss Piggy	F	
Miss Prenha	F	Por ter ganho um concurso de beleza numa discoteca («Penha Club») quando estava grávida.
Missas	MF	
Missé	M	Alcunha de infância.
Missionária	F	Frequentava muito a igreja e vendia pagelas de santos.
Mister Bean	M	
Mix	M	

Mochos	MF	É uma família que tem olhos grandes e esbugalhados como os mochos.
Mochos	MF	
Moinho (Zé)	M	
Molas	M	
Moleiro	M	O pai trabalhava numa moagem.
Moleiro	MF	
Monca	M	
Monte (Joana do)	F	Mora no monte.
Moqueiro(s)	MF	São homens fortes e com físico agressivo.
Morenos (as)	MF	Tem o tom de pele moreno.
Morre ao sol	M	
Morre-ao-Sol	M	Preguiçoso.
Morto	M	
Mosca	M	
Mota (Paulo)	M	Por ter uma mota.
Mota (Paulo)	M	
Motas	MF	
Mouche	M	Pessoa que gosta do ambiente nocturno.
Mouco	M	Pessoa que ouve mal.
Mouco	MF	
Mouco (António)	M	
Mouranos	MF	
Mourico	M	
Moutelas	MF	
Mr Bean	M	Está sempre a fazer rir os outros e a rir-se.
Mr. Muscle	M	
Muda	F	Não fala.
Mudinho (André)	M	
Mula	F	Pessoa teimosa.
Mula	M	
Nabiça	F	
Nabiças	F	
Narizinho	F	
Neca	M	
Negão	M	
Nero	M	
Netos	MF	
Nevoeira	MF	
Ninja (Zé)	M	
Nites	M	
Noites	MF	Só andavam de noite.
Olho branco	MF	Tinha os olhos praticamente brancos.
Olhos de boi	M	Homem que está sempre a olhar para as mulheres.
Pacheco	M	O bisavô do inquirido tinha este apelido.

Pacheco	MF	
Pachota	M	
Padeira	F	
Padeira	F	
Pai dos pobres	MF	
Pai tio	M	Arranjou um filho com uma cunhada.
Paizinho	M	Pessoa muito amiga que gosta de ajudar e dar bons conselhos.
Palata	M	
Paloios	M	
Paloios	MF	
Pancha	F	Tinha um atraso mental e um andar desconchavado.
Pantera	M	
Papagaio	MF	
Papaías	MF	
Papa-ratos	MF	
Papas	MF	
Papa-orelhas	M	Num café houve uma briga entre duas pessoas e arrancou-lhe com os dentes a metade da orelha.
Parauta	MF	
Parauta	MF	
Pardelho	MF	
Parrecos	M	
Parrequeira	F	
Passadiço (Tónio)	M	
Passareca	F	
Passarinho	M	Pessoa que canta quando caminha.
Passarinhos	MF	
Pastor	M	É muito preguiçoso.
Pastor	MF	
Pata azul	M	
Pata de cão	M	Tem o pé muito pequeno e a avó disse-lhe: «parece que tens pata de cão».
Pataco	M	
Pataxugos	MF	
Patinhos	MF	
Pato	M	
Pato	MF	
Pechincha	M	
Pechorro	MF	
Pedra	M	
Pedral	MF	Proveniente do Pedral.
Pedras (Zé das)	M	
Pedregal	M	
Pedreiras (Maria das)	F	O avô trabalhava numa pedreira.

Pedreiros	MF	
Pegas	MF	
Pêgas	MF	
Peida	M	
Peixeira	MF	É essa a sua profissão.
Peixeiro	M	
Peixinho (João)	M	
Pelado	MF	
Peluda (Célia)	F	
Peludo	M	
Peneiras	MF	
Penela	MF	
Penetilhas	MF	
Pentelhas	MF	
Pepe	M	
Pepino	M	Por ter uma barriga empinada muito para a frente.
Pepino	M	
Pequeninha	F	
Pequeno (João)	M	Quando era jovem, ia aos vizinhos roubar fruta e como era muito pequeno, não conseguia alcançar a fruta e chegava a casa sempre com a saca vazia.
Pequeno (Zé)	M	Pessoa de estatura baixa.
Pequeno (Zé)	M	
Pêra	F	
Perdidos	MF	
Perigosa	F	Por ameaçar as pessoas sempre com uma faca.
Periquitos	MF	
Perrudo	M	Pessoa muito armante.
Pesca	M	É o seu passatempo preferido.
Pesca	M	
Pestana	MF	Por não ter pestanas.
Pestana	MF	
Pestaninha	M	Tem as pestanas demasiado grandes.
Petas	M	
Pêto	MF	
Pica limas	M	
Piçalho	M	
Picaretta	M	Pelo seu nariz.
Picota	MF	
Picota	MF	
Pide	F	Porque é uma alcoviteira, coscuvilheira.
Pifre	M	Por tocar flauta transversal.
Pika	M	
Pilão	M	Pelo tamanho do pénis.
Pilas (O)	M	Porque ele é pequeno e fraquito.
Pinante	M	

Pincha	M	Tem muita energia e não consegue estar sossegado.
Pinguim	M	
Pinta Ratos	M	
Pintas	MF	
Piolho	M	
Piolho	MF	
Piolho (Quim)	F	
Pipa (Adelaide)	F	
Pipas	MF	
Pipina	F	
Pipo	MF	
Pipoca	M	
Piratas	MF	
Piriquita (A)	F	Anda a abanar o rabo e a ponta dos pés.
Pirotas	M	
Piroco	M	
Pisco	M	
Pisco	M	
Piscocilhas	MF	
Piscos	MF	
Pissinhas	M	
Pistola	MF	
Pistolas	MF	O avô era conhecido pelo seu nariz grande e bicudo, tinha a forma de uma pistola.
Pitadas	M	
Pitchel	M	
Piteiro	M	O pai dele vendia galinhas.
Playboy	M	
Poeta	M	Fala muito mas raramente diz alguma coisa pertinente.
Pokey	M	É muito pequeno.
Polícia	MF	
Polícia (Polícia)	M	
Pomba	MF	
Pombo	M	Conhecido por espalhar os boatos da vida das pessoas na aldeia.
Ponta esquerda	MF	
Popstar	F	
Porqueira	F	Negociava em porcos.
Porqueiro	M	
Porqueiro	M	
Porqueiro	MF	
Porqueiro (António)	M	
Porteira	MF	
Potes	MF	Eram gordos e baixos.
Potes	MF	São gordos e baixos.

Pouca roupa	M	Usa sempre a mesma roupa.
Pouca sorte	M	O senhor afirma que não tem sorte na vida.
Pouca-terra	M	
Poupas	M	Usa penteado levantado para trás (faz uma poupa).
Poupas	MF	
Preguiça	MF	
Preguiçosos	MF	O homem era muito preguiçoso, não gostava de trabalhar e a mulher é que lutava pela vida.
Preto	M	Por ter um tom de pele muito escuro.
Preto	M	
Preto	MF	
Preto (a)	MF	Por causa da sua cor da pele que é escura.
Preto/a	MF	Por ser muito moreno.
Primas	F	
Pronto a vestir	M	Tem a casa cheia de roupa, não a lava, veste e deita fora. O povo dá-lhe roupas.
Púcara	F	
Púcaro (s)	MF	Sempre que queria beber pediam um púcaro em vez de um copo.
Puje (Maria)	F	É muito feia e suja.
Putas (Zé)	M	
Puto	M	
Quadrado	M	
Quaresma	M	
Queijos	MF	
Queque	F	
Quinas	M	
Rabeca	MF	
Rabecas	MF	
Rabiças	MF	Pela expressão «rabiças» (nabiças).
Rabicha	F	
Rabisca	F	
Racha	MF	
Rainha	F	
Rambo	M	É alto e pesado (140 kg).
Raminha	MF	
Rampinha	M	
Rampinha	M	
Rampinha	M	
Rana	M	
Ranhoso	M	Andava sempre com os ranhos verdes.
Raspa (Alzira)	F	
Ratinho	M	Era pequeno, magro e muito vivaço.
Rato	M	
Rato	M	

Rato	MF	
Rato	MF	
Rato	M	
Rato (s)	MF	Nasceu numa quinta chamada «Quinta da Rata».
Ratos	MF	
Rebo	M	
Rebola (Tone)	M	Quando criança, gostava de se rebolar na relva.
Recto	MF	
Regas	M	Rega de propriedades.
Régua	M	Proveniente da Régua
Reguileiro	MF	
Reguileiro	MF	
Rei	M	
Rei dos bailes	M	Ele é que comanda os bailes.
Reis	MF	
Rela	F	
Rela	MF	
Remelados	MF	
Renda	MF	
Retornado	M	
Retratista	F	Tem dois significados: avô fazia retratos de pessoas e era uma pessoa muito respondona.
Retrato Corpo	M	Homem de baixo estatura.
RFM	F	
Rio (Zé do)	M	Por viver perto do rio.
Riquezas	MF	
Risadas	M	Porque andava sempre a rir.
Rissos	MF	Não penteiam os cabelos.
Rita (Zé da)	M	A avó chamava-se Rita.
Rock Santeiro	M	Usa chapéu branco como o Rock Santeiro.
Rodão	M	
Rodas	MF	O bisavô andava na tropa e quando regressou perguntaram lhe o que fazia na tropa? Ele respondeu que andava as voltas (rodinhas).
Rodas Baixas	M	Por ser baixo.
Rodela	M	
Rola	F	
Rola	M	
Roletos	MF	
Rolha	M	Tira sempre as rolhas aos garrafões.
Romanisco	MF	
Romanos	MF	
Ronca	M	Homem que fala muito alto.
Ronca	MF	
Rosa	M	
Rosinhas	M	

Ruça	F	Tinha o cabelo ruivo.
Ruça	F	
Ruça	F	
Ruço	M	Por ser loiro.
Ruço (a)	MF	O bisavô tinha o cabelo loiro.
Sabonete	M	Uma pessoa mal cheirosa.
Sacaco	MF	
Sacristonas	F	
Saias	MF	
Saltarico	M	Anda sempre de casa em casa.
Saltitão	M	
Sameiro	F	Por ser do Sameiro.
Santana	M	Homem pago para matar cabritos.
Santinhos	MF	
Sapateiro	M	Tinha a profissão de sapateiro.
Sapateiro (Pedro)	M	
Sapateiros	MF	
Sape-gata	F	
Sapo	M	Pela forma dos dedos.
Sapo	M	Pessoa muito inteligente e tem por hábito dizer que sabe tudo.
Sapo	MF	
Sapo	M	Era baixo e gordo.
Sardão Pinto	M	
Sardinha	F	
Sardinha	M	
Sardinhas	MF	
Sardinheira	F	Mulher que vende peixe.
Sardinheira	F	
Sarreiro	M	
Sem tripas	M	O senhor é muito magro e tem o abdômem metido para dentro, ele diz que parece que não tem tripas.
Semião	M	
Sem-mão	M	
Senhora da Cave	F	Mora nuns fundos.
Seramil (Fátima)	F	Vive em Fiscal mas é originária de Seramil.
Seródio	MF	A família é de estatura baixa.
Serra	MF	
Sete tigelas e meia	M	Comeu sete tigelas de sopa e não quis mais porque estava cheio.
Setepilas	M	Porque tinha um filho de cada mulher.
Shrek	M	Por ser bastante feio
Simpson	MF	
Sobe e desce	M	
Soccer-Star	M	Participou no recente concurso.
Sôco	MF	

Souto	M	Proveniente de Souto.
Sozinho	M	Andava sempre sozinho.
States	M	Nacionalidade.
Sueca	F	
Sul (António)	M	
Super	M	Faz parte da claque dos «Super Dragões»
Tá fola	M	Pela expressão «Está fora!»
Tábuas	M	
Taipas	M	
Talhante	M	
Talho (Zé do)	M	Possui um talho na freguesia.
Tamanqueiro	MF	
Tamanqueiro	MF	
Taninha	F	Alcunha de infância.
Tarzã	M	Porque andava a saltar para as arvores.
Tasqueiros	MF	
Tasqueiros	MF	
Taxa	MF	
Taxista	M	É quem leva sempre o carro para dar boleia aos amigos.
Taxista	M	
Tchê tchê (Zé)	M	
Tecla três	M	
Tekinho	M	Alcunha de infância.
Telheiro	M	Tirava as telhas de uns telhados para os outros.
Terrível	M	
Tesourinhas	M	Profissão.
Tinoca	MF	
Tique	M	
Toca	M	Homem que gosta muito de ficar em casa e que é pouco
dado a convívio.		
Toca-badalos	M	
Tojeira	MF	Proveniente da Tojeira.
Tolo (Paulo)	M	
Tom Sawyer	M	
Tomate	M	
Tomate	MF	
Tomateira	F	
Tonto	MF	
Tonto (Américo)	M	Andava com um cavalo a percorrer as ruas.
Torcato	M	
Tordos	MF	Viviam numa quinta chamada quinta da Torda.
Torre (Deolinda da)	F	
Torrel	M	
Torto	M	
Tosco	M	Tem um atraso mental.

Totobola	M	Ganhou uns trocos quando foi deportado da França e quando chegou disse que lhe saiu o Totobola.
Totobola	M	
Toupeira	MF	Não saía de casa.
Toureira	MF	
Toy	M	
Trabassos	M	
Tractor (Tone)	M	Possui um tractor.
Tractor (Zé)	M	Pequeno só brincava com tractores e imitava o som.
Trangalheira	F	Anda sempre de salto alto e é barulhenta ao andar.
Tranquile	M	Andava sempre muito descontraído, de braços cruzados.
Treme-Treme	M	
Tremoceira	MF	
Três da manhã	M	
Treta	MF	
Trik Pok	F	
Trolhas	MF	
Tropeço (José)	M	
Tufas	M	
Turra	MF	
U (Maria do)	F	Tem a cabeça em forma de U.
Ucha (Bruno)	M	Vive em Caldelas mas é originário da freguesia de Ucha.
Ursos	MF	Família cujo corpo é muito peludo (homens como mulheres).
Vacas (Zé das)	M	Mandavam-no trabalhar, mas ele só queria ir guardar as vacas.
Vai Uvas	M	Nas vindimas repetia sempre essa frase.
Valetas (Zé das)	M	
Vara e meia	M	É alto e magro.
Vara e meia	MF	
Varinhas	M	
Veiga (Zé da)	M	
Velas	M	Um indivíduo alto que apaga as velas na igreja.
Velho (Manuel)	M	
Vendeira (Licinha)	F	
Ventoinha	M	Pessoa com a cabeça no ar.
Verdilhoa	F	
Vianas	MF	
Viara	MF	
Vicenta	F	
Vidraçeiro	M	Trabalha numa vidraria.
Vidrinho	M	Usa óculos com lentes muito graduadas.
Vilafranca	MF	
Vilar	MF	Proveniente de Vilar.
Vinagre	MF	
Violas	F	

Vira abeca	M	Fazia jeiras (lavrava as terras).
Vistafina	M	Não se deixava enganar.
Viúva (Arlinda)	F	
Viúvo (O)	M	Porque lhe morreu a mulher cedo.
Weazel	M	
Xalana	MF	
Xanisca	MF	
Xarrano	MF	
Xavelhas	F	
Xedas	MF	
Xepa	M	Alcunha de infância.
Xinca	MF	
Xizos	M	
Zicas	MF	
Ziglo	M	Apresentou-se a uma rapariga como Ivo e ela percebeu mal e ficou ziglo.
Zunidoiro	M	Homem que não pára quieto, anda sempre de um lado para o outro.

Bibliografia

- GIORA, Rachel, 1997, «Understanding figurative and literal language: The graded salience hypothesis», *Cognitive Linguistics*, 8-3, 183-206.
- RAMOS, Francisco M. e SILVA, Carlos A., 2002, *Tratado das Alcunhas Alentejanas*, Edições Colibri, Lisboa.
- SILVA, Augusto Soares da, 2003, «O poder cognitivo da metáfora e da metonímia», *Revista Portuguesa de Humanidades*, VII, 13-15, pp. 13-75.

A variação entre proposições adverbiais infinitivas e conjuntivas: subjectificação e espaços mentais

RAINER VESTERINEN
(Universidade de Estocolmo)
rainer@isp.su.se

Abstract

The present article examines the variation between infinitival and subjunctive adverbial clauses in European Portuguese from a cognitivist perspective. In accordance with the notion of linguistic iconicity, it is argued that the conceptual difference between these clauses is due to a higher degree of conceptual complexity in the adverbial subjunctive clauses than in the infinitival ones. This conceptual complexity is further explained by the notion of *subjectification* – a higher degree of speaker involvement in the linking between a communicative event (the ground) and the linguistic expression – which is manifested in the dislocation from one paternal *mental space* to another mental space with the feature [-control]. This feature indicates a minor possibility to interact with the propositional content of the event described in the adverbial clause.

Palavras-chave: proposições adverbiais, infinitivo, conjuntivo, iconicidade, subjectificação, espaços mentais, controlo.

1. Introdução

O presente estudo representa uma tentativa de compreender a variação entre proposições adverbiais infinitivas e finitas (conjuntivas) no português europeu a partir de uma visão cognitiva da língua. Como podemos notar nos exemplos (1)-(2), verifica-se uma possibilidade sintáctica de alternar entre estes tipos de proposição adverbial, visto

que as proposições infinitivas, pelo facto de poderem levar flexão ou um *trajector* elaborado, não são restritas aos casos co-referenciais:¹

- (1) a mãe é que deve educar os filhos da mesma maneira e preparar os rapazes também **para que eles não sejam os senhores**. [*Português Fundamental*: 303]²
- (2) ah! é pequenita! a horta é pequenita, é enfim, é só **para a gente se entreter**. [*Português Fundamental*: 225]

Em (1), encontramos uma proposição adverbial conjuntiva que apresenta um trajector do tipo não co-referencial (eles) com o trajector na proposição principal (a mãe). Em (2), verificamos o mesmo fenómeno. O trajector da proposição adverbial (a gente) difere do trajector expresso na principal (a horta). Deste modo, podemos comprovar que a questão de co-referencialidade ou não co-referencialidade não é, de modo algum, decisiva para explicar a variação entre as diferentes proposições adverbiais.

Desde uma perspectiva cognitiva da língua, a ocorrência de diferentes construções para descrever um evento implica uma diferença em relação ao modo como conceptualizamos o evento em questão (cf. Langacker, 1987; 1991). Assim, uma proposição adverbial conjuntiva não descreve um evento do mesmo modo que uma proposição adverbial infinitiva. Por outras palavras, temos a impressão de que o locutor, ao emitir um ou outro tipo de proposição adverbial, faz uma escolha entre estas construções em concordância com a mensagem que quer comunicar.

Este artigo pretende, pois, responder à seguinte pergunta:

- Qual será a diferença de mensagem a comunicar entre as proposições adverbiais conjuntivas e as proposições adverbiais infinitivas?

Em relação à nossa pergunta, parece-nos muito plausível a noção de que a língua exhibe certos traços icónicos, e que há uma certa ligação entre complexidade formal e complexidade conceptual. Efectiva-

¹ Empregamos o termo *trajector* em concordância com a terminologia da Gramática Cognitiva (Langacker, 1987, 1991). A nível oracional, este participante coincide com a categoria *sujeito* na gramática tradicional.

² Os exemplos analisados neste trabalho provêm dos corpora de *Português Fundamental* e *Linguateca*.

mente, as proposições adverbiais infinitivas, tendo um menor grau de complexidade formal, são conceptualmente dependentes na relação com a proposição principal, ao passo que as proposições adverbiais finitas, tendo estruturas formais de cunho mais complexo, expressam relações conceptuais mais independentes e complexas em relação à proposição principal.

A noção de iconicidade linguística pode ser expressa pelos dois princípios seguintes:

- a) Princípio de quantidade: complexidade formal corresponde a complexidade conceptual. («Quantity principle: formal complexity corresponds to conceptual complexity»).
- b) Princípio de proximidade: distância conceptual tende a corresponder a distância linguística. («Proximity principle: conceptual distance tends to match with linguistic distance») (Lakoff & Johnson, 1980: 127-129; Kortmann, 1997: 15)³.

Se relacionarmos os princípios expostos com as proposições adverbiais infinitivas e conjuntivas, acreditamos que existe uma correlação entre eles. Deste modo, parece-nos que uma proposição adverbial conjuntiva e complexa, com o traço [+ pessoa/tempo/modo], exhibe maior distância entre as proposições superior e adverbial do que a proposição adverbial infinitiva – um caso típico é a diferença entre as proposições finais introduzidas ou por uma preposição (*para*) ou por uma locução conjuntiva (*para que*). Sem dúvida, a inserção da conjunção *que* entre a preposição e a proposição adverbial aumenta a distância formal entre as proposições principal e adverbial. Além disso, importa frisar a diferença em complexidade formal entre as formas verbais nas proposições adverbiais. A desinência verbal do infinitivo pode ter o traço [+ pessoa] mas carece do traço [+ tempo/modo]. Como já foi dito, a desinência verbal do conjuntivo apresenta estes traços.

Tendo o carácter icónico das línguas como ponto de partida, parece-nos muito provável que a variação entre as proposições adverbiais infinitivas e conjuntivas possa ser explicada por um maior grau de complexidade conceptual nestas do que naquelas. Mais exactamente, uma proposição adverbial infinitiva, encabeçada pela prepo-

³ Mais alguns estudos relevantes sobre a noção de iconicidade linguística: Haiman (1980, 1985), Hopper & Thompson (1985), Smith (2002) e Wilcox (2004).

sição *para*, assinala uma relação «simplesmente» final, ao passo que a proposição adverbial conjuntiva, encabeçada por *para que*, acrescenta mais um rasgo semântico à proposição adverbial – um menor grau de controlo sobre o evento descrito na proposição adverbial.

Podemos formular a nossa hipótese de trabalho da seguinte maneira:

- Enquanto a proposição adverbial infinitiva pode ser emitida em casos de tipo não marcado, a proposição adverbial conjuntiva tem um uso que ultrapassa estes casos, sendo empregue em casos onde a relação entre a proposição principal e a proposição adverbial é de um carácter mais complexo.

Consequentemente, as proposições adverbiais conjuntivas podem ser explicadas pelo fenómeno de *subjectificação* – um maior grau de envolvimento do locutor ao descrever um certo evento – e este envolvimento do locutor é visível na mudança conceptual de um *espaço mental* para outro. Sendo assim, tentaremos fornecer uma explicação mais pormenorizada para os termos *subjectificação* e *espaço mental* em (1.2.) e (1.3.).

1.1. *Subjectificação*

Considerando a nossa faculdade perceptiva de conceber um objecto (ou um evento) de distintas maneiras, Langacker (1985, 1990) entende por *subjectificação* o fenómeno em que o conceptualizador é incluído na sua conceptualização. Impõe-se estabelecer uma distinção entre duas situações perceptivas: *o arranjo óptimo de visão* («the optimal viewing arrangement») e *o arranjo egocêntrico de visão* («the egocentric viewing arrangement») – duas situações que correspondem à relação entre o conceptualizador e o objecto/evento conceptualizado numa situação perceptiva.

No arranjo óptimo de visão, o conceptualizador assume uma construção de tipo *subjectivo*, ao passo que o objecto/evento conceptualizado recebe uma construção *objectiva*; daqui resulta uma relação assimétrica entre o conceptualizador e o objecto/evento conceptualizado. Langacker (1990: 7) descreve esta relação do seguinte modo:

O contraste entre as construções subjectivas e objectivas (...) reflecte a assimetria inerente entre o indivíduo a perceber uma entidade e a

entidade percebida. A assimetria é maximizada quando o visualizador está tão absorvido na experiência perceptiva que perde a noção de si mesmo, e quando o objecto percebido é bem delimitado, totalmente distinto do indivíduo a visualizar, e localizado numa região de alta acuidade perceptiva (Langacker, 1990: 7)⁴.

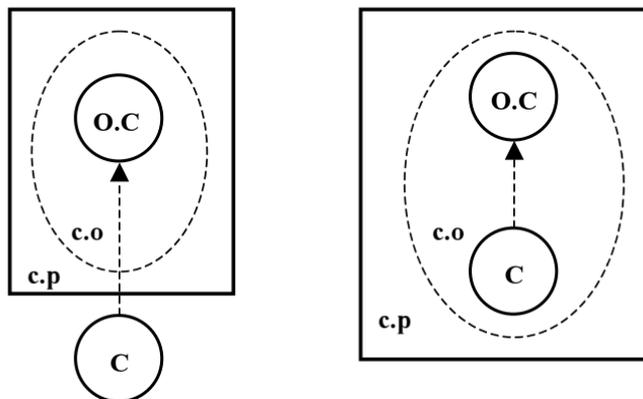
Assim, subjectificação tem a ver com a construção de uma determinada situação perceptiva na representação mental do mesmo conceptualizador. Quando o conceptualizador e a entidade conceptualizada estão bem diferenciados um do outro, e o primeiro presta a sua atenção à entidade observada até excluir a noção de si mesmo, podemos verificar que ele realiza uma construção subjectiva e o objecto uma construção objectiva. Neste caso, não há lugar para o fenómeno de subjectificação, pois verifica-se uma relação assimétrica entre o conceptualizador e o objecto/evento conceptualizado.

Por outro lado, quando o indivíduo que percebe um objecto/evento tem consciência do seu próprio papel a desempenhar na situação perceptiva, ou seja, quando está consciente da sua conceptualização, como por exemplo no caso de pensar «vejo um homem velho passar fora da janela», a sua construção deixa de ser subjectiva. Neste caso, o sujeito perceptivo está incluído na conceptualização, realizando-se assim um arranjo egocêntrico de visão, no sentido de que o conceptualizador se torna um objecto da mesma conceptualização. Estão assim criadas as condições para o estabelecimento de uma relação entre o conceptualizador e o objecto/evento conceptualizado, o mesmo é dizer, para a realização de subjectificação na situação perceptiva.

A Figura 1 permite visualizar as diferenças entre as construções de situação perceptiva *arranjo óptimo de visão* e *arranjo egocêntrico de visão*:

⁴ «The contrast between subjective and objective construal (...) reflects the inherent asymmetry between a perceiving individual and the entity perceived. The asymmetry is maximized when the perceiver is so absorbed in the perceptual experience that he loses all awareness of self, and when the object perceived is well-delimited, wholly distinct from the perceiver, and located in a region of high perceptual acuity» (Langacker, 1990: 7).

Figura 1. Construção perceptiva óptima e egocêntrica (cf. Langacker, 1990: 7).



A. Arranjo óptimo de visão

B. Arranjo egocêntrico de visão

Na Figura (1A), o conceptualizador (C) tem acesso perceptivo à cena objectiva (c.o), estando ao mesmo tempo fora dela, assim como está fora do campo perceptivo (c.p). Deste modo, o objecto conceptualizado (o.c) recebe atenção focal dentro da cena objectiva. Estamos perante um *arranjo óptimo de visão*. Em (1B), o conceptualizador está dentro da cena objectiva, participando nela, realizando-se assim uma construção de tipo *arranjo egocêntrico de visão*. A subjectificação perceptiva compreende, pois, os casos em que o conceptualizador deixa de ter uma construção subjectiva, ou seja, deixa de ser bem delimitado do objecto da conceptualização, e passa a ser um objecto da mesma conceptualização.

Relacionando o fenómeno de subjectificação com as diferentes expressões linguísticas, saliente-se que este fenómeno corresponde a uma relação entre os participantes numa situação comunicativa e a mensagem comunicada. Langacker (1990) introduz a noção *fundamento* («ground») para denominar o evento comunicativo (os participantes, o lugar e o tempo do evento comunicativo), assinalando que todas as expressões linguísticas, de certo modo, implicam uma relação com o fundamento.

No entanto, estabelece uma escala gradual de incorporação do fundamento na expressão linguística: (1) substantivos indefinidos/verbos infinitivos, (2) deícticos remotos, (3) deícticos próximos (Langacker, 1990: 9). Expressões como *cadeira* e *comprar*, sendo indefinidas ou carecendo de indicação temporal, assinalam uma relação mínima entre o fundamento e a expressão linguística. Por outro lado, os deícticos como *ontem*, *amanhã* e *o ano passado* – modificadores adverbiais de

tempo – contribuem para aumentar a relação entre o fundamento e a expressão linguística. Finalmente, os deícticos próximos, como *ele*, *tu*, *cá* e *agora*, assinalam uma relação ainda maior entre o fundamento e a mensagem comunicada.

Ainda em relação à subjectificação, Pander Maat & Sanders (2001: 251), identificam três diferentes modos de o *sujeito de consciência* (o locutor) ocorrer numa expressão epistémica: (i) ausência do sujeito de consciência; (ii) sujeito de consciência implícito; e (iii) sujeito de consciência explícito – respectivamente exemplificados em (3)-(5).

- (3) O João está em Paris.
- (4) Provavelmente, o João está em Paris.
- (5) Penso que o João está em Paris.

Em (3) não há traços de um sujeito de consciência na expressão linguística, pois a proposição «O João está em Paris» carece de uma valoração epistémica do seu conteúdo. Pelo contrário, em (4) o advérbio modal «provavelmente» contribui para modificar a veracidade da proposição. Deste modo, podemos comprovar um sujeito de consciência de tipo implícito (o locutor) que matiza o conteúdo da proposição. Finalmente, em (5), o sujeito de consciência entra explicitamente na expressão linguística, deixando ver a atitude do locutor perante a proposição⁵.

Consideramos possível relacionar a noção de *subjectificação* com o emprego das proposições adverbiais conjuntivas e infinitivas. Evidentemente, o traço [+ tempo/modo] da proposição adverbial conjuntiva assinala uma relação mais acentuada entre o fundamento e a proposição adverbial do que nos casos infinitivos, pois orienta os participantes no evento comunicativo em relação à determinação temporal do evento descrito. Por outro lado, tanto a proposição adverbial conjuntiva como a proposição adverbial infinitiva podem apresentar um trajector, expresso por um pronome, um nome próprio ou pela desinência pessoal verbal. Consideremos os exemplos (6)-(7).

- (6) Por isso mesmo, «o grupo teve de começar a trabalhar intensivamente na área de recolha e pesquisa, **antes que essas pessoas comessem a desaparecer**», referiu a directora técnica do rancho. [*Linguateca*: Diário de Aveiro-N1689-1]

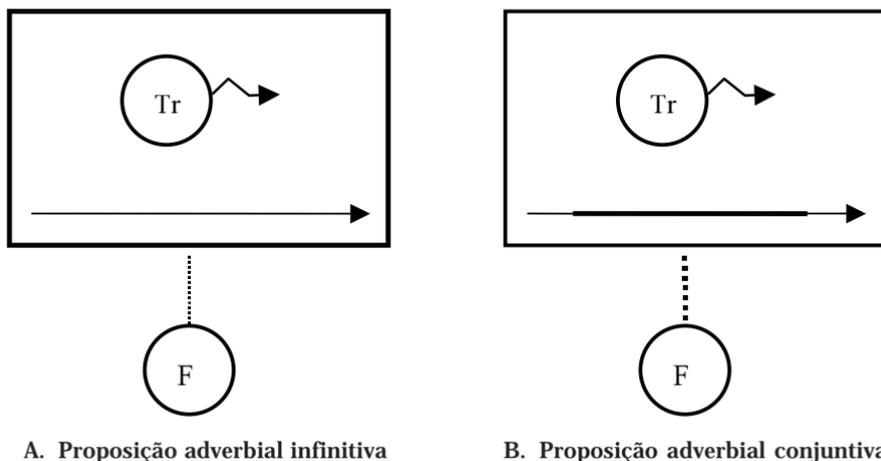
⁵ Pander Maat & Sanders (2001: 269) assinalam que a desinência temporal do verbo implica sempre um sujeito de consciência, visto que contribui para orientar um evento externo em relação ao evento comunicativo.

- (7) não me foi muito difícil entrar para aqui, há pessoas, tenho ouvido dizer que há pessoas e tenho colegas minhas que tiveram grandes dificuldades **antes de conseguirem arranjar um lugar**, um bom lugar. [*Português Fundamental*: 198]

A forma verbal finita em (6) tem a função de localizar o evento descrito na proposição adverbial num tempo passado em relação ao fundamento, criando assim uma relação temporal entre o fundamento e o evento descrito na proposição adverbial. Saliente-se que a proposição adverbial em (7) não exhibe nenhuma relação temporal. Por outro lado, porém, é interessante verificar que a desinência pessoal do infinitivo também cria uma relação entre o locutor e a proposição adverbial. Ou seja, a inclusão de um trajector elaborado – um participante definido e bem conhecido – contribui para criar uma ligação entre o fundamento e a proposição adverbial.

Importa frisar, porém, que esta relação é muito menor do que nos casos com uma proposição adverbial conjuntiva. Nestes casos, é evidente que o facto de se ligar o processo descrito na proposição adverbial temporalmente ao evento comunicativo contribui para que haja um maior grau de subjectificação. A Figura 2 pretende ilustrar esta diferença entre as proposições adverbiais finitas e infinitivas.

Figura 2. A relação entre o fundamento e o evento conceptualizado nas proposições adverbiais infinitivas [+ trajector elaborado] e conjuntivas.



Em (2A), a proposição adverbial infinitiva (o quadrado) apresenta um trajector elaborado, mas o evento descrito carece do traço [+ tempo] (a seta fina). Deste modo, a relação entre o fundamento (F) e o evento descrito na proposição adverbial é muito fraca (a linha ponteadada fina entre o fundamento e o evento descrito). Em consequência disso, podemos verificar um baixo grau de subjectificação em casos deste tipo. Em contraste, o evento descrito na proposição adverbial conjuntiva (2B) não só assinala um trajector elaborado, mas também o traço [+ tempo/modo]. Por conseguinte, verificamos uma relação mais forte entre o fundamento e a proposição adverbial do que no caso infinitivo (a linha ponteadada grossa entre o fundamento e o evento descrito) (cf. também Silva, no prelo).

Em concordância com o que foi dito até agora, uma diferença fundamental entre as proposições adverbiais finitas e infinitivas [+ trajector elaborado] reside num maior grau de subjectificação nas primeiras do que nas segundas, expresso pela relação temporal/modal entre o fundamento e o evento descrito. Consideramos, porém, que esta diferença representa apenas um primeiro passo para compreender a variação entre as proposições adverbiais infinitivas e conjuntivas. Dito de outro modo, o maior grau de subjectificação nas proposições adverbiais conjuntivas também é visível numa deslocação conceptual de um espaço mental para outro⁶. Essa questão será estudada na secção (2.). Antes disso, porém, é pertinente estudar a teoria dos espaços mentais (Fauconnier, 1994).

1.2. *Espaços mentais*

A teoria dos espaços mentais (Fauconnier, 1994) parte da noção de que diferentes domínios são construídos na nossa representação mental quando estamos envolvidos numa actividade do tipo cognitivo.

⁶ De facto, poder-se-ia afirmar que as proposições adverbiais conjuntivas, exprimindo tanto o traço [+ tempo/modo] como [+ trajector elaborado], conduzem a uma *objectificação*, visto que uma descrição mais detalhada do objecto (ou do evento) conceptualizado contribui para ele ser o *objecto da concepção* (cf. Achard, 1998; Silva, 2005, no prelo). Neste trabalho, porém, o termo *subjectificação* implica um maior grau de envolvimento do conceptualizador no evento descrito, facto visível numa relação mais forte entre o fundamento e o evento descrito e, como veremos em (4.2.), numa deslocação de um espaço mental para outro. Veja-se também Pit (1997), no que diz respeito às construções subjectivas e objectivas.

Deste modo, num discurso em curso, uma expressão linguística pode guiar os interlocutores, desempenhando assim a função de transportá-los de um espaço mental para outro. Fauconnier (1994: XXXVII) explica o fenómeno assim:

quando nos dedicamos a qualquer forma de pensamento, tipicamente meditado pela língua, (...) domínios são construídos, estruturados e relacionados (...). Uma multidão de domínios – espaços mentais – é construída para qualquer trecho de pensamento (...). Referência, inferência e, de forma mais geral, a projecção de várias estruturas operam, usando as conexões disponíveis para vincular os espaços mentais construídos⁷.

Podemos assim compreender que a teoria de espaços mentais implica uma relação entre os diferentes domínios – ou espaços mentais – de tal maneira que a entidade de um espaço mental tem a sua contrapartida noutro espaço mental. Esta ligação é realizada por meio de um princípio denominado *o princípio de identificação* («the identification principle»):

O princípio de identificação

Se dois objectos (no seu sentido mais geral) *a* e *b* são ligados por uma função pragmática F ($b = F(a)$), uma descrição de *a*, d_a , pode ser empregue para identificar a sua contrapartida *b* (Fauconnier, 1994: 3).

Por exemplo, em casos metonímicos, podemos registar um *gatilho* («trigger») e um *alvo* («target») que corresponde ao gatilho. E verificamos uma relação entre estes componentes, estabelecida por uma *função pragmática*. Abaixo, vemos um caso típico deste fenómeno, onde o empregado de um restaurante se refere a um cliente, mencionando a comida que este cliente acaba de comer (Fauconnier, 1994: 6):

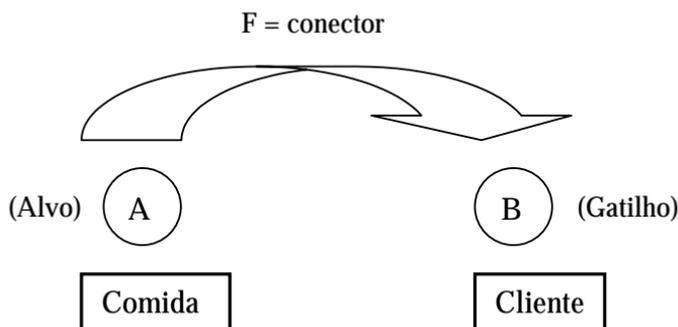
(8) A omeleta de queijo diz que está descontente com a comida.

Neste caso, é óbvio que o empregado do restaurante não se refere à omeleta de queijo, mas ao cliente que pediu a mesma, e que diz que

⁷ «when we engage in any form of thought, typically mediated by language (...). A multitude of such domains – mental spaces – are constructed for any stretch of thought (...). Reference, inference, and more generally, structure projection of various sorts operate by using the connections available to link the constructed mental spaces» (Fauconnier, 1994: XXXVII).

«está descontente». Por outras palavras, cria-se uma relação metonímica entre o cliente e a comida. Ou seja, temos uma expressão linguística em que se estabelece uma relação entre o gatilho (a omeleta de queijo) e o alvo (o cliente) mediante uma função pragmática (conector). A Figura 3 esquematiza esta situação.

Figura 3. A relação entre gatilho e alvo (Fauconnier, 1994: 6).



Podemos, assim, verificar que o gatilho (A) corresponde à comida, ao mesmo tempo que o cliente representa o alvo (B). Estabelece-se uma ligação entre o gatilho e o alvo, efectuada por um conector pragmático (F) e, portanto, compreendemos que o empregado do restaurante se refere ao cliente – e não à comida – ao emitir o SN (a omeleta de queijo). Por outras palavras, o alvo (B) representa a contrapartida do gatilho (A) numa relação metonímica, e a descrição de (a), ou seja, d_a desempenha a função de identificar (b).

Fauconnier (1994: 17) denomina *construtores de espaços* («space builders») as expressões linguísticas que desempenham a função de guiar os interlocutores entre os diferentes espaços mentais. Estes construtores de espaços podem ser expressões temporais (em 1929), que transportam os locutores de um espaço mental para outro – neste caso do presente ao passado. Igualmente, advérbios de tipo *provavelmente*, e construções condicionais como *se tivesse...*, *comprava...*, só para mencionar alguns exemplos, têm a função de orientar os interlocutores entre os diferentes espaços mentais. O que estes construtores de espaços têm em comum é que podem transportar os interlocutores

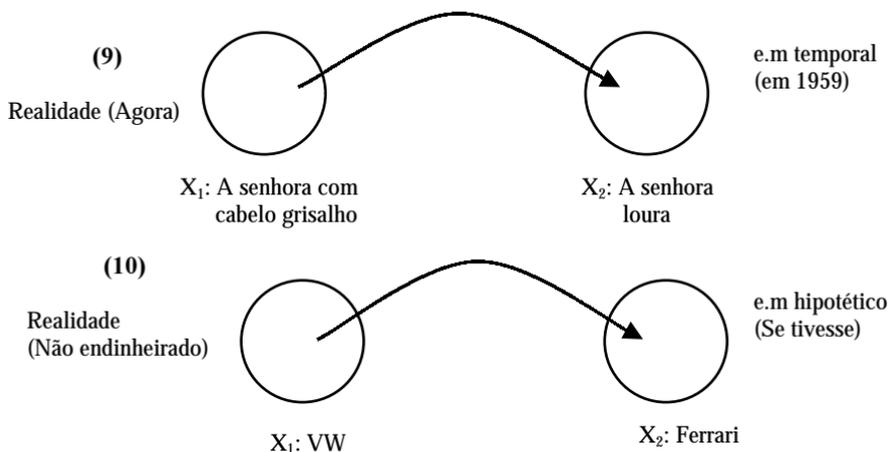
de um *espaço mental paterno*, a realidade do locutor, para um outro espaço mental⁸. Vamos ver alguns casos.

(9) Em 1959, a senhora de cabelo grisalho era loura.

(10) Se fosse endinheirado, o meu VW seria um Ferrari.

Em ambos os casos, o construtor de espaço tem a função de «abrir a porta» a um espaço mental que difere da realidade do locutor. Em (9), por exemplo, a expressão temporal transporta os interlocutores do presente ao passado. Em (10), a construção condicional «se fosse...» cria um espaço hipotético. Nestes dois casos, porém, importa frisar uma relação com o espaço mental paterno. Noutro caso, podemos verificar que (9) apresentaria uma expressão ambígua onde a senhora com cabelo grisalho é loura ao mesmo tempo. Vamos ilustrar a relação entre o espaço mental paterno e os dois espaços mentais em (9) e (10):

Figura 4. A relação entre espaço mental paterno (realidade) e um outro espaço mental (e.m), nos exemplos (9) e (10).



⁸ Saliente-se que estamos a falar na realidade do locutor e não numa realidade absoluta. Ou seja, é muito possível que a realidade do locutor não corresponda a uma realidade objectiva, mas isso não tem nenhuma relevância neste trabalho, pois só nos interessa a realidade na representação mental do locutor e a deslocação de um espaço mental para outro.

Em (9), um objecto (X_1) pertencente à realidade de agora, ou seja, «a senhora com cabelo grisalho» é identificado num espaço mental do passado (X_2) como «a senhora loura». Portanto, existe uma relação entre o espaço mental paterno e o espaço mental temporal (a seta), o que acarreta uma interpretação de tipo: «a senhora que hoje em dia tem cabelo grisalho era loura em 1959». A ausência desta relação implicaria que a senhora loura, de facto, tem cabelo grisalho; ou seja, tanto (X_1) como (X_2) seriam localizados no espaço mental paterno. Em (10), um objecto no espaço mental paterno (VW) tem a sua contrapartida num espaço mental hipotético (Ferrari). Deste modo, a construção condicional estabelece uma relação entre o espaço mental paterno e o seu correspondente espaço mental hipotético.

Até agora, vimos alguns casos em que existe uma relação entre o espaço paterno e o espaço mental, e que tal relação pode ser explicada pelo princípio de identificação. Ou seja, um objecto (b) no espaço mental pode ser identificado por meio da descrição de outro objecto (a) no espaço paterno. A seguir, vamos ver que o modo verbal pode determinar se um objecto pertence ou não ao mundo real do locutor. Consideremos dois casos estudados por Sweetser (1996: 319) em relação ao emprego do indicativo e conjuntivo em francês:

(11) Je veux qu'elle *mette* une robe qui *est* belle.

[Quero que ela ponha um vestido que é bonito]

(12) Je veux qu'elle *mette* une robe qui *soit* belle.

[Quero que ela ponha um vestido que seja bonito]

Nestes casos, o modo verbal pode assinalar se o objecto (o vestido) só existe num espaço mental de desejo do locutor ou se, de facto, existe no espaço mental paterno (a realidade). Por outras palavras, ao empregar a forma indicativa do verbo em (11), o locutor não se refere a qualquer vestido bonito, mas a um vestido que existe na sua realidade, e que ele acha muito bonito. Por outro lado, o vestido em (12) apenas existe num *espaço mental de desejo* do locutor e não no espaço mental paterno (cf. Sweetser, 1996: 319-320; Fauconnier, 1994: 33). A diferença semântica entre o indicativo e o conjuntivo em (11) e (12) pode ser explicada nos seguintes termos: o objecto (o vestido) existe tanto no espaço mental paterno como no espaço mental de desejo quando o locutor utiliza o indicativo, mas esta relação entre espaço mental paterno e espaço mental de desejo deixa de existir nos casos em que o locutor opta pelo modo conjuntivo do verbo.

Mejías-Bikandi (1996) analisa a variação entre o modo indicativo e conjuntivo em espanhol através da noção *acessibilidade de espaço*, afirmando que o conjuntivo contribui para diminuir a acessibilidade de um objecto (ou de uma pressuposição) no espaço mental paterno. Por conseguinte, o emprego do indicativo pressupõe uma acessibilidade ao espaço paterno, ao passo que o conjuntivo implica uma «porta fechada» a este mesmo espaço. Mejías-Bikandi (1996: 159-160) expõe os seguintes casos para exemplificar a diferença entre os dois modos verbais:

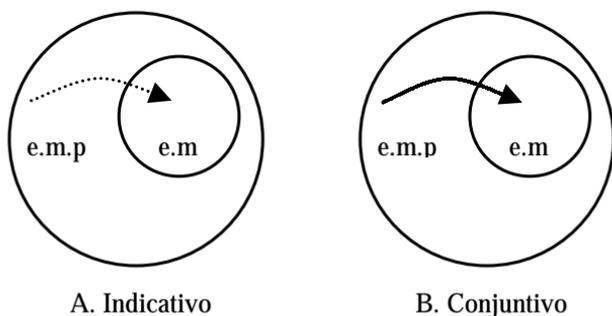
- (13) Tal vez su hijo *está* en la cárcel. [Talvez o seu filho está na cadeia]
- (14) Tal vez su hijo *esté* en la cárcel. [Talvez o seu filho esteja na cadeia]

Segundo Mejías-Bikandi (1996: 160), a diferença entre estes dois casos reside no facto de que o locutor, ao empregar o indicativo em (13), pressupõe a existência de um filho, ou seja, ele pertence à realidade do espaço mental paterno. Pelo contrário, o conjuntivo em (14) exclui a noção de um filho no espaço mental paterno⁹. Em nossa opinião, porém, a diferença fundamental entre estes dois modos verbais reside na atitude do locutor perante o predicado. Assim, o modo conjuntivo em (14) assinala uma incerteza sobre a proposição (ele está na cadeia) e não sobre a pressuposição (ele tem um filho). Deste modo, parece-nos que o conjuntivo acrescenta um maior grau de incerteza sobre o conteúdo da proposição do que o indicativo, deslocando o seu conteúdo proposicional da realidade – do espaço mental paterno, para um espaço mental com uma maior força hipotética. De facto, o conjuntivo assinala que o locutor não é capaz de se pronunciar sobre a proposição «ele está na cadeia», pois não existe na sua realidade elaborada. Por seu lado, o indicativo assinala sempre um menor grau de incerteza sobre esta proposição.

A Figura 5 permite visualizar a diferença.

⁹ Veja-se também Mejías-Bikandi (1993; 1995) em relação à variação entre os modos indicativo e o conjuntivo em espanhol.

Figura 5. A deslocação do espaço mental paterno indicado pelo indicativo e pelo conjuntivo em proposições introduzidas por *talvez*.



Pode assim verificar-se que o modo indicativo implica uma expressão linguística de menor força hipotética do que o modo conjuntivo (a seta pontilhada). Assim, o modo indicativo contribui para fixar uma proposição introduzida por *talvez* no seu espaço mental paterno em maior grau do que o conjuntivo, um modo verbal que cria uma deslocação do espaço mental paterno para um outro espaço mental. Uma construção de tipo *talvez + conjuntivo* assinala, pois, que o conteúdo de uma proposição não existe na realidade elaborada do locutor – que está fora do seu alcance.

Parece-nos possível verificar este mesmo fenómeno na diferença entre proposições adverbiais conjuntivas e infinitivas: as primeiras apresentam uma relação mais independente na sua relação com o espaço mental paterno do que as segundas, assinalando que o evento descrito na proposição adverbial não está sob o controlo do locutor. Pelo contrário, as proposições adverbiais infinitivas não apresentam esse traço. Estudaremos essa questão na secção a seguir.

2. Análise

Como já foi visto, uma diferença entre as proposições adverbiais infinitivas e conjuntivas reside na sua forma verbal. Deste modo, parece-nos legítimo afirmar que o modo conjuntivo acrescenta um significado à proposição adverbial que está ausente nas proposições adverbiais infinitivas. Existe abundante literatura sobre o modo conjuntivo. Vamos considerar apenas algumas contribuições representativas.

Tradicionalmente, a noção de *não-asserção* tem sido utilizada para explicar o valor semântico do conjuntivo. Ao empregar este modo

verbal, o locutor assinala que não se compromete em absoluto com a verdade do evento expresso pelo modo conjuntivo. É assim que Travis (2003) analisa o conjuntivo em espanhol, designadamente em relação às expressões do tipo *tal vez*, *no saber*, *no pensar* e *querer*, através das noções *anti-assertivo* («anti-assertive») e *anti-cognitivo* («anti-cognitive»). O primeiro conceito implica que o locutor não se quer pronunciar sobre a realização de um certo evento no futuro, ao passo que o segundo dá a entender que o locutor desconhece a informação proposicional. Em ambos os casos, verifica-se um elemento de não-asserção (Travis, 2003: 53).

A noção de não-asserção está também presente em Tlâskal (1984), Oliveira (2001) e Marques (1995). Segundo Tlâskal (1984: 251), o modo conjuntivo exprime *não-realidade*, enquanto Oliveira (1984) afirma que assinala uma distância subjectiva entre o locutor e a sua validação do conteúdo proposicional. Marques (1995: 159) diz que «o indicativo é o modo marcado, associado à expressão de uma atitude epistémica de conhecimento ou de crença» e acrescenta que «o conjuntivo é o modo não marcado, associado a um maior variedade de valores modais».

Outros estudiosos (Lunn, 1989; Ferreira, 1984) procuram uma ligação entre o grau de relevância da proposição e o modo conjuntivo. Lunn (1989: 690), analisando o conjuntivo imperfeito (em espanhol), afirma que o conjuntivo marca verbos em proposições de pouca relevância. Por seu lado, Ferreira (1984: 290-291) enfatiza que o conjuntivo é seleccionado para marcar que o conteúdo na proposição tem um alto grau de relevância. Por outras palavras, este modo verbal é empregue para assinalar que, entre uma variedade de possibilidades de o sujeito agir, uma só é relevante – a acção que o conjuntivo expressa. Assim, este modo é «o elemento portador de informação principal» (Ferreira, 1984: 291).

Embora as contribuições mencionadas sejam relevantes para a compreensão do valor semântico do conjuntivo, parece existir casos onde, de facto, é difícil aplicarmos as noções de não-asserção, relevância, distância, não-realidade e crença ou conhecimento. Vamos ver alguns exemplos cujo conteúdo na proposição conjuntiva é altamente factivo e, portanto, assertivo. Além disso, veremos que a proposição conjuntiva pode ter um alto grau de relevância, assim como o pode ter uma proposição infinitiva.

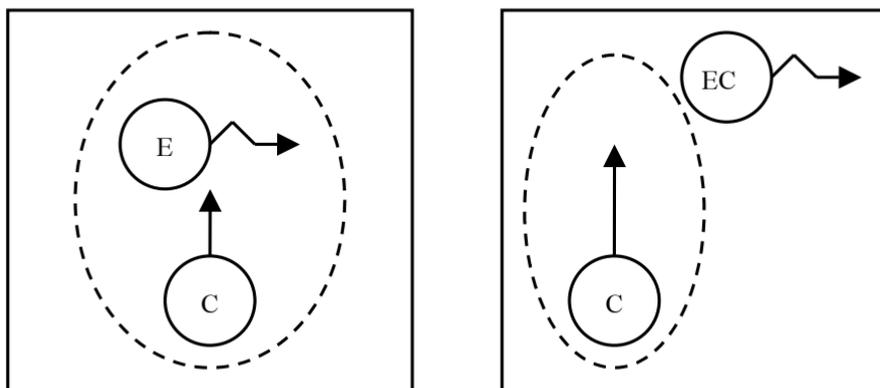
- (15) Jorge Ribeiro teve de resolver o problema e **lamenta que a distrital tenha deixado o assunto correr.** [*Linguateca*: Diário de Aveiro-N0358-2]

- (16) **É preciso que as crianças aprendam a brincar**, dizia várias vezes o próprio Bissaya Barreto. [*Linguateca*: Diário de Aveiro-N3324-4]
- (17) **É preciso apurar as causas** que levaram as crianças a largar a escola e irem trabalhar. [*Linguateca*: Diário de Aveiro-N0288-12]

Em (16), a proposição conjuntiva é precedida pelo verbo factivo *lamentar*; o que, sem dúvida, pressupõe um alto grau de factividade na proposição subordinada. Por outras palavras, é muito difícil acreditarmos que o locutor ponha em dúvida a veracidade da mesma proposição. Em (17) e (18), as duas proposições subordinadas são precedidas por uma expressão impessoal de cunho deôntico (é preciso). Assim, o conteúdo na proposição deve assinalar um alto grau de relevância para o locutor – tanto na proposição conjuntiva como na proposição infinitiva. Quer isto dizer que noções como *não-realidade*, *não-asserção* e *relevância* não são suficientes para uma explicação satisfatória do valor semântico do conjuntivo.

É interessante notar que Maldonado (1995) emprega o termo *domínio* para explicar o emprego do conjuntivo: este modo verbal assinala que um evento descrito não fica no domínio do conceptualizador. Apresentamos, na Figura 6, uma representação gráfica da relação entre eventos dentro de e fora do domínio:

Figura 6. Evento dentro e fora do domínio.



A) Evento dentro do domínio

B) Evento fora do domínio

O círculo (C) com a seta representa o conceptualizador – ou o locutor, o trajector – e a sua capacidade de interagir com o evento descrito, e o círculo (E) com a seta representa o evento descrito. Nos casos em que o (C) tem um certo controlo sobre o evento descrito, este fica no seu domínio (o oval ponteadado). Nos casos contrários, ou seja, quando o (C) não tem influência sobre o desenvolvimento do (E), tal evento fica fora do seu domínio.

Evidentemente, o termo *controlo* desempenha um papel fundamental na nossa descrição de eventos dentro e fora do domínio (Maldonado, 1995: 406). Por isso mesmo, importa encontrar uma explicação mais detalhada desta noção. Um certo evento pode ter o traço [- controlo]: (1) porque não pertence à realidade elaborada do conceptualizador, (2) porque este participante não pode influenciar na realização do evento.

A realidade elaborada compreende a nossa possibilidade de nos exprimirmos sobre eventos futuros que ainda não foram verificados. A fim de explicar este termo, devemos distinguir entre os conceitos *realidade básica*, *realidade projectada* e *realidade elaborada*. Assim, os eventos verificados – no passado ou no presente – pertencem à realidade básica do conceptualizador, pois fazem parte do seu conhecimento do mundo e dos eventos realizados nele. Por outro lado, os eventos ainda não realizados podem pertencer à sua realidade elaborada, mas é também possível que não o façam. Se o conceptualizador considerar que a evolução de um evento vai tomar um certo rumo, e se tiver a convicção sobre a sua realização, o evento em questão pertence à sua realidade projectada e, portanto, também à sua realidade elaborada. Em casos contrários, porém, se tiver dúvidas sobre a realização de um evento, ou se o evento em questão não existe na sua representação mental, também não faz parte da sua realidade projectada e elaborada (cf. Achard, 1998: 41-45; 224, 226).

É possível explicar esta diferença na variação entre o modo indicativo e o modo conjuntivo para denominarem eventos no futuro. Na expressão «é possível que ela venha mais tarde», o conceptualizador refere-se a um evento que ainda não está verificado e que ainda não pertence à sua realidade elaborada. Assim, o modo conjuntivo assinala insegurança quanto à realização do evento. Pelo contrário, a expressão «ela vem mais tarde», com o indicativo, assinala uma certa segurança quanto à realização do evento futuro. Ainda que o conceptualizador se refira a um evento não realizado, tem uma certa convicção sobre a sua realização no futuro, pelo que o evento em questão pertence à sua realidade projectada e elaborada.

Passando à impossibilidade de influenciar um evento que pertence à realidade elaborada, isso pode ter a ver com o conceptualizador ou com outro participante. Por exemplo, a expressão «é triste que estejas doente» descreve um evento que o conceptualizador não pode influenciar, isto é, o evento pertence à sua realidade elaborada, mas ele não é capaz de o influenciar. Além disso, o conceptualizador pode descrever um evento desde a perspectiva de outro participante, como em «o João quer que eu compre...». Em casos deste tipo, este participante, o trajecto da proposição principal, não tem controlo sobre o evento descrito na proposição subordinada¹⁰. Em suma, o traço [- controlo] tem a ver com uma impossibilidade de interagir com o evento descrito na proposição, ou por não existir na realidade elaborada, ou por ser impossível de influenciar.

Aplicando a noção de *controlo* à teoria dos espaços mentais e às proposições adverbiais em questão, acreditamos que uma diferença entre as proposições adverbiais reside no grau de controlo sobre o evento descrito nas mesmas. Por outras palavras, as proposições infinitivas assinalam uma relação adverbial não marcada entre o evento descrito e o(s) componente(s) a introduzir(em) a proposição. Ou seja, a proposição adverbial infinitiva vai ficar no seu espaço mental paterno. Pelo contrário, as proposições adverbiais conjuntivas vão exibir uma relação mais complexa entre o(s) componente(s) a introduzir(em) a proposição e o evento nela descrito. Deste modo, uma proposição conjuntiva assinala que o conceptualizador (ou o trajecto) não tem controlo sobre o evento descrito na mesma, desencadeando, por isso mesmo, uma deslocação do espaço mental paterno para um espaço mental de traço [- controlo].

Comecemos por considerar alguns casos de proposições finais:

- (18) e claro que, como são enfim coisas de pequena monta, pois imediatamente insistem connosco **para que se pague ao terceiro os prejuízos** que teve ou qualquer coisa e tal, por causa da polícia, **para que não tome conta da ocorrência**.
[*Português Fundamental*: 165]

¹⁰ Em relação à mudança de perspectiva, é interessante notar o seguinte caso: «o João não acredita que a Maria *chegasse/ chegou*». Evidentemente, o modo conjuntivo assinala que a chegada da Maria não existe na realidade elaborada do João. Por outro lado, o indicativo dá a entender que o conceptualizador sabe que a Maria chegou. Portanto, a sua chegada existe na realidade elaborada deste conceptualizador.

- (19) Outro aspecto importante para explicar a importância do ritmo na vida de um ser humano, prende-se com o facto de todas as mães, tanto as dexas como as canhotas, virarem a cabeça do bebé para o «lado do coração» quando os põem ao colo, **para eles se sentirem mais confortáveis** ao ouvirem as batidas daquele órgão humano. [*Linguateca*: Diário de Leiria-N1649-1]

Intuitivamente, há uma diferença no que diz respeito ao grau de controlo sobre o evento descrito na proposição adverbial. Em (18), encontramos um caso muito interessante, que pode ter, pelo menos, duas interpretações. Pode afirmar-se que o locutor está perante um acto volitivo (insistem connosco) sobre o qual não tem influência: tem de conceder o evento descrito nas duas proposições adverbiais. Noutra interpretação, o trajector na proposição superior (insistem) pode não ter controlo sobre o evento descrito na proposição final – de facto, é muito possível que não se realize. Em (19), a proposição infinitiva «eles se sentirem mais confortáveis» parece descrever um evento que está sob o controlo das mães. Assim sendo, a proposição final recebe o traço [- controlo].

Para confirmar estas diferenças, é pertinente verificar se a negação do evento descrito na proposição adverbial acarreta algumas consequências. Vamos modificar os casos (18) e (19), agora como (20) e (21):

- (20) e claro que, como são enfim coisas de pequena monta, pois imediatamente insistem connosco **para que se pague ao terceiro os prejuízos** que teve ou qualquer coisa e tal, por causa da polícia, **para que não tome conta da ocorrência**. *Mas, sempre informamos a polícia, e têm de pagar a multa.*
- (21) Outro aspecto importante para explicar a importância do ritmo na vida de um ser humano, prende-se com o facto de todas as mães, tanto as dexas como as canhotas, virarem a cabeça do bebé para o «lado do coração» quando os põem ao colo, **para eles se sentirem mais confortáveis** ao ouvirem as batidas daquele órgão humano. *Mas, não se sentem confortáveis.*

Em (20), a negação «mas, sempre informamos a polícia, e têm de pagar» não causa nenhum efeito estranho. Deste modo, é muito possível que o conjuntivo na proposição adverbial tenha a função de assinalar que o trajector da proposição superior – de facto – não pode

influenciar sobre o evento descrito na proposição adverbial. Temos então uma construção onde o conceptualizador apresenta o evento desde a perspectiva do trajector – um evento sobre o qual este participante não tem controlo. Em (21), estamos perante um caso contrário. A negação do conteúdo na proposição infinitiva causa algumas consequências semanticamente estranhas. No nosso entender, trata-se de uma contradição entre a descrição de um evento onde o conceptualizador tem controlo, por um lado, e a negação do mesmo evento, por outro lado.

Vejamus mais algumas ocorrências com a proposição adverbial conjuntiva, desta vez de tipo temporal:

- (22) Desde a madrugada, o líder comunista Guennadi Ziuganov tem reiterado que não reconhecerá os resultados oficiais das eleições, **antes que os observadores do PC verifiquem minuciosamente as cópias dos protocolos.** [*Linguateca*: Diário de Aveiro-N2435-1]
- (23) «O bebé encontra-se bem e vai permanecer no hospital **até que o Tribunal de Menores, a Administração Regional de Saúde e a assistente social encontrem a solução para o caso**»... [*Linguateca*: Diário de Aveiro-N1807-1]
- (24) Gostaria de comprar casa na Figueira da Foz, mas melhor ainda era ganhá-la de presente, porque caso contrário só **depois que o vinho do Bartolo sair!**... quem sabe? [*Linguateca*: Diário de Coimbra-N2452-1]

A proposição adverbial descreve um evento não realizado. Em (22), o acto de verificar as cópias tem lugar num futuro que fica fora de controlo para o líder comunista. Do mesmo modo, vemos que «a solução para o caso» ainda não foi encontrada em (23). E, finalmente, em (24), o locutor não pode verificar a saída do vinho do Bartolo. Por outras palavras, os eventos descritos nas proposições adverbiais de (22)-(24) ainda não pertencem à realidade elaborada do conceptualizador, donde o emprego do conjuntivo.

Mas o que se passa nos casos de tipo temporal cujo evento pertence ao passado? Vamos ver alguns exemplos:

- (25) não me foi muito difícil entrar para aqui, há pessoas, tenho ouvido dizer que há pessoas e tenho colegas minhas que tiveram grandes dificuldades **antes de conseguirem arranjar um lugar**, um bom lugar. [*Português Fundamental*: 198]

- (26) O fundador do parque, Manuel Leal, não esconde alguma tristeza por ter que «abrir mão» de algo que tem estado no centro da sua vida **depois que regressou de Moçambique**, nos anos 70. [*Linguateca*: Diário de Aveiro-N3767-1]
- (27) Muitas mulheres, crianças e homens, alguns com as mãos no ar, saíram do avião pela porta de trás, **antes que a escada fosse encostada ao avião**. [*Linguateca*: Diário de Leiria-N1732-1]

Como podemos ver, o locutor pode recorrer a diferentes modos de descrever um evento passado. Em (25), ao empregar uma proposição infinitiva, indica que o evento descrito pertence à sua realidade elaborada, e que se trata de um evento que existe na realidade básica e elaborada do conceptualizador. Em (26), estamos perante um caso parecido. Uma diferença, porém, é que o verbo finito (regressou) tem a função de ‘fundamentar’ o evento em relação ao momento de emissão, o que não acontece em (25). Assim, (26) indica um maior grau de subjectificação do que (25). Finalmente, a proposição conjuntiva em (27) parece ter a consequência de nos deslocar do presente para um passado ainda não realizado. Ou seja, neste caso, o conceptualizador leva-nos a um passado onde o evento de encostar a escada ao avião ainda não está na realidade elaborada das pessoas no momento de saírem do avião. Enfim, apresenta-se um evento desde uma perspectiva do passado – um evento de tipo [- controlo].

As observações feitas parecem indicar que a proposição conjuntiva assinala uma deslocação de um espaço paterno a um espaço mental com o traço [- controlo]. No entanto, devemos procurar a razão que explique por que tal deslocação acontece com uma proposição conjuntiva, mas não com uma proposição infinitiva. Para o efeito, importa estudar os factores que expliquem a razão pela qual a proposição infinitiva não pode realizar a deslocação ao espaço mental [- controlo], ao contrário do que sucede com a proposição conjuntiva:

- a) a semântica do infinitivo/conjuntivo;
- b) verbo factivo + infinitivo/conjuntivo;
- c) preposição vs. conjunção.

Em relação à semântica do infinitivo, verifique-se uma certa afinidade entre esta forma verbal e a nominalização: embora o infinitivo descreva um processo e a nominalização denote uma entidade –

evidentemente uma diferença fundamental entre estes componentes –, o infinitivo coincide com a nominalização no seu carácter holístico e atemporal (Langacker, 2000: 11)¹¹. Assim, uma nominalização e uma proposição infinitiva expressam conteúdos que, de certo modo, coincidem.

Vamos ver dois exemplos:

(28) João Inês Vaz (...) terá já admitido não impedir a manifestação, garantindo ao mesmo tempo que a GNR vai continuar no local o tempo necessário **para a execução dos trabalhos**. [*Linguateca*: Viseu Diário-N2203-1]

(29) Os Hospitais da Universidade de Coimbra foram escolhidos **para iniciarem este projecto**. [*Linguateca*: Diário de Coimbra-N3714-1]

Os dois exemplos mostram algumas semelhanças em relação à realização de um evento futuro. Em (28), a nominalização «a execução dos trabalhos» não parece indicar nenhuma dúvida sobre a realização do evento de executar os trabalhos, focalizando o resultado final do mesmo. Ou seja, o locutor, prestando mais atenção ao resultado final do que ao processo, pressupõe a realização do mesmo. A nominalização assinalar, portanto, que o evento de executar os trabalhos pertence à realidade elaborada do locutor. Em (29), a proposição infinitiva representa uma «via intermediária». Por um lado, o infinitivo descreve um processo: «para iniciarem o projecto». Por outro lado, descreve tal processo holisticamente, sem perfilar o aspecto temporal ou modal do mesmo. Portanto, o infinitivo não acrescenta nenhuma dúvida sobre a realização do processo – o que acontece com o conjuntivo –, pelo que se verifica uma proposição final sem o traço [- controlo].

Mais um traço típico da sintaxe do infinitivo é a sua forte ligação com os auxiliares perceptivos, os verbos que expressam uma percepção de tipo *ver*, *sentir* e *ouvir*. A possibilidade de se combinar com estes verbos implica que o infinitivo está mais arraigado em contextos factivos do que o modo conjuntivo:

(30) vi duas senhoras serem atacadas. [*Linguateca*: Diário de Aveiro-N2240-1]

¹¹ Consequentemente, o infinitivo é denominado uma forma verbal nominal nas gramáticas tradicionais. Veja-se, por exemplo, Cunha & Cintra (1984: 480).

(31) senti a minha cama tremer. [*Linguateca: Diário de Leiria-N0991-1*]

(32) ouviu populares imputarem a prática do crime. [*Linguateca: Diário de Coimbra-N0859-1*]

Em (30), o conceptualizador tem contacto visual com o evento «as duas senhoras serem atacadas». Em (31), o conceptualizador tem contacto sensorial com o evento de «a cama tremer». Finalmente, em (32), o contacto entre o conceptualizador e o evento descrito é de cunho auditivo: o conceptualizador ouviu populares «imputarem a prática do crime». Em todos estes casos, verificamos que o evento descrito pelo infinitivo pertence à realidade elaborada do conceptualizador.

No entanto, os exemplos discutidos levantam mais uma questão: será que o traço [- controlo] não só pode ser relacionado ao modo conjuntivo, como também ao indicativo? Ou melhor, será que o traço [- controlo] representa uma característica inerente dos verbos finitos? De facto, a possibilidade de se poder alternar entre formas infinitivas e indicativas nos casos (30)-(32) dá a entender que poderia ser assim; sobretudo com respeito à realidade elaborada do conceptualizador. Por conseguinte, poder-se-ia afirmar que o indicativo também apresenta o traço [- controlo].

Em nossa opinião, porém, a possibilidade de alternar entre o infinitivo e o indicativo em (30)-(32) representa uma distinção feita entre contacto directo e indirecto com um evento. Por um lado, o infinitivo assinala um contacto directo entre o conceptualizador e o evento descrito pelo verbo perceptivo, pelo que o evento descrito pertence à sua realidade elaborada. Por outro lado, os casos indicativos não só podem assinalar um contacto directo com o evento descrito, como também um contacto indirecto. Deste modo, o evento pode pertencer à realidade elaborada do conceptualizador de duas maneiras: directamente ou indirectamente. Além disso, parece-nos que a impossibilidade de empregar o conjuntivo neste tipo de contexto corrobora a nossa impressão de que é um modo fortemente ligado ao traço [- controlo].

Vamos ver alguns casos:

- (33) a) vi as duas senhoras serem atacadas [infinitivo]
 b) vi que as duas senhoras foram atacadas [indicativo]
 c) *vi que as duas senhoras fossem atacadas [conjuntivo]

Obviamente, (33a) assinala um contacto directo com o evento de «as senhoras serem atacadas». Por outras palavras, a proposição infinitiva dá a entender que o evento descrito pertence à realidade elaborada do locutor. Em (33b), verificamos que o indicativo também pode assinalar um contacto directo entre o conceptualizador e o evento descrito. Ou seja, ele viu o evento de «as senhoras serem atacadas». Além disso, porém, é possível alguns indícios de tipo circunstancial fazerem com que o evento pertença à sua realidade elaborada: as lesões das senhoras, um elemento a fugir do lugar, entre outras coisas. Neste caso, os indícios representam um contacto indirecto com o evento em questão, pelo que pertence à sua realidade elaborada¹². Finalmente, a impossibilidade de empregar o conjuntivo em contextos deste tipo, como em (33c), assinala uma incompatibilidade entre o traço [- controlo] e o contacto perceptivo directo.

Veremos a seguir que o conjuntivo é um modo verbal intimamente relacionado com o traço [- controlo]. Em (34a-f), temos algumas das ocorrências prototípicas em que o conjuntivo assinala um evento deste tipo:

- | | | |
|---------|---------------------------------------|-----------------|
| (34) a) | quero que a Maria <i>saia</i> comigo | [desejo] |
| b) | é possível que a Maria <i>venha</i> | [possibilidade] |
| c) | é triste que a Maria não <i>venha</i> | [sentimento] |
| d) | mando que a Maria <i>venha</i> | [ordem] |
| e) | duvido que a Maria <i>saia</i> comigo | [descrença] |
| f) | não creio que a Maria <i>venha</i> | [descrença] |

Em todos estes casos, o evento descrito pela proposição conjuntiva é um evento [- controlo]. Em (34a) o conceptualizador não tem controlo algum sobre o evento de «a Maria sair com ele». Só pode expressar o seu desejo que saia com ele. Do mesmo modo, o conceptualizador de (34b) não pode influenciar a vinda da Maria: apenas pode admitir a possibilidade de que ela venha. Em (34c), o evento descrito «a Maria não venha» causa tristeza, pois o conceptualizador não pode influenciar o evento oposto: a sua vinda. Em (34d), o concep-

¹² Deste modo, não estranha que *ver* possa ter o significado *compreender* em contextos de tipo (54b). Ou seja, temos um caso em que os indícios perceptivos contribuem para que o conceptualizador possa tirar uma conclusão do evento em questão (cf. Perini, 1997: 48).

tualizador manda que a Maria venha, mas não tem nada a ver com a realização do evento. Finalmente, (34e) e (34f) exprimem eventos que não existem na realidade elaborada do conceptualizador. Em relação a estes casos, importa frisar que as expressões opostas «não duvido» e «creio que» são seguidas pelo indicativo, pois denotam um evento que existe na realidade elaborada do conceptualizador.

Além disso, é interessante notar que o conjuntivo nas orações relativas segue o mesmo padrão. Empregamos o indicativo para assinalar que um objecto existe na nossa representação mental, ao passo que o conjuntivo assinala que este objecto só existe no nosso desejo – e não na nossa realidade elaborada. Vamos ver um caso típico:

- (35) a) procuramos uma pessoa que *sabe* falar português
[indicativo]
b) procuramos uma pessoa que *saiba* falar português
[conjuntivo]

Obviamente, a diferença entre (35a-b) reside na distinção entre um objecto real ou irreal na oração relativa. Em (35a) verifica-se uma pessoa real que sabe falar português. O conceptualizador de (35b) procura uma pessoa, seja quem for, que tenha a qualidade de falar português. Assim, não se refere a uma pessoa que existe na sua realidade elaborada, mas num espaço de desejo irreal. Enfim, o conjuntivo contribui para atribuir o traço [- controlo] ao evento descrito em (35b).

Passando à análise da estrutura *verbo factivo+ infinitivo/conjuntivo*, podemos notar escassos casos com o infinitivo em contextos não co-referenciais. Uma procura no corpus DiaCLAV (*LINGUATECA*) dá 221 ocorrências com o verbo *lamentar* na terceira pessoa do singular. Destes 221 casos, verificamos um só caso com a estrutura *lamenta+ infinitivo* em contextos não co-referenciais. Ou seja, emprega-se o infinitivo em contextos co-referenciais, ao passo que o conjuntivo é seleccionado nos casos não co-referenciais:

- (36) É com muito pesar que o vê agora abandonar a Igreja Católica e **lamenta sentir-se obrigado a tornar público este esclarecimento**. [*Linguatca*: Diário de Coimbra-N3700-1]

(37) Jorge Sampaio **lamenta que a maioria das pessoas apenas dê «atenção às florestas quando há fogos»**. [*Linguatca*: Diário de Coimbra-N2718-1]

Parece-nos que tal emprego ilustra um fenómeno muito interessante. Em geral, emprega-se uma proposição subordinada com o modo conjuntivo nos casos em que o conceptualizador tem uma muito restrita possibilidade de interagir com o evento expresso na proposição subordinada – em casos onde há um baixo grau de controlo. Por outro lado, emprega-se o infinitivo quando o conceptualizador, de facto, tem acesso ao evento descrito, ou quando é capaz de influenciar sobre o mesmo. Assim, verificamos mais uma vez que o infinitivo, ao contrário do que acontece com o conjuntivo, não exhibe o traço [- controlo].

Além disso, o traço [- controlo] nas proposições adverbiais conjuntivas pode ser explicado pelo componente a introduzir as mesmas: tal componente indica um maior ou menor grau de dependência conceptual em relação ao mesmo evento descrito. Assim, uma diferença inerente entre os componentes em questão é que a preposição tende a encadear componentes, ao passo que a conjunção os separa em diferentes níveis; um exemplo ilustrativo encontra-se nas construções *máquina de/para cortar o cabelo e é preciso que compres*. Naturalmente, uma diferença estrutural deste tipo pode influenciar a nossa maneira de conceptualizar a relação entre o componente a introduzir a proposição adverbial e o conteúdo da mesma e, conseqüentemente, a proposição infinitiva deve ter uma relação mais estreita com o valor semântico da preposição do que a proposição conjuntiva.

Em suma, os factores mencionados podem contribuir para explicar mais alguns casos onde é possível alternar entre proposição infinitiva e conjuntiva. Começemos por ver alguns casos concessivos, introduzidos por *embora* ou *apesar de*:

(38) Uma tarefa difícil porque o empate serve à formação ribatejana, enquanto ao Beira Mar apenas interessa a conquista dos três pontos, que não garantem a permanência, porque os aveirenses **embora ultrapassem o adversário de hoje, na tabela classificativa**, ficam com o mesmo número (31) de pontos. [*Linguateca*: Diário de Aveiro-N0110-7]

(39) o que está realmente à vista, tá muito bem, tá muito limpinho, tá muito arranjadinho – **apesar das paredes precisarem de ser arranjadas**. [Português Fundamental: 164]

Como é sabido, os casos concessivos introduzidos por *apesar de* e *embora* expressam uma relação em que o evento descrito na proposição principal é um facto apesar do evento ou da situação na concessiva. Nos dois exemplos verificamos, porém, uma diferença fundamen-

tal entre as proposições concessivas infinitivas e conjuntivas. Em (38), o evento descrito na proposição conjuntiva ainda não existe na realidade elaborada do locutor, visto que se trata meramente de uma possibilidade futura. Em (39), o evento descrito na proposição infinitiva pertence à realidade elaborada do locutor, e não é possível uma interpretação de tipo [- controlo].

É também possível que a diferença descrita possa ter mais algumas consequências. Intuitivamente, as proposições de tipo concessivo conjuntivo indicam um maior grau de oposição na sua relação com a proposição principal do que a proposição infinitiva. Assim, o evento descrito na proposição conjuntiva pode indicar um maior obstáculo para a realização do evento descrito na proposição principal do que a proposição infinitiva.

Vamos ver um caso interessante:

- (40) efectivamente, aqui neste hotel gosto de trabalhar, **embora seja uma profissão chata**. [*Português Fundamental: 277*]

Como podemos verificar, a proposição «embora seja uma profissão chata» está claramente em oposição ao facto de que o locutor gosta de trabalhar no hotel. Deste modo, perguntamos como devemos interpretar esta aparente contradição. Uma possibilidade é que o locutor gosta de trabalhar no hotel em causa e que, por isso, pode suportar um trabalho «chato». Por outras palavras, gosta do hotel, mas não do trabalho. Mas é também possível que o locutor não considere que o seu trabalho seja «uma profissão chata». No entanto, sabendo que isso é a opinião geral sobre este tipo de trabalho, ele está a tomar a perspectiva: pode considerar-se que é um trabalho chato, mas eu gosto dele. Neste caso, temos uma proposição adverbial que não pertence à realidade elaborada do locutor.

Finalmente, vejamos um caso modal, introduzido tanto pela preposição *sem* como pela locução conjuntiva *sem que*:

- (41) Ana Cristina, um elemento da direcção do Centro Social, admite não compreender como é que a autarquia não aproveitou o mês de paragem da instituição para concluir as obras, **sem causar transtornos** ao normal funcionamento do Centro e, claro está, **sem que as crianças ficassem expostas ao perigo**. [*Linguateca: Diário de Aveiro-N0757-1*]

Este caso ilustra uma diferença fundamental entre as proposições adverbiais infinitivas e conjuntivas. A primeira ocorrência, ou seja, a

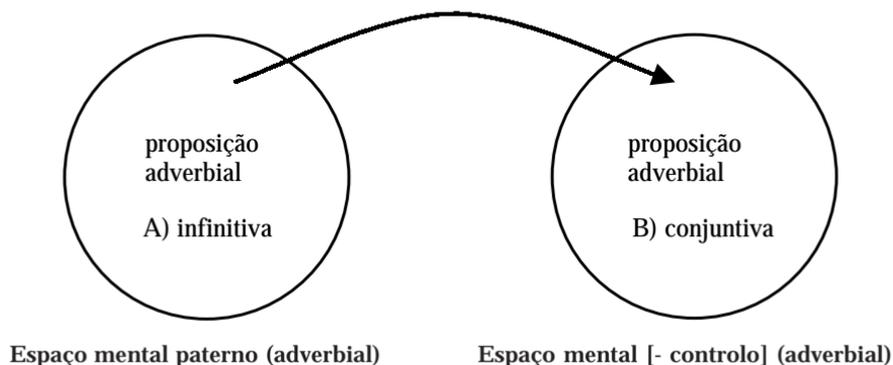
proposição infinitiva, assinala que o trajecto da proposição superior (a autarquia) pode exercer a sua influência sobre o evento de causar transtornos e, portanto, a proposição não exhibe o traço [- controlo]. Já no evento descrito «sem que as crianças ficassem expostas ao perigo» verifica-se uma mudança de perspectiva. Neste caso, o conjuntivo assinala que a mesma conceptualizadora (Ana Cristina) não pode influenciar o evento descrito na proposição adverbial. Consequentemente, temos uma proposição de tipo [- controlo].

Enfim, a variação entre as proposições adverbiais infinitivas e conjuntivas pode ser explicada pelo grau de controlo sobre o evento descrito nas mesmas. Nos casos em que o conceptualizador exerce um certo controlo sobre o evento descrito, seja de carácter mental ou físico, é muito possível que tal evento seja expresso por meio de uma proposição adverbial infinitiva. Noutros casos, quando o conceptualizador não tem acesso ao evento descrito, ou por não pertencer à sua realidade elaborada, ou por não poder influenciá-lo, emprega-se uma proposição adverbial conjuntiva.

Concluimos que a proposição adverbial conjuntiva realiza uma deslocação do espaço mental paterno (adverbial) para um outro espaço mental adverbial [- controlo]. Pelo contrário, a proposição adverbial infinitiva não realiza tal deslocação para um outro espaço mental, mas permanece no espaço mental paterno. Sendo assim, verificamos que os componentes a introduzirem as diferentes proposições adverbiais conjuntivas podem desempenhar a função de construtores de espaços.

A Figura 7 propõe uma representação gráfica desta diferença entre as proposições adverbiais infinitivas e as conjuntivas.

Figura 7. A deslocação das proposições adverbiais infinitivas e conjuntivas de um espaço mental paterno (adverbial) a um espaço mental [- controlo] (adverbial).



Deste modo, comprovamos que a proposição adverbial conjuntiva assinala uma deslocação de um espaço mental paterno adverbial para um outro espaço mental adverbial [- controlo]. De facto, este tipo de proposição adverbial não pode ser localizado no espaço mental paterno (adverbial), pois sempre acarreta o traço [- controlo]. Por isso mesmo, as conjunções e locuções conjuntivas que introduzem uma proposição adverbial conjuntiva desempenham a função de construtor de espaços, assinalando tal deslocação mental. Pelo contrário, as proposições adverbiais infinitivas não realizam tal deslocação, permanecendo restritas ao espaço mental paterno.

Podemos assim concluir que:

- a proposição adverbial conjuntiva, formalmente mais complexa, indica uma deslocação de um espaço mental paterno (adverbial) para um espaço mental [- controlo] (adverbial). Deste modo, o componente que introduz uma proposição adverbial conjuntiva (conjunção/locução conjuntiva) desempenha a função de construtor de espaço.

3. Conclusão

Ao longo deste trabalho, estudámos o emprego das proposições adverbiais infinitivas e conjuntivas, procurando uma explicação para a sua alternância. Partimos da hipótese de trabalho de que as proposições adverbiais infinitivas são emitidas em casos não marcados, ao passo que as proposições adverbiais conjuntivas têm um emprego que ultrapassa estes casos. Especificamente, as proposições adverbiais conjuntivas são empregues quando a relação entre a proposição principal e a proposição adverbial é de carácter mais complexo, incluindo também a atitude proposicional do próprio locutor.

Deste modo, procurámos uma relação icónica entre o grau de complexidade formal das proposições adverbiais e o grau de complexidade conceptual nas mesmas. Tentámos verificar se é possível afirmar que as proposições conjuntivas, tendo um maior grau de complexidade formal, também assinalam um conteúdo que é conceptualmente mais complexo do que as proposições infinitivas. Em relação à iconicidade, dissemos que as proposições adverbiais finitas podem expressar um maior grau de *subjectificação* ou envolvimento do locutor no evento a descrever. Pudemos encontrar um exemplo disso no facto de as proposições adverbiais conjuntivas criarem uma relação

com o *fundamento* (lugar e tempo do evento comunicativo). Propusemos que este tipo de relação apenas indica um primeiro passo e que o fenómeno de subjectificação é também visível na mudança conceptual de um espaço mental paterno para outro espaço mental.

Na nossa análise, vimos que a variação entre as proposições adverbiais infinitivas e conjuntivas pode ser explicada pela mudança de um espaço mental paterno para outro espaço mental. Mais especificamente, esta variação pode ser explicada pela deslocação das proposições adverbiais conjuntivas para um espaço mental em que não é possível interagir com o evento descrito, um espaço mental de tipo [- controlo]. Por outras palavras, podemos concluir que

- uma diferença entre as proposições adverbiais finitas e as proposições adverbiais infinitivas reside em que as primeiras assinalam um conteúdo conceptual mais complexo do que as segundas, o que se manifesta num maior grau de subjectificação e na deslocação de um espaço mental paterno para um outro espaço mental.

Finalmente, importa salientar que não pretendemos fornecer uma visão completa das diferenças entre as proposições adverbiais infinitivas e conjuntivas. No entanto, parece-nos que os fenómenos denominados *subjectificação* e *espaços mentais* podem, de facto, contribuir para aumentar a nossa compreensão do emprego de um e de outro tipo de proposição adverbial. Efectivamente, as proposições adverbiais infinitivas e conjuntivas veiculam diferentes mensagens – com um menor ou maior grau de complexidade conceptual. Há, portanto, uma certa relação entre complexidade formal e complexidade conceptual e esta complexidade conceptual corresponde a um maior grau de subjectificação, expresso na deslocação de um espaço mental paterno para um outro espaço mental.

Referências

- ACHARD, M. 1998. *Representation of Cognitive Structures – Syntax and Semantics of French Sentential Complements*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- FERREIRA, P. M. 1984. «Algumas considerações sobre o conjuntivo nas línguas românicas». In: Herculano de Carvalho, J. G. & J. Schmidt-Radefeldt (orgs.), *Estudos de Linguística Portuguesa*. Vol. 1. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 257-392.

- CUNHA, C. & CINTRA, L. 1984. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições de João Sá da Costa.
- FAUCONNIER, G. 1994. *Mental Spaces – Meaning Construction in Natural Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HAIMAN, J. 1980. «The iconicity of grammar: isomorphism and motivation». *Language* 56, pp. 515-540.
- HAIMAN, J. 1985. *Iconicity in Syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- HOPPER, J. P. & THOMPSON, S. A. 1985. «The iconicity of universal categories *nouns and verbs*». In: Haiman, J. (ed.), *Iconicity in Syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- KORTMANN, B. 1997. *Adverbial Subordination. A Typology and History of Adverbial Subordinators Based on European Languages*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. 1980. *Metaphors We Live By*. Chicago: Chicago University Press.
- LANGACKER, R. W. 1985. «Observations and speculations on subjectivity». In: Haiman, J. (ed.) *Iconicity in Syntax*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- LANGACKER, R. W. 1987. *Foundations of Cognitive Grammar, Vol. 1 – Theoretical Prerequisites*. Stanford/California: Stanford University Press.
- LANGACKER, R. W. 1990. «Subjectification». *Cognitive Linguistics* 1-5, pp. 5-38.
- LANGACKER, R. W. 1991. *Foundations of Cognitive Grammar, Vol. 2 – Descriptive Application*. Stanford/California: Stanford University Press.
- LANGACKER, R. W. 2000. *Grammar and Conceptualization*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- LINGUATECA, <<http://www.linguateca.pt/ACDC>> [com acesso em Outubro 2005].
- LUNN, P. 1989. «Spanish mood and the prototipe of assertability». *Linguistics* 27, 687-702.
- MALDONADO, R. 1995. «Middle-Subjunctive links». In: Hashemipour, P., R. Maldonado & van M. Naerssen (eds.), *Studies in Language Learning and Spanish Linguistics in Honor of Tracy D. Terrel*. New York: McGraw Hill, pp. 375-384.
- MARQUES, R. 1995. *Sobre o Valor dos Modos Conjuntivo e Indicativo em Português*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MEJÍAS-BIKANDI, E. 1993. *Syntax, Discourse and Acts of Mind: A Study of the Indicative/Subjunctive in Spanish*. Dissertação de Doutoramento. San Diego: University of California.
- MEJÍAS-BIKANDI, E. 1995. «Presupposition inheritance and mood in Spanish». In: Hashemipour, P., R. Maldonado & van M. Naerssen (eds.) *Studies in Language Learning and Spanish Linguistics in Honor of Tracy D. Terrel*. New York: McGraw Hill, pp. 399-418.
- NASCIMENTO, M. R. Bacelar do et al. 1987. *Português Fundamental. Vol. II – Métodos e Documentos. Tomo 1 – Inquérito de Frequência*. Lisboa: INIC, CLUL.

- OLIVEIRA, T. 2002. «Valores do conjuntivo em construções sintacticamente dependentes». In: Mateus, M. H. & C. N. Correia (eds.), *Saberes no Tempo: Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos*. Lisboa: Colibri, pp. 417-425.
- PANDER MAAT, H. & SANDERS, T. 2001. «Subjectivity in causal connectives: An empirical study of language in use». *Cognitive Linguistics* 12-3, pp. 247-273.
- PERINI, M. A. 1977. *Gramática do Infinitivo Português*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda.
- PIT, M. 1997. «Subjective and objective construal in coherence relations». In: Don, J. & T. Sanders (eds.), *Yearbook 1997*. Utrecht: Utrecht Institute of linguistics OTS, pp. 45-70.
- SILVA, A. Soares da. 2005. «Between finite clauses and infinitival clauses: The Portuguese inflected infinitive and its conceptual basis». Comunicação apresentada no Congresso Internacional *From Grammar to Mind: Grammar and Cognition*, Bordeaux (19-21 de Maio).
- SILVA, A. Soares da. no prelo. «The Portuguese inflected infinitive and its conceptual basis». In: Lewandowska-Tomaszczyk, Barbara (ed.), *Asymmetric Events: Cognitive and Functional Aspects*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- SMITH, M. 2002. «The polysemy of German *es*, iconicity, and the notion of conceptual distance». *Cognitive Linguistics* 13-1, pp. 67-112.
- SWEETSER, E. 1996. «Mental Spaces and the Grammar of Conditional Constructions». In: Fauconnier, G. & E. Sweetser (eds.), *Spaces, Worlds and Grammar*. Chicago: The University of Chicago Press.
- TLĀSKAL, J. 1984. «Observações sobre tempos e modos em português». In: Herculano de Carvalho, J. G. & J. Schmidt-Radefeldt (eds.) *Estudos de Linguística Portuguesa*. Vol. 1. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 237-255.
- TRAVIS, C. 2003. «The semantics of the Spanish subjunctive: Its use in the natural semantic metalanguage». *Cognitive Linguistics* 14-1, pp. 47-69.
- WILCOX, S. 2004. «Cognitive iconicity: conceptual spaces, meaning, and gesture in signed languages». *Cognitive Linguistics* 15-2, pp. 119-142.

Recensões

HANNA BATORÉO, *Linguística Portuguesa: Abordagem Cognitiva*, CD Rom, Universidade Aberta, 2004, Lisboa (ISBN 972-674-446-6)

Grande Prémio Internacional de Linguística Lindley Cintra 2005, atribuído pela Sociedade da Língua Portuguesa.

A designação de um conjunto de áreas científicas como «Ciências Cognitivas» começa a impor-se na última década do século XX, de tal modo que hoje muitas e diversificadas áreas e enquadramentos teóricos se reclamam aí inseridos.

O paradigma das ciências cognitivas é muito diversificado, abrangendo perspectivas nem sempre coincidentes. Simplificadamente, poder-se-ia talvez caracterizar como uma visão que pretende compreender a interface entre as actividades humanas e os mecanismos cognitivos com os quais o ser humano apreende (e interage com) a realidade. Pretende, assim, ser um paradigma contrastado a uma visão mais mecanicista e objectivista que assenta, sobretudo, na dimensionalidade lógica e na crença do carácter discreto dos objectos de estudo, objectivismo esse que tende a separar o racional do emotivo e o pensamento da realidade corpórea.

A Linguística, desde a reacção chomskiana contra o anti-mentalismo de Bloomfield, reclama-se como um dos campos pioneiros da vertente cognitiva, especialmente no entrecruzar das relações entre a linguagem e o pensamento. No entanto, a Linguística Cognitiva constitui-se simultaneamente em perspectiva funcionalmente divergente da visão chomskiana, na medida em que não concebe o funcionamento das línguas naturais com a autonomia e modularidade das estruturas linguísticas que Chomsky defende.

A obra em referência, premiada em 2005 pela Sociedade da Língua Portuguesa, salienta-se, simultaneamente, como um manual e um guia dentro do domínio relativamente recente desta perspectiva – a Linguística Cognitiva.

O facto de se corporizar em CD Rom em vez do tradicional papel facilita – e muito – a sua utilização, sobretudo numa perspectiva pedagógica. Como a obra não se destina prioritariamente ao debate teórico, mas se pretende um manual

de explicitação e consulta sobre os principais tópicos da Linguística Cognitiva, o utilizador facilmente pode encontrar os artigos desejados, já que no corpo do próprio texto aparecem em destaque os termos com desenvolvimento noutras secções, bastando clicar na palavra destacada para se aceder à totalidade do conteúdo. A mesma preocupação didáctica leva a que no final dos artigos apareça um «Para Saber Mais» indicando bibliografia complementar sobre o assunto.

No capítulo introdutório, fala-se do «poder da linguagem», introduzindo-se referências aos conceitos de «linguagem», «Linguística», «Gramática» e «línguas naturais». É abordada a teoria dos actos de fala, noções de «pragmática», «discurso» e «texto».

O segundo capítulo começa por elencar as principais teorias explicativas das relações entre a linguagem e cognição, mormente o behaviorismo de Skinner, o inatismo de Chomsky e o Cognitivismo de Piaget, prosseguindo com as relações de interdependência entre a linguagem e a cognição (Vygotsky, TeunVan Dijk). São abordados, posteriormente, alguns aspectos biológicos da linguagem: a hipótese de Broca, as afasias, a dominância cerebral e respectiva implicação nos processos linguísticos, a noção de «instinto da linguagem» de Steven Pinker e o contributo das neurociências, representado, por exemplo, por António Damásio e os seus estudos sobre a emoção, o conhecimento e a razão (acrescente-se que o estudo das emoções e dos sentimentos e respectivas consciencializações são aspectos posteriormente desenvolvidos em subcapítulos que explicitam esta vertente que relaciona linguagem e cognição).

Este segundo capítulo termina com a apresentação e apreciação da célebre hipótese de Sapir-Whorf que defende que as codificações de uma língua não têm equivalentes perfeitos nas outras: cada língua codifica o mundo à sua maneira. É analisada a «versão radical ou forte» desta hipótese e apresentados contra-argumentos. A «versão fraca» da mesma teoria sugere, segundo a autora «que as estruturas linguísticas permitem perceber a realidade através de prismas diferenciados» (Cap. 2.5., pág. 41).

Este aspecto – a categorização linguística da realidade na qual o ser humano se insere – é abordado em seguida (Cap. 3.1.), reflectindo-se sobre as noções de «vagueza» e de «parecenças/semelhanças de família» de Ludwig Wittgenstein, precursor da ideia de que os conceitos são estruturas de limites imprecisos e constituídos por membros que podem não possuir aspectos/características comuns a todos.

Também ocupa um lugar de destaque a análise aos tradicionais fenómenos semânticos da polissemia, metáfora e metonímia, onde se procuram ilustrar as concepções e pontos de vista específicos da perspectiva cognitiva com exemplificações e aplicações ao Português.

Pela facilidade de consulta e organização hipertextual, pela abrangência de aspectos focados, pela dimensão vincadamente pedagógica aliada ao rigor científico e metodológico, esta obra constitui um dos principais materiais de divulgação científica no âmbito das ciências cognitivas em Portugal.

MARÇALO, M. J. Broa Martins (2004). *Fundamentos para uma gramática de funções aplicada ao português*. (Tese de Doutoramento orientada por Salvador Gutiérrez Ordóñez e defendida na Universidade de Évora em Março de 2005).

Apesar de em Portugal terem sido realizados muitos estudos num enquadramento teórico próximo à Gramática Tradicional, os novos caminhos da teoria gramatical portuguesa parecem preferir os quadros teóricos das gramáticas americanas de constituintes imediatos, especialmente as gramáticas generativas. No entanto, existe também dentro de algumas universidades portuguesas um núcleo importante de gramáticos que poderemos incluir no âmbito dum funcionalismo europeu tal como Jorge Morais Barbosa, Maria Joana de Almeida Vieira dos Santos ou Isabel Maria do Poço Lopes Pinto, quem constituem apenas, a modo de exemplo, uma pequena amostra da linha funcional desenvolvida na Universidade de Coimbra. Além desta Universidade, noutras universidades portuguesas como na Universidade de Évora estão a surgir novos trabalhos que tomam também como base teórica do seu fundamento o funcionalismo europeu. «Fundamentos para uma Gramática de Funções Aplicada ao Português» (2004) de Maria João Broa Marçalo constitui sem dúvida uma amostra desse novo funcionalismo português e este trabalho pode ser considerado como uma apresentação da teoria gramatical da Gramática Funcionalista Europeia aplicada à Língua Portuguesa. A tese de doutoramento de Marçalo, no seu conjunto, resume vários anos de estudo da teoria gramatical funcionalista iniciada na Espanha pelo Professor Emilio Alarcos Llorach e continuada por diferentes gramáticos da Escola Funcional de Oviedo.

O objectivo do trabalho de Marçalo consiste em apresentar criticamente e testar a aplicação dos fundamentos teóricos para uma gramática de funções propostos pelo principal continuador dos estudos alarquianos, o catedrático de linguística geral da Universidade de León, o Professor Salvador Gutiérrez Ordóñez. Marçalo tenta ver como e quando se aplica ou não ao português a proposta teórico/metodológica que este autor tem desenvolvido para o espanhol.

«O nosso objectivo será apresentar e submeter a discussão dos princípios e magnitudes do funcionalismo linguístico de Gutiérrez Ordóñez» (Cfr. Marçalo, 2004:16).

O trabalho de Marçalo articula-se numa vertente descritiva mas também noutras vertentes como a interpretativa e a explicativa de uma teoria linguística que, não renegando as suas raízes funcionalistas, está aberta a novas perspectivas e propostas. É um trabalho sobre teoria da linguagem que, autorreconhecendo-se como funcionalista, desenvolve espaços epistemológicos que também abrem portas a outros paradigmas tais como o paradigma comunicacional.

Muitas das questões que são abordadas nesta tese não são novas, bem pelo contrário, são questões que sempre interessaram a linguística, mas a novidade advém do facto de a mesma se revelar para o português como uma teoria científica coerente, sistemática, regida por critérios de rigor e simplicidade, dando uma visão de explicação do objecto língua sumamente adequada e de inegável valor descritivo e explicativo que, tendo já demonstrado os seus frutos na aplicação ao espanhol poderá

mostrar-se igualmente rica e produtiva como postulado teórico para uma descrição pertinente do instrumento de comunicação que é o português (Marçalo, 2004: 17).

Marçalo, portanto, na sua tese aplica o novo método funcionalista à gramática portuguesa e, se quisermos ser mais explícitos, este método é aplicado à sintaxe portuguesa baseando-se nas propostas linguísticas defendidas por Gutiérrez Ordóñez ao longo de décadas de trabalho de investigação e de centenas de publicações. Maria João Marçalo submete à reflexão crítica os conceitos fundamentais da teoria linguística. Reexamina noções como função, categoria, transposição, classe, relação, núcleo, interdependência ou enunciado.

A dissertação está estruturada em cinco capítulos. O primeiro capítulo é um capítulo introdutório onde a maioria dos temas que aborda serão alvo de atenção mais pormenorizada em capítulos subsequentes. Neste capítulo introdutório esclarece vários conceitos básicos: sintagmática, sintaxe e sintagmémica. Também neste capítulo distingue funções e categorias, não sem antes ter abordado o essencial das gramáticas funcionais *versus* as gramáticas categoriais. Neste capítulo, também dedica um grande esforço a esclarecer conceitos diferentes como os de categorias, classes, categorias funcionais ou sintácticas, categorias morfológicas ou sintagmémicas e classes sintácticas, morfológicas e formais. No âmbito das relações sintácticas refere as relações de coordenação, subordinação e interdependência, a questão do núcleo e os fenómenos de elipse e catálise, introduzindo pela primeira vez para o português a teoria da transposição.

No capítulo dois, aborda as questões relativas ao enunciado linguístico e ao enunciado pragmático, à frase verbal e aos diferentes sintagmas, ou seja, as categorias funcionais e os seus tipos, nomeadamente nominal, adjectival e adverbial, assim como novamente explica os mecanismos de transposição.

No capítulo três, são retomadas as funções. Este capítulo trata apenas das funções argumentais e não argumentais deixando para o capítulo quatro as funções periféricas. Estuda em primeiro lugar, as funções sintácticas, depois as funções semânticas e finalmente as funções informativas, relacionando-as com as estruturas sintácticas de localização, temas, remas, tópicos e comentários.

No capítulo quatro – dedicado como já dissemos à periferia oracional – revê questões ligadas a circunstâncias e tópicos, atributos de modalidade e complementos de verbo enunciativo.

Finalmente, no último capítulo aborda questões relativas à sintaxe de enunciados, isto é, as relações entre pragmática e gramática, as estruturas argumentativas e os conectores textuais.

Não sofre dúvida de que a tese de Marçalo – assim como os posteriores artigos da mesma linguista já publicados¹ – podem ser considerados como o principal trabalho teórico funcionalista dentro da linguística teórica portuguesa e além de tornar-se numa obra de consulta indispensável para os actuais debates sobre a polémica Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário (Tlebs), adoptada pela Portaria n.º 1488/2004, de 24 de Dezembro.

SECUNDINO VIGÓN

¹ MARÇALO, M. J. Broa Martins (2005), «Níveis oracionais» in *Diacrítica*, n.º vol. 19.1 Série Linguística, Centro de Estudos Humanísticos, Braga Universidade do Minho, pp. 109-128.

AUGUSTO SOARES DA SILVA, *O Mundo dos Sentidos em Português: Polissemia, Semântica e Cognição*, Coimbra: Almedina, 2006

Constatar que a polissemia, isto é, a associação de dois ou mais sentidos com uma única forma linguística, constitui um fenómeno natural, intuitivamente convincente e ubíquo das línguas naturais pode até parecer evidente, se pensarmos em casos de itens linguísticos como '*posição*' ou '*café*', tal como apresentados nos exemplos que se seguem. Assim, dizer que '*O António mudou a sua posição*' pode designar quer o lugar de António na sala quer o seu ponto de vista sobre determinado assunto. Do mesmo modo, quando dizemos '*café*', podemos referir o 'fruto do cafezeiro', a 'bebida feita deste fruto', um 'estabelecimento comercial onde se toma a respectiva bebida' ou, ainda, uma 'cor' ou um 'sabor', como de gelados, por exemplo. A problemática que tem a ver com este tipo de fenómenos referentes à multiplicidade de sentidos e à complexidade dos seus interrelacionamentos surge-nos como uma proposta que reúne elementos para uma teoria de polissemia, no livro de Augusto Soares da Silva, de carácter arrojado, erudito e muito convincente, *O Mundo dos Sentidos em Português: Polissemia, Semântica e Cognição*, recém-editado pela Almedina.

Ao colocar muitos problemas conceptuais e metodológicos que têm que ver com a identificação e diferenciação dos sentidos e o modo como estes estão relacionados e representados na mente, a obra refere uma realidade reconhecida na tradição histórico-filosófica e de longa prática de reflexão. Embora colocada durante uma grande parte do século vinte fora do escopo das atenções dos estudiosos de duas correntes linguistas modernas, isto é, o estruturalismo e o generativismo, a polissemia voltou a ser uma questão central na semântica linguística dos últimos vinte anos sobretudo graças à Linguística Cognitiva e ao enquadramento das Ciências Cognitivas.

Fruto da investigação sobre polissemia e significado linguístico, com incidência na Língua Portuguesa, a obra, baseada num vasto e diversificado *corpus* de ocorrências linguísticas contextualizadas, bem como ricamente documentada a nível bibliográfico, é constituída por 13 capítulos. Reúne estudos inéditos do Autor, bem como outros já publicados nos últimos 15 anos, mas agora ligeira ou substancialmente alterados, sendo inédito o material correspondente aos três primeiros e dois últimos capítulos.

A totalidade do estudo pode ser agrupada em três partes, referentes à problematização, descrição e conclusão.

A problematização e explicação compreendem os capítulos 1 a 6. O capítulo 1, «O lugar da polissemia: uma história de paixão e desprezo», abrange a história do fenómeno da polissemia, o 2, «Mil problemas para os linguistas e nenhum para os falantes. Paradoxos e problemas da polissemia», os muitos problemas que o fenómeno coloca e o 3, «Olhando para a flexibilidade do significado: evidências da polissemia», as evidências do fenómeno e as perspectivas para as compreender. Os capítulos 4, «Por que e como surgem novos significados? Prototipicidade, eficiência e subjectivização», e 5, «Gerando polissemia: metáfora e metonímia», abordam as motivações e os mecanismos cognitivos de extensão de sentido, enquanto o 6, «Monossemia, polissemia e homonímia: medindo a semelhança/

diferença de sentidos», foca a sua realidade psicológica, expressa nos resultados de um inquérito.

A terceira parte, constituída pelos dois últimos capítulos, tem carácter conclusivo e extensivo, de índole filosófica e epistemológica, no capítulo 12, «O que é que a polissemia nos mostra acerca do significado e da cognição?», e, ainda, implicações para a construção de dicionários e para a engenharia e computação da linguagem no capítulo 13, «Implicações lexicográficas e computacionais».

A segunda parte, que constitui o núcleo da obra, é de carácter descritivo, sendo constituída pelos capítulos 7 a 11 e apresentando a análise de categorias polissémicas complexas da Língua Portuguesa, nas diferentes áreas da estrutura da língua: léxico, morfologia, sintaxe, pragmática e fonologia. Surgem, assim, o capítulo 7, «Polissemia no Léxico: o verbo deixar», o capítulo 8, «Polissemia na Morfologia: o diminutivo», o capítulo 9, «Polissemia na Sintaxe: o objecto indirecto e a construção ditransitiva», o capítulo 10, «Polissemia na Pragmática: o marcador discursivo *pronto*» e o capítulo 11, «Polissemia na Fonologia: a entoação descendente e ascendente».

O caso do verbo '*deixar*', que constituía o tema da Dissertação de Doutoramento do Autor em 1997, destaca-se, provavelmente, como o tema mais transparente, rico e complexo da realidade polissémica estudada. Na sua abordagem, Augusto Soares da Silva propõe-nos que se destaquem duas categorias conceptualmente bem distintas, designadamente 'abandonar' e 'não intervir'. Em termos mais latos, no caso do '*deixar I*', o significado é 'suspender a interacção com o que se caracteriza como estático' e, no caso de '*deixar II*', o de 'não se opor ao que se apresenta como dinâmico'. No primeiro sentido, o uso pode ser quer estritamente espacial, como, por exemplo, em: '*O António deixou a sala no meio da discussão*' quer, então, um uso de tipo funcional: '*O António deixou a namorada*' ou '*O António deixou o emprego/ os estudos*'. A segunda construção resulta de uma parcial gramaticalização para a expressão de um tipo especial de causação: '*O António pediu-me para ir ao cinema e eu deixei-o ir*' ou '*Não deixes cair o bolo*'. Os diferentes sentidos opõem-se entre si por esquemas imagéticos, apresentam centros prototípicos diferentes e são funcionalmente distintos, por exemplo no que diz respeito ao grau de actividade dos sujeitos. Resultam de um processo histórico de desprotopização de '*largar - soltar - libertar*' do étimo latino. Os diferentes sentidos abrangem também diversas extensões metafóricas e metonímicas convencionalizadas do movimento (de afastamento e de não-aproximação) e de interacções de dinâmica de forças que ocorrem, entre outros, nos seguintes domínios: (i) de relações interpessoais e funções sociais, no domínio da (ii) morte (i.e. no sentido de '*deixar este mundo*'), da (iii) posse e transferência de posse, da (iv) modalidade - permissão, envolvendo concessão de permissão, consentimento, autorização, acordo e mesmo tolerância ou resignação (i.e. '*deixá-lo viver na sua convicção*'), da (v) conduta negativa (como em '*deixar andar*' ou '*deixar correr*'), da (vi) actividade mental, ou, ainda, do (vii) tempo (como em: '*deixar para depois*').

Nas suas descrições da complexidade dos sentidos múltiplos, o Autor dá destaque particular ao poder dos determinados mecanismos cognitivos na geração de sentidos, tais como (e sobretudo) metáfora e metonímia conceptuais, mas também de protótipos, transformações de esquemas imagéticos e subjectivização, perspectivando-os como associados a estratégias pragmáticas de interacção social

e convencionalização. Visto que o estudo evidencia a flexibilidade do significado, a sua natureza experiencial, perspectivista e enciclopédica, a sua eficácia cognitiva e comunicativa, a estrutura multidimensional das categorias conceptuais e linguísticas, a Semântica surge, assim, sempre ligada à Pragmática e intrinsecamente relacionada com Cognição.

Na última parte da obra encontramos, ainda, várias sugestões de carácter filosófico, metodológico, mas também pragmático na vida de linguista. São elas sugestões para construção de dicionários, para o trabalho no âmbito da tradução, bem como no de tratamento computacional das línguas. As implicações de carácter genérico abrangem relações entre Cognição e Linguagem.

Embora muito denso e de leitura exigente, o livro *O Mundo dos Sentidos em Português: Polissemia, Semântica e Cognição* é, sem dúvida, de aconselhar a todos os fascinados pelo funcionamento da linguagem e, muito particularmente, pela especificidade e riqueza da Língua Portuguesa.

HANNA JAKUBOWICZ BATORÉO

P.S. – Este livro acaba de ser galardoado com o Prémio Internacional Luís Filipe Lindley Cintra 2006, pela Sociedade de Língua Portuguesa.